

UFRRJ

Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em História

DISSERTAÇÃO

**Intelectuais de extrema-direita e o negacionismo do
Holocausto: o caso do Institute for Historical Review (IHR).**

Luiz Paulo de Araújo Magalhães

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**INTELECTUAIS DE EXTREMA-DIREITA E NEGACIONISMO DO
HOLOCAUSTO: O CASO DO INSTITUTE FOR HISTORICAL REVIEW (IHR)**

LUIZ PAULO ARAÚJO MAGALHÃES

Sob a orientação do professor

Dr. Luís Edmundo de Souza Moraes

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ

Fevereiro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M188i Magalhães, Luiz Paulo Araújo, 1988-
Intelectuais de extrema-direita e o negacionismo
do Holocausto: o caso do Institute for Historical
Review (IHR). / Luiz Paulo Araújo Magalhães. - 2019.
205 f.

Orientador: Luís Edmundo de Souza Moraes.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em História, 2019.

1. Intelectuais. 2. Extrema-direita. 3.
Negacionismo Histórico. 4. Negacionismo do Holocausto.
5. Usos políticos do passado, culturas do passado. I.
Moraes, Luís Edmundo de Souza, 1968-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós
Graduação em História III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

LUIZ PAULO DE ARAÚJO MAGALHÃES

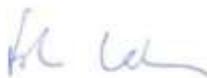
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 18/02/2019

Banca Examinadora:



Professor(a) Doutor(a) LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES
(Presidente e orientador)



Professor(a) Doutor(a) FÁBIO KOIFMAN - UFRRJ



Professor(a) Doutor (a) MICHEL GHERMAN - UFRJ

RESUMO

MAGALHAES, Luiz Paulo Araújo. **Intelectuais de extrema-direita e negacionismo do Holocausto: o caso do Institute for Historical Review (IHR)**. 2019. 205 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

Este trabalho trata do negacionismo do Holocausto como um campo intelectual relativamente autônomo da extrema-direita. Seu objetivo é o de demonstrar como as práticas negacionistas fazem sentido no e sobre o mundo através de uma organização particular, o Institute for Historical Review. Sugere-se que, como um espaço de sociabilidade intelectual, a organização era instituída por e instituía práticas e relações através das quais representações sobre o passado eram transformadas em objetos de luta pela transformação das fronteiras do mundo social em diferentes níveis.

ABSTRACT

MAGALHÃES, Luiz Paulo Araújo. **Holocaust denial and extreme-right intellectuals: the Institute for Historical Review (IHR) as a case.** 2018. 205 f. Dissertação (Master in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

This dissertation deals with the Holocaust Denial as a relatively autonomous field of the extreme-right movements of the 1970's and beyond. The objective here is to show how certain intellectual relations and intellectual practices make sense in and about the social world through the existence and functioning of the Institute for Historical Review. It suggests that as a field of intellectual sociability, the IHR was also made by and for practices and relations that shaped some representations of the past as artifacts and objects of political and public battles over the meanings of the past as means to frame and change the social world boundaries.

Dedicatória

Esta pesquisa não teria sido possível – e talvez eu mesmo não tivesse sido possível – sem o professor Luís Edmundo de Souza Moraes. Por isso, dedico a ele este trabalho.

Agradecimentos

Ao meu companheiro Alexandre, que tem foi e tem sido meu amigo, minha família mais próxima. À minha mãe e aos meus irmãos, que estão sempre presentes no horizonte de tudo o que faço.

Ao professor Luís Edmundo, que tornou essa pesquisa viável de todas as formas possíveis e imagináveis e que tem sido sempre um exemplo. Ao professor Fábio Koifman, pelas recomendações na banca de qualificação desta pesquisa, pelo exemplo, pela generosidade e pela firmeza de sempre. Ao professor Michel Gherman pela disponibilidade e pelas indicações feitas durante a qualificação deste trabalho. Ao Paulo Longarini, secretário do Programa, pelo serviço público dedicado.

À Marcela, pelo companheirismo e pelo cuidado fraterno. Aos colegas do NUEP, agora NEPHS. Aos colegas do Alojamento da Pós-Graduação da UFRRJ. Aos amigos queridos, na esperança que eles perdoem a minha demorada ausência: Ana, Nathane e Vinicius. Ao Júlio e à Poliana que, recentemente, por ocasião da I Feijoada da URSAL em Seropédica conseguiram a proeza de me tirar da frente do computador e dos papéis por um dia inteiro.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – A extrema-direita estadunidense e o negacionismo do Holocausto	
A negação como programa político.	17
O “Revisionismo” e os “Revisionistas”.....	23
O programa toma corpo.	37
Capítulo 2 – O IHR: meio e motor do negacionismo.	
As imagens do IHR.	62
A casa.....	66
As lutas do IHR.....	82
As lutas no e pelo IHR.....	98
Capítulo 3 – As Conferências Revisionistas Internacionais do IHR (IHR-IRC).	
O calendário do IHR e as IHR-IRC.....	115
Os encontros.	118
Considerações finais	183
Lista de Fontes	188
Referências Bibliográficas	198

Epígrafe.

Depois de toda guerra
alguém tem que fazer a faxina.
As coisas não vão
se ajeitar sozinhas.
Alguém tem que tirar
o entulho das ruas
para que as carroças possam passar
com os corpos.
Alguém tem que abrir caminho
pelo lamaçal e as cinzas,
as molas dos sofás,
os cacos de vidro,
os trapos ensanguentados.
Alguém tem que arrastar o poste
para levantar a parede,
alguém tem que envidraçar a janela,
pôr as portas no lugar.
Não é fotogênico
e leva anos.
Todas as câmeras já foram
para outra guerra.
Precisamos das pontes
e das estações de trem de volta.
Mangas de camisas ficarão gastas
de tanto serem arregaçadas.
Alguém de vassoura na mão
ainda lembra como foi.
Alguém escuta e concorda
assentindo com a cabeça ileisa.
Mas haverá outros por perto
que acharão tudo isso
um pouco chato.
De vez em quando alguém ainda

tem que desenterrar evidências enferrujadas
debaixo de um arbusto
e arrastá-las até o lixo.
Aqueles que sabiam
o que foi tudo isso,
têm que ceder lugar àqueles
que sabem pouco.
E menos que pouco.
E finalmente aos que não sabem nada.
Alguém tem que deitar ali
na grama que cobriu
as causas e consequências,
com um matinho entre os dentes
e o olhar perdido nas nuvens.

Wisława Szymborska, "O começo e o fim".

“Às vezes é preciso se subtrair ao rumor, o rumor incessante das notícias que nos chegam de toda parte. Para compreender o presente, devemos aprender a olhá-lo de esguelha. Ou então, recorrendo a uma metáfora diferente: devemos aprender a olhar o presente à distância, como se o víssemos através de uma luneta invertida. No final a atualidade surgirá de novo, porém num contexto diferente, inesperado”.

Carlo Ginzburg, Medo, reverência e terror: reler Hobbes hoje. In: Medo, reverência e terror: quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Cia. das Letras, 2014, p. 13

Introdução.

A negação de crimes contra a humanidade é um expediente relativamente regular no mundo contemporâneo. Ela é uma resposta comum a eventos extremamente violentos e pode ser usada para amparar, desculpar, justificar ou até mesmo fazer esquecer os processos de execução dos genocídios e das atrocidades que a seu modo integra e perpetua. São muitos e diversos os casos, as manifestações e os sentidos dessa prática, assim como podem ser suas circunstâncias, seus agentes, seus efeitos, suas consequências e suas implicações sempre problemáticas sobre o espaço público¹.

Apesar de semelhanças e relações que à primeira vista poderiam sugerir tratar-se de uma simples variação dessas práticas, a negação do Holocausto não pertence a esse conjunto genérico de negações. Quando se trata desse fenômeno particular, a referência é a um campo social e a uma prática se cruzam e mutuamente se constituem. A negação sistemática e consciente do Holocausto diz respeito, então, a um campo intelectual relativamente autônomo dos movimentos da extrema-direita do pós-guerra

¹Através de uma cuidadosa análise do caso das representações e das disputas públicas sobre os sentidos do Massacre de Srebrenica, e amparada por uma síntese criativa de instrumentos teóricos de uma sociologia do crime, Jelena Obradovic-Wochnik sugeriu uma boa conceituação para essas negações genéricas. Segundo ela, a negação não é necessariamente o oposto essencial do reconhecimento e tão pouco “é o produto final de um processo histórico, mas um processo em si mesmo, e um processo que pode ser melhor compreendido como uma forma de resposta a eventos violentos e como uma tentativa de dar sentido e de reintegrar eventos moralmente inaceitáveis às fronteiras culturais de um determinado grupo social. A negação é um ato discursivo que, ao invés de reconhecer as atrocidades, se vale de formas de explicação categóricas (os eventos a que se refere não teriam acontecido e não poderiam ter acontecido) ou interpretativas (os eventos são reconhecidos, mas suas dimensões e impactos minimizados). Ela pode ser uma prática institucionalizada (organizada) ou individual, pertencer a movimentos marginais e extremistas, envolver revisionismos ou ser direcionada a explicações e justificações”. OBRADOVIC-WOCHNIG, J. Knowledge, acknowledge and denial in Serbia’s responses to the Srebrenica Massacre. *Journal of Contemporary European Studies*, v. 17, n. 1, pp. 61-74, abril de 2009. C.f. também: COHEN, Stanley. States of Denial: knowing about atrocities and suffering. Cambridge: Polity Press, 2001; _____. Human Rights and crimes of the State: the culture of denial. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, n. 26, v. 2., pp. 97-115, 1993. A visão evolucionista e teleológica contra a qual a conceito de Obradovic-Wochnik funciona é comum entre estudos e estudiosos dos genocídios e violações a direitos humanos. Segundo essa compreensão, a negação é o estágio final dos processos de execução de genocídios e atrocidades. Uma elaboração dessa concepção pode ser encontrada em: BECIREVIC, Betina. Genocide on the Drina River. New Haven: Yale University Press, 2014. A uma terceira forma bem aceita para o tratamento de casos de negações genéricas que, em grande medida, produziu implicações sobre essa última. Me refiro à abordagem comparativa com vistas à classificação tipológica realizada por Israel Charny em: CHARNY, I. W. Innocent denials of know genocides: a further contribution to a psychology of denial of genocide. *Human Rights Review*, vol. 1, n. 3, p. 15-39, abril/junho de 2002; idem. A classification of denial oh the Holocaust and other genocides. *Journal of Genocide Research*, vol. 5, n.1, p. 11-31, 2003; ou por CHURCHILL, W. Denials of the Holocaust. In: CHARNY, I. (Org). *Encyclopedia of Genocide*. Vol I. Santa Bárbara: Abc-Clio, 1999, p. 167-174.

dotado de limites próprios, regras particulares, expedientes característicos, instituições, agentes e porta-vozes autorizados².

Historiadores e cientistas sociais têm usado, desde o final dos 1980, com algum sucesso, a expressão *negacionismo* para descrever esse fenômeno³. Com este sentido, o descritor se refere a

“uma variante propriamente intelectual dos movimentos de extrema-direita do pós-Segunda Guerra Mundial que busca, por meio de uma literatura produzida para este fim, com apararência historiográfica, principalmente: defender e reabilitar o nacional-socialismo, o III Reich e seus líderes; provar a ausência de culpa da Alemanha pela deflagração da II Guerra Mundial e negar a existência dos campos de extermínio e do Holocausto nazista”⁴.

Para o historiador Luís Edmundo de Souza Moraes, tratar do negacionismo nesses termos significa lidar com uma *dupla falsificação* politicamente motivada. Trata-se de um fenômeno identificado pela produção e pela proposição pública de imagens de um *passado falso* através de uma *historiografia falsificada*. E esta aí o sentido ambíguo e propriamente político do negacionismo. Por um lado, as imagens de um tempo que passou sem os crimes nazistas integram as visões e culturas do passado que constituem e são constituídas em relações a cosmovisões, a valores e a projetos políticos que, por uma via de mão dupla, constituem certos campos da extrema-direita. Por outro lado, essas imagens falsas de um passado falso são instrumentalizadas para as disputas públicas pela afirmação desses valores e práticas, e também pela afirmação e pela expansão das fronteiras dos mundos sociais a que integram.

A dupla falsificação que caracteriza a prática negacionista é, então, uma forma pela qual certas tendências da extrema-direita lidam com o passado nazista em um determinado presente em função de certo um futuro. Ao negar publica e conscientemente o Holocausto, os negacionistas buscam eliminar as percepções negativas do passado de

² MORAES, L.E.S. O negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o passado. In: Simpósio Nacional de História, 26º, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, julho de 2011.

³ De acordo com Moraes, há variações linguísticas consideráveis em relação à expressão. O uso do termo *negacionismo/negacionista* é mais frequente em português, em francês e espanhol. Em alemão e em inglês, o descritor mais corrente é *negação/negador* do Holocausto (*Holocaust Denial/Denier* para o inglês, *Holocaust Lugnung/Leugner* para o alemão). Em todos os casos, os sentidos são mais ou menos invariáveis e o uso desses descritores funciona como uma alternativa eficaz contra a incorporação, pelo discurso científico, da auto-apresentação legitimadora dos negacionistas como *revisionistas*. C.f.: MORAES, 2011.

⁴ MORAES, L.E.S. O negacionismo e as disputas de memória: reflexões sobre intelectuais de extrema-direita e a negação do Holocausto. In: Encontro de História ANPUH-Rio 23º, 2008. *Anais do XVIII Encontro de História da ANPUH-Rio*. Rio de Janeiro, 2008, p. 1. Disponível em < http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212957377_ARQUIVO_Artigo-ANPUH-2008.pdf >.

que crimes nazistas que, no presente, pesam sobre a legitimidade e a viabilidade da afirmação pública dos projetos políticos, dos valores e das visões de mundo de movimentos da extrema-direita do pós-guerra⁵.

Essa mesma ambiguidade do sentido político do negacionismo permite que os seus expedientes circulem e atravessem por outros campos políticos além e através da extrema-direita. Nesse terreno, em torno do uso sistemático da negação, se encontram agentes de campos políticos de colorações diversas e até mesmo opostos. Por exemplo, há quem negue o extermínio de judeus em pequenos grupos, fações e setores da extrema-esquerda. Esse mesmo expediente é usado por porta-vozes de organizações do judaísmo ultra-ortodoxo. É comum que tendências e representantes do chamado nacionalismo islâmico recorram à negação do Holocausto. Geralmente, o racismo, o anti-sionismo e a oposição à legitimidade do Estado de Israel acionam e pavimentam os contatos e os trânsitos entre esses e os negacionistas de extrema-direita. Nesses casos de usos políticos instrumentais da negação do Holocausto, também nos referimos ao negacionismo⁶.

Textos que negavam os crimes nazistas começaram a circular pela extrema-direita europeia já no imediato pós-guerra. Há notícias de que em finais dos anos 1940 já circulavam textos que justificavam as atrocidades nazistas como propaganda mentirosa. Mas talvez o mais significativo caso dessas manifestações de primeira hora seja o de *Nuremberg ou la Terre Promise* (Nuremberg ou a Terra Prometida), uma brochura escrita, editada e publicada Maurice Bardèche, na França, em 1948.

⁵MORAES, 2008; 2011.

⁶No campo da extrema-esquerda, há o caso de um quase-grupo de intelectuais e militantes reunidos na França em torno de Pierre Guillaume e de sua editora, a La Vielle Taupe (A Velha Toupeira), a partir de meados dos anos 1960. Seus integrantes eram adeptos de algumas das dissidências que se formaram ou se desenvolveram no interior e a partir da IV Internacional. Eles acreditavam que os discursos sobre o Holocausto e sobre os crimes nazistas propulsionavam o antifascismo que, para eles, era tão ou mais inimigo que o fascismo. Segundo essa crença, o anti-fascismo ignorava e fazia ignorar os crimes das democracias-liberais, do capitalismo, do imperialismo (incluindo o sionismo nessa categoria) e do stalinismo. Eles ainda acreditavam que o racismo (e especialmente o anti-semitismo) seria ao mesmo tempo uma espécie de alibi e uma mistificação do anti-fascismo, o que representava um entrave para a luta de classes. Entre os grupos e organizações do judaísmo ultra-ortodoxo há o exemplo do Naturei Karta; seus adeptos são contrários a existência do Estado de Israel, acreditam que o sionismo é anti-judaico e usam o negacionismo para respaldar seus programas. Mahmud Ahmadinedjad é um dos mais destacados porta-vozes do nacionalismo islâmico que articulam o negacionismo à discursos anti-Israel. Durante o mandato de Ahmadinedjad como presidente do Irã, o seu governo financiou e organizou publicações e conferências de negacionistas. Em todos os casos, nega-se o Holocausto por que se acredita ele justifica a existência de Israel como uma espécie de “reparação”. Sobre esses e outros casos de usos do negacionismo, c.f.: YAKIRA, E. *Post-zionism, post-Holocaust: three essays on denial, forgetting, and the delegitimation of Israel*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009; MORAES, 2013.

Bardèche foi uma destacada liderança do fascismo europeu do pós-guerra. Em torno dele, de sua editora, a *Les Sept Couleur*, e de sua principal publicação, a revista *Défense de l'Occident*, pelo menos até a década de 1980, transitaram intelectuais e todo o tipo de adeptos das mais diferentes tendências e organizações do nacionalismo racista pan-europeu e do fascismo do pós-guerra.

O texto de *Nuremberg...* publicado em 1948 é, praticamente, uma versão estendida de uma *Lettre à François Mauriac* (Carta aberta a François Mauriac) enviada por Bardèche, em 1947, ao prestigiado intelectual da direita francesa. Nesse documento, o alvo de Bardèche eram os expurgos legais promovidos no pós-guerra contra oficiais e apoiadores do governo nazista de ocupação em Vichy. Além de denunciar esses atos como conspirações, Bardèche acusava de rebeldia incosequente a Resistência e seus membros. Na brochura, esses elementos estavam marcadamente presentes, mas os alvos e as intenções eram outros e maiores.

Com *Nuremberg...* as denúncias de Bardèche agora miravam para os processos e os julgamentos construídos e executados pelo Tribunal Militar Internacional entre 1945 e 1946, constituído pelos países Aliados na cidade de Nuremberg para apurar crimes e condenar criminosos de guerra nazistas. A principal intenção de Bardèche consistia ainda em desculpar os colaboracionistas franceses, mas, para isso, ele precisava livrar o nazismo e os nazistas da culpa que lhes foi imputada em função das atrocidades que haviam cometido durante a guerra.

Para tentar atingir esse objetivo, ele abusou de um recurso retórico-argumentativo já disponível: a justificação. Para Bardèche, uma suposta unilateralidade dos processos e dos julgamentos impedia que os crimes dos Aliados fossem vistos como tão ou mais graves que os crimes cometidos pelos nazistas e seus colaboradores europeus. Por isso, e somente por isso, Bardèche proclamava que os materiais, as evidências, os testemunhos, as provas produzidas e os resultados dos julgamentos eram, em si mesmos, desprovidos de legitimidade. E mais que isso: todos os seus elementos configurariam partes de uma estratégia baseada em uma propaganda que visava a destruição da Alemanha e, por essa via, a dominação da Europa.

Nuremberg... teve sua circulação restrita ao campo da extrema-direita. No imediato pós-guerra, o descrédito social sofrido por esse campo político teria contribuído para essa situação. Mais decisivo para o curto futuro imediato do livro foi a prisão de

Bardèche, em 1951, por apologia a crimes de guerra. Com a sentença, a justiça francesa impediu a circulação e confiscou exemplares já publicados de *Nuremberg...*, que, há essa altura, já tinha ganhado uma tradução para o inglês e atingido a marca de 25 mil cópias impressas.

Não demorou muito para o que o trabalho começado por Bardèche fosse continuado por outro francês. Paul Rassinier era o seu nome. Ex-professor secundário, militante com trânsitos por diferentes tendências da esquerda francesa, membro da Resistência e deputado pelo Partido Socialista no pós-guerra, Rassinier era a pessoa certa para fazer ressoar publicamente as proclamações de Bardèche. Durante a ocupação nazista na França, ele foi capturado e, como prisioneiro do III Reich, transitou por campos de trabalho e de concentração.

Quando começou a escrever sobre os campos nazistas, Rassinier não tinha vínculos orgânicos e aparentes com a extrema-direita. Isso era um aspecto positivo para a sua auto-apresentação pública como pessoa isenta e desinteressada. Na verdade, Rassinier construía a sua trajetória como um dado que articulava e até mesmo autorizava seus textos escritos e publicados como depoimentos e relatos em primeira mão sobre o que acontecia nos campos. E não era para menos: ele falava como se estivesse estado lá, visto o que aconteceu e experimentado isso do outro lado, como inimigo, não colaborador ou perpetrador. Rassinier se oferecia, então, como uma testemunha devidamente autorizada para falar sobre os campos.

Acontece que isso era apenas uma meia-verdade. Rassinier falava dessas supostas experiências particulares como se elas fossem extensivas a todos os diferentes campos do vasto e diverso sistema concentracional do III Reich. Assim, através de analogias implícitas, e com base no que ele alegadamente teria visto e experimentado nos campos pelos quais passou, Rassinier se referia à totalidade dos campos nazistas como uma única unidade coesa e uniforme. Dessa forma, em seus ditos relatos, *todos* os campos nazistas aparecem como se fossem bem administrados e bem providos, como se neles os prisioneiros fossem bem tratados, ou, quando não, como se os distúrbios e violações fossem provocados por algum mal oficial.

De qualquer forma, o que se lê nos escritos de Rassinier publicados nesse período são falsas generalizações, falsas analogias, falsas relativizações e justificações dos crimes nazistas. Esse quadro mudou para a negação sistemática mais ou menos no

mesmo tempo em que as imagens públicas sobre o Holocausto se transformam e os trânsitos de Rassinier pela extrema-direita europeia se tornaram definitivamente orgânicos. A partir de finais dos anos de 1950 e ao longo da década de 1960, Rassinier abandonaria seus vínculos institucionais e programáticos com a esquerda francesa, e passaria a transitar pela extrema-direita europeia através dos círculos reunidos em torno de Bardèche, de editoras e de figuras de proa da cena alemã⁷.

Até aqui, a prática da negação do Holocausto era pontual, relativamente dispersa e restrita a círculos mais ou menos herméticos da extrema-direita europeia e estadunidense. Em finais da década de 1970, a situação é outra.

Em 1974, no Reino Unido, um panfleto intitulado *Did Really Six Million Died? The Truth at last* (Seis Milhões Morreram? Finalmente a verdade) circulou massivamente⁸. Assinado por Richard Verral, um editor ligado a órgãos de imprensa da extrema-direita inglesa, *Did Really...* era uma espécie de síntese dos escritos de Bardèche, de Rassinier e de David Hoggan, este último um historiador adepto da extrema-direita estadunidense que tinha trânsitos pela cena europeia e que, em 1969, teve seu *The Myth of Six Million* (O Mito dos Seis Milhões) publicado nos EUA⁹. Nos dois casos, não se trata mais de justificação dos crimes nazistas, mas da negação categórica do Holocausto.

Em 1976, sem muito alarde, Arthur Butz, um professor de engenharia elétrica estadunidense, publicou, também na Inglaterra, a primeira edição de *The Hoax of Twenty Century* (A fraude do século XX). Com este livro, Butz pretendia atualizar os escritos negacionistas, mas, na verdade, não fazia mais que os traduzir para o estilo e para o formato acadêmico¹⁰.

Enquanto isso, na França, Robert Faurisson cuidou de colocar holofotes sobre o discurso negacionista. Herdeiro simbólico de Rassinier e com trânsitos consolidados entre os círculos da extrema-direita e da extrema-esquerda francesa, Faurisson era

⁷ RASSINIER, P. *Le Passage de la ligne: Du vrai à l'humain*. Bourg-en-Bresse: Editions Bressanes, 1949; _____. *Le véritable procès Eichmann ou les vainqueurs incorrigibles*. 2.ed. Paris: Les Sept Couleur, 1983; _____. *Le drame des juifs européens*. 2. ed. Paris: La Vieille Taupe, 1984; _____. *Debunking the Genocide Myth: A Study of the Nazi Concentration Camps and the Alleged Extermination of European Jewry*. Los Angeles: Noontide Press, 1978. C.f.: MORAES, L.E.S. Negacionismo: a extrema-direita e a negação da política de extermínio nazista. *Boletim do Tempo Presente*, n.4, 2013.

⁸ HARWOOD, R. (Richard Verrall). *Did really six million died? The truth at last*. Uckfield: Historical Review Press, 1974; ATKINS, S. *Holocaust Denial as an International Movement*. Westport: Praeger, 2009, pp. 117-118.

⁹ HOGGAN, D. *The Myth of the Six Million*. Los Angeles: Noontide Press, 1969.

¹⁰ BUTZ, A. *The Hoax of 20th. Century*. Uckfield: Historical Review Press, 1976.

também professor de literatura na Universidade de Lyon II. Entre meados da década de 1970 e o início dos anos 1980, primeiro através de publicações de pequena circulação e, depois, por meio de cartas e direitos de respostas que a partir do *Le Monde* atravessaram a imprensa e o mundo intelectual francês, Faurisson anunciava que a existência de câmaras de gás em campos nazistas e o extermínio dos judeus eram uma única e mesma mentira. E ainda mais que isso: ele proclamava que esse o resultado de um trabalho de pesquisa sistemático, coletivo e correnado conuduzido por ele e outros ditos cientistas.

Não por acaso, a estes desenvolvimentos corresponde o aparecimento das primeiras organizações formais que deram corpo ao negacionismo enquanto campo mais ou menos organizado. E elas não apareceram de qualquer forma. Antes, elas foram apresentadas e nomeadas como instituições, centros, institutos e editoras para-acadêmicas integradas por auto-intitulados historiadores/acadêmicos revisionistas e/ou membros de uma dita “escola revisionista da história” ou de um “Revisionismo Histórico”¹¹.

Esta pesquisa trata uma dessas organizações e está circunscrita a este período em que o negacionismo tomou corpo de movimento ou, dito de outra forma, se constituiu como um campo intelectual relativamente autônomo da extrema-direita. Mais precisamente, o seu objeto são os intelectuais e as práticas intelectuais que constituíram e foram constituídas em torno desta que foi a mais significativa dessas organizações: o Instituto para a Revisão Histórica (*Institute for Historical Review* - IHR).

O IHR foi fundado em um subúrbio de Los Angeles, em 1979, por Willis Carto, um editor e político que figurava na proa da extrema-direita estadunidense. Desde sua criação, e através de diferentes estágios de seu desenvolvimento, o funcionamento do IHR integrava uma editora, um selo editorial, um periódico e uma série de conferências. A editora era a *Noontide Press* (NP), um órgão criado por Carto no final dos anos 1950 e, mais tarde, integrado à Legião para a Sobrevivência da Liberdade (*Legion for Survive of Freedom* – LSF), organização guarda-chuva sem fins lucrativos que também abrigava o IHR. O selo editorial levava o nome da casa e publicava títulos propriamente negacionistas, enquanto o catálogo da NP era mais diversificado. O *Journal for Historical Review* (Revista de Revisão Histórica - JHR) foi publicado e circulado com o formato de revista científica trimestralmente entre 1980 e 1992, e, entre 1993 e 2000, com

¹¹ MORAES, 2013; ATKINS, 2009, pp. 92-94; VIDAL-NAQUET, P. *Os assassinos da memória: “Um Eichmann de Papel”* e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas: Papirus, 1988.

periodicidade bimestral e como uma revista comum (*magazine*). Junto com o JHR, e as vezes anexado a ele, circularam boletins informativos como o *IHR Newsletter* e o *IHR Uptadte*. As Conferências Revisionistas Internacionais do IHR (*International Revisionist Conferences of the Institute for Historical Review - IRC-IHR*) eram convenções anuais que aconteceram com alguma regularidade entre 1979 e 2002.

Durante esse período, duas gerações de negacionistas passaram pelo IHR como escritores, conferencistas, editores, conselheiros editoriais, relações públicas, executivos, tesoureiros, etc. A existência e o funcionamento do IHR serviu de modelo para outras organizações que se desenvolveram através dele, muitas das quais não vingaram e não sobreviveram à organização¹².

Uma história do desenvolvimento dessas organizações ou, o que é equivalente, uma história desse que pode ser um estágio particular do processo de desenvolvimento do negacionismo ainda está para ser escrita. Essa pesquisa vai de encontro a essa ausência de uma maneira particular. Ela trata de relações entre intelectuais e práticas intelectuais negacionistas e, por isso, toma o IHR como caso. A opção se justifica pelo pressuposto sociológico de que não se pode compreender essas variáveis (ou qualquer outro tipo de prática instituída) fora de seu mundo, ou, mais precisamente, fora de um campo político e das organizações formais que conformaram e foram conformadas por essas relações e práticas.

Ainda que não tenha sido elaborada de maneira explícita, essa opção não é necessariamente inovadora na historiografia do negacionismo. Até agora, os trabalhos sobre o negacionismo seguem por dois caminhos que se encontram em algum ponto. Com diferentes graus de sistematicidade e através de abordagens mais ou menos parecidas, os historiadores trataram das trajetórias dos agentes e dos textos negacionistas.

Em alguns casos, quando as trajetórias não são um dado que informam unilateralmente os textos negacionistas, o contrário pode ser verdadeiro. De qualquer forma, ambas as unidades são consideradas como dados que se auto-determinam de maneira direta. Por razões que não são claras, o texto negacionista acabou sendo privilegiado como unidade de análise preferencial. Talvez isso se deva a uma propriedade do campo, que é relativamente hermético; da mesma forma, é possível que essa ênfase

¹² ATKINS, 164-168; LIPSTADT. *Denying the Holocaust: the growing assault on truth and memory*. Ed. Digital. Nova York: Plume, 1993, pp. 137-156.

irrefletida esteja relacionada a uma postura naturalista dos cientistas sociais que trataram do tema. De qualquer forma, no geral, e de maneira bem-sucedida, esses trabalhos realizaram a intenção de *i)* explicar o que é fenômeno; *ii)* demonstrar como são falsos o texto negacionista e o passado que ele representa; *iii)* descrever a operacionalidade dessas representações falsas sobre um passado falso.

O resultado é relativamente regular. No geral, nestes trabalhos o texto negacionista é descrito como uma prática que *i)* é produto de uma série de operações conscientes e/ou irracionais que visam tornar real um passado falso através de uma historiografia falsificada; *ii)* percebido e dado a perceber como um sendo motivado e informado por ideologias e projetos políticos como os da extrema-direita; *iii)* percebido como fenômeno que é possível em uma atmosfera intelectual marcada pelas críticas ao positivismo na História e nas ciências sociais no geral, pelo desconhecimento público da política do processo de extermínio nazista, ou ainda pelo silêncio de quem pode falar sobre o Holocausto, denunciar e enfrentar o negacionismo.

Em quais sejam os casos, os produtores e mediadores das práticas negacionistas aparecem apenas como um dos móveis do contexto que explicaria o texto negacionista. Mesmo no único trabalho em que a ordem dos fatores é invertida e os agentes negacionistas são tomados como a unidade de análise, é assim que eles aparecem e são tratados, como se eles e suas práticas flutuassem em um vazio social¹³.

Esta pesquisa visa devolver esses e agentes e práticas ao seu mundo e, ao fazer isso, demonstrar como uns e outros fazem sentido no e sobre o mundo. Para isso, este exercício integra essas duas dimensões analíticas mutuamente imbricadas para então devolvê-las ao mundo que por e através delas foi estruturado e que, por uma via de mão dupla, as estruturou. Não se trata mais de saber como são falsos o texto negacionista e as imagens de passado nele materializadas; tão pouco interessa saber das histórias de vida desses agentes de maneira autossuficiente ou de forma tangencial ao conteúdo desses textos. O que se busca, enfim, é saber qual a lógica dessas práticas e dessas relações.

A hipótese em torno da qual este trabalho se desenvolve é a de que o IHR forneceu uma estrutura sociabilidade intelectual para a extrema-direita negacionista. Com isso sugere-se que a organização foi um meio em que redes entre produtores e divulgadores de narrativas negacionistas puderam ser formadas e se desenvolver no seu

¹³C.f.: VIDAL-NAQUET, 1988; LIPSTADT, 1993, ATKINS, 2009.

interior e em torno de práticas e relações que, em conjunturas variadas, definiram e foram definidas por um campo.

Articulam-se a esta hipótese geral outras duas subsidiárias: *i*) o terreno no qual esta estrutura foi construída é o dos valores e dos programas de um campo da extrema-direita estadunidense; *ii*) os limites e as formas variáveis dessa estrutura foram definidos em relações negativas a estágios do desenvolvimento dos discursos públicos sobre o Holocausto, em relações negativas às instituições e aos porta-vozes desses discursos, em relações ao próprio campo da extrema-direita e através de disputas por posições, tomadas de posições, valores, projetos etc. no interior e ao redor desta estrutura.

Quando se fala em *estrutura de sociabilidade intelectual*, a referência é à chave analítica fornecida por Jean-Françoise Sirinelli em um programa de pesquisa para uma história das relações entre os intelectuais e a política. Esta chave funciona em dois níveis de abstração complementares. No primeiro, ela diz respeito a um nível mais elementar ou mais precisamente aos meios ou às práticas em torno das quais os intelectuais se reúnem. No segundo caso, ela trata do mundo desses meios, práticas e relações que se definem por vetores potencialmente diversos.

No nível mais elementar estão as variáveis que estruturam essas relações como redes ou redes em potencial, tecidas de formas mais ou menos regulares em torno de meios como revistas, clubes, associações, editoras etc. e de práticas tais como enunciados, regimes discursivos, argumentações, escrita, comunicação, adesões, celebrações, consagrações e rituais que integram e identificam os processos de *produção e mediação* cultural. Em outro nível, a chave de Sirinelli se refere aos campos, aos “micro-climas”, enfim, ao mundo que define e é definido por esses meios, práticas e relações em conjunturas variadas. Essas duas dimensões que compõem os dentes da chave analítica de Sirinelli permitem trabalhar com variáveis sociológicas e culturais que tecem essas redes e dão movimento e forma a um campo intelectual e às suas relações com a política em um determinado tempo e espaço¹⁴.

O conceito de intelectuais com o que se trabalha aqui é meramente instrumental. Ele não toma parte das disputas simbólicas sobre o que são ou fazem ou sobre o que devem ser e fazer os intelectuais. Usa-se aqui uma definição sintética que

¹⁴ SIRINELLI, J.F. Os Intelectuais. In: REMOND, R. (Org.) Por uma História Política. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003, Cap. 9, pp. 232-270.

integra dois modelos já consagrados e aparentemente opostos a partir daquilo que eles têm de elementar e em sua dimensão mais abstrata: o pressuposto de os intelectuais formam uma categoria social mais ou menos autônoma de agentes públicos que produzem e mediam sentidos do mundo para o mundo. Assim, em quaisquer que sejam as modalidades, os terrenos, os campos e os tipos de intelectuais, neste trabalho eles são tratados como *produtores e mediadores culturais*¹⁵.

Essa forma de tratar do problema não está desprendida da concepção do fenômeno político que organiza e atravessa este trabalho. Aqui se trata do político de maneira substantiva através de dois ângulos que se encontram em um ponto no ponto zero de um eixo. Parte-se do pressuposto de que tratar do negacionismo é o equivalente a tratar de formas pelas quais o passado, as visões e as representações do passado e sobre o passado são, ao mesmo tempo, objetos e instrumentos de disputas políticas e simbólicas. Nesse sentido, a referência é a

“lutas pelo monopólio do poder de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor uma definição legítima ao mundo social e, por essa via, de fazer e desfazer os grupos [...] poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, tão logo se impõem ao conjunto do grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade do grupo, que está na raiz da unidade e da identidade do grupo.”¹⁶

Derivada desse pressuposto é a ideia o domínio dos intelectuais e das instituições negacionistas é o espaço propriamente político da produção e da divulgação das representações que caracterizam o movimento. Dito de outra forma, trata-se das

¹⁵ Sobre as disputas simbólicas em torno das definições descritivas ou normativas do conceito de intelectuais, c.f.: BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997; BAUMAN, Z. *Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e os intelectuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Os dois modelos a que me refiro são o da sociologia da cultura de Karl Mannheim, que tem como fundamento básico a tese de que os intelectuais são produtores e mediadores dos processos de ideação, e ao modelo do filósofo Antonio Gramsci, que enfatiza a função mediadora dos intelectuais (em relação aos negócios da classe, em relação aos negócios da produção, em relação aos negócios da política, em relação aos negócios do estado, em relação aos negócios da cultura etc.) como produtora de sentido e de consenso sobre o mundo. Nos dois casos, os intelectuais formam categorias sociais relativamente autônomas que podem se relacionar de maneiras diversas com as outras categorias sociais ao longo do tempo. C.f.: MANNHEIN, K. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2004; GRAMSCI, A. Cuaderno 2. In: _____. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 1. Cidade do México: Edições Era, 1981; _____. Cuaderno 12: apuntes y notas para um grupo de ensayos sobre la historia de los intelectuales. In: idem. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 4: Cidade do México: Era Ediciones, 1986, p. 353-382. Essa mesma definição sintética e generalizável encontra respaldo em SAID, Edward. *As representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

¹⁶ BOURDIEU, P. A força da representação. In: _____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 108.

posições diferenciadas que correspondem ao princípio das tomadas de posição, das ações, dos programas, dos projetos, das estratégias, das relações, das regras, dos limites, do conhecimento dessas regras e limites, enfim, do processo de incorporação de uma competência específica que se realiza em um espaço de posições relativas que são as organizações formais do campo¹⁷.

Incorporadas a uma definição mais ampla do político, essas premissas permitiram a elaboração do problema e das hipóteses em torno das quais esta pesquisa se desenvolve. Por um lado, elas são derivadas do modelo de análise disposicional e relacional fornecida pelos trabalhos de Pierre Bourdieu¹⁸. Por outro lado, as perspectivas são informadas por um conjunto de trabalhos em que Luís Edmundo de Souza Moraes trata do negacionismo como um campo relativamente autônomo da extrema-direita¹⁹, e também pelo trabalho de Michel Pollack sobre os processos de afirmação social das memórias e das interpretações do passado²⁰.

¹⁷ Aqui as definições do político como campo e como prática evocam as de Pierre Rosanvallon, que se refere ao político como sendo “ao mesmo tempo um campo e um trabalho. Como campo, ele designa o lugar em que se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos homens e mulheres; aquilo que confere um quadro geral a seus discursos e ações; ele remete tanto à existência de uma sociedade que, aos olhos de seus participantes, aparece como um todo dotado de sentido. Ao passo que, como trabalho, o político qualifica o processo pelo um agrupamento humano, que em si mesmo não passa de mera ‘população’, adquire progressivamente as características de uma verdadeira comunidade. Ele se constituiu graças ao processo sempre conflituoso de elaboração de regras explícitas ou implícitas acerca do participável e do compartilhável, que dão vida à *polis*. ” Nesse sentido, o político é uma ordem de conhecimento e de reconhecimento do mundo e um campo de experiências que extrapola “o campo imediato da competição partidária pelo poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições. ” ROSANVALLON, P. Por uma história do político. São Paulo: Alameda, 2010, pp. 70-73.

¹⁸ A perspectiva do político como campo e como prática de funciona aqui em relação ao modelo sociológico relacional e disposicional fornecido pelos trabalhos de Pierre Bourdieu. Este modelo parte do pressuposto de que a lógica do mundo social não pode ser compreendida “fora da particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada”, construída através do trabalho de pesquisa como “uma figura em um universo de configurações possíveis”. O modelo permite tratar do mundo social como espaços de posições relacionais diferenciadas e diferenciadoras. De maneira contingente, ele supõe a correlação e integração das ações às circunstâncias e às condições em que elas se dão nesses espaços em que as formas de estar no mundo (determinadas em função da distribuição e da posse desigual de certos capitais que determinam as posições e o jogo das posições num espaço particular) se correlacionam com as formas perceber o mundo, e, por sua vez, com as maneiras de agir no e sobre o mundo. C.f. BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9ª Ed. Campinas: Papyrus, 2008, pp. 13-52;_. *O campo político*. *Rev. Bras. Ciência. Política*, n.5., Brasília Jan./Jul. 2011;_____. *The logic of practice*. Palo Alto: Stanford University Press, 1992. (Trad. Richard Nice);_____.; WACQUANT, L. *An invitation to reflexive Sociology*. Oxford; Cambridge: Polity Press; Blackwell Publishers: 1992.

¹⁹ MORAES, L.E.S. O negacionismo e as disputas da memória: reflexões sobre intelectuais de extrema-direita e negação do Holocausto. In: Encontro de História ANPUH-Rio, 18., 2008, Rio de Janeiro: *Anais do XVIII Encontro de História ANPUH-Rio*, 2008;_____. O negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o passado. In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio de História*, julho/2011; Idem, 2013.

²⁰ POLLAK. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

Para Pollack, as memórias são “operações coletivas dos acontecimentos e das interpretações do passado se quer salvaguardar”. Assim, elas só podem se estabelecer socialmente e cumprir funções propriamente políticas, sociais e culturais através de uma operação sistemática com os dados do passado. Tal processo se dá como um trabalho de enquadramento da memória: um tipo de operação especializada e controlada com as interpretações do passado através de artefatos variados e sujeita a limites de justificação socialmente determinados²¹.

A historiografia é um desses artefatos usados para a afirmação das interpretações do passado amplamente aceitos como válidos. E não é por acaso que os negacionistas sequestram os referências de legitimidade desse tipo de material e de seus produtores. Eles fazem isso para poder capitalizar e tornar viáveis as suas manifestações e, assim, tomar espaço nas disputas públicas sobre o passado. Desse lugar, as imagens do passado não só definem as fronteiras do mundo social, mas servem às lutas pela transformação dessas fronteiras²².

Estes instrumentos funcionaram em um trabalho de pesquisa que foi desenvolvido em três níveis inter-relacionados: um genealógico, um formal e um funcional. No primeiro nível tratou-se de investigar as condições que permitiram o surgimento do IHR. Aqui intercalam-se análises situacionais e programáticas da extrema-direita estadunidense entre o fim da década de 1960 e ao longo da década de 1970, os processos de desenvolvimento do negacionismo, e os estágios de desenvolvimento dos discursos públicos sobre o Holocausto nos EUA durante este mesmo período.

No segundo nível trata-se de aspectos propriamente normativos, do funcionamento e da estrutura do IHR. Antes de mais nada, nesta etapa lida-se com o componente humano da casa, i.e., com seus escritores, com editores, com seus diretores, com seus assistentes, e enfim, com um conjunto diverso de agentes e com o que eles faziam no interior e ao redor da organização. Neste ponto, mais que em outros, a produção de fichas biográficas e a análise prosopográfica permitiram a construção de um esquema funcional que colocava a casa e os seus agentes em movimento. Mais adiante, é este mesmo movimento que estará em jogo. Através dele, trata-se de observar como a dinâmica de seu funcionamento contribuía para separar e destacar o IHR no campo do

²¹ Idem.

²² MORAES, 2008; 2011.

negacionismo, no campo da extrema-direita e no campo dos discursos públicos sobre o Holocausto.

Por fim, no terceiro nível da sistematização desta pesquisa, a investigação concentrou-se sobre uma série de eventos que, ao mesmo tempo em que eram produtos dessas dinâmicas objetivadas no capítulo II, contribuíam para a sua reprodução. Mais precisamente, tratou-se de investigar as IHR-IRC em suas próprias circunstâncias: como elas eram organizadas, quem e em que circunstâncias participavam delas, o que acontecia durante elas e como acontecia, os seus efeitos sobre o funcionamento do IHR e sobre o negacionismo.

As fontes que fornecem as evidências e os materiais empíricos para cada uma dessas etapas deste exercício de pesquisa formam um fundo que abriga diversas séries de arquivos distribuídos e organizados segundo o seu tipo. Todo esse material foi coletado em seções de “arquivos” ou bibliotecas digitais de sítios eletrônicos negacionistas ou de grupos da extrema-direita orgânica ou relativamente vinculados ao movimento. A coleta foi uma atividade contínua que começou durante um programa de Iniciação Científica, entre 2013 e 2015, e se estendeu durante a execução da pesquisa ao longo do curso de mestrado e que resultou nesta dissertação.

A principal série de fontes é formada pelos 102 volumes do JHR, que, por intermédio do Prof. Luís Edmundo de Souza Moraes, e através direção do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFRRJ, foram impressas na Imprensa Universitária e estão depositadas no Centro de Documentação do Programa de Pós-Graduação em História desta universidade. As outras séries estão depositadas e organizadas em um arquivo digital construído para este fim. Uma delas abriga um conjunto de pastas ordenadas segundo a natureza institucional de materiais editoriais como livros, panfletos, periódicos, boletins e catálogos. Outra série deste conjunto abriga de maneira coordenada correspondências e documentos administrativos. Há também uma série formada por materiais audiovisuais produzidos pelo IHR entre os quais estão áudios de palestras, documentários, gravações de programas de rádio, e registros de edições da IHR-IRC. Além dessas séries de materiais nativos, há outras duas de diferentes naturezas. Uma destas séries é formada por pastas que contém documentos policiais que registram investigações sobre determinados agentes. Nesta mesma série estão dispostas pastas que contém materiais de inteligência produzidos por organizações civis. Por fim, há uma última série formada por matérias e textos jornalísticos que foram publicados no The New

York Times, no Washington Post, no Los Angeles Times e no Jewish Telegraph entre 1979 e 2015.

Para demonstrar os resultados do trabalho com estes materiais, esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo – *A extrema-direita e o negacionismo nos EUA* – realiza alguns movimentos para tentar sistematizar uma genealogia que situa o IHR entre o terreno acidentado da extrema-direita estadunidense e um estágio particular do estado dos discursos públicos sobre o Holocausto nos EUA. Ele começa com a publicação do primeiro título negacionista em terras estadunidenses de que se tem notícia; localiza este evento em um terreno da extrema-direita; continua perseguindo o desenvolvimento do negacionismo em relação a este terreno, agora já nos anos 1970; passa e permanece um pouco nos domínios da proliferação dos discursos públicos sobre o Holocausto; e então chega ao IHR. A pergunta que atravessa este capítulo e que ao final dele se oferece uma resposta é a seguinte: Por que e como em 1979 e não antes, quando já haviam condições editoriais e discursivas à disposição?

O segundo capítulo sistematiza a análise sobre a estrutura organizacional e funcional do IHR. Aqui o problema é o de saber o que era e como era o IHR. À formulação deste problema segue-se a uma breve discussão historiográfica em que se demonstra que as respostas dadas a essas perguntas são, em alguma medida, problemáticas. Sugere-se, e então demonstra-se, que o IHR era um meio e um motor das práticas negacionistas e não exclusivamente um “fórum internacional” ou simplesmente “um conglomerado de anti-semitas” disfarçados de acadêmicos. Até o fim da primeira parte deste capítulo, vê-se que o IHR funcionava através do trabalho de poucas pessoas unidas por trânsitos entre a extrema-direita e um mercado de literatura conspiracionista. Fora deste pequeno núcleo que editava livros, periódicos, boletins, catálogos editoriais, vídeos, fitas K-7; que escrevia a maioria dos textos do JHR, prefácios e introduções de livros publicados pelo selo da casa ou da NP; que administrava a casa, que cuidava do *staff*, das relações públicas, da alocação dos recursos, etc., havia uma massa relativamente amorfa de agentes. Mas o IHR não era só um meio e motor do negacionismo. Aliás, sendo assim, a organização foi também uma espécie de arena para as lutas externas da extrema-direita e para as lutas internas por posições, por objetos, por teses, por recursos, pelo controle da casa, etc. Nas duas últimas partes do capítulo algumas dessas lutas são reconstruídas. Ao fim e ao cabo deste capítulo, o IHR deverá reaparecer como uma organização complexa e polissêmica.

O terceiro capítulo trata das IRC-IHR de uma maneira particular. Ao contrário da historiografia que viu no conjunto desses eventos um dos elementos que compunham o repertório da estratégia de dissimulação que dava a ver o IHR como uma instituição para-acadêmica legítima, ou então como um dos atributos que o faziam funcionar como um fórum internacional, eu trato desses eventos como rituais. Neste capítulo as múltiplas dimensões destes eventos são exploradas e sistematizadas em um único bloco seguido por uma introdução. Nele se tenta demonstrar que as IHR-IRC eram eventos de comunicação extraordinários e distintos do cotidiano do funcionamento do IHR e de seus agentes, performances coletivas que visavam determinados fins e situações estruturadas segundo uma ordem que não só visavam manter, mas expandir também expandir as fronteiras do IHR e de seu mundo.

CAPÍTULO 1

A EXTREMA DIREITA ESTADUNIDENSE E O NEGACIONISMO DO HOLOCAUSTO.

A negação como programa político.

Alguns jovens se encontraram no centro de convenções de um hotel situado nos arredores de Pittsburgh, na Pensilvânia, em um final de semana de janeiro de 1969. Eles eram parte dos expurgos daquilo que tinha sido o Youth for Wallace (Juventude para Wallace- Y.W), um dos comitês criados para a campanha de George Wallace à presidência dos EUA pelo American Independent Party (Partido Independente - A.I.P.), em 1968. Depois de terem atravessado um ano agitado, de terem participado de um processo organizativo conturbado e com a da derrota de seu candidato, naquele final de semana eles estiveram reunidos para ouvir e falar sobre o futuro²³.

Mais precisamente, esses jovens se encontraram para participar de uma pequena, mas importante convenção. Nela se decidiria sobre o que seria da organização que eles haviam integrado e que, agora definitivamente desintegrada, fora transformada em uma National Youth Alliance (Aliança da Juventude Nacional - N.Y.A.). Em certa altura da programação, entre palestras e discursos, eles foram surpreendidos por um anúncio feito pelo presidente da reunião. Tratava-se do comunicado do lançamento de um livro que acabara de sair da prensa. Era a primeira edição de *The Myth of Six Million* (O mito dos seis milhões – sem tradução para o português)²⁴.

²³ Wallace era uma figura de proa dos círculos segregacionistas e anti-comunistas do Partido Democrata. Ele exerceu quatro mandatos como governador do Alabama (1963-1967; 1971-1979; 1983-1987) e tentou três candidaturas presidenciais que não passaram das primárias do partido. Em 1968 ele lançou sua candidatura por um “terceiro partido”, o American Independent Party (AIP – Partido Independente Americano). Formado um ano antes do pleito nacional como plataforma para a candidatura de Wallace, a agremiação composta por veteranos da direita racista e segregacionista estadunidense não dispunha dos mesmos aparatos organizacionais disponíveis aos seus adversários mais poderosos. Para resolver essa situação e executar a campanha, foram formados comitês locais, regionais e nacionais. Nesse processo, foram recrutados adeptos de todas as colorações da extrema-direita estadunidense, desde pequenas organizações e grupos de base até associações e organizações robustas e bem financiadas. O Y. W. foi um desses comitês. Sobre a candidatura de Wallace pelo A.I.P. C.f.: DURHAN, M. *The Extreme-Right and American Politics*. Nova York: Routledge, 2007, pp. 118-120. C.f. também ZESKIND, L. *Blood and politics: the history of the White nationalist movement from margins to mainstream*. Nova York: Farrar, Strauss & Girroux, 2009, pp. 17-26. Sobre a reunião a que me refiro, c.f.: Idem., p. 15.

²⁴O Youth for Wallace, formado e recrutado por Willis Carto, foi o maior e mais bem-sucedido dos comitês de campanha da candidatura presidencial do A.I.P em 1968. Com a derrota de Wallace, ele também foi um dos únicos que, antes que fosse desintegrado, foi transformado. Para não desperdiçar seus esforços organizativos de alcance nacional, Carto extinguiu o comitê circunstancial e fundou com seus remanescentes o N.Y.A. Diferente do Y.W, o N.Y.A era uma organização juvenil relativamente independente, com sua própria estrutura organizacional e com seu próprio programa racista e anticomunista

Este livro contava uma história do tratamento institucional conferido aos judeus pelo III Reich. Por meio dessa história, ele apresentava como tese a proclamação de que o Holocausto era uma mentira, uma “difamação deliberada”, o produto “sem precedentes” de uma conspiração contra a Alemanha. Essa proclamação e essa história eram articuladas pela crença de que “os judeus” teriam sido desde sempre e para sempre inimigos declarados do Ocidente e, assim, da Alemanha, do III Reich e de Hitler. Segundo essa mesma crença o conjunto geral das políticas racistas do III Reich teria sido nada mais que um pacote de medidas que visavam conter os ânimos conspiratórios desse grupo percebido e representado como uma unidade natural, auto-evidente e homogênea. Segundo o escritor dessa história, a II Guerra Mundial e a derrota da Alemanha nazista teriam sido a consumação de uma única e nefasta reação a essas medidas, como uma espécie de sabotagem organizada, perpetrada e continuada por esses tais “os judeus” por meio de uma suposta articulação internacional e programática²⁵.

A história contada em *The Myth...* é uma história falsa. Ela se baseia em declarações de Hitler tomadas ao pé da letra e fora de seus contextos; em documentos isolados de suas séries e conjuntos; em fontes falsificadas e/ou inexistentes. Esses materiais, em nenhum lugar referenciados nesta primeira edição do livro, foram apresentados como “evidências confiáveis” que respaldariam as proclamações e as profissões de fé que foram articuladas e incorporadas ao volume. Além delas, o texto de *The Myth...* informa que todas as evidências, no geral, inclusive as que extrapolam os limites do livro, sugeririam e comprovariam universalmente que o processo de exclusão e extermínio dos judeus pelos nazistas não passaria de uma “lenda”²⁶.

de 4 pontos: i) combate, remoção e destruição de organizações de esquerda em *campi* universitários; ii) combate e neutralização de grupos do movimento negro; iv) combate ao consumo e à circulação de drogas em universidades; iv) oposição a qualquer custo ao alistamento compulsório. Inicialmente, a organização funcionou através de um sistema de diretórios coordenado e financiado pelo Liberty Lobby (L.L.) de Carto. FBI (Federal Bureau of Inteligency). Memorando 157-3447-73, Pasta 157-3447, Washington, D.C., 28/06/1969. Uma série de correspondências entre Carto e Revillo P. Olliver, professor de letras clássicas na Universidade de Illinois e um destacado formulador da extrema-direita racista estadunidense do pós-guerra, tratam de etapas do processo de formação da organização da qual se Oliver se tornaria conselheiro, c.f.: CARTO, W. [Carta]. São Francisco, 4/11/1968. [Para]. Revilo P. Oliver, Urbana, 1.f. Em que convida para reunião secreta e para seção de “Escola Política” e apresenta projeto de organização juvenil; OLIVER, R. [Carta]. Urbana, 29/11/1968. [Para] CARTO, W. Washington, D.C. 4 ff. Em que dá conselhos sobre organização e programa da NYA, e também sobre atividades editoriais e organizacionais; um filme institucional que apresenta a organização e seu programa protagonizado por Oliver em 1969 pode ser visto em REVILO P. Oliver: 50 years after National Youth Alliance. National Youth Alliance, 1969, 37 min. (video); disponível em < <https://archive.org/details/ReviloOliverAfter50YearsNationalYouthAlliance>>, acessado em 05/03/2017.

²⁵ THE myth of the six million. Sausalito: Noontide Press, 1969.

²⁶ Idem.; C.f.: DAWIDOWICZ, L. S. Lies about the Holocaust. *Commentary Magazine*, dez. de 1980.

Por que esse livro foi lançado naquela reunião? Por que uma história como essa seria de interesse dos jovens da N.Y.A.? O que aquele encontro tinha a ver com a imagem do passado incorporada na tese apresentada através do livro?

Antes de mais nada, o livro era um produto da casa. Essa primeira edição de *The Myth...* saiu da prensa da Noontide Press (N.P.), uma pequena editora que funcionava desde meados da década de 1950 na Costa Oeste estadunidense publicando e distribuindo literatura racista e anti-comunista. O dono e editor da N.P era Willis Carto — o mesmo Carto que foi o organizador e o recrutador do Youth for Wallace, que fundou e estruturou o National Youth Alliance, que presidiu essa reunião de janeiro de 1969 e que comunicou o lançamento do livro²⁷.

Quando essa reunião aconteceu, Carto já era uma figura relativamente destacada da extrema-direita estadunidense. Depois de circular mais ou menos errante por diversos grupos e de fundar pequenas organizações e órgãos de imprensa sem expressividade e durabilidade ao longo da década de 1950, agora ele já tinha seus pés mais ou menos firmados. Entre meados e finais da década de 1960 ele trabalhou com John Welch na grande e nacionalmente articulada John Birch Society, organizou o Youth for Wallace, participou da coordenação da campanha presidencial de Wallace pelo Partido Independente e com isso, conseguiu reunir trânsitos e meios para instalar o escritório sede de uma agência de representação — *um lobby* — em Washington, D.C.

Desde 1958 Carto planejava dar esse passo em direção ao Capitólio e agora, com o seu Liberty Lobby, ele estava coordenando uma equipe em um endereço bem localizado na região administrativa da capital federal dos EUA. Lá o seu trato era com a grande política. Para cuidar dos interesses dos mais variados grupos de base (*grass-roots*) da extrema-direita estadunidense, ele e sua equipe lidavam com comitês, comissões e representantes do congresso federal, do executivo e do judiciário, ao mesmo tempo em que punham rodar os órgãos de imprensa e propaganda da organização (boletins, jornais, panfletos, relatórios, programas de rádio etc.).

Enquanto isso, na Costa Oeste, Carto cuidava do que restava de uma de suas primeiras empreitadas, mais especificamente, da Noontide Press, que agora estava incorporada a uma organização sem fins lucrativos que ele herdara de um amigo recém-

²⁷ Um catálogo editorial que certamente circulou em meados de 1966 oferecia apenas 17 títulos à venda. Desse total, 4 eram livros, 3 eram coleções de periódicos, 1 era um boletim e 9 eram panfletos. NOONTIDE PRESS. Book List, Los Angeles, sem data. Disponível em < https://archive.org/details/noontide_press_catalogs >, acessado em 15/03/2016.

falecido, a Legion for Survive of Freedom (L.S.F). Além disso, ele passou a dividir seu tempo com a continuação de um projeto editorial que veio junto com a herança do L.S.F: a publicação da American Mercury (A.M.), uma antes famosa e prestigiada revista da direita estadunidense, fundada pelo escritor Harry Louis Menken em 1924²⁸.

Carto foi também o responsável por introduzir o texto de *The Myth...* ao mundo. Ele assinou a pequena introdução desse igualmente pequeno volume com o seu pseudônimo douto, o Dr. E. L. Anderson²⁹. A intenção de seu texto extrapolava a de fornecer um simples guia de leitura para o livro. Na verdade, como um acidente planejado, Carto fazia isso falando mais do objeto do livro do que do livro em si.

Sua introdução tinha quatro partes devidamente atravessadas pela reiterada objetivação do Holocausto como uma “mentira”. Além deste anúncio que era dado a ler através de um léxico variado e semanticamente regular, essa grade de leitura fornecia também um programa. O texto abria com uma apresentação do objeto e de seus supostos efeitos práticos e propriamente políticos. A seguir, ela incluía o livro e o que ele realizava em uma dita “tradição”, apresentada como um esforço historiográfico dissidente (contra o que era denunciado como “historiadores da corte” e “a corte” dos historiadores), o chamado “*revisionismo*”. Logo depois, Carto retomava o tema dos efeitos políticos do Holocausto como “mito” para justificar o anonimato do autor do livro, a quem ele

²⁸ CARTO, Willis. A Liberty Lobby is needed. *Right*, set. 1957;_. Brief History of the Liberty Lobby. Washington, D.C.: Liberty Lobby, 7/12/1960, mimeografado. Disponível em < <http://willisacartolibrary.com/2017/10/31/liberty-lobby-the-official-history/> > , acesso em 10/01/2018; FBI. Memorando 105-4222-8. Los Angeles, 1/10/1958, Pasta 105-4222. C.f. ZESKIND, 2009.

²⁹ Carto usou este pseudônimo entre os anos 1950 e 1960 para assinar textos pretensiosamente filosóficos e doutrinários ou correspondências com intelectuais. Um bom exemplar deste tipo de prática é uma série de artigos originalmente publicados na *Right* que foram editados em panfleto e apresentados como “um ensaio de três partes sobre a ‘dinâmica cultural’”. Nesses artigos, através do “Dr. Anderson”, Carto elaborou os componentes de “uma ciência” e de “uma ética” que pretendiam atualizar o pessimismo cultural spengleriano. A lógica dessa crença mal apresentada como a ciência ou o sistema de pensamento “da dinâmica cultural” é a do nacionalismo racista. Ela pressupõe que a raça e a nação são uma “unidade cultural” que entra em um processo de decadência através do contato com elementos estrangeiros. Apresentado como “eugenia positiva”, seu método dito progressista deveria coordenar um programa “de evolução” racial que consistia em um programa de purificação vagamente definido em termos de deportações generalizadas. Esse método e aquela dita teoria deveriam informar uma ética que recebeu o nome de “Evo-tismo”. Seu fundamento era o de que uma pessoa boa é aquela que contribui “totalmente com as forças que cooperam para evolução de nossos descendentes” e se “opõem ativamente àquelas que contribuem para a degeneração” dos mesmos. Nesses artigos publicados entre 1959 e 1960, esse programa foi apresentado como uma alternativa construtiva a um internacionalismo conspiratório que caracterizava e amalgamava o marxismo comunista/socialista ao capital financeiro dos liberais. Essa visão e o projeto são apresentados como se fossem exclusiva e verdadeiramente pluralistas e igualitários, e isso por que queriam fazer com que cada uma das ditas “unidades culturais” fosse livre para perseguir separadamente o seu caminho evolutivo sem o risco de contaminação pelos ditos “elementos estrangeiros”. O panfleto foi publicado por uma “Liga para a Dinâmica Cultural”; o endereço postal dessa liga é o mesmo da Noontide Press. ANDERSON, E.L. (Willis Carto) *Cultural Dynamics*. Sausalito: The League for Cultural Dynamics, 1960; FBI. Memorando 105-4222-31, 02/01/1959 apura o uso desse pseudônimo por Carto.

apresenta como sendo um professor universitário que teria preferido o anonimato a por em risco sua carreira. Por fim, e de maneira só aparentemente irônica, Carto apresentava como chave de leitura para o livro um trecho do décimo capítulo do *Mein Kampf*, em que Hitler trata “(d)o judeu” como produtor, agente e sujeito da grande mentira (*big lie*). Ao fazer essa citação adaptada, era como se Carto quisesse colocar o próprio Hitler a reiterar uma das premissas de *The Myth...* : a de que “o judeu” é um sujeito abstrato, naturalmente conspirador e vil³⁰.

O programa da introdução de Carto se prendia à essa objetivação. Nele Carto elaborava a ideia de que o extermínio sistemático de seis milhões de judeus pelos nazistas só poderia fazer sentido como “(um)a mentira”, como “(um)a lenda”, como “(um)a fraude”, como (um)a “enganação” e como “(o) mito”, enfim, como um exemplar categórico da “grande mentira”. Assim, e só assim, o extermínio nazista poderia provocar efeitos sobre o mundo. E de nenhuma outra maneira ele poderia denunciar a situação de degeneração do mundo, da qual seria, ao mesmo tempo, produto e produtor. Ainda que ambos fossem vagamente definidos como equivalentes, o programa de Carto sugeria que a destruição desse suposto mito era equivalente à superação desse estado de coisas e o passo necessário para a subsequente restauração de uma ordem perfeita³¹.

Para Carto, os efeitos negativos dos discursos sobre o Holocausto extrapolavam aquele que ele percebia como sendo a falsa justificativa moral para as indenizações e reparações pagas pela Alemanha, segundo ele, a “Israel e seus judeus espalhados pelo mundo”. Esse era um problema para ele, mas era questão exclusivamente alemã. De outra forma, interessavam a Carto os supostos e mais graves efeitos do Holocausto sobre os EUA e sobre o que seria o “mundo ocidental”.

Na introdução-programa de *The Myth...*, o mais nefasto desses efeitos aparece como uma espécie de censura generalizada sobre o que falar e fazer. Para Carto, essas interdições incidiam marcadamente sobre dois problemas: o da “culpa da guerra” e “o racial”. Os dois problemas são elaborados de maneira mutuamente imbricados. No

³⁰ ANDERSON, E.L. (Willis Carto). Introduction. In: THE myth of six million. Sausalito: Noontide Press, 1969, pp. 1-5. A citação adaptada do *Mein Kampf* realizada por Carto corresponde a um trecho do capítulo 10, em que Hitler atribui aos judeus e aos comunistas a culpa pela queda do Imperio Alemão e a culpa por disfarçar a suposta causa da crise como a derrota da Alemanha na I Guerra Mundial, o que para ele seria a “grande mentira” (*big-lie*), uma prática caracterizada por Hitler como sendo essencialmente constituinte desses sujeitos coletivos. A referência exata ao trecho adaptado e reproduzido por Carto é: HITLER, A. *Mein Kampf*. Londres: Hurst and Blackett, 1939, p. 185. Cap. 10.

³¹ Idem.

primeiro caso, Carto fazia ver que uma suposta história “oficial” da II Guerra Mundial havia transformado a dita “verdadeira” em um tabu impronunciável. Para ele, a grande e única verdade sobre a Guerra era a derrota do Ocidente para aquela que seria “a força oculta do sionismo” e para aquele que seria “seu irmão gêmeo, o comunismo”.

Assim, para Carto, a derrota do Ocidente através da guerra era também a derrota dos EUA que, depois de então, definitivamente e de uma vez por todas, teria sido invadido e ocupado por essas entidades enigmáticas, conspiradoras e degeneradoras. Dessa forma, esses aos quais Carto também chama de “perpetradores do mito” teriam, segundo acreditava o mesmo, “encorajado o contato entre negros e brancos em uma mesma sociedade” e, ao fazerem isso, teriam hipoteticamente inviabilizado uma solução para esse dito problema, elaborada, por sua vez, em termos de uma “política racial” pensada e executada em termos e expedientes segregacionistas³².

A diretriz do programa de Carto era o combate ao suposto “mito” e aos seus hipotéticos criadores e propagandistas. Se os discursos sobre a política de exclusão e extermínio nazista e os seus produtores teriam contribuído para degenerar o mundo, eles poderiam ser interrompidos. Basicamente, era a essa a sugestão programática de Cart. E aquela história incorporada ao volume de *The Myth...* era ofertada como uma boa arma para esse combate. O raciocínio era o de que, se não houve Holocausto, o regime nazista não foi mais criminoso que os países Aliados; e, se foi assim, ainda havia espaço para concepções e programas de mundo excludentes e racistas que, de alguma forma, se relacionavam com o nazismo. A intenção final era a de dotar esse esquema de percepção do passado nazista com um sentido positivo, ao mesmo tempo em que se viabiliza, no presente, o projeto de segregação racial.

The Myth... materializava essa intenção e também os hábitos de pensamento que atravessam essas formas de perceber e de querer transformar o mundo. Por isso a história que se contava através do livro era uma boa história para ser contada naquelas circunstâncias e um bom volume para ser lançado naquela feita em que se reuniram os jovens do então novíssimo N.Y.A³³.

³² Idem.

³³ Idem.

O “Revisionismo” e os “Revisionistas”.

A primeira edição de *The Myth...* apareceu como uma publicação anônima. Em sua introdução, Carto apresentou o escritor do texto base do volume como um professor universitário que, temendo retaliações, teria preferido o anonimato. Anos mais tarde, soube-se que o autor de *The Myth...* era, na verdade, David Hoggan, doutor em História por Havard com uma tese sobre as relações diplomáticas entre a Alemanha e a Polônia nos anos imediatamente anteriores à guerra, defendida em 1948.

É verdade que quando a primeira edição de *The Myth...* saiu, Hoggan já tinha atuado como professor substituto em universidades nos EUA. Em nenhuma dessas experiências, entretanto, ele foi efetivado no cargo para que pudesse sofrer represálias e ser demitido por ter escrito o que escreveu sobre o extermínio nazista. Talvez o medo sugerido pela meia-verdade de Carto não fosse apenas um recurso usado para convencer que *The Myth...* era um livro perigoso e, por isso, verdadeiro. É igualmente possível que a decisão pelo anonimato tenha sido informada por esse medo, que, então, poderia ser derivado de uma auto-percepção um tanto exagerada do próprio Hoggan. De qualquer forma, havia precedentes que pudessem justificar a escolha pelo anônimo.

Antes de *The Myth...*, em 1961, Hoggan havia publicado uma versão de sua tese de doutoramento. O volume foi publicado na Europa, em alemão, por uma importante editora da extrema-direita da República Federal da Alemanha. Apesar disso, ele não passou despercebido no país natal de seu autor. Em 1962, um já importante estudioso da II Guerra Mundial, o historiador Gerard Weinberg, publicou na prestigiosa *The American Historical Review* uma resenha em que criticava e apresentava este primeiro livro de Hoggan a leitores anglófonos. Weinberg demonstrou detalhadamente a falsidade da tese de Hoggan, segundo a qual o governo polonês e o governo inglês haviam conspirado contra o III Reich e, com isso, levado à Europa ao estado de Guerra. Weinberg expôs um a um os argumentos que sustentavam a tese de Hoggan para, depois, identificar neles um conjunto de fraudes processuais. Não por acaso, esse livro foi publicado nos EUA, pelo IHR, apenas em 1989, um ano após a morte de Hoggan³⁴.

³⁴ A primeira edição do livro de Hoggan foi publicada pela Verlag der Deutschen Hochschullehner-Zeitung em 1961. Ele foi traduzido para o alemão por Mabel E. Narjes e editado por H. Grabert. Narjes foi uma famosa tradutora da extrema-direita alemã e Grabert um influente editor da cena. Ambos foram responsáveis pela tradução e pela publicação de materiais negacionistas originalmente publicados em inglês na Alemanha. O livro ficou conhecido dos historiadores estadunidenses através de uma resenha crítica publicada pelo historiador Gerhard L. Weinberg no periódico *The American Historical Review*. A

Além da crítica de Weimberg, Hoggan encontrou, ainda que entre os seus, entusiastas e a defensores desse seu primeiro livro. Um deles foi o historiador Harry Elmer Barnes, amigo íntimo de Hoggan que teria acompanhado o processo de transformação da tese de doutoramento no livro de 1961. Barnes experimentara algum prestígio profissional entre os anos 1920 e 1930, quando transitara relativamente bem por círculos intelectuais da esquerda e por diferentes campos das ciências sociais estadunidenses. Pelo final dos anos 1930 ele passou a ser conhecido como um ardente nacionalista, um veemente anticomunista e um ferrenho crítico do *New Deal* e do governo Roosevelt no geral. Em virtude de suas críticas iconoclastas, de pouco ou nenhum rigor, ao longo dos anos 1940 e até sua morte, em 1968, Barnes encontrou dificuldades em publicar seus escritos. Por essa época, quando não os publicava através de pequenas editoras e periódicos da extrema-direita, ele mesmo o fazia de forma independente. Segundo a historiadora Lucy Dawidowicz, no final de sua vida Barnes se transformara no “pretensioso decano dos historiadores isolacionistas, no guru de incipientes libertários e no santo-patrono de neonazis que buscavam legitimidade acadêmica”³⁵.

É de Barnes um dos cinco artigos que compuseram o apêndice da edição original de *The Myth of the Six Million* pela Nootide Press de Carto. A seleção dos artigos seguiu alguns critérios mais ou menos vagos. Antes de mais nada, tudo indica que os artigos foram selecionados para oferecer uma espécie de coro às proclamações apresentadas na introdução e no texto base do livro.

Os artigos eram todos igualmente produtos da casa. Antes de formarem o apêndice de *The Myth...* eles apareceram originalmente publicados no *American Mercury*, entre 1967 e 1968. Sem exceção, todos os cinco textos da seleção falavam de uma mesma forma sobre “os judeus” como uma unidade singular-coletiva e equivalente a outras

referência do livro de Hoggan é aquela fornecida por esta resenha. Essa clara e precisa resenha de Weimberg apresenta a tese, os argumentos e os métodos que Hoggan usou para este livro; quanto aos últimos, eles são os mesmos que foram usados em *The Myth of Six Million*. C.f.: HOGGAN, D. *Der Erzwungene Krieg: die Ursachen und Urheber des 2. Weltkriegs*. Tübingen: Verlag der Deutschen Hochschullehrer- Zeitung, 1961, 893 pp. Resenha de: WEINBERG, G.L.A. *The American Historical Review*, vol. 68, n. 1, out. 1962. Disponível em < <https://doi.org/10.1086/ahr/68.1.104> > . Acessado em 18/03/2017. O artigo em que a historiadora Lucy Dawidowicz situa este livro de Hoggan em relação ao negacionismo, pode ser conferido em DAWIDOWICZ, 1980. Após a morte de Hoggan, *Der Erzwungene Krieg* foi traduzido para o inglês, editado e publicado pelo IHR como *The Forced War: when peacefull revision failed*. C.f.: HOGGAN, D. *The Forced War: when the peaceful revision failed*. Costa Mesa: Institute for Historical Review, 1989. Disponível em < https://archive.org/stream/TheForcedWar/HOGGANForcedWar_djvu.txt > acessado em 15/02/2017.

³⁵ C.f.: DAWIDOWICZ, L., 1980, op.cit.

unidades representadas nesses mesmos termos como “o sionismo”/ “os sionistas” ou “o Estado de Israel”. É igualmente comum aos cinco artigos que compuseram esse apêndice a proclamação de que tais unidades seriam uma única e mesma entidade essencialmente mal que conspira fora do tempo e o tempo todo contra “o Ocidente” em função de interesses próprios e misteriosos que, não raro, seriam os mesmos “dos comunistas”. Da mesma forma, em todos esses casos, essa suposta conspiração estaria objetivada em e se valia de interpretações sobre o passado³⁶.

Três desses artigos tinham o Holocausto como tema. Um deles era assinado por Austin J. App, então professor de inglês, diretor de uma importante organização de alemães-étnicos nos EUA e conselheiro do National Youth Alliance. Nesse seu artigo, referindo-se ao Holocausto, App proclamava que o “caso dos seis milhões” seria uma “fantasia” e uma peça de “propaganda dos sionistas” e “dos comunistas” contra “os alemães”³⁷.

Os outros dois artigos que tratavam do Holocausto eram homenagens ao recém-falecido Paul Rassinier. O primeiro desses foi assinado por Herbert C. Roseman, editor e dono da Historical Review Press, uma editora nova-iorquina especializada em literatura dita “reviscionista” e libertária. Esse texto de Roseman foi escrito como um obituário e contava uma história sobre quem foi o que fez Rassinier para incluí-lo no rol dos destacados “historiadores revisionistas”. O outro, escrito por Barnes, fazia o mesmo ao apresentar um comentário sobre escritos e teses de Rassinier sobre o Holocausto – para Barnes, a “fraude sionista”³⁸.

O texto de Barnes foi apresentado como um comentário a *Le Drame des Juifs Européens* (“O drama dos judeus Europeus”), livro de Rassinier originalmente publicado em 1964 pela *Les Sept Couleurs* de Maurice Bardèche. A ideia motivadora e articuladora do artigo é a de que este livro de Rassinier diria mais sobre o presente do que sobre o passado que seria o seu objeto. Essa tese que é um lugar comum e, assim, uma generalização, aparece formulada na introdução do texto, antecedida por uma nota

³⁶HEIMAN, L.; HENDRY, T.; APP, A. J.; ROSEMAN, H.C.; BARNES, H.E. Appendicis. In: THE myth of six million. Sausalito: Noontide Press, 1969.

³⁷ APP, A.J. That elusive six million. In: THE myth of six million. Sausalito: Noontide Press, 1969. Apêndice. Oliver foi um dos cinco “patriotas” veteranos que integraram o conselho da NYA por aquela época. C.f.: VALENTINE, P. W. Rightist claims cure for college violence. The Los Angeles Times, Los Angeles, 26/05/1969, anexo a FBI. Memorando 157-3444-73. Nova York, 28/07/1969, Pasta 157-3444, Série 2. Para outras informações biográficas a respeito de App, c.f.: LIPSTADT, 1993, pp. 83-102.

³⁸Sobre Roseman, c.f.: AMERICAN HERITAGE CENTER. *Inventory of the Herbert C. Roseman Papers* (1950-1969). Laramie: University of Wyoming, 2013.

biográfica que transforma o negacionista francês em um perito (“um historiador que lida cuidadosamente com fatos, figuras e documentos”) e em uma testemunha que esteve nos campos nazistas e que, por isso mesmo, sabia sobre o que não aconteceu lá e sabia como falar sobre esses não-acontecidos.

Além dessa introdução, o texto do artigo de Barnes é composto por outras quatro partes progressivamente organizadas, nas quais Barnes fala sobre aspectos desse presente que estariam denunciados no livro de Rassinier. No geral, Barnes lê nos escritos de Rassinier a denúncia de suposta conspiração comunista-sionista que intencionava dominar e colonizar a Alemanha para sempre, usando, inclusive, os discursos sobre o Holocausto. Segundo Barnes, Rassinier teria demonstrado que parte dessa conspiração assumia a forma de uma ostensiva campanha de propaganda organizada em torno da ação conjunta e coordenada de *a)* tribunais que produziram documentos, testemunhos, evidências e provas sobre os crimes e os criminosos nazistas; *b)* centros de documentação que organizavam e depositavam esses materiais; e *c)* e de intelectuais que transformavam esses materiais em livros.

Segundo Barnes, Rassinier teria acertadamente demonstrado que, através desse suposto esquema de conspiração e propaganda executado por Israel e pela URSS, “o movimento sionista internacional” teria fornecido “a Khrushchev o seu principal argumento, ao alegar que alemães assinaram seis milhões de judeus em câmaras de gás”. Para Barnes, Rassinier mostrava que essa suposta “alegação” anti-nazista era usada como um meio de isolar, manter desarmada e enfraquecer a Alemanha Ocidental segundo os interesses da URSS, que, em contrapartida, deixava as indenizações para aqueles que seriam “os banqueiros da Diáspora”, em referência a quem recebeu por direito as reparações pagas pela Alemanha. Assim, atravessada por sua leitura do negacionista francês, a conclusão final de Barnes seria a de que a dita “alegação” do extermínio de seis milhões era uma fraude produzida através de “documentos falsos, de fracos testemunhos, e de estatísticas conscientemente infladas” em função dos interesses financeiros do Estado de Israel e dos interesses geopolíticos da URSS³⁹.

³⁹ BARNES, H.E., 1969, op. Cit. Sobre Rassinier e o negacionismo francês, c.f.: BAYARD, F. *Comment l'idée vint à M. Rassinier: naissance du révisionnisme*. Paris: Fayard, 1996. [Coleção Pour une histoire du XX^e siècle]; MORAES, L.E.S. Negacionismo: a extrema-direita e a negação da política de extermínio nazista. *Boletim do Tempo Presente*, n. 4, agosto de 2013. RASSINIER, P. *Le Drame des Juifs Européens*. 2. Ed. Paris: La Vieille Taupe, 1984. A edição que referencio é a recortada e editada no volume de _____. *Debunking the genocide myth: a study of the Nazi concentration camps*. Noontide Press: Los Angeles, 1978.

Tudo indica que Barnes foi mesmo um introdutor dos escritos e das teses de Rassinier em círculos da direita estadunidense. Entretanto, não há evidências de que tenha sido ele quem apresentou o tal “revisionismo” a Carto. De qualquer forma, enquanto se corresponderam entre os finais dos anos 1950 e meados dos 1960, Barnes manteve Carto informado sobre quem e o que acontecia nesse e naquele mundo dos ainda poucos e incipientes escritores e escritos sobre o dito “mito dos seis milhões”.

Barnes tinha uma relação mais ou menos direta com Carto. Um aspecto dessa relação incluía a indicação e comentários sobre escritos e autores desse campo. Além disso, não era raro que Barnes indicasse pessoas que pudessem trabalhar ou eventualmente escrever para alguma das iniciativas editoriais de Carto. Foi nessas circunstâncias que Rassinier apareceu.

Durante 1965 Barnes e Carto se corresponderam e se frequentaram para, entre outras questões, tratar da publicação de artigos do negacionista francês em inglês. Para preparar o material para publicação, Barnes esperava saber algo sobre Rassinier através de intermediários que incluía um inacessível e reticente Hoggan, que então estava na Europa e já transitava pela extrema-direita do velho continente. Parece que os informantes de Barnes tiveram um contato atravessado com o negacionista francês, pois ignoravam que, naquela altura, Rassinier já tinha trânsitos orgânicos pela extrema-direita francesa e alemã. Segundo informaram os intermediários de Barnes, em meados da década de 1960, Rassinier ainda era um socialista. A informação atravessada era negativa. Quando soube dessa forma do socialismo de Rassinier, Barnes não hesitou em escrever para Carto aconselhando-o de que, apesar do suposto socialismo de Rassinier, seus escritos seriam bons para serem publicados no *Western Destiny* (WD), periódico de especializado em temas racistas publicado por Carto entre 1964 e 1966⁴⁰.

⁴⁰ BARNES, H.E. [Carta] Malibu, 20/01/1965. [Para] CARTO, W. Washington, D.C., 1 f. Em que descreve tentativas de saber da filiação política de Rassinier através de terceiros e se compromete em enviar uma resenha sobre “o último livro” do autor, referindo-se provavelmente a *Le Drame des Juifs Europeens*; BARNES, H.E. [Carta] Malibu, 23/01/1965. [Para] CARTO, W. Washington, D.C., 1 f. Em que comunica pedido a editor para remessa de livro de James J. Martin que provaria que a decisão pela entrada dos EUA na guerra teria sido afetada por uma conspiração entre comunistas e liberais, em que recomenda que artigos sobre esse livro fossem escritos para serem publicados no *Western Destiny*; BARNES, H.E. [Carta] Malibu, 6/03/1965. [Para] CARTO, W. Washington D.C., 1 f. Em que fornece informações sobre a trajetória de Rassinier e fornece conselho para a editoração e publicação de artigos do negacionista francês no *Western Destiny*; BARNES, H.E. [Carta] Malibu, 04/07/1965. [Para] CARTO, W. Los Angeles, 1 f. Em que se propõe a arranjar encontro entre Carto e James J. Martin, em que recomenda Martin Larson e Ralph Townshend para trabalho no L.L.

É possível que Carto tenha travado contato com o livro de Hoggan nessas mesmas circunstâncias⁴¹. E é igualmente provável que ele tenha publicado o volume sem a permissão de Hoggan. Afinal, logo depois da publicação de *The Myth...*, Hoggan moveu um processo contra Carto reclamando seus direitos autorais sobre o livro. O imbróglio se estendeu até 1973 e terminou com a retirada do processo por parte de Hoggan. Estipulou-se que os dois tenham celebrado algum tipo de acordo, já que no ano seguinte uma nova edição de *The Myth...* saiu pela mesma prensa da NP sem que o nome de Hoggan fosse creditado como autor do texto⁴².

De qualquer forma, Barnes era a referência direta através da qual Carto incluía *The Myth...* no que era elaborado como uma tendência ou tradição historiográfica dita dissidente: o tal “revisionismo”. E não era para menos. Barnes e Carto circularam e se encontraram em diferentes circunstâncias pelos mesmos terrenos da extrema-direita estadunidense. Em meados dos anos 1960, os programas e as visões de mundo racistas e anti-comunistas de ambos se coadunaram em direção a essa forma de perceber e elaborar o passado dita revisionista. O primeiro já era, e ainda é postumamente, uma dos mais destacados proponentes desse campo. E, além desses encontros e dessas posições, a estrutura formal do programa dito revisionista da direita dita libertária tal como elaborado e incorporado por Barnes era atrativa ao negacionismo programático de Carto.

Um dos axiomas que fundamenta o dito revisionismo dos libertários como programa e como disciplina dissidente e, portanto, alegadamente legítima, foi elaborado por Barnes. Sua expressão mais acabada é a fórmula, ou, melhor, o slogan do “reajustamento da escrita histórica aos fatos históricos” (“*the readjustment of historical writing to historical facts*”). O sentido dessa expressão ultrapassa, entretanto, o lugar comum da prática historioadora e da prática científica no geral, que se desenvolve

⁴¹ Em um artigo intitulado como “Uma Breve História do Revisionismo”, Carto dizia que Hoggan enviou o manuscrito recém-terminado de *The Myth...* para “amigos” e para pessoas que talvez pudessem se interessar pelo material. Entre os destinatários do primeiro tipo estavam Barnes, James J. Martin e Ralph Townshend; entre os do segundo tipo estava um Tom Serpico, “editor de impressos católicos e históricos em Hawthorne, Califórnia”. Segundo Carto, foi através desse editor que ele travou conhecimento com o livro de Hoggan. Esta história escrita por Carto foi publicada em um livro coletivo organizado, apresentado e publicado como um manual que incorporava um balanço e sistematizava o estado da arte do campo negacionista em meados dos anos 1990. A edição original deste livro foi organizada por Germar Rudolf e publicada em alemão pela Grabert em 1994, c.f: RUDOLF, G (Org.) *Ein Handbuch über strittige Fragen des 20 Jahrhunderts*. Tübingen: Grabert Verlag, 1994. Em 2003 Rudolf publicou o livro em inglês por sua própria editora primeiro volume de uma coletânea de manuais e livros de referência. O texto de Carto a que me refiro encontra-se nesta edição como: CARTO, W. A brief history of revisionism. In: RUDOLF, G. (Org.). *Dissection of the Holocaust: the growing critique of ‘truth’ and ‘memory’*. Chicago: Thesis and Dissertations Press, 2003, pp. 579-582, cap. 18. Holocaust Handbooks Series, V. 1.

⁴² DAWIDOWICZ, L., 1980, op. cit

também por meio de revisões. O seu pressuposto era o de que certas representações do passado dominantes são essencialmente instrumentos de dominação do estado sobre os cidadãos. Nesse caso, esse tipo de dominação só é evidente em si mesma para os iniciados e sua formulação depende de uma forma de perceber, de elaborar e querer transformar “o Estado”. Para funcionar assim, esse princípio e esse programa precisam estar articulados a uma visão particular sobre o passado e sobre as interpretações do passado⁴³.

Nesse sentido, o “Estado” aparece como uma entidade unitária, substantiva e essencialmente dominadora que, para se manter assim, precisa necessariamente manipular e interditar, inclusive através da escrita e do ensino histórico. Por esse expediente, essa figura reificada, “o Estado”, produziria uma suposta “história oficial” que, por seu caráter essencialmente e apriori dominador, não poderia ser jamais uma história real e objetiva. Em suma, e antes de mais nada, o projeto desses ditos revisionistas libertários visa liberar uma história daquilo que eles percebem e elaboram como “o Estado”. Daí o comando do reajustamento⁴⁴.

⁴³ BARNES, H.E. Revisionism and the Historical Black-out. In:_____. (Org.) *Perpetual War for Perpetual Peace: A Critical Examination of the Foreign Policy of Franklin Delano Roosevelt and Its Aftermath*. Cadwell: Caxton, 1953, p. 7.

⁴⁴ Os termos libertarianismo/libertário se referem a um terreno político-intelectual acidentado, são polissêmicos e são objetos de disputas simbólicas pelo menos desde os anos 1950. Aqui eu me refiro a uma categoria nativa e falo de uma das vertentes de um movimento diverso, que se apresentava como libertário para marcar uma ruptura com o liberalismo clássico, com comunismo e com o socialismo – categorias que não raro eram e são homologizadas enquanto formas coletivistas e/ou centralizadoras de pensamento político, econômico e social. Barnes foi uma figura de proa desses círculos e foi transformado em um dos fundadores do dito revisionismo que, depois dele, foi continuado por James J. Martin, Murray Rothbard e pelos seus discípulos e herdeiros deste. Esse “revisionismo” que continua o de Barnes parte do pressuposto de que existe uma “história oficial” – uma história feita pelo estado e para o estado através da cooptação e do recrutamento destes a quem Barnes chamava de “historiadores da corte”. Segundo esse mesmo pressuposto, essa história é necessariamente falsa e serve para perpetuar a dominação do Estado sobre a vida das pessoas. Barnes se tornou atrativo para esses grupos por que seus escritos ditos revisionistas sobre a I e da II Guerra Mundial declaravam, no geral, que as guerras e a política externa intervencionista seriam o ponto alto da ação dominadora e centralizadora do estado e que as tentativas de “demonstrar” isso seriam continuamente suprimidas e condenadas ao ostracismo. C.f.: ROTHBARD, M. Harry Elmer Barnes, R.I.P. (Editorial) *Left and Right: a journal for libertarian thought*, Nova York, outono de 1968; Idem. The case for Revisionism (and against apriori history) *The Libertarian Forum*, Nova York, fev. de 1969; HAMOWY, R. (Org.). *The Encyclopedia of Libertarianism*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2009; Catho Institute; DOHERTY, Brian. *Radicals for Capitalism: a freewheeling history of the modern American Libertarianism*. Nova York: Public Affairs, 2007. Sobre o revisionismo libertário em relações ao campo historiográfico estadunidense, c.f.: APPLEBY, J.; HUNT, L.; JACOB, M. *Telling the truth about history*. Nova York: W.W. Norton & Cia., 1994; NOVICK, P. *That noble dream: the “objectivity” and the american historical profession*. Nova York: Cambridge University Press, 2005 (1988). Para uma visão nativa, c.f.: RIGGENBACH, Jeff. *Why American history is not what they say: an introduction to revisionism*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2009. Carto transitou por esses círculos da direita libertária estadunidense durante a década de 1950 através de Robert Lefevre, figura que se tornaria um dos pontos nodais daquela rede construída em torno de Rothbard. Esses vínculos se mantiveram e se aprofundaram, apesar de ele ter deixado e transitar organicamente por esse terreno já no final daquela década. Seu desligamento relativo pode estar relacionado a questões programáticas (a defesa radical do

A estrutura formal desse programa é a mesma da introdução de Carto a *The Myth*. As referências diretas, nominais, e a presença do artigo de Barnes na composição do livro denunciam que essa espécie de transubstanciação não foi acidental. Carto também queria propor meios de liberar um passado dominado e dominador. Mas, para ele, os sujeitos e os agentes dessa dominação global eram outros. No caso desta primeira edição de *The Myth*, essa operação de liberação do mundo através de uma liberação do passado dependia de um esquema de percepção do mundo e do passado fundamentalmente racista que estava articulada em outra infame introdução-programa de Carto: a que abria as edições de *Imperium*, livro do fascista estadunidense Francis Parker Yockey a que, em 1969, Carto estava tentando transformar em uma espécie de manifesto programático para a sua National Youth Alliance. Nessa introdução-programa Carto elaborou pela primeira vez o princípio que atravessa a edição de *The Myth* – a crença de que essa dominação global que atingia e se valia das interpretações do passado era, ao mesmo tempo, o produto e o produtor de um estado de coisas decadente que teria sido instaurado e mantido por supostos e misteriosos elementos estrangeiros essencialmente inimigos, corruptores, degenerados e degeneradores do ocidente⁴⁵.

nacionalismo racista e segregacionista) e a questões organizacionais (a falta de apoio para as suas próprias iniciativas organizacionais). O afastamento se deu no momento em que Carto passou a circular por grupos segregacionistas de projeção nacional, com a John Birch Society de John Welch, e a buscar apoio nesses. De qualquer forma, pelos idos da década de 1980, Carto via o libertarianismo como uma espécie de “religião secular”, como uma ideologia estrangeira, como uma difícil e irrealizável síntese entre o anarquismo de esquerda, o conservadorismo de direita e a defesa do livre mercado, um fundamento essencialmente liberal. C.f.: CARTO, Willis. *Libertarianism*. In:_. *Populism vs. Plutocracy: the universal struggle*. 2ª Ed. Washington: Liberty Lobby, 1996, p. 273, Apêndice 1 – A Populist Glossary. Sobre o libertarianismo no geral, c.f.: BRENNAN, J.; VOSSEN, B. van der; SCHIDTZ, D. (Orgs.). *The Routledge Handbook on Libertarianism*. Nova York: Routledge, 2017; MACLEAN, Nancy. *Democracy in chains: the deep history of the radical right’s stealth plan for America*. Nova York: Viking/Penguin Random House, 2017. Sobre Welch e a JBS, c.f.: MULLOY, D.J. *The World of the John Birch Society: conspiracy, conservatism, and the Cold War*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2014. Ed. Digital.

⁴⁵Yockey era um advogado de formação que começou a circular pela extrema-direita estadunidense nos anos 1930, através do *German-American Bund*, uma associação de imigrantes e alemães étnicos simpatizantes do Nazismo. Em 1946, ele se voluntariou para trabalhar como assistente nos Tribunais Internacionais do PósGuerra na Europa, sendo logo dispensado por suspeitas de colaboração com grupos da extrema-direita – ele teria enviado documentos secretos para Maurice Bardèche usar em seu *Nuremberg*. No final de 1947, Yockey fugiu para a Irlanda e lá começou a trabalhar em *Imperium*, texto que, no ano seguinte, foi publicado em dois volumes por uma editora da extrema-direita inglesa. Neste livro, Yockey articulava a filosofia pessimista da história de Oswald Spengler à crença de que o processo de decadência do ocidente só poderia ser interrompido através de uma forma transeuropeia de fascismo que fosse capaz de estabelecer “uma reunião cultural” sob a forma de um *império* e, assim, derrotar o inimigo estadunidense e soviético. Sua proclamação se baseava nas ideias de que “a cultura ocidental” seria uma unidade espiritual que, qualitativa e essencialmente, distinguia “os europeus” dos demais povos; de que o processo de modernização havia fragmentado essa unidade em unidades políticas, i.e., criou as nações, e trouxe com elas todo o tipo de elementos degradantes; e de que, por trás de todos esses elementos – o racionalismo, o iluminismo, a democracia, o capitalismo, o comunismo, entre outras coisas do tipo – estaria “o judeu”: “o elemento estrangeiro” (*alien*); a substância disforme e ao mesmo “cultura-estado-nação-raça-

A introdução de Carto à *Imperium* realizava um feito extraordinário, mas relativamente simples. Através de uma síntese que preservava o princípio articulador do texto que introduzia, Carto conseguiu atualizar o anti-semitismo, o anti-americanismo e o (mais brando) anti-comunismo-soviético de Yockey em seu próprio programa nacionalista-racista. O dispositivo que fundamentava essa síntese e fazia funcionar essa atualização era chamado por Carto de uma “filosofia da história” – um conjunto mais ou menos sistemático de princípios que incorporavam uma forma de ver e de fazer ver o passado. Segundo Carto, essa dita filosofia tinha um sentido prático que era fundamentalmente político. Seus princípios estabeleciam que o passado era como o tempo da ocorrência contínua e inevitável da degeneração e do declínio do Ocidente enquanto “unidade orgânica cultural/racial”; que o presente era o tempo de lutas propriamente políticas contra os elementos estrangeiros e infiltrados que seriam os agentes dessa degeneração, e necessariamente, o tempo da mobilização para a sobrevivência dos valores que faziam do “Ocidente” esse tipo de unidade distinta e distintiva; e, por fim, estabelecia que a expectativa de um futuro como o tempo do expurgo e da vitória sobre os elementos degeneradores e da construção de uma ordem e de um mundo regenerados⁴⁶.

povo” (*Culture-State-Nation-Race-People of the Jew*), “o organismo hermético dentro de uma dilacerada” unidade territorial, “o inimigo infiltrado”, “o parasita cultural”, “o adulterador cultural” (*culture disorder*), enfim, “o retardatário cultural”. Seus escritos teriam chamado atenção de Oswald Mosley e de outras figuras destacadas do fascismo inglês e europeu do entre e do pós-guerra. De forma que, em 1948, Yockey já tinha vínculos orgânicos e era um dos formuladores do *Union Movement* (U.M.), braço intelectual do nacionalismo fascista pan-europeu organizado em torno de Mosley. Pelos idos do ano seguinte, divergências programáticas em torno da retórica anti-comunista e nacionalista de Mosley teriam levado Yockey a deixar o U.M. Logo depois de seu rompimento, Yockey e outros dois dissidentes fundaram o *European Liberation Front*. Tanto Mosley quanto os seus dissidentes visavam implementar um programa fascista transnacional na Europa e relegavam a este caráter transnacional a possibilidade de sucesso do projeto. As formas de implementação desse programa, entretanto, eram diferentes. Para o primeiro, o fascismo europeu só poderia ser um movimento de bases militantes e de massas; para Yockey e seus parceiros, o programa só poderia se afirmar através de um movimento de elites intelectuais. Os escritos doutrinários de *Imperium* forneceram as bases do programa proposto por Yockey no manifesto que marcou o lançamento do *European Liberation Front*, o *The Proclamation of London*, que era uma espécie de panfleto que sintetizava as proclamações de *Imperium*. Carto conheceu Yockey em circunstâncias obscuras. Segundo Carto, o encontro entre os dois teria se dado pouco tempo antes do suicídio de Yockey em uma prisão nos EUA em 1960, onde firmaram uma relação virtual de discípulo e mestre. Através de sua introdução e de sua edição de *Imperium* em um volume único, Carto contribuiu para fazer de Yockey um dos ideólogos mais destacados da extrema-direita estadunidense. FBI Memorando 62 -106941-76, Washington, D.C., 7/12/1966, Pasta HQ 62-106941; ZESKIND, 2009, pp. 9-12; YOCKEY, F. P. *Imperium: the philosophy of history and politics*. Sausalito, Noontide Press, 1961; CARTO, W. Introduction. In: Indem.; YOCKEY, F.P. *The proclamation of London*. Londres: European Liberation Front, 1949. Disponível em < <https://ia800300.us.archive.org/22/items/TheProclamationOfLondon/Proclamation.pdf>>, acesso em 13/02/2017. C.f.: KOOGAN, K. *Lost Imperium: the European Liberation Front (1949-1954)*. *Patterns of prejudice*, vol 36, n.3, 2002.

⁴⁶ CARTO, 1961, op. Cit.

Era em relação a essa dita filosofia que a formulação do extermínio nazista como mentira, como propaganda ou como mito fazia sentido. Tal como incorporada nos textos da primeira edição de *The Myth...*, essa visão do passado nazista integra os esquemas de percepção do mundo de um campo da extrema-direita como visão global do passado, objeto e instrumento de lutas para a transformação do mundo. A crença de que o extermínio nazista era “um mito” produzido por conspiradores inimigos do Ocidente era uma ideia-força. Assim ela existiu, circulou, instituiu e foi instituída através de relações entre agentes em um estágio particular do desenvolvimento de um campo da extrema-direita estadunidense. Sua lógica era essa da dita filosofia da história elaborada por Carto através de Yockey; sua retórica era a mesma daquela prática revisionista dita libertária também consubstanciada. Entretanto, o sentido dessa crença como *ideia força* de um programa não dependeu só dessas variáveis⁴⁷.

Uma imagem do extermínio nazista atravessava os diferentes textos que compuseram a primeira edição de *The Myth...*, todos, inclusive o texto base, escritos entre 1962 e 1968. Mais que a introdução-programa negacionista de Carto, era essa imagem permitia a leitura desses diferentes materiais como um bloco monolítico e que, dessa forma, enquadrava a leitura da tese que atravessava esses diferentes textos. Em todos os casos, ela é uma imagem é unitária. O extermínio nazista aparece como uma substância única e unívoca, natural e auto-evidentemente como “a mentira”, ou que dá no mesmo, como “o mito dos seis milhões”. Por certo, isso não era mera casualidade.

Tratar do extermínio nazista como uma unidade era, naquele período, uma novidade. No imediato pós-guerra e ao longo dos anos 1950 pouco se falava sobre o extermínio nazista e, quando se falava, ele era elaborado termos universalistas. Esse foi, por exemplo, o caso do Diário de Anne Frank e de suas bem-sucedidas adaptações para o cinema e para o teatro entre 1952 e 1960. Foi com este mesmo tom que o jornalista William Shirer se referiu a vários “holocaustos” quando falou do conjunto dos crimes nazistas em certas passagens de seu *The Rise and fall of the Third Reich*, livro que em 1960 foi um fenômeno de vendas e que, segundo Peter Novick, teria colocado “o nazismo e a II Guerra Mundial no mapa cultural estadunidense”⁴⁸.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ NOVICK, P. *The Holocaust and collective memory*. Londres: Bloomsbury, 2001, pp. 127-145; SHIRER, W. L. *The rise and fall of the Third Reich: a history of Nazi Germany*. Nova York: Simon and Shuster, 1960, pp. 389, 986.

Diferentes destes materiais, os textos que integram a primeira edição de *The Myth...* foram escritos e publicados em uma situação em que pela primeira vez se falava publicamente do Holocausto como uma unidade autônoma e distinta do rol dos crimes nazistas. E é possível que isso tenha a ver com os efeitos e com as implicações do julgamento de Adolf Eichmann em 1961 sobre os discursos a respeito do Holocausto.

Eichmann era um oficial da SS lotado na burocracia nazista para a “solução final do problema judeu”. Reponsável pela logística de deportação e de transporte para os campos do sistema concentracional nazista, ele ficou conhecido como criminoso de guerra durante os julgamentos do Tribunal Militar Internacional em Nuremberg, dos quais ele não foi réu por estar foragido. Em 1960, Eichman foi capturado na Argentina por agentes do serviço de inteligência israelense. De lá, ele foi levado à Jerusalém, onde então foi preso, julgado, condenado e sentenciado à pena sumária por associação criminosa, por crimes contra a humanidade, por crimes de guerra e por crimes contra o povo judeu.

Esse processo que se estendeu entre 1960 e 1962 não foi sem consequências profundas. Seus efeitos extrapolaram os sentidos extra-jurídicos e propriamente políticos, assim como transcenderam as fronteiras do que então era o Estado de Israel. Articulada a esses efeitos e consequências de grande monta está esta forma de concepção e de percepção do Holocausto como um episódio distinto da história judaica e como um crime particular e destacado entre os crimes nazistas⁴⁹.

De acordo com David Cesarini, “por si mesmo o processo de Eichmann não criou a consciência sobre o que nós conhecemos hoje como o Holocausto”. Em parte, o caso foi baseado em “conceitos sobre o Terceiro Reich, discursos sobre ‘a personalidade nazista’ e em teorias sobre o totalitarismo” que de alguma forma já circulavam pelo menos desde a década de 1950. A novidade do julgamento estava na apresentação de uma quantidade massiva de evidências através de um formato diferente dos outros julgamentos de criminosos de guerra. Foi essa adaptação conscientemente planejada e executada pelo governo e pela justiça israelense que teria permitido um enquadramento dessa consciência em alguma medida já existente e a cristalização de novas tendências, sobretudo quanto ao lugar dos testemunhos e no que se refere ao lugar do Holocausto como passado e experiência comum de judeus de diferentes nacionalidades. Dessa forma, ainda de acordo com Cesarini, “o julgamento teve um profundo impacto inicial e imediato e, então, um

⁴⁹ARENDDT, H. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2004; NOVICK, 2001, op. Cit.;

efeito de longo prazo e uma influência mais sutil na formação de uma memória coletiva e de uma consciência histórica”⁵⁰.

Essa novidade relativa, bem como suas consequências, efeitos, impactos e implicações dependeram de outra: a cobertura multi-midiática desse julgamento que foi mesmo feito para ser visto e ouvido. Na verdade, o tema Eichman virou uma sensação pública que atravessou com algum vigor o curto período que vai de sua captura à sua execução. Durante o processo apareceram e foram bem-vendidas biografias que tentavam explicar Eichmann de maneira mais ou menos sensacionalista, com recurso a clichês psicológicos como traumas de infância, ressentimentos e transtornos de personalidade. A captura de Eichmann foi um evento que chamou atenção dos grandes jornais e desencadeou a atenção jornalística ao julgamento que foi coberto por veículos de informação internacionais. Além disso, o julgamento de Eichmann foi o primeiro de seu tipo a ser exibido pela televisão nos EUA e, segundo Jeffrey Shandler, “a primeira vez em que o Holocausto recebeu proeminente e extensiva cobertura através de jornais, debates, documentários e dramas televisivos transmitidos ao longo de meses”. A transmissão de fragmentos do julgamento via televisão foi uma grande novidade, mas esse ainda era um meio em ascensão. Quando aconteceu o julgamento de Eichmann, o rádio era a plataforma de comunicação em massa mais acessível e universalmente distribuída – especialmente em Israel, onde os mesmos trechos que iam para a TV nos EUA eram exibidos em salas de cinema especiais e onde as transmissões televisivas foram inauguradas apenas em 1968. Por isso, uma pequena e sofisticada estação de rádio equipada com dispositivos que permitiam não só a gravação, mas também a transmissão ao vivo dos procedimentos, foi instalada no tribunal para que se pudesse transmitir e retransmitir, no calor dos momentos e para todo o mundo, trechos e informações sobre o julgamento daquele que era então o mais infame dos criminosos nazistas⁵¹.

⁵⁰ CESARINI, D. Introduction. In: _____. (Org.) *After Eichmann: collective memory and Holocaust since 1961*. Nova York: Routledge, 2005, pp. 1-18.

⁵¹ C.f. CESARINI, 2005, op. Cit.; NOVICK, 2001, op. Cit.; YABLONKA, H. *The state of Israel vs. Adolf Eichmann*. Nova York: Schocken Books, 2004; MYLLER, Y, N. Creating Unity through History: The Eichmann Trial as Transition. *Journal of Modern Jewish Studies*, v. 1, n. 2, junho de 2002, pp. 131-149; LIEBES, T.; HERMAN, O.; PINCHEVSKI, A. Eichmann on the Air: Radio and the Making of an Historic Trial. *Historical Journal of Film, Radio and Television*, v. 27, n. 1, 2007, pp. 1-25; LAHAV, P. The Eichmann Trial, the Jewish Question and the American-Jewish Intelligentsia. *B.U.L. Review*, n. 555, 1992; SHANDLER, J. The man in the glass box: watching the Eichmann Trial on American Television. In: ZELIZER, B. (Org.) *Visual Culture and the Holocaust*. Londres: The Athlone Press, 2001. Um número de novembro de 1960 da Life Magazine é um exemplo paradigmático do tom da cobertura jornalística de grande circulação que se fez sobre o caso Eichmann nos EUA. Antes de ser preso, Eichmann foi extensivamente entrevistado por um colega nazista, um suposto jornalista também expatriado e foragido na Argentina. Os materiais coletados durante essas entrevistas deveriam servir de base para uma biografia do oficial da SS. Depois que Eichmann foi capturado e

Os efeitos do julgamento de Eichmann sobre os discursos relacionados ao extermínio nazista nos EUA foram significativos. De acordo com Peter Novick, junto com outras variáveis, o julgamento de Eichmann integra uma etapa transicional do processo de desenvolvimento dos discursos sobre o Holocausto nos EUA. Muito dos constrangimentos que regulavam em níveis diversos o que e como se falava sobre o Holocausto ao longo dos anos 1950 já não estavam presentes ou estavam mais frouxos – a morte de Stalin, a queda do mcartismo, a liberalização relativa de países do Leste Europeu, as mobilizações anti- armamentos nucleares, os movimentos pacifistas críticos à corrida armamentista, o movimento pelos direitos civis, a integração dos judeus deportados e imigrados, entre outros fatores, teriam, segundo Novick, tornado possível e até mesmo desejável falar sobre o Holocausto de maneira mais ou menos pública⁵².

É certo que isso não foi um processo sem ambiguidades, sem acidentes e sem percalços. Mas a forma como o julgamento apresentou o Holocausto a milhares de estadunidenses via jornais, revistas, rádio e TV tem muito a ver com o modo pelo qual e pelo quanto se passou a falar sobre o extermínio nazista nos anos que seguiram ao evento. As reações contemporâneas e mais influentes ao processo foram muitas. Segundo Novick, elas cabiam em dois grupos mais ou menos distintos. No primeiro estavam as que reconheciam como um bom feito a prisão e o julgamento de Eichmann, mas que se opunham ao fato de os processos correrem em Israel segundo a hipótese de que um julgamento como esse soaria como a particularização de um crime contra a humanidade e como uma vingança. No segundo cabiam as manifestações que se opunham ao processo

levado como prisioneiro para Israel, o tal jornalista vendeu as transcrições do material para a Life e para uma outra revista do mesmo tipo e de grande circulação na Alemanha Ocidental. Quando a Life publicou o conteúdo do material, ele foi apresentado por uma nota editorial e por uma linha do tempo ilustrada com aspectos da biografia de Eichmann. O editorial antecipava parte da lógica do tribunal israelense (“Eichmann incrimina-se a si mesmo como um dos grandes criminosos de guerra nazista, ao mesmo tempo em que acredita que sua própria história pode exonerá-lo dessa culpa”), apresentava o material e justificava sua publicação. Segundo os editores, eles não publicaram a história de Eichmann sobre a sua participação na “solução final” apenas como a lembrança do massacre dos judeus europeus. Ao contrário, o relato de Eichmann era uma “contribuição decisiva para a história dessa era horrivelmente brutal e tem uma relevância amarga para os nossos dias. Sob a forma de um patriotismo pervertido, Eichmann entregou sua consciência a um estado totalitário e, em retorno, esperava a promessa de solidariedade e de segurança feita por esse estado. Evidentemente, seus feitos fazem dele um exemplo extremo. Mas, entre os nazistas, os comunistas e outros totalitários do passado e do presente, ele poderá encontrar a companhia de homens que abdicaram totalmente de seu senso individual de moralidade em favor de um quadro fixo de instruções e diretivas. O relato de Eichmann mostra que o mal pode ser racionalizado porque foi codificado. (...)”. C.f.: THE Editors of Life presents a major historical document - Eichmann tells his own damning story, Part I – “I transport they ... to the butcher”. *Life Magazine*, v. 49, n. 22, 28 de novembro de 1960, pp. 19-16.

⁵² NOVICK, 2001, op.Cit.

como um todo e defendiam ou que o julgamento poderia beneficiar a URSS ou que ele ilustraria negativamente a diferença entre uma moral cristã pia e uma judaica vingativa⁵³.

Lideranças judaicas religiosas e seculares também reagiram de maneira ambígua à notícia do julgamento. Quando a notícia da captura e do julgamento de Eichmann ainda eram frescos, o que estava em jogo para essas lideranças eram os possíveis efeitos negativos do processo. Acreditava-se que a representação dos judeus como vítimas poderia implicar em uma reparação do anti-semitismo nos EUA, deteriorar ou ameaçar as imagens e as identidades de judeus estadunidenses já socialmente integrados e assimilados. Para tentar resolver e evitar que esses temores se concretizassem, representantes de organizações como a Anti-Defamation League (ADL) e a Jewish Defense League (JDL) tentaram apresentar o caso como se ele fosse de implicações universais. Aconteceu que essas ansiedades logo foram aplacadas pelas imagens fornecidas através do próprio julgamento: nelas, os judeus apareciam não apenas como vítimas, mas também e sobretudo como ativistas. E, à medida em que essas impressões positivas foram se afirmando ao longo do processo, as negativas (a ideia de vingança, de benefício da URSS, etc.) de dentro e fora dos círculos das lideranças e das organizações judaicas foram desaparecendo da vista pública. Em todos os casos que é mais importante, decisivo e rico em consequências é o fato de que o julgamento de Eichmann apresentou a muitos estadunidenses, fossem eles judeus ou não, a ideia de que a política e o processo de extermínio nazista era uma “entidade autônoma” e distinta dos crimes nazistas contra a humanidade como o Holocausto⁵⁴.

Não foi possível averiguar como a extrema-direita estadunidense reagiu a esses desenvolvimentos no momento em que eles aconteceram. Parece que esta é uma questão que ainda não foi formulada. De qualquer modo, não se pode desprezar como intuição ou como hipótese provisória a ideia de que esse campo tenha sentido e respondido a tais efeitos (na França por exemplo, há o caso de *Le Véritable Procès Eichmann ou les Vainqueurs incorrigibles* - O verdadeiro julgamento de Eichmann ou os vitoriosos incorrigíveis, sem tradução para o português - livro de Rassinier originalmente publicado em 1962 pela *Les Sept Couleurs*)⁵⁵.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ C.f.: nota 5.

Talvez *The Myth...* seja uma dessas reações. Sabe-se que ele não foi escrito e publicado fora de um contexto linguístico mais abrangente e multifacetado. A imagem do Holocausto como uma unidade que articula os diferentes textos da edição da Noontide Press para o livro de Hoggan dependia negativamente daquela fornecida através do julgamento de Eichmann. E isso não é um mero acidente. Logo depois do julgamento e há pouco tempo da sentença de Eichmann ter sido cumprida, Hoggan começou a trabalhar no texto base de *The Myth...*. Além disso, como se sabe, depois de ter completo o manuscrito, por volta de 1964, ele o fez conhecido de seus círculos de escritores, políticos e editores de extrema-direita estadunidense. Através desses trânsitos e por meio de um intermediário, o livro de Hoggan teria chegado a Carto que, a essa altura, já sabia do que e quem acontecia do mundo desses ditos “revisionistas” reunidos em torno de Barnes.

Foi por meio desses e nesses círculos que a escrita, a edição e a publicação de *The Myth...* aconteceu. Da mesma, foi através dos feixes de relações agora organizados em torno de Carto que a imagem do Holocausto incorporada a essa primeira edição do livro foi produzida, comunicada e socializada como elemento mobilizador de um programa político. Mas, dessa forma, ela não poderia produzir os efeitos desejados sem referências a um campo significativo mais amplo. E isso pode ter sido fornecido pelo modo através do qual se passou a representar o Holocausto após o julgamento de Eichmann. Portanto, a primeira edição de *The Myth...* aconteceu em uma situação em que as condições institucionais e discursivas existiam para tanto. Assim, essa edição e a imagem sobre o Holocausto que ela fornecia poderiam funcionar como instrumentos e objetos de mobilização e de lutas pelo pelas interpretações do passado e pela definição do mundo social. Mas, se armas e os instrumentos para a luta estavam disponíveis, a arena dessas lutas ainda não estava pronta.

O programa toma corpo.

Na primeira metade da década de 1970, o clima político estadunidense parecia não ser aquele do final dos anos 1960. Na lembrança do professor e crítico literário Thimoty Brennan, naquele tempo “uma certa visão socialdemocrata do passado recente” tinha sido “banida das discussões públicas e as crenças políticas mudaram

vigorosamente”⁵⁶. Os longos e relativamente estáveis processos que deram na arrebentação não cabem na lembrança de Brennan que, apesar disso, evoca bem o estado da superfície acidentada, turbulenta, ambígua e cambiante daquele mundo⁵⁷.

Essas e outras mudanças não foram sem efeitos para a extrema-direita estadunidense. Nesse campo minado agora cabiam organizações e grupos mais esotéricos e de retórica violenta e/ou revolucionária como a versão do *National Youth Alliance* para adultos, o *National Alliance* (NA), ou como as milícias rurais e suburbanas de *survivalists* que eram organizadas e armadas contra aquilo que seus agentes percebiam e temiam como uma espécie de apocalipse multicultural e/ou multirracial que tão cedo assolaria o país. Havia também espaço de destaque para as versões repaginadas da Ku Klux Klan (KKK), como a dos *Cavaleiros* (Knights of Ku Klux Kan – KKKK) de colarinho branco de David Duke, que, ao invés de portarem publicamente túnicas, tochas e rifles, agora usavam ternos e gabinetes políticos para defender uma visão e um projeto político racista-nacionalista. Neste mesmo terreno proliferaram os *think-tanks*, as fundações, os grupos, as “universidades”, as igrejas e as seitas da dita Nova Direita e da chamada Direita Religiosa. Aqui, nessas frentes abertas, multifacetadas e de diferentes formas inter-relacionadas, que acabaram por ser bem incorporadas ao governo Reagan, o léxico das disputas racistas foi substituído pelo da fé ou pelo da cultura e se manifestou por meio de massivas e ostensivas campanhas pró-segregação racial, anti-feministas, anti-LGBT, anti-impostos, anti-laicização do estado e da educação etc. De qualquer modo, o que unia esses e outros grupos e organizações nesse mesmo campo era a crença de que uma sociedade multirracial e/ou multicultural era ameaçadora e indesejável⁵⁸.

Essa crença que era tudo menos nova, estava incorporada às ações políticas de Carto pelo menos desde a década de 1950. Entretanto, alguma coisa aqui também havia

⁵⁶ BRENNAN, T. *Wars of Position: the cultural politics of left and right*. Nova York: Columbia University Press, 2005, p. 10.

⁵⁷ Sobre o conjunto geral dessas mudanças, c.f. HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

⁵⁸ Sobre esses grupo e o terreno deles, c.f.: WEINBERG, L. *Violence by the far right: the American experience*. In: TAYLOR, M.; HOLBROOK, D.; CURRIE, P.M. (Orgs.) *Extreme right wing political violence and terrorism*. Londres; Nova York: Bloomsbury, 2013; LOWNDES, J. E. *From the New Deal to the New Right: race and the Southern origins of modern conservatism*. New Haven: Yale University Press, 2008; UTTER, G. H.; STOREY, J.W. *The religious right: a reference handbook*. 2. Ed. Santa Bárbara: ABC Clio, 2001; SCHÄFER, A. R. *Countercultural Conservatives: American Evangelicalism from the postwar revival to the New Cristian Right*. Madison: The University of Winsconsin Press, 2011; ANSEL, A.E. *New Right, New Racism: race and reaction in the United States and Britain*. Londres: Macmillan, 1997; MCGIRR, L. *Suburban Warriors: the origins of the New American Right*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2001; BRENNAN, 2005; ZESKIND, 2009.

mudado. Os valores nacionalistas e racistas que integravam a visão de que misteriosas entidades “estrangeiras”, alheias aos interesses nacionais e representantes de minorias que haviam sequestrado a política estadunidense continuavam sendo o *leitmotif* do programa que atravessava as iniciativas organizacionais de Carto. Agora, porém, elas não estavam mais restritas a grupúsculos esotéricos.

Entre o fim da Guerra do Vietnã e o começo do governo Reagan, os agentes do Liberty Lobby começavam a colher os resultados dos esforços mobilizados contra seus rivais espalhados pelo espectro político estadunidense. A organização agora estava consolidada e tinha alcance nacional. Centenas de milhares de pessoas assinavam o seu tabloide semanal, o *Spotlight*, e ficavam sabendo sobre a organização através do *This is the Liberty Lobby*, programa de rádio diário que desde 1974 era retransmitido diariamente para o país inteiro através cerca de 400 emissoras⁵⁹.

Com o aumento e a afirmação da organização, seu programa também passou por algumas transformações. Em 1975, durante a convenção anual do Comitê de Política do Liberty Lobby, Carto fez um longo discurso sobre como “sobreviver” às ameaças daqueles dias percebidos por ele como “perigosos”. Para ele essas ameaças eram o mal resultado das “fracassadas políticas internacionalistas e liberais do passado” que, por sua vez, teriam dado na “integração racial” e em uma suposta “infiltração comunista”. E para Carto, isso era um indício da culpa dos que ignorariam o perigo e, assim, seriam colaboradores “do inimigo”. Esses culpados mais ou menos ingênuos seriam, então, “os milhares de conservadores americanos que pensavam que a forma de combater a conspiração armada contra eles mesmos era votar no Partido Republicano”. Antes disso, Carto criticava “os conservadores” por eles terem falhando em resolver “o problema racial”, por eles terem sido defensores do livre-comércio e, sobretudo, por eles terem sido desde sempre apoiadores da política externa intervencionista. Agora “eles” eram inimigos e assim deveriam ser objeto da ação concentrada dos agentes da organização de Carto:⁶⁰:

O Liberty Lobby consolidou a tese de que o conservadorismo está morto nos EUA, literal e politicamente extinto como um pássaro dodô, e que os patriotas devem ajustar seu pensamento para a sobrevivência [racial] e para o nacionalismo, longe das infrutíferas direções a **q**uais eles têm sido levados já

⁵⁹C.f.: ZESKIND, 2009.

⁶⁰CARTO, W. Discurso. Convenção Anual do Board of Policy do Liberty Lobby, Washington, D.C, 1975. Disponível em < <http://willisacartolibrary.com/2017/12/19/speech-to-the-liberty-lobby-convention-march9-1975/>> ; acessado em 03/05/2018.

há alguns anos por uma diversidade de pessoas, algumas das quais sinceras e outras não, umas honestas e outros simplesmente oportunistas⁶¹.

Mesmo como inimigos, os conservadores e todo o rol de oponentes do projeto de Carto, seriam apenas títeres de um outro maior e absoluto. Aquela força misteriosa e essencialmente conspiradora que caracterizava e agia sobre o passado de sua filosofia da história agora ganhava nomes e aqui se manifestava como “grupos de pressão estrangeiros”, “os judeus”, ou, o que para ele daria no mesmo, “os sionistas”, as “forças ocultas das Finanças Internacionais”, “os *plutocratas*”, os “*super-ricos*”, os “*capitalistas monopolistas*”, “os Rothschild”, a elite política e econômica do grupo Bilberg, entre outros – todos vistos e dados a ver como um único e mesmo organismo essencialmente mal, conspirador e inimigo do ocidente⁶².

Além de ganhar nomes, essa vertente pública e publicada do antissemitismo de Carto já não precisava de um pseudônimo para ser articulada e comunicada. No programa *populista* que passou a caracterizar a imagem do Liberty Lobby a partir daqueles anos, e que mais tarde foi incorporado e nomeou um partido, Carto declarava abertamente que a causa do problema dos EUA seria a “sanguinária besta de três cabeças do internacionalismo: o capitalismo internacional, o comunismo internacional e sionismo internacional”. Carto acreditava que essa entidade monstruosa era, ao mesmo tempo, a causa do problema e o impedimento de sua solução. E a solução proposta por ele não estava mais uma plataforma segregacionista vagamente definida. Ao contrário, ela estava incorporada na inusitada síntese de um programa baseado em uma ideia de “integridade racial” (que significava a segregação) e de um nacionalismo capaz de “colocar a América em primeiro plano” (*America First*). Segundo o programa de Carto, só a segregação racial e o nacionalismo radical poderiam livrar os EUA dessas supostas forças “internacionalistas”. Para Carto, essa solução programática seria um “retorno à uma tradição por natureza e excelência nacional”: o “Populismo”⁶³.

⁶¹ Idem.

⁶² Idem.

⁶³ CARTO, W. *Populism vs. Plutocracy: the universal struggle*. Washington: Liberty Lobby, 1982, p. 192. Este livro é composto por uma série de perfis biográficos de políticos estadunidenses e de outras figuras destacadas que teriam feito a história do populismo de Carto. Além dessa coleção de perfis que originalmente apareceram no *Spotlight* ao longo do final da década de 1970, o volume contava com uma introdução, uma conclusão e um “glossário populista”; a introdução e a conclusão forneciam o programa do populismo de Carto que mais tarde, em meados da década de 1980, daria corpo ao seu *Partido Populista* (*Populist Party* – PP). O termo populista e os seus derivados circulam em ambientes acidentados e, por conta disso, são polissêmicos, polivalentes e objetos de disputas simbólicas que têm suas histórias. Para

Outras vezes, Carto e seu pessoal eram menos enigmáticos em vociferar esse rumor conspiracionista. Nessas situações, as “forças internacionalistas” e “os grupos de pressão estrangeiros” apareciam substantivados como a Anti-Defamation League, como a Jewish Defense League ou como qualquer outra organização do tipo, já que para Carto e para os agentes do Liberty Lobby elas seriam essencialmente variações de uma mesma coisa. Há um caso desses que é paradigmático. Em 1974 a direção da Anti-Defamation League promoveu uma massiva campanha de boicote ao programa radiofônico do Liberty Lobby e conseguiu fazer com que algumas emissoras deixassem ou se recusassem a retransmiti-lo. Essa não foi a primeira campanha da Anti-Defamation League contra o Liberty Lobby e contra ações de Carto. Para responder a essa campanha específica e ao conjunto das que até então tinham sido lançadas, Carto publicou um livro através do qual “denunciava” e “documentava” essa campanha da Anti-Defamation-League como uma suposta “conspiração contra a liberdade nos EUA”. O livro foi editado por Carto como um relatório técnico, introduzido pelo diretor executivo do Liberty Lobby e teve sua autoria creditada à equipe da organização. Não de qualquer forma, este volume guardava profundas semelhanças com outro infame documento do moderno antissemitismo político: *Os Protocolos dos Sábios de Sião*⁶⁴.

não entrar no terreno das definições substantivas e polêmicas, aqui eu me refiro a uma categoria nativa. Nesse sentido, falo do populismo de Carto como um programa baseado em um nacionalismo racista anti-elitista, anti-capitalista, anti-liberal e anti-comunista. Segundo Carto, esse programa era uma espécie de doutrina, “o único sistema social, econômico e político capaz de deter os efeitos degenerativos e destrutivos da moderna sociedade industrial sobre a família, sobre a nação, sobre a raça e sobre a cultura (...) uma força para a estabilidade, criadora de uma sociedade tranquila na qual o crescimento individual e cultural possam ocorrer sem que o progresso seja ameaçado ou explorado pelas forças estrangeiras promotoras da distorção cultural”. Dessa forma, o dito populismo de Carto funcionava como uma fronteira que marcava uma posição distinta entre os demais elementos da direita estadunidense e que criava uma linha de continuidade com e herança com os movimentos supremacistas raciais que eclodiram durante a “dita era dourada” (*Gilded Age*) que teria se seguido ao período da Restauração do século XIX: o chamado populismo sulista, que teve sua expressão institucional através do *Peoples’ Party*. 9. Sobre o populismo, c.f.: LACLAU, E. *Towards a theory of Populism*. In _____. *Politics and ideology in marxist theory: capitalism, fascism, populism*. Londres: NBL, 1977; MUDDE, C.; KALTWASSER, C.R. *Populism: a very short introduction*. Nova York: Oxford University Press, 2017. Sobre o partido de Carto, c.f.: ZESKIND, L. *Origins of the Populist Party and the break with Reaganism. Blood and Politics: the history of the White nationalist movement from the margins to the mainstream*. Nova York: Farrar, Strauss and Giroux, 2009. Cap. 12. Ed; sobre o populismo sulista, c.f.: HAHN, Steven. *The roots of Southern Populism: Yeoman farmers and the transformation of Georgia Upcountry, 1850-1890*. Nova York: Oxford University Press, 1983; LESTER, C.L. *Up from the mudsills of hell: the Farmers’ Alliance, Populism, and Progressive Agriculture in Tennessee, 1870-1915*. Athens: University of Georgia Press, 2006.

⁶⁴ CARTO, W. (Org.) *Conspiracy against freedom: a documentation of one campaign of the AntiDefamation League against freedom of speech and thought in America*. Washington, D.C.: Liberty Lobby, 1982. Sobre *Os protocolos...*c.f.: BRONNER, S.E. *A rumor about the jews: reflections on antisemitism and the Protocols of the Learned Elders of Zion*. Nova York: St. Martin Press, 2000.

Os dois textos visavam contar uma história de conspirações aparentemente orquestradas por uma elite de judeus e faziam isso através de materiais apresentados como documentos e evidências da realidade dessas supostas *tramas*. As diferenças formais entre um texto e outro são poucas e sem prejuízo para as proclamações que ambos apresentam. Ao invés de dar a ler essa história unicamente através de falsas minutas produzidas durante um falso congresso em que anciãos judeus teriam se reunido para traçar um plano de dominação global, os agentes do Liberty Lobby falavam dessa conspiração como um desvio da história nacional dos EUA. Essa história era a da luta de europeus que teriam feito do país o lugar da liberdade de expressão e propriedade até que, em algum momento, depois “violentas ondas de imigração”, essa liberdade tornou-se restrita e o país perdeu seu rumo. Nesse ponto, o Liberty Lobby aparecia como o defensor desses direitos e valores supostamente conquistados pelos fundadores da nação, enquanto que o lugar da Anti-Defamation League equivalia ao oposto estrangeiro e violador. Essa história fazia ver os roteiros do programa de rádio do Liberty Lobby como evidências da posição da organização nessa história, e fazia o mesmo com algumas minutas de reuniões executivas e com os exemplares de materiais de propaganda da Anti-Defamation League, aqui apresentados como prova de que a organização era o agente de um complô que, sendo contra o Liberty Lobby, seria contra os EUA⁶⁵.

Enquanto as disputas contra esses que seriam “os grupos de pressão estrangeiros” corriam em Washington, D.C., os trabalhos na Costa Oeste não pararam. Nesse mesmo período, quando a segunda edição de *The Myth...* saiu das prensas da Noontide Press, Carto conseguiu imprimir o seu nacionalismo racista na linha editorial do *American Mercury*. Além disso, sob a sua direção, a circulação do periódico cresceu consideravelmente. Em 1965, quando ele começou a trabalhar de maneira quase caseira com a herdeira de direito da revista e da *Legion for Survive of Freedom*, a senhora LaVonne Furr, o *Mercury* tinha cerca de seis mil assinaturas. Agora, em meados da década de 1970, o número de assinantes estava na casa dos vinte mil. Nesse meio tempo, não era raro encontrar nas páginas da revista artigos que acusavam essa suposta conspiração sionista-internacionalista-comunista-capitalista, textos sobre a sedição dos conservadores, peças que questionavam a autoridade do Diário de Anne Frank, e outros que proclamavam que “apenas dez por cento dos seis milhões” de judeus teriam morrido

⁶⁵ CARTO, 1982.

durante a II Guerra Mundial, como consequência do conflito e não sistematicamente massacrados, entre outros como aqueles do apêndice da primeira edição de *The Myth*.⁶⁶

Por essa época, além da segunda edição de *The Myth*... apareceram outros dois livros que negavam o Holocausto. O primeiro, de 1974, era uma síntese panfletária do livro de Hoggan e dos de Rassinier; o outro, que saiu em 1976, era um volume pretensiosamente crítico e propositivo, escrito em uma impecável linguagem acadêmica. Um tinha autoria creditada a Richard Harwood, apresentado como especialista em história diplomática da II Guerra com passagem pela Universidade de Londres e que na verdade era Richard Verrall, editor de um órgão de imprensa da Frente Nacional Britânica (*National Front* - NF). Outro era o livro de Arthur Butz, um professor de engenharia elétrica estadunidense. *Did Six Million Really Die* e *The Hoax of 20th. Century*, respectivamente, saíram pela mesma editora, a *Historical Review Press*, do publicista neonazista inglês Anthony Hancock. Ambos foram dados a ver como trabalhos científicos. Até 1979, como Gitta Sereny apurou, “quase meio milhão de cópias do panfleto foram distribuídas em quarenta países” e, assim como “o livro de Butz, em escolas, universidades e bibliotecas da Europa Ocidental e dos EUA”⁶⁷.

Mas até aí, havia um caminho que é mais ou menos nebuloso, pelo menos no caso de Butz. O professor de engenharia elétrica teria notado a existência da *Historical Review Press* lendo o panfleto de Verrall. É possível que ele tenha decidido publicar o livro pela editora inglesa para não comprometer sua carreira nos EUA. Antes de 1977, a notícia do livro de Butz era conhecida dos estadunidenses que liam publicações da extrema-direita e/ou que recebiam os catálogos da N.P. – a única editora que distribuiu a edição inglesa de *The Hoax* nos EUA. Essa situação mudou entre dezembro de 1976 e janeiro de 1977, quando os estudantes que trabalhavam no diário de notícias dos *campi* da Universidade de Northwestern, o *Daily Northwestern*, ficaram sabendo do livro de Butz através de uma matéria publicada no *Jerusalem Post*. O conteúdo da matéria do *Post* baseou outra que foi publicada no *Daily* que, por sua vez, informou à comunidade acadêmica sobre o negacionista da casa. A exposição provocou tumultos no *campus* de

⁶⁶ ZESKIND, 2009, p. 55-56.

⁶⁷ Me refiro à edição do panfleto de Richard Harwood publicada por Ernst Zundel em 1988 como HARWOOD, R. (Richard Verrall) *Did really six million died?* Ontario: Samistadt Publishers, 1988; e também à edição do livro de Butz que saiu pela NP em 1978: BUTZ, A. *The hoax of the 20th. Century*. Los Angeles: Noontide Press, 1978. C.f. SERENY, G. Homens que inocentaram Hitler. In:_____. O trauma alemão: experiências e reflexões (1938-2000). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p 166; C.f. também: LIPSTADT., 1993; ATKINS, 2009.

Evanston. Alguns professores e estudantes cobraram respostas e retaliações firmes da administração superior e exigiram dela a demissão de Butz. A administração superior, por sua vez, atendeu as demandas fornecendo patrocínio para a organização de cursos e simpósios sobre o Holocausto na universidade, o que não foi para menos. Dois anos antes de seu livro ser publicado, Butz foi efetivado como professor titular de uma cadeira do Departamento de Engenharia Elétrica e Computacional e, dessa posição, removê-lo não era sem custos para a universidade. Defendendo-se das acusações e justificando a fama repentina, um Butz surpreso com as reações contrárias declarou que o livro era resultado de uma “trabalhosa pesquisa” e disse que não via motivos para o estardalhaço. Segundo ele, seu livro foi publicado na Inglaterra por que não teria encontrado editores para ele nos EUA. Quando ele se referiu à distribuição do livro pela Noontide Press, ele relacionou à editora ao American Mercury e não ao Liberty Lobby, que na época já era famoso como uma robusta organização antissemita⁶⁸.

A opção de Butz por vincular seu livro ao Mercury e não ao Liberty Lobby não foi, por suposto, um acaso. Além de a organização de Carto ser conhecida publicamente como uma organização antissemita, ele era uma organização estritamente política e, talvez mais que o primeiro, esse caráter não era adequado às imagens que Butz intencionava projetar para si e para seu livro como especialista e trabalho especializado. Diferente dessa organização de Carto, o American Mercury tinha um passado de respeitável reputação, apesar de ter sido transformado em um meio do nacionalismo racista de Carto, que tentava de todo jeito se vincular a esse passado e, através dele, propagandear e legitimar sua visão de mundo e seu programa político excludente. Por um lado, Carto tentava fazer ver que que ele teria salvo o American Mercury da desgraça e que agora o periódico estava no caminho que Henry L. Menken, o seu fundador, havia vislumbrado. Por outro lado, Carto tentava se esquivar do peso das imagens públicas de Hitler e do nazismo positivando-os. O editorial do volume que comemorava os 50 anos

⁶⁸Uma resenha de página inteira de três colunas foi publicada na *Instauration* de outubro de 1976. A resenha trata Butz como um Giordano Bruno do séc. XX e apresenta seu livro como um “modelo de sabedoria, pesquisa e erudição”. A *Instauration* foi importante mensal da extrema-direita racista estadunidense e foi publicada regularmente entre 1975 e 2000. Seu diretor e editor, o escritor Wilmot Robertson, foi parceiro de Carto. THE hoax of twentieth century. *Instauration*, v. 1, n. 11, Cabo Canaveral, out. 1976, p. 9. Sobre a *Instauration* e Robertson, c.f.: BERBIER, M. Impression management for the thinking racist: a case study of intellectualization as stigma transformation in contemporary white supremacist discourse. *The Sociological Quarterly*, v. 40, n. 3, verão de 1999, pp. 411-433; KING, S.S. Professor causes furor by saying nazi slaying of jews is a myth. *The New York Times*, Nova York, 28/01/1977. Disponível em < <https://www.nytimes.com/1977/01/28/archives/professor-causes-furor-by-saying-nazi-slaying-of-jews-is-a-myth.html> >; acesso em 16/04/2017. C.f. ATKINS, 2009, p. 159-160. Sobre a caracterização do LL nesse período, c.f.: MICHAEL, G., 2003.

da revista, por exemplo, traçava uma linha de continuidade estilística, política e ideológica entre Memken e Carto: os dois eram pintados como heróis da liberdade de expressão e como inimigos intransigentes do “internacionalismo”, “dos “corrompedores culturais” (“*culture distorters*”, i.e., “*os judeus*”) e, portanto, defensores “do Ocidente”. Hitler, outro herói de Carto, aparecia constantemente dotado desses mesmos atributos nas páginas do Mercury. Na edição do verão de 1978 da revista, Carto assinou um texto em que pretendia apresentar uma imagem justa de Hitler - uma imagem diferente, portanto, daquelas que, segundo ele, eram fornecidas pelos mais de 50 mil títulos sobre o nazista e o nazismo publicados desde 1975. Neste artigo Carto proclamava que “a cada dia, Hitler é assassinado pela mídia”; o nome do líder nazista estaria “tão ridicularizado e banalizado que nada havia de mais vil que ele”. Para Carto, essa profusão de escritos sobre o *Führer* impedia que o “Hitler correto”, “o filósofo e o homem de ação spengleriano”, aparecesse e fosse visto. Apesar disso, Carto via que esse cenário estava prestes a mudar. Segundo ele, aqueles que acreditavam que Hitler “estava correto não estavam mais mudos” e logo seriam ouvidos: eles estariam “escrevendo” outras histórias que logo iriam expor e desmentir “as mentiras que antes acreditava-se ser verdades”⁶⁹.

Apesar do exagero retórico, pelo menos em um aspecto Carto estava certo. Falava-se muito e de diferentes formas sobre Hitler naqueles anos. O historiador William Carr falou sobre uma “onda Hitler” quando se referiu ao multifacetado interesse por Hitler e pelo nazismo em meados da década de 1970. Esse interesse, antes restrito a historiadores e estudiosos do tema, havia transformado Hitler um fenômeno multimídia, em um fenômeno *pop*, por assim dizer. Segundo Carr, a proliferação de discursos sobre o nazismo, sobre Hitler e sobre os nazistas era efeito das transformações geopolíticas que eram sentidas desde o fim da Guerra e também do Holocausto. Para esse historiador, naquele tempo, era mesmo impossível falar “dos fantasmas nazistas” sem que se falasse da política e do processo de extermínio nazista⁷⁰.

A “onda Hitler” veio junto com aquilo que no início dos anos 1980 foi batizado por jornalistas da revista Newsweek como *Holocaustomania*. Pelo menos nos EUA, o nome e o veículo são representativos desse tempo em que os jornalistas começaram a cobrir eventos relacionados ao Holocausto e dar ênfase a aspectos

⁶⁹ CARTO, W. Hitler: the greatest spenglerian. *American Mercury*, Sausalito, verão de 1978. Disponível em < willisacartolibrary.com/2018/03/28/hitler-the-greatest-spenglerian >; acesso em 13/08/2017.

⁷⁰ CARR, W. Historians and the Hitler Phenomenon. *German Life and Letters*, v. 34. N.2, jan. de 1981, pp. 260-272. Sobre o fenômeno, c.f. também: SERENY, 2007, op. Cit., pp. 179-194.

polêmicos relacionados ao extermínio nazista. Isso a que os jornalistas da Newsweek tratavam como uma sensação, era na verdade, um ponto do desenvolvimento de um processo que começara antes. Já no início da década de 1970 escolas públicas passaram a ensinar o Holocausto e ao longo da década, a prática foi incorporada a currículos escolares no país inteiro. Nas universidades acontecia o mesmo. Em 1976 a Universidade de Yeschiva inaugurou a primeira cátedra de estudos sobre o Holocausto nos EUA, e o seu exemplo logo foi seguido por outras instituições. De forma que, ao longo da década de 1980, centros de estudo, cátedras, departamentos e simpósios sobre o Holocausto proliferaram pelos *campi* estadunidenses. E esse processo não foi unilateral e sem conflitos. Como o chefe da então recém-criada cátedra de Estudos sobre o Holocausto da Universidade da Califórnia em Los Angeles, o historiador Saul Friedlander, alguns defendiam que essas iniciativas direcionadas à especialização forneciam um meio de melhorar o ensino sobre o Holocausto; outros acreditavam que essa institucionalização era um exagero potencialmente prejudicial; outros pensavam que essas práticas acabavam por trivializar e banalizar o Holocausto⁷¹.

Organizações civis, intelectuais e lideranças judaicas foram parte ativa desse processo. Ao longo da década de 1970, a ADL, por exemplo, acompanhou e assessorou a aprovação e a implementação de conteúdo sobre o Holocausto nos currículos das escolas públicas do distrito de Nova York. Como resultado e síntese desse bem-sucedido trabalho que deveria ser nacionalmente replicado, em 1977 o pessoal da organização produziu e publicou um *Teachers' Guide to the Holocaust*. O manual recomendava a inclusão de “uma unidade dedicada ao estudo do Holocausto” nos currículos escolares com a justificativa de que isso poderia ser “uma contribuição para a sociedade” e fornecer “um bom caso de estudo da interação humana”, e ainda “contribuir para um aprimoramento educacional efetivo”⁷².

Antes do lançamento desse manual, a ideia de que o Holocausto era bom para ser ensinado foi publicamente defendida pelo já famoso professor e escritor Elie Wiesel. Em novembro daquele ano de 1977, Wiesel relatou suas experiências em salas de aula ensinado sobre o Holocausto em um artigo para o New York Times. Wiesel via e falava do Holocausto com um marco ontológico exclusivo, como um evento-limite inacessível

⁷¹ Sobre as disputas em torno do ensino do Holocausto nos EUA, c.f.: FALLACE, T.D. *The emergence of Holocaust education in American schools*. Nova York: Palgrave, 2008, pp. 3-5, 93-97.

⁷² NICK, A.L. *A teachers' guide to the Holocaust*. Nova York: Anti-Defamation League of B'nai Brith, 1977, 5 ff.

e inexplicável mesmo para aqueles que, como ele, estiveram lá. Ele pensava que ensinar sobre o Holocausto deveria mostrar que, para este caso, o como e o porquê eram fugidios. Para preservar o sentido metafísico do Holocausto, Wiesel ensinava através de histórias contadas interativamente através do que ele chamava de uma mediação “cooperativa”, e não através de uma comunicação direta de conhecimento através de transmissão vertical. Segundo ele, a experiência era positivamente transformadora. E por ser assim, o professor que fosse ensinar sobre o Holocausto deveria se portar e se reconhecer como um missionário ou como um mensageiro⁷³.

O estado do campo de pesquisas sobre o Holocausto não ficou imune a essas transformações. Referência nesse terreno, o cientista político e historiador Raul Hilberg falou do desenvolvimento dos estudos sobre Holocausto como em fases qualitativamente distribuídas e integradas a um processo que começou com o tempo da pesquisa incipiente, da organização dos documentos e dos centros de documentação, seguido pelo da pesquisa organizada e então pela fase da complexificação. Entre meados e finais da década de 1970, os pesquisadores e as pesquisas sobre o Holocausto estavam, por assim dizer, em um ponto de transição entre a segunda e a terceira fase. Com a distância de tempo, com o volume e com a diversidade do material coligido e organizado, os estudiosos puderam aprofundar as análises e, com isso, formular novos problemas e debates. Nesse período, as questões que povoavam esse campo eram, em suma, as seguintes: o Holocausto foi ou não um fenômeno exclusivo da história judaica? Quem e o quê melhor o explicava: os sobreviventes ou os documentos da burocracia nazista? O Holocausto poderia ou deveria mesmo ser explicado? O extermínio esteve desde sempre no horizonte de expectativas de Hitler, ou a participação do *Führer* no processo foi circunstancial e o extermínio foi sendo executado de maneira mais ou menos difusa pela burocracia nazista e no calor dos momentos?⁷⁴

De certa forma e no geral, os debates sobre essas questões dividiam historiadores, intelectuais e figuras públicas entre a universalidade e a excepcionalidade do Holocausto; entre aqueles que defendiam que o extermínio não poderia nunca ser

⁷³ WIESEL, E. Survivors' children. *New York Times*, 16 de Nov. de 1975, seção 11, p. 36. Para uma boa e sistemática explicação da posição de Wiesel em relação ao Holocausto e sobre o seu método de ensino, c.f.: FALLACE, 2008, pp. 71-74.

⁷⁴ HILBERG, R. The development of Holocaust research. In: BANKIER, D. ; MICHMAN, D. (Orgs.). *Holocaust Historiography in context: emergence, challenges, polemics, and achievements*. Jerusalém; Nova York: Yad Vashen; Berghahn Books, 2008. Sobre a repercussão midiática dessas e de outras questões relacionadas c.f.: FALLACE, 2008, pp. 30-42.

explicado por ter sido um evento limite; entre aqueles que pensavam que, apesar de suas dimensões, o Holocausto tinha sentidos que poderiam e deveriam ser elucidados e comunicados; entre os historiadores *intencionalistas*, que viam a “solução final” como projeto e programa sistematizado em algum momento antes da escalada nazista ao poder; e entre os *funcionalistas*, que explicavam o extermínio sobretudo através da confusa estrutura de poder do III Reich e da conjuntura da guerra. Pelos finais da década de 1970, essas e outras questões e respostas extrapolaram o universo dos simpósios e da literatura especializada, dos distritos escolares e dos comitês de ensino, dos centros de pesquisa e deram no New York Times, no Washington Post e, ente outros, foram assuntos daquele texto da Newsweek que nomeou e transformou em efeméride a “Holoaustomania”⁷⁵.

Em 1978 essas discussões foram atravessadas e propulsionadas por um outro grande evento público sobre o Holocausto. Era a exibição de “*Holocaust*”, minissérie de 4 capítulos produzida pela National Broadcasting Company (NBC), exibida no horário nobre dos domingos de abril de 1978. A série foi um fenômeno de audiência e de crítica. Estima-se que cerca de 120 milhões de pessoas assistiram o drama que contava uma história do processo de exclusão e extermínio dos judeus europeus através das peripécias de duas famílias fictícias: os Weis, judeus alemães assimilados, e os Dorf, alemães “arianos”, que tinham como pai e esposo um oficial da SS. Wiesel foi um dos críticos de primeira hora e um dos mais duros com a produção. Um dia depois da estreia do programa, em um artigo no New York Times, ele criticou a série por trivializar o Holocausto. Para Wiesel, a transformação de um evento como o Holocausto em uma “novela” (*soap-opera*) exibida através de um meio de comunicação de massas significava uma violação ao caráter ontológico e metafísico do extermínio e, dessa forma, seria um insulto aos que morreram e aos que, como ele, sobreviveram. Apesar disso, a série foi bem aclamada nos jornais, nos programas de TV e de rádio. Um sinal disso é o fato de a série ter batido um recorde ao levar, no ano em que foi ao ar, 12 prêmios Emmy, a mais importante premiação da indústria televisiva estadunidense⁷⁶.

Na verdade, poucos foram os que fizeram coro a Wiesel. As questões levantadas por ele tiveram pouca importância fora dos círculos intelectuais/acadêmicos e

⁷⁵ Sobre o intencionalismo e o funcionalismo, c.f.: MARRUS, M.R. A solução final. In:_____. *A assustadora história do Holocausto*. Rio de Janeiro: Prestígio/Ediouro, 2003, cap. 3, pp. 79-102. Sobre os debates em torno da exclusividade, c.f.: idem. Holocaust in perspective. IN:_____. *Holocaust in History*. Hanover; Londres: Brandeys University Press; University Press of New England, 1987, pp. 18-25.

⁷⁶ WIESEL, E. Trivializing the Holocaust: Semi-Fact and Semi-Fiction. *New York Times*, 16 de abril de 1978, p. B1. NOVICK, 2001, pp. 209-214, 233-234; FALLACE, 2008, pp. 68-92.

não desencorajaram as atividades que promoveram a minissérie ou foram promovidas através dela. Organizações judaicas distribuíram materiais educativos para a informar, no geral, o olhar dos telespectadores sobre o programa e a história que ele representava. O rabino Marc Tannenbaum, diretor da A.J.C., assessorou a N.B.C. na produção da minissérie. Quando o programa foi ao ar, Tannenbaum e o seu pessoal já tinham produzido e feito circular uma enorme quantidade de material educativo sobre a série e sobre a realidade da história que ela ficcionalizava. Da mesma forma, a A.D.L. produziu e distribuiu milhões de cópias do seu *The Record*, um almanaque editado como um tabloide que contava uma história do Holocausto, com uma cronologia ilustrada e um glossário para os mesmos fins. Uma coalização nacional formada por cerca de cinquenta organizações judaicas, a *National Jewish Interagency Project* (N.J.I.P.) produziu um estudo sistemático para ser distribuído para professores e alunos das escolas elementares de todo o país⁷⁷.

A comoção pública foi mesmo generalizada e catapultada de diversas formas e por diversos agentes. O domingo de estreia da série foi comemorado como o “Domingo do Holocausto” e atividades ecumênicas se espalharam pelo país. Católicos, protestantes e judeus comemoram juntos naquele ano o Yom HaShoah. Pastores, padres e rabinos falaram sobre o Holocausto e mencionaram a minissérie em seus sermões. Políticos fizeram o mesmo em seus discursos públicos. Governadores e prefeitos decretaram “semana(s) do Holocausto” enquanto a série era exibida e decretaram a inclusão do ensino do Holocausto nos currículos escolares⁷⁸.

Para a jornalista Gitta Sereny, a série foi

“um divisor de águas”. E talvez por ter sido profundamente eivada de apelo sentimentalista, forneceu a milhões de pessoas um ponto de ligação com fatos que muitas delas haviam rejeitado, pois eram impossíveis de imaginar.”⁷⁹

Em torno e além dessa comoção, o sociólogo Robert Wuthnow viu na minissérie o caso de um grande “ritual público”. O programa colocava em evidência as

⁷⁷ NOVICK, 2001, op. Cit, p. 209-211; FALLACE, 2008, op. Cit, pp. 68-92, 94-101.

⁷⁸ NOVICK, 2001, pp. 207-209.

⁷⁹ SERENY, 2007, p. 168.

ansiedades e as incertezas sobre o que era percebido, expresso e sentido como uma crise generalizada dos valores e das instituições “americanas”. Vista dessa forma, a minissérie:

“não apenas atraiu a atenção de milhares de estadunidenses, ela os moveu emocionalmente, influenciou suas atitudes e os envolveu em discussões sobre o Holocausto com amigos, com a família, nas escolas e nas igrejas. Nesse sentido, ela foi mais importante do que uma mera série televisiva. Ela mexeu com questões morais profundas que já vinham sendo o objeto de interesse e debate na cultura estadunidense. (...) ‘Holocausto’ foi um evento ritual que dramatizou os males sociais e o caos moral. E esses temas pareciam fazer sentido especialmente para pessoas que percebiam a desordem se instalando na sua própria sociedade. Em resumo, o Holocausto era um símbolo do caos contemporâneo, um alerta e uma lembrança do passado pernicioso”.⁸⁰

“Holocausto” não foi, de fato, um evento midiático qualquer. A mini-série teve mesmo a dimensão de um marco, mas estava situada e situava um tempo e um espaço. O programa integrou e marcou uma fase do difuso e problemático processo que, em circunstâncias diferenciadas, envolveu diversos agentes na transformação dos discursos sobre o Holocausto nos EUA. Durante a década de 1970, e definitivamente depois da minissérie, os discursos sobre o Holocausto haviam se tornado públicos no país. E isso não quer dizer que eles passaram a formar uma *narrativa nacional*. Segundo Novick, nenhuma outra narrativa sobre o Holocausto seria possível como é de diferentes formas em Israel e na Alemanha. Ao contrário, nos EUA, a série atravessou e foi atravessada pela cacofonia de discursos sobre o Holocausto. E isso não foi sem efeitos. De acordo com Novick, com a transmissão da série, “o Holocausto havia se tornado em um modelo de enquadramento e de avaliação de posturas públicas, morais e ideológicas, e mais que isso, passou a fornecer lições que, fossem o que fossem, agora tinham seus sentidos sendo disputados no espaço público⁸¹.

No ano em que a minissérie foi ao ar, algumas das mais emblemáticas dessas disputas tiveram lugar em Washington, D.C. Enquanto o programa ainda era exibido, no dia 20 de abril, o presidente Carter esteve cumprindo agenda oficial em Chayenne, no Wyoming. Durante um encontro com políticos locais, o presidente fez um discurso comemorando a Páscoa e evocando o sentido universal do feriado. Ele declarava que,

⁸⁰ WUTHNOW, R. Ritual and moral order. In:_. *Meaning and moral order: explorations in cultural analysis*. Berkeley: University of California Press, 1987, pp. 127-129.

⁸¹ NOVICK, 2011, pp. 209-214, 233-234; _____. The American national narrative of the Holocaust: there isn't any. *New German Critique*, n. 90, set. de 2003, pp. 27-35. C.f. também: NEUSNER, J. *Stranger at home: the Holocaust, the Zionism, and American Judaism*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

como as lembranças do Holocausto e da resistência arquetípica do Gueto de Varsóvia, a comemoração renovava “em judeus e não judeus” a ideia de que “ a luta pela liberdade e contra a opressão devem continuar para sempre”⁸².

Poucos dias depois, no primeiro de maio, o presidente Carter recebeu na Casa Branca o primeiro-ministro israelense, Menahem Begin, mais uma comitiva de lideranças judaicas. O presidente e o primeiro-ministro protagonizam uma cerimônia em que se comemorava os trinta anos do Estado de Israel. Na ocasião os laços cooperativos e de “amizade” entre os dois chefes de estado e seus respectivos países foram também atualizados. A recepção oficial de Carter incluiu um comovente discurso no Gramado Sul da Casa Branca. Uma história do Estado de Israel articulava o discurso do presidente, segundo o qual a trajetória do país começara há dois mil anos e envolvia diásporas, anti-semitismo e a “busca compartilhada de um povo” por uma nação (“*homeland*”). Nesse discurso cerimonial de Carter, tal história terminara há trinta anos atrás e “às sombras do Holocausto” - “a maior e mais trágica desumanidade do homem contra o homem”, que teria sido não apenas o resultado da “barbárie nazista”, mas também da negligência de todo o mundo que teria “preferido virar as costas durante aqueles anos de sofrimento”. O fim drástico dessa história significava o começo de outra laboriosa e mais feliz: a da instituição do Estado de Israel e a de suas relações com os EUA. Para celebrar essa história recente e reparar aquela outra, e para “garantir que os EUA nunca a esqueceriam”, em certa altura de seu discurso o presidente Carter se comprometeu em nomear de imediato uma comissão que deveria “indicar uma forma apropriada para a construção de um memorial (...) aos seis milhões que foram mortos no Holocausto”⁸³.

O estabelecimento e o funcionamento da Comissão Presidencial sobre o Holocausto foram ricos em efeitos e marcados por conflitos. O projeto para a comissão foi preparado por uma equipe de assessores de Carter e logo depois foi encaminhado ao Congresso, sendo aprovado na câmara de deputados e no senado. Em novembro de 1978 a comissão foi instituída e Wiesel foi empossado como presidente do órgão. Sob a sua coordenação trabalharam juntos sobreviventes, historiadores, técnicos de diferentes áreas, burocratas, clérigos de diversas orientações religiosas e lideranças políticas. Para cumprir seu objetivo de fornecer as bases para a criação de “um memorial adequado”, a Comissão

⁸² Office of the Federal Register. *Public papers of the Presidents of the United States: Jimmy Carter*. Livro I. Washington, D.C.: United States Government Printing Office, 1979, p. 776.

⁸³ Idem, p.

deveria fornecer antes uma imagem adequada do Holocausto. As discussões sobre essa imagem atravessaram todo o processo e foram acaloradas. O ponto nodal da querela pública foi a dimensão numérica tida como definidora do Holocausto e isso, naquele terreno particular, resvalou para outra dimensão. Para Novick, o jogo dos números importava pouco nessas circunstâncias. A questão era o que os números poderiam dizer sobre a exclusividade do Holocausto como evento distinto da história judaica ou à universalidade do Holocausto como crime contra a humanidade. Duas definições substantivas estavam em jogo. Uma estabelecia o Holocausto como o extermínio de 11 milhões de pessoas, entre as quais, seis milhões de judeus; outra estabelecia a exclusividade do extermínio de seis milhões de judeus. No ano seguinte, em 1979, o relatório com os resultados do trabalho da Comissão foi entregue com a sugestão da instauração de um Conselho para a Memória do Holocausto (*Holocaust Memorial Council*). Esse Conselho permanente deveria se encarregar de construir e de administrar um museu em Washington. A recomendação foi prontamente acatada, mas o mesmo não se pode dizer sobre a definição do Holocausto que o relatório incorporava como o extermínio sistemático, exclusivo e intencional de seis milhões de judeus. A decisão executiva do presidente — que não foi essa, nem a consensual e nem a final — foi sobre a definição do Holocausto “como o extermínio sistemático de seis milhões de judeus e de outras cinco milhões de vítimas do Nazismo”⁸⁴.

Fora desses círculos, haviam outros sentidos e usos em circulação e em disputa no espaço público estadunidense. Para a direita anti-comunista, o Holocausto teria sido causado por um “totalitarismo” equivalente ao comunismo soviético. Para certos conservadores, o extermínio nazista revelava a natureza pecadora da humanidade; outros viam nele o resultado drástico de políticas transformadoras, ou o sinal de que os alemães da Alemanha nazista tinham abandonado os laços com deus e com a família. Para alguns setores da esquerda, a incomplacência nacional com as vítimas do extermínio durante a guerra denunciava a falência do liberalismo; para outros, o Holocausto ensinava sobre o mal de um mundo sem diversidade. No geral, o Holocausto “havia se tornado em um ponto de referência moral” e, sobretudo, era usado “para demonstrar a diferença entre o velho e o novo mundo e para celebrar o ‘modo americano de vida’, exibindo aquilo que seria sua negação”⁸⁵.

⁸⁴ NOVICK, 2009, pp. 216-230.

⁸⁵ Idem, pp. 13-14.

Agentes do serviço diplomático e dos serviços de inteligência da Alemanha Ocidental lotados nos EUA acompanharam de perto o processo de transformação dos discursos sobre o Holocausto. Nesse mesmo período, uma espécie de acerto de contas com o passado integrava o programa de governo do primeiro ministro Helmut Kohl. Esse programa visava transformar o passado da Alemanha em uma referência positiva para uma identidade nacional e isso implicava em certas formas de se lidar publicamente com “as sombras do passado nazista” e com a “fixação sobre o Holocausto”. Os agentes envolvidos na execução desse programa temiam que a proliferação dos discursos sobre o Holocausto nos EUA pudesse de alguma forma comprometer esse programa, ameaçar a imagem da RFA e colocar em risco a relação entre os dois países. Para evitar que “uma ansiedade sobre o Holocausto” (*Holocaust angst*) provocasse efeitos nocivos sobre este terreno espinhoso, políticos conservadores, oficiais do governo, representantes de organizações privadas se organizaram em torno das políticas do passado propostas pelo primeiro ministro Kohl. As práticas e os efeitos dessa coalização foram sentidos tanto na Alemanha Ocidental quanto nos EUA. E elas foram igualmente atravessadas por disputas sobre o passado, pelas as interpretações do passado e pelos sentidos do Holocausto⁸⁶.

Uma equipe do Consulado Geral da Alemanha Ocidental em Nova York foi designada para investigar como a segunda e a terceira geração de germano-estadunidenses respondiam a esses discursos sobre o Holocausto. Essa mesma equipe reportou que, entre organizações e associações de alemães étnicos, de imigrantes e descendentes de imigrantes, era comum uma variedade extremada do temor de que as representações sobre o Holocausto tivessem o potencial de prejudicar os alemães e a Alemanha. Um dos casos investigados nessa ocasião foi o de Werner Barbye, diretor de uma seção regional do German American National Congress. Ao longo de 1977, Barbye encorajou os membros de sua associação a se oporem manifestadamente e publicamente à inclusão do Holocausto em currículos das escolas públicas da região de Nova York. Para ele, a comoção em torno da inclusão do ensino do Holocausto seria o resultado da “falta de representantes alemães” nos quadros diretores das secretarias de educação. E o caso de Barbye não era isolado. Algumas lideranças situadas no mesmo terreno de Barbye declaravam publicamente que o Holocausto “nunca tinha sido provado”; outras chamavam para um contra-ataque à comoção em torno do Holocausto que, para eles, seria

⁸⁶ EDER, J.S. *Holocaust angst: The Federal Republic of Germany and the American Holocaust memory since the 1970's*. Nova York: University of Oxford Press, 2016.

mais uma das investidas da “judaria internacional” contra os alemães e a Alemanha. Essas e outras organizações foram monitoradas pelos oficiais da Alemanha Ocidental nos EUA. O Consul-Geral da Alemanha Ocidental lotado nos EUA entre 1975-1979, Werner Ungerer, acompanhou de perto os elementos moderados desse campo e conseguiu fazer com que eles aderissem à diretriz extra-oficial de “não disputar com os judeus o direito de ter sua própria história étnica ensinada nas escolas”. Com as organizações mais radicais, não houve reservas. Por exemplo, Ungerer recomendou que Georg Pape, presidente do Comitê Germano-Americano da Grande Nova York, se desligasse do seu cargo depois de ter declarado em um artigo no New York Times que “não havia provas de que o Holocausto realmente tivesse acontecido”. Pape seguiu a recomendação de Ungerer e retirou publicamente a sua declaração. Em pouco tempo ele acabou perdendo o apoio e caindo no ostracismo em sua organização⁸⁷.

Os descontentes ligados a organizações étnico-nacionalistas tais como os monitorados pelos burocratas da Alemanha Ocidental encontraram um canal aberto em publicações da extrema-direita. A *Instauration*, revista mensal do editor e escritor Wilmont Robertson, uma figura bem quista nos círculos de Carto, foi um dos mais prestigiados. Em uma nota no número de fevereiro de 1978 de sua revista, Robertson anunciava o lançamento de uma publicação “distinta”: *The Voice of German-American*. O editor saudava a publicação antes de mais nada por que os seus produtores estariam corretos em “ir contra a corrente” e, assim, ver e “pensar racialmente”. Para Robertson era isso que fazia de *The Voice*... um bom meio entre “as mais respeitáveis” de seu tipo. A linha editorial da publicação saudada por Robertson seria uma expressão dessa tal forma de pensamento e se dedicaria a denunciar o Holocausto como “a maior calúnia racial – a notável mentira dos seis milhões”. Robertson não disse nada sobre quem seriam os seus venturosos parceiros, mas terminou endossando uma de suas práticas: um boicote à *Holocaust*, que estava então em vias de ser lançada⁸⁸.

Quando Robertson fez esse anúncio, fazia pouco mais de dois anos que sua revista circulava. Seu primeiro número saiu no final de 1975. Até 1978 eram raros os artigos sobre o Holocausto nela publicados. As vezes o tema aparecia em formas de resenhas e/ou propaganda de livros negacionistas ou através de notícias sobre o que acontecia no pequeno mundo desses escritores que tentavam afirmar o Holocausto como

⁸⁷ Idem, p. 27-28.

⁸⁸ ROBERTSON, W. German Americans fight back. *Instauration*, v.3, n.3, Cabo Canaveral, fev. de 1978.

uma fraude, como uma arma de propaganda sionista ou como uma conspiração judaica contra “os alemães” e contra a “maioria branca”. Os temas não variavam quando, a partir de então, a presença do Holocausto passou a ser regular nas páginas de *Instauration*. Agora raro era não haver correspondências, artigos ou notas que se dedicassem ao tema⁸⁹.

Na seção de cartas da edição de maio de 1978, um mês depois da exibição de “Holocausto”, um de seus leitores denunciava o que percebia como a seletividade da liberdade de expressão nos EUA. A percepção do leitor missivista era embasada em um suposto embargo à participação de Butz em um programa de rádio. Entre os seus, o leitor se queixava de haver algo errado na suposta censura a um “especialista” e na promoção massiva da mini-série televisiva. Para ele, de maneira auto-evidente, a série “destilava ódio racista contra os alemães” e, assim, indicava que nos EUA “só os sionistas e outros não-brancos” teriam o direito de serem “racistas fanáticos” (*race-hating bigots*)⁹⁰. No mês seguinte, em uma das notas da seção de “variedades” de sua revista, o próprio Robertson falava sobre esse estado de coisas, dessa vez epitomizado nas práticas de um professor da Universidade da Estadual da Califórnia. Segundo Robertson, esse professor oferecia dois cursos, um sobre o Holocausto e outro sobre “a psicologia social da Homossexualidade”. Robertson acusava esse professor de usar esses dois cursos para acusar de nazista a campanha anti-LGBT “Salvem nossas crianças” (*Save our Children*), que tinha a estrela *country* Anita Bryant como porta-voz⁹¹. E esse professor, vociferava Robertson, não estaria sozinho: “um jornalista do Los Angeles Times” teria feito o mesmo. Disso Robertson concluía proclamando que naquele estado, “a história do mundo se reduzia a apenas um ponto: o Holocausto. Todas as ideias, comportamentos, a política, o ensino e a vida, no geral, logo serão pesados *por uma balança anti-nazi*”⁹².

⁸⁹ CORRESPONDÊNCIA. *Instauration*, v. 3, n.6. maio de 1978, p. 3.

⁹⁰ CORRESPONDÊNCIA. *Instauration*, v. 3, n.6. maio de 1978, p. 3.

⁹¹ A campanha “Save our Children” foi lançada em 1977 por uma coalizão formada por organizações religiosas e políticas formadas em torno do combate a aprovação de leis contra a discriminação de gays e lésbicas. Os organizadores da campanha recrutaram Bryant para ser a porta-voz pública da ação e conseguiram uma enorme visibilidade e aderência. Bryant se apresentava como uma mãe zelosa, que se esforçava para criar seus filhos segundo os preceitos da bíblia e de sua fé batista, e se sentia que seu esforço educativo poderia ir por água a baixo de as leis anti-discriminação fossem aprovadas. Bryant temia que as leis anti-discriminação iriam permitir a exposição das crianças à homossexualidade e que elas violariam “o meu [dela] direito e o de qualquer outro cidadão honesto, decente e moral, independe de sua raça ou religião” de criar seus filhos de maneira adequada. Sobre isso e o processo que envolveu esses e outros agentes nas disputas públicas em torno de direitos civis para LGBT’s nos EUA ao longo da década de 1970, c.f.: FEJES, F. *Gay rights and moral panic: the origins of America’s Debate on Homosexuality*. Nova York: Palgrave Mcmillan, 2008.

⁹² ROBERTSON, W. Silliest syllogism. *Instauration*, v. 3, n. 7, junho de 1987, p. 13.

Robertson reproduziu essa mesma crença em um longo artigo na *Instauration* de julho de 1979. A ideia que articulava este texto era a de que o Holocausto seria a peça central de uma estratégia de propaganda e uma arma de guerra: “a mais letal de todo o arsenal do século XX”, o maior e o mais efetivo dos “mitos de atrocidades” já produzidos e circulados. Para Robertson, a “história dos seis milhões” destruíra as mentes e a objetividade dos fatos, provocava e intensificava conflitos, e sobretudo, era retroalimentada por ódio contra os alemães e a Alemanha. Segundo ele, esse suposto caráter era uma espécie de espelho da política externa e militar de Israel, e, dessa forma, do “comportamento do Sionismo e da Judaria Internacioanl”⁹³.

Uma nota na publicada na seção de variedades da *Instauration* que saiu agosto de 1979 noticiava um evento importante, inédito e disruptivo. No final daquele mês e “pela primeira vez na história”, “os mais destacados historiadores revisionistas” se reuniram para “atacar e revelar a verdadeira natureza da propaganda de atrocidades (*atrocitiy-monering*) dos historiadores do sistema (*establishment*)”. Esse evento era nada mais que a primeira Convenção Revisionista do IHR⁹⁴.

Não havia passado mais do que um ano desde que Carto publicara aquele artigo sobre Hitler no A.M., o mesmo em que anunciava o que ele via como uma nova tendência de interpretes e interpretações sobre o passado nazista. E quando ele o fez, o periódico enfrentava sérios problemas. Parece que os leitores do AM não responderam bem à linha editorial adotada por Carto nos últimos anos e a ênfase em histórias interessadas do nazismo e da II Guerra Mundial teriam contribuído para que o número de assinaturas descaísse significativamente. Carto deve ter pensado que o problema tinha uma solução possível e que esta possibilidade poderia estar nas mãos de um editor profissional, especializado nesse tipo de material. Afinal de contas ele publicou um anúncio nos classificados do Spotlight buscando editores para preencher a vaga. Um jovem irlandês que trabalhava em órgãos de imprensa da extrema-direita inglesa respondeu ao anúncio e foi contratado. Esse jovem era David McCalden⁹⁵.

Logo que se instalou na Costa Oeste estadunidense, McCalden começou a trabalhar nos negócios editoriais do Legion for Survive of Freedom, mais precisamente, na Noontide Press e no American Mercury. Sua função era a de assistir Carto e a senhora

⁹³ ROBERTSON. W. The Holocaust strategy. *Instauration*, v. 3, n.8, julho de 1978.

⁹⁴ Idem., v. 4, n. 9., agosto de 1979, p. 28.

⁹⁵ LIPSTADT, 1993, pp.136-138 ATKINS 2009, pp. 165-167; ZESKIND, 2009, pp. 55-57.

LaVonne Furr, herdeira nominal da organização guarda-chuva e editora do Mercury, com a produção do catálogo da Noontide Press, com a edição e com a publicação da revista. Em pouco tempo depois da chegada de McCalden os títulos negacionistas do catálogo da editora de Carto aumentaram consideravelmente. Em 1978, a NP adquiriu os direitos do livro de Butz e o publicou em edições de capa dura e de capa flexível. No mesmo ano uma coletânea de capítulos de livros de Rassinier traduzidos para o inglês foram reunidos no volume de *Debunking The Genocide Myth: a study of A Study of the Nazi Concentration Camps and the Alleged Extermination of European Jewry*”, também publicado pela casa⁹⁶.

Enquanto isso, notícias chegavam da França via *Instauration*. Em maio de 1979, Robertson publicou um longo artigo sobre “a saga de Faurisson” para “tornar debatível o indebatível”. Faurisson era professor universitário de literatura e ficou relativamente conhecido através de cartas e artigos de direitos de reposta publicados em jornais de grande circulação no hexágono por esse período. Em dezembro de 1978 ele deu início a um “caso” (*affaire*) que levaria seu nome, quando publicou uma dessas cartas no prestigioso *Le Monde*. Entre outras coisas, nesse texto Faurisson proclamava a inexistência de câmaras de gás nos campos nazistas e apresentava essa proclamação como uma boa notícia para o mundo, uma notícia que “a mídia” não poderia mais silenciar. Nos dias que seguiram à publicação desse texto, o jornal recebeu e publicou cartas e artigos que condenavam a proclamação de Faurisson. Em janeiro de 1979, ele recebeu espaço nas páginas do *Le Monde* para uma longa resposta em que dizia ter *descoberto* nas câmaras de gás nazistas “uma mentira histórica”. Essa descoberta ele atribuiu ao contato com os textos de Rassinier (o que ele descreve como um momento de iluminação, próximo de uma conversão), “16 anos de pensamento” e 4 anos de “intensa pesquisa” em arquivos. Esses dois textos foram traduzidos para o inglês e, publicados sem datas ou referências, ocuparam a maior parte do corpo do texto de Robertson para aquela edição de *Instauration*. Em pouco do espaço que sobrou, Robertson anunciava que “a saga de Faurisson” não era a única: como o francês, havia nos EUA o caso de Butz; na Austrália, o do advogado John Bennett; e o de Harwood na Inglaterra. Todos eles seriam de uma

⁹⁶ RASSINIER, P. *Debunking the genocide myth: a study of nazi concentration camps*. Trad. Adam Robbins. Los Angeles: Noontide Press, 1978. Uma tradução de *Drame des Juifs Européens* atribuída a Barnes saiu em 1975 C.f.: *The Drame of European Jews*. Trad. Harry E. Barnes. Silver Springs: Stepping Stones Publications, 1975. A edição da NP foi resenhada para o *Spotlight* por James J. Martin em outubro de 1978, c.f.: MARTIN, J.J. Reflections on a death. (Carta ao Editor). *The Journal for Historical Review*, v. 12, n.2, Costa Mesa, verão de 1992.

espécie de paladinos e mártires da “liberdade de expressão” que sofriam na pele perseguições e represálias por supostamente mostrarem “ao mundo todo que o *Holocausto* era uma mentira”⁹⁷.

Apesar da complicada situação do American Mercury, e talvez mesmo por causa dela, McCalden teria notado que havia um nicho que não poderia ser explorado através do periódico que, no final das contas, parecia estar condenado. McCalden teria percebido que os campeões de vendas do catálogo da Noontide Press eram títulos sobre o Holocausto. Logo, a especialização nesse nicho parecia ser promissora. Carto teria acreditado nessa visão e, para viabilizá-la, se defez do Mercury. Em julho de 1979 o quadro administrativo da Legion for Survive of Freedom, formado por Carto, por sua esposa, Elizabeth Carto, por Lewis e LaVonne Furr e por Martin D. Larson, se reuniu para deliberar sobre os próximos passos e concretizar institucionalmente o projeto editorial que iria substituir a revista. Naquela reunião o Institute for Historical Review (IHR) veio ao mundo com certidão de nascimento e isento de impostos. Nessa ocasião, ficou decidido que⁹⁸:

a Corporação [LSF] irá estabelecer um braço ou uma subsidiária educacional que passará a ser chamada de INSTITUT FOR HISTORICAL REVIEW. O proposito dessa organização será o de disseminar, distribuir e comercializar para o público geral materiais educacionais relativos a fatos históricos, em particular fatos relacionados à garantia dos direitos e privilégios garantidos a todos os americanos pela Constituição dos Estados Unidos da América, de acordo com os propósitos gerais da Corporação. ⁹⁹

No processo de execução da pesquisa, eu me questioneei sobre a capacidade de os agentes gerarem publicidade e garantirem atividades como uma convenção internacional em menos de dois meses depois da fundação do IHR. Pensei que o registro oficial da organização e a reunião em que ele foi produzido fossem o resultado de algo como um projeto que já vinha sendo internamente concebido e colocado em prática desde antes. Se foi assim ou não, eu não pude encontrar indícios. De qualquer forma, essa não

⁹⁷ ROBERTSON, W. The undebatable becomes debatable. *Instauration*, v. 4, n. 6, maio de 1975, pp. 6, 21-23.

⁹⁸ ZESKIND, 2009, p. 56.

⁹⁹ LEGION FOR SURVIVE OF FREEDON. Minute of special meeting, 06/07/1979. Disponível em <<http://www.monkey-factory.com/wac/litigation/farrel/19790706-meeting.php>>, acessado em 17/11/2016.

é uma questão tão importante quanto a de se saber do porquê e do como do IHR agora, em 1979, e não antes, em 1969 ou em 1974.

De forma indireta, sem terem elaborado essa questão, alguns trabalhos sobre a extrema-direita ou sobre o negacionismo que transitaram pelo IHR forneceram algumas respostas. Para o jornalista Leonard Zeskind, as transações que deram no IHR foram respectivamente o resultado de um tino acertado para negócios editoriais e das habilidades organizacionais de McCalden e de Carto. Para Lipstadt, o aparecimento do IHR daquela forma e naquele momento representa o ponto alto de um processo evolutivo do negacionismo nos EUA. Atkins se situa mais ou menos entre essas interpretações; para ele, o IHR é o produto desse processo como o resultado cumulativo da trajetória de Carto. A primeira das respostas é um tanto vaga. As fontes consultadas por Zeskind só permitem esse tipo de intuição se elas forem consideradas como indícios autossuficientes. Além do mais, se a ênfase no tal “revisionismo” foi mesmo a causa da crise do Mercury, fosse ela restauradora ou inovadora, a solução deveria passar pela diversificação e não pela especialização. O que estava em jogo não eram dividendos propriamente financeiros; pelo menos não deveria ser essa a intenção imediata, já que os recursos que mantinham as atividades de Carto vinham de uma rede de doadores, e menos da assinatura e vendas de materiais editoriais ou de espaço para publicidade em seus tabloides, revistas e programas de rádio e TV. A poderosa interpretação de Lipstadt parte de algum ponto entre sua intenção em mostrar o negacionismo funcionando e produzindo impactos na cultura estadunidense e a realização dessa intenção através de uma história do negacionismo que segue uma linha evolutiva ornada por generalizações e tautologias. Tal história começa em um beco mais ou menos obscuro para chegar, inevitavelmente, à praça pública bem iluminada. Segundo Lipstadt, esse caminho foi pavimentado por um conjunto de estratégias de dissimulação e não poderia ter sido fora de “um clima intelectual (...) em que grande parte da história parecia estar aberta (*up for grabs*)” e em que “os ataques à tradição racionalista ocidental” teriam se tornado “um lugar comum”. Para Lipstadt o aparecimento do IHR representa o clímax desse processo. A explicação de Atkins é igualmente problemática porque vai nesse sentido e o extrapola. Para ele, o que faz o negacionismo e o IHR acontecer são as histórias de vida dos agentes. Não seria para tanto se essas histórias não se materializassem na descrição contínua e contígua de engajamentos e de feitos que definem unilateralmente a vida dos agentes e, por essa via,

o negacionismo – sua tipologia de agentes produtores-divulgadoresconsumidores só pode funcionar como uma intuição dessa forma de compreender e descrever vidas e feitos¹⁰⁰.

Nenhuma dessas interpretações leva em conta o estágio dos discursos públicos sobre o Holocausto para explicar o negacionismo ou o IHR. Fora o fato de elaborarem as relações entre o negacionismo e a extrema-direita como dadas, naturais e evidentes, especialmente no caso de Lipstadt e de Atkins, o IHR aparece definido exclusiva e negativamente em relação à historiografia sobre o Holocausto, um tipo particular e institucionalizado de narrativas sobre a política e o processo de extermínio dos judeus. Essa categorização depende de uma premissa que, pelo menos desde os trabalhos pioneiros de Pierre Vidal-Nacquet, atravessa as pesquisas sobre o negacionismo: a de que o fenômeno negacionista, no geral, assim se define e é definido através dessa relação negativa e como uma farsa. Esses trabalhos mostraram e demonstraram que isso se manifesta, por exemplo, através da retórica e da forma de certos textos negacionistas, da auto-apresentação de certos agentes do campo e de suas instituições. O que está em questão não é essa premissa já consolidada, mas sim como ela deixa de considerar outros discursos, representações, usos sentidos e disputas sobre o Holocausto no espaço público. Eu quero sugerir que, pelo menos no caso do IHR, essas variáveis importaram de maneira significativa.

Até aqui minha exposição tem sido descritiva. Eu reconstruí de maneira muito limitada duas histórias que se cruzam de maneiras igualmente limitadas: uma da extrema-direita estadunidense e outra dos discursos públicos sobre o Holocausto nos EUA. A linha que articula os diferentes e relativamente difusos deslocamentos dessas histórias é o negacionismo. Ao organizar dessa forma a narrativa da exposição dos resultados de uma etapa deste trabalho de pesquisa, minha intenção foi a de mostrar que as fronteiras mais ou menos irregulares do mundo que permitiu a manifestação do IHR foram informadas em diferentes momentos e de diferentes formas *i)* pelas relações entre determinados agentes, programas políticos, formas de ver e de querer transformar o mundo social compartilhados e circulados naquele ponto da extrema-direita estadunidense e *ii)* pelos sentidos, pelos usos públicos do Holocausto nos EUA e pelas disputas igualmente públicas pelo controle desses domínios.

¹⁰⁰ C.f.: LIPSTADT, 1993, pp. 16-17; ATKINS, 2009, pp. 164-167; ZESKIND, 2009, pp. 52-58.

As condições discursivas para a proclamação do Holocausto como “a mentira dos seis milhões” existiam já em 1969 e eram praticamente as mesmas em 1974 e em 1976. Entretanto, a eficácia dessa proclamação era pequena e restrita a círculos esotéricos da extrema-direita estadunidense. Em 1978 o cenário era alguma coisa diferente, especialmente depois da exibição de “Holocausto” e da instituição da Comissão Presidencial sobre o Holocausto. Para falar como Michel Pollak, esses eventos foram como “sobressaltos bruscos e exacerbados” das memórias e dos discursos sobre o passado que “em tempos de crise” “afloraram” dos subterrâneos como o resultado de um mais ou menos longo e silencioso processo de subversão. A política e o processo de exclusão e extermínio nazista se tornaram uma matriz de significados plurais, mediados social, cultural e politicamente por valores, por intenções, por programas, projetos e práticas políticas, por linguagens e por instituições. Sem essa mediação multilateral e sem a manifestação da diversidade dos sentidos que circulavam pelo espaço público naquela situação cambiante dos EUA do final da década de 1970, “a pluralidade fragmentada das memórias” e dos discursos sobre o Holocausto, inclusive o negacionista, não poderiam ser objetos e instrumentos de lutas simbólicas e políticas como foram no caso em questão. Como essas lutas foram travadas é que será explorado nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2

O IHR: MEIO E MOTOR DO NEGACIONISMO.

As imagens do IHR.

O que foi e como foi o IHR? Essa pergunta aparentemente simples e trivial não é inédita. Ela já foi formulada de diferentes formas e em diferentes circunstâncias — e o mesmo vale para as respostas que a ela foram oferecidas. Relativamente dispersas, umas e outras podem ser agrupadas em quatro conjuntos que se relacionam de maneiras diversas ao longo do tempo. Dessa forma, há então um conjunto formado pelas auto-imagens nativas do IHR; outro formado pelas imagens fornecidas pela literatura especializada que de alguma forma tratou da organização; um terceiro conjunto que organiza aquelas fornecidas por meio de organizações civis que combatem as manifestações do negacionismo no espaço público; e, por último, um conjunto formado pelas imagens jornalísticas sobre o IHR. O que se segue são exemplos das representações que compõem cada um desses conjuntos interrelacionados.

O IHR foi concebido e fundado como uma organização educacional. Essa referência atravessou e informou de diferentes formas a auto-apresentação pública da casa, formulada especialmente por determinados agentes da organização. Entre muitos casos, dois são decididamente representativos nesse sentido; ambos são editoriais do JHR publicados em diferentes momentos da existência e do funcionamento da organização. O primeiro deles é de David McCalden, diretor e editor da casa entre 1980 e 1981. Neste editorial que abria o terceiro volume do JHR, através de uma referência negativa à uma associação profissional de historiadores, McCalden falava da organização como um grupo de “acadêmicos objetivistas”. O segundo texto foi publicado dez anos depois, mas reproduz o modo pelo qual o primeiro fez sentido. Diferente daquele, esse era assinado por Mark Weber, que agora estava no posto que originalmente foi o de McCalden. Em sua nota, Weber listava as formas negativas pelas quais o IHR havia sido publicamente retratado para mostrar que essa repercussão, ainda que pejorativa, fazia do IHR “o centro de uma rede mundial de especialistas e ativistas que trabalham para separar propaganda e fatos históricos”¹⁰¹.

¹⁰¹ BRANDON, L. (David McCalden). A note from the editor. [Editorial]. *The Journal for Historical Review*, v. 1, n. 3, pp. 197-198, set. de 1980; WEBER, M. From the editor. [Editorial]. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n. 4, pp. 2-4, julho de 1994.

O historiador Pierre Vidal-Naquet ficou conhecido por ter sido, entre outras coisas, um estudioso e um combatente público de primeira hora do negacionismo. Pelos idos da década de 1980, enquanto tratava da manifestação do fenômeno na França e olhava para sua dispersão institucional fora do hexágono, ele viu no IHR uma espécie de “Internacional” negacionista¹⁰². À esteira do historiador francês, em 1993, Deborah Lipstadt descreveu o instituto como a “coluna vertebral” do movimento e o classificou como um “conglomerado de antissemitas, neonazistas e nativistas” disfarçado de organização acadêmica¹⁰³. Algum tempo depois, o historiador Stephen Atkins não viu outra coisa quando explicou o IHR como uma espécie de fórum de articulação internacional do negacismo¹⁰⁴. Antes dele, o cientista político Robert A. Cahn percebeu o IHR como o centro do negacionismo nos EUA¹⁰⁵.

A Anti-Defamation League (ADL) foi um dos principais objetos e sujeitos da oposição do IHR. Organizações civis como esta existem em quantidade e variedade significativas nos EUA. Lá elas são chamadas de *watchdogs* (vigilantes) e não raro são incluídos na categoria dos grupos de pressão (*pressure groups*) ou dos grupos de defesa (*advocacy groups*). As principais atividades desenvolvidas pela ADL e por organizações de seu tipo são a produção de campanhas educativas, a elaboração e a proposição de políticas públicas, educacionais e legislativas, a condução de investigações para fins de inteligência, a produção e a publicação de relatórios sobre a atividades de determinados grupos e organizações extremistas etc. Geralmente, e no limite de suas prerrogativas civis, essas práticas visam combater e neutralizar as manifestações desses grupos, especialmente os crimes de ódio que caracterizam legalmente as ações violentas cometidas pelos mesmos¹⁰⁶. Os agentes da ADL concentram suas ações sobre manifestações do antissemitismo e consideram que a negação do Holocausto seja uma delas. Em um de seus relatórios sobre o fenômeno, o IHR apareceu como “a principal força do movimento de negação do Holocausto”¹⁰⁷. Recentemente, a ADL tratou do IHR

¹⁰² VIDAL-NAQUET, P. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papirus, 1988, p. 129.

¹⁰³ LIPSTADT, D. *Denying the Holocaust: the growing assault on truth and memory*. Nova York: Plume, 1993, p. 14-24.

¹⁰⁴ ATKINS, Stephen. *Holocaust Denial as an international movement*. Westport: Praeger, 2009, pp. 163-192.

¹⁰⁵ KAHN, Robert A. *Holocaust denial and the law: a comparative study*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2004, p. 23.

¹⁰⁶ MICHEL, G. Right-wing extremism in the land of free: repression and toleration in USA. In: EATWELL, R. *Western democracies and the new extreme-right challenge*. Nova York: Routledge, 2004, pp. 172-192.

¹⁰⁷ ANTI-DEFAMATION LEAGUE (ADL). Institute for Historical Review. In: _____. *Hitler apologists: the anti-semitic propaganda of Holocaust “Revisionism”*. Nova York: ADL, 1993.

como uma organização pseudo-acadêmica (“*pseudo academic enterprise*”)¹⁰⁸. Em 1981, o rabino Marvin Hier, decano e fundador de uma organização parecida com a ADL, o Simon Wiesenthal Center (SWC), viu que o IHR era o primeiro “grupo pseudo-intelectual organizado para defender a ideia de que o Holocausto não teria acontecido”. O Southern Poverty Law Center (SPLC) é outra proeminente organização que funciona nos moldes da ADL. Seu programa e suas práticas são mais generalistas, por assim dizer, e visam combater e prevenir violações e crimes de ódio relacionados às diferentes manifestações do racismo, da homofobia, das desigualdades de gênero e das desigualdades sócio-econômicas. A percepção dos agentes dessa organização sobre o IHR era e é a mesma da ADL e do SWC¹⁰⁹.

Em maio de 1985, enquanto noticiava um suposto atentado contra a residência de uma pessoa ligada ao IHR, um jornalista da equipe do Los Angeles Times apresentou a organização como um “grupo de historiadores”¹¹⁰. Mais tarde, neste mesmo diário de grande circulação na Costa Oeste dos Estados Unidos, o IHR apareceu como o “*think-tank* líder internacional do negacionismo”¹¹¹. Em 1981, quando o IHR apareceu nas páginas do New York Times pela primeira vez, ele foi dado como uma “organização de direita”¹¹². No biênio de 1992-1994, os agentes do IHR foram atrações de diversos programas televisivos de grande audiência nos EUA. Nos auditórios do *The Fill Donahue Show* ou no sensacionalista *Montel Willians Show*, os agentes, a organização e o negacionismo foram entrevistados e apresentados como uma mesma coisa exótica¹¹³.

¹⁰⁸ADL. *Origins of the Denial Movement*. In: Holocaust Denial: an online guide to exposing and combating anti-semitic propaganda. Nova York: ADL, online. Disponível em <http://archive.adl.org/holocaust/origins.html#.WBySmiT8vp4>, acessado pela última vez em 07/03/2016.

¹⁰⁹SOUTHERN POVERTY LAW CENTER. Institute for Historical Review. In: *Hate/extremist files*. Disponível em <https://www.splcenter.org/fighting-hate/extremist-files/individual/willis-carto>, acessado pela última vez em 07/03/2016.

¹¹⁰JALON, Alan. In Northridge: Holocaust doubster is blast target. *Los Angeles Times*, Los Angeles, 16 de maio de 1985.

¹¹¹OWEN, M. Susan. Embezzlement Suspect Claims Raid on Home Was Illegal : Courts: Former head of Costa Mesa group that claims Holocaust accounts exaggerate is being investigated in connection with missing \$7.5 million. *Los Angeles Times*, Los Angeles, 16 de junho de 1995.

¹¹²NEW YORK TIMES, California Judge rules Holocaust did Happen. *The New Yor Times*, 10 de out. de 1991. O artigo cobre os desenvolvimentos do processo judicial envolvendo o IHR e Mel Mermelstein. Durante a primeira IHR-IRC, Carto lançou uma espécie de concurso: o IHR pagaria um prêmio de US\$ 50.000,00 a quem provasse através de “evidências físicas” que o Holocausto *aconteceu*. Mermelstein, um sobrevivente de Auschwitz que então residia na região da sede do IHR, participou do concurso e uma comissão interna do IHR considerou suas evidências inválidas. Sobre o processo, c.f.: KAHN, R., 2004;

¹¹³*Gas chambers deniers*. The Fill Donahue Show. Nova York: Sindicalizado, 1994. (Talk-Show, programa de TV); *Fred Leuchter*. The Fill Donahue Show. Nova York: Sindicalizado, 1992. *Holocaust discussion with David Cole & Mark Weber*. Montel Williams Show. Los Angeles: Sindicalizado; Paramount Domestic Television, 1994.(Tabloid Talk-show, programa de TV).

Esses conjuntos de imagens diversas e as vezes divergentes que compõem as narrativas sobre o IHR dão a ver uma unidade quando se trata de classificar ou descrever a organização. Em quaisquer que sejam as descrições categóricas, nelas o IHR é percebido e/ou dado a ver como uma espécie de instituição para-acadêmica. Se os conjuntos se encontram nessa definição substantiva do IHR, eles se afastam quando o que está em jogo é a referência adjetiva da organização. Enquanto no primeiro conjunto o IHR é uma instituição legítima, isto é, que produz, que comunica um conhecimento sobre o passado válido e socialmente aceito como *passado*, o contrário é verdadeiro no segundo e no terceiro conjunto. Neles, a fachada organizacional do IHR serve apenas para tornar socialmente palatáveis as manifestações dos agentes. Essas formas de percepção ou de auto-percepção são de diferentes formas confundidas nas narrativas que compõem o quarto conjunto e, assim, não é raro que elas criem ou reproduzam os exotismos que caracterizam as manifestações públicas do movimento e da organização.

Para escapar do objeto pré-construído e do exotismo dessas imagens, eu parto do pressuposto de que assim como o negacionismo é um fenômeno diverso, o IHR foi uma organização polissêmica e complexa. Minha postura é crítica às auto-imagens da organização e seletiva em relação às deduções, intuições, induções e inferências que foram incorporadas às interpretações especializadas do IHR. Quero sugerir, portanto, que o IHR era um meio instituído e instituinte dos agentes e das práticas que caracterizam o movimento, mas não só isso. Como meio e motor do negacionismo, o IHR foi também uma das arenas e um dos vetores das lutas pela definição e pelo domínio dessas práticas e relações, e, enfim, por formas de perceber e agir sobre o mundo.

Para demonstrar essas diferentes facetas e funções do IHR, neste capítulo eu vou analisar a estrutura organizacional, o funcionamento, e, por fim, as lutas no interior do IHR e as disputas travadas através do IHR. Na primeira parte do capítulo, eu lido com os aspectos propriamente formais da organização. Nas outras duas partes seguintes, eu trato das lutas na organização e das lutas da organização. Em todos os casos, o que buscarei objetivar são os complexos feixes de relações, crenças e práticas que unem os agentes no interior e ao redor da organização e do movimento.

A casa.

A primeira sede do IHR foi instalada na região central de Torrance, uma cidade costeira de estatura média cravada na Baía do Sul, no sudeste do condado de Los Angeles, no sul da Califórnia. Suas dependências pouco chamavam atenção. A não ser pela insatisfação de vizinhos que ocasionalmente reclamavam da presença da organização nos arredores e do eventual interesse de jornalistas, a sala comercial do número 1619 da Avenida Cabrillo não oferecia nenhum atrativo. Para um jornalista do Washington Post, o endereço era mesmo estranho: a imagem de uma organização que se apresentava como um centro de pesquisa e como uma instituição educacional não era muito adequada à uma sede cercada por “lojas de carros usados e restaurantes de *fast-food*” em um região comercial da cidade¹¹⁴. Anos mais tarde, uma figura que circulava pela organização e era íntima de seus diretores diria que a preferência por estabelecimentos “baratos, anônimos e repletos de espaços para armazenar livros e revistas” era parte de uma estratégia de “segurança operacional”¹¹⁵.

De qualquer forma, a pequena sala da Av. Cabrillo foi remodelada para caber uma recepção, duas salas e um depósito. E ela, de fato, foi povoada e frequentada por pessoas que trabalhavam como editores, escritores e executivos. Lá, alguns poucos funcionários fixos e/ou temporários cuidavam de rotinas administrativas e financeiras; organizavam e participava de reuniões, controlavam remessas e estoques, editavam, publicavam, distribuíam e vendiam livros, panfletos, periódicos, boletins, catálogos e materiais audiovisuais em fitas K-7 e VHS; e, entre outras coisas, planejavam excursões temáticas e organizavam conferências¹¹⁶.

Em 1986 a sede do IHR já não era a mesma da Av. Cabrillo. Dois anos antes, um incêndio supostamente criminoso destruiu a estrutura do local e as instalações tiveram que ser deslocadas. A estratégia de “segurança organizacional” parece não ter surtido os efeitos esperados. A mudança, entretanto, não foi muito abrupta. O novo endereço permaneceu uma incógnita e a correspondência institucional/comercial era feita através

¹¹⁴ MATHEWS, J. California group's attempt to deny Holocaust stirs anxiety. *The Washington Post*, Washington, D.C., 11/04/1981.

¹¹⁵ METROLAND, Margot. Remembering Willis Carto. *Counter Currents*, 26/10/2015. Disponível em < <https://www.counter-currents.com/2015/10/remembering-willis-carto-july-17-1926-october-26-2015/>> acessado em 17/12/2015.

¹¹⁶ STIMELY, K. *Prefatory Note*. Costa Mesa: Institute for Historical Review, fev. de 1985. Disponível em < www.monkey-factory.com/wac/others/1985----Stimely.php >. Acessado em 17/11/2016.

de uma caixa postal registrada em Costa Mesa, uma cidade vizinha de Torrance¹¹⁷. Mais tarde soube-se que a nova sede estava camuflada e protegida na região industrial de Newport Beach, também no condado de Orange¹¹⁸.

O deslocamento relativamente secreto não deve ter provocado efeitos drásticos sobre o funcionamento da organização, senão pelo atraso na publicação de números do JHR e do cancelamento de uma edição IRC-IHR. Fora isso e os alegados prejuízos¹¹⁹, o IHR continuava sendo apresentado como um centro de pesquisa e, até meados da década de 1990, funcionando como parte de um conglomerado de organizações parentes que incluíam a Noontide Press, o Partido Populista, a Legion for Survive of Freedom e o Liberty Lobby¹²⁰.

Seria possível representar a dispersão das pessoas que trabalhavam no IHR e das que eram de outras formas ligadas à organização através de um organograma de quatro níveis hierárquicos. No primeiro nível e no topo das posições, figurariam os presidentes da organização. No segundo, os diretores ou vice-presidentes, os editores e os seus auxiliares. Os membros do conselho editorial da casa estariam no nível seguinte. No quarto nível, em posições diferenciadas, estariam os autores que foram mais ou menos publicados pela casa. Isso é o que mostra a FIGURA 1¹²¹.

Essa representação gráfica fornece uma boa imagem sobre a estrutura formal do IHR. Entretanto, ela é demasiadamente rígida e pouco esclarecedora quando se trata do funcionamento da organização. Antes de mais nada, ela corrobora as auto-imagens da organização e, além disso, não deixa ver as mobilidades e os trânsitos entre os agentes e suas respectivas posições e funções. Uma alternativa viável a ela é a descrição funcional

¹¹⁷ LA GANGA, Maria L. Group denying Holocaust secretive about location. *The Los Angeles Times*, 13/05/1986.

¹¹⁸ SHERMER, M.; GROBMAN, A. *Denying History: who says the Holocaust never happened, and why do they say it*. Los Angeles; Londres: University of California Press, 2009, p. 44.

¹¹⁹ Em uma série de correspondências enviadas ao senador Jeremiah Danton, do Partido Republicano do Alabama e presidente da Subcomitê de Segurança e Terrorismo do Senado, Tom Marcellus, presidente do IHR, e outros agentes do LL prestavam queixas sobre o incêndio, pediam a abertura de uma investigação que capturasse os supostos “terroristas” incendiários e reclamavam uma declaração do comitê que tornasse público a notícia do incêndio e de supostas ameaças de ataques futuros. Marcellus e o pessoal do LL acusavam a Jewish Defense League (JDL) pelo incêndio e pelas ameaças. Segundo os reclamantes, a falta de atenção das autoridades ao ocorrido era o resultado de pressões e perseguições de um suposto “Lobby de Israel” que agiria nos comitês especializados a fim de fazer com que “atos terroristas” supostamente cometidos pela JDL ou pela Mossad nos EUA fossem subnotificados. A direção do comitê recebeu as denúncias de maneira protocolar. C.f.: FEDERAU BUREAU OF INVESTIGATION (FBI). Memorando 62-0-26172, 18 set. 1984, Pasta 19 0-WF-2159 7 7, Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII.

¹²⁰ LIPSTADT, 1993, p. 172.

¹²¹ Este resultado é produto da sistematização da apresentação dos agentes através das edições do JHR.

dessa estrutura em quatro círculos que se interseccionam em determinados pontos e que, pelo menos durante certo período, teriam orbitado sobre um mesmo eixo: o fundador e chefe informal da organização, Willis Carto¹²².

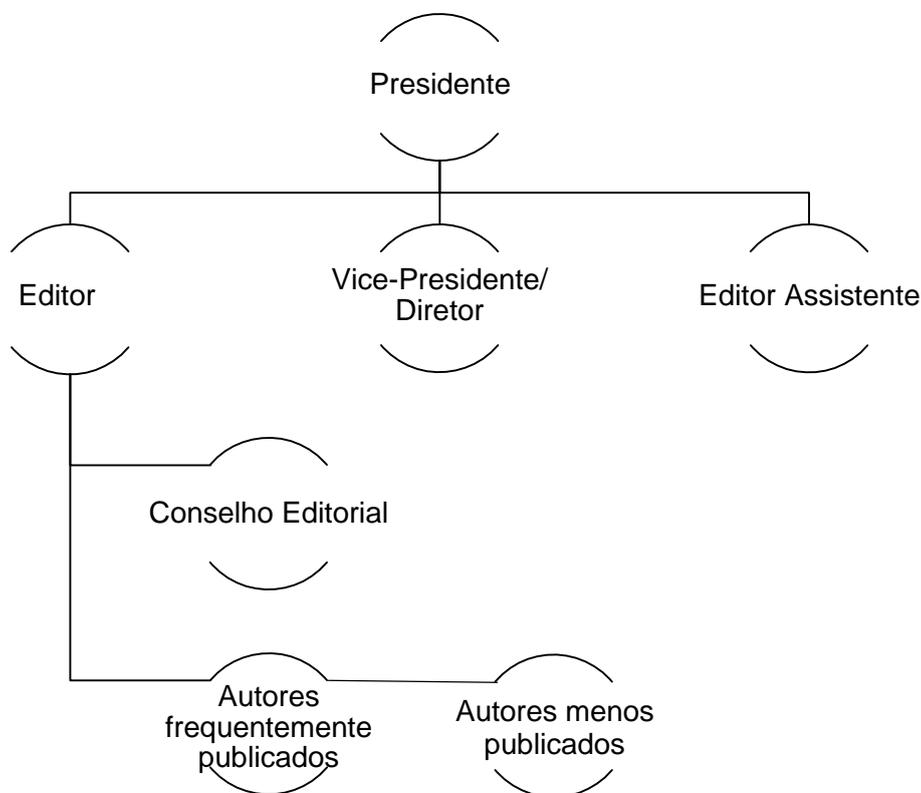


Figura 1: Organograma estrutura organizacional IHR

O primeiro desses círculos é aquele formado pelos “funcionários da casa”; nele estão incluídos aqueles que foram presidentes, diretores, editores e os assistentes de edição. O segundo círculo é aquele composto pelos membros do conselho editorial da organização. O terceiro é formado pelos escritores mais publicados pelos veículos do IHR. O quarto e último círculo é composto pelos escritores menos publicados pelos mesmos órgãos de imprensa da organização.

Os agentes do primeiro círculo, especialmente os editores, eram os porta-vozes do IHR. Eram eles que articulavam a imagem institucional da organização. Tudo indica que vinham deles as decisões sobre o que publicar, como publicar, quem publicar

¹²² Essa descrição é o resultado da sistematização da distribuição de posições, competências, atribuições, funções e atividades dos agentes no interior da organização. Além do JHR, outros e diversos documentos serviram de fontes para esse mapeamento. Quando eu não estiver me referindo ao conjunto dos números do JHR, eu referencio as fontes em questão.

e onde publicar, quem chamar para falar nas IHR-IRC, como obter e de que forma empregar os recursos, entre outras coisas. O círculo formado por estes agentes é o de menor circunferência. Aqui as relações entre os agentes se dão em uma mesma base geográfica: o escritório do IHR¹²³.

Este primeiro e pequeno círculo era o centro estratégico e executivo do IHR. Em função disso, seus agentes gozam de uma autonomia relativa em relação aos outros. Aparentemente, eles eram submetidos apenas à diretoria da Legion for Survive of Freedom, que até 1993 foi formalmente presidida pela esposa de Carto, Elizabeth Carto, e, depois, ocupada pelos membros remanescentes do quadro administrativo do IHR que compuseram este primeiro círculo.

Para alguns, Carto era quem de fato regia com mãos de ferro a organização. Na verdade, sua posição neste círculo é incerta e polêmica. As fontes sobre o seu lugar institucional no IHR são divergentes, apesar de concordarem no fundamental: ainda que sem vínculos formais, ele era mesmo um dos mais destacados agentes da organização. A cobertura da conferência de inauguração do IHR, realizada por um importante mensal da extrema-direita racista estadunidense em dezembro de 1979, apresentou a organização como a mais nova das bem-sucedidas empreitadas organizacionais, editoriais e políticas de Carto¹²⁴. No número do JHR em que há publicada uma transcrição da palestra de Carto proferida em 1981 durante a III Conferência Revisionista Internacional do IHR, ele foi apresentado como o fundador do IHR, tesoureiro do Liberty Lobby e dono do *Spotlight*, órgão de imprensa semanal dessa última organização que então tinha massiva circulação

¹²³ Segundo Theodore O’Keefe, as funções dos editores da casa eram muitas. Entre outras, eles deveriam direcionar-se aos assinantes dos serviços da casa (JHR, catálogos, boletins, panfletos, etc.), comunicar-se com eles e mediar de forma efetiva a transmissão do conteúdo dos materiais impressos, de maneira a “promover entusiasmo e interesse no IHR e em sua causa – interesse e entusiasmo que iriam resultar em contribuições, assinaturas e vendas para o Instituto”; escrever artigos, notas, resenhas, boletins, campanhas de arrecadação de recursos etc.; fazer revisões e correções em textos a serem publicados, fossem eles originais ou não; se relacionar diretamente com escritores; escrever peças de publicidade para o IHR e para a NP. Para O’Keefe, essas práticas formavam um todo integral, de maneira que “a voz editorial do IHR” deveria “expressar a auto-confiança organizacional com jactância, de maneira sofisticada e sem perder o toque popular (“*common touch*”); [expressar sua] combatividade de maneira polida; garantir a solenidade, inteligência e humor; e devoção parcial, embora obstinada, ao IHR e à causa Revisionista”. Além de membro do conselho administrativo e empregado regular do JHR, O’Keefe foi o mais longo editor da casa. Ele falou sobre essas práticas em um balanço retrospectivo e crítico de sua passagem pelo IHR. Nesse mesmo texto ele sugere que as decisões financeiras e propriamente organizacionais eram pertinentes aos diretores da casa, que não raro, eram diretores do conselho do LSF. C.f.: O’KEEFE, T. Exit the whistleblowe: my fall from grace at IHR. CODOH [*on-line*], 31/07/2002. Disponível em <<http://www.vho.org/GB/c/TOK/Whistleblower.html>>, acessado em 25/08/2015.

¹²⁴ INSTAURATION. World’s first anti-Holocaust Convention. *Instauration*, v.5, n.1, dez. 1979.

nacional¹²⁵. Em 1984, Faurisson declarava que Carto e Marcellus lideravam a equipe do IHR, e acreditava que o primeiro tinha autonomia para editar e alterar a seu modo os manuscritos enviados para a publicação e autorizar quem podia ou não comparecer e falar nas conferências da casa¹²⁶. Em uma nota acusatória, supostamente escrita depois de seu desligamento do IHR em 1985, Keith Stimelly declarava que a organização era integralmente controlada por Carto através da figura e da posição de Elizabeth Carto no Legion for Survive of Freedom¹²⁷. Nesse mesmo ano, ao relatar as atividades e dar suas impressões sobre “quem era quem” na V IHR-IRC, uma neófita descreveu Carto como “a voz conselheira por de trás-das-cortinas do IHR”¹²⁸. De qualquer forma, ele permaneceu como o fundador do IHR até meados de 1993, quando foi destituído do quadro administrativo legal da casa e da corporação guarda-chuva que a incorporava como uma organização sem fins lucrativos¹²⁹.

Não era incomum que os membros do primeiro círculo acumulassem a presidência, a diretoria e a chefia editorial da organização. A movimentação interna de posições também era variante. David McCalden ocupou a presidência e a chefia editorial da casa entre 1979 e 1981. Nesse mesmo período Thomas Marcellus ocupou a direção e foi editor auxiliar de McCalden. Quando McCalden se desligou ou foi desligado do IHR, foi Marcellus quem assumiu a sua posição até 1982. Marcellus foi então assistido por Keith Stimelly no trabalho editorial até que, em 1983, este assumiu a chefia da edição e permaneceu no posto até 1985. Marcellus era agora presidente e diretor executivo da casa, posição na qual permaneceu até 1996. Quando Stimelly se desligou do IHR, Mark Weber ocupou a chefia da redação e permaneceu no cargo entre 1985 e 1988. Daí até 1992, Theodore O’ Keefe substituiu Weber como editor. Em 1993, Weber passou a acumular a direção e a chefia editorial da organização. Durante este ano, O’Keefe esteve afastado¹³⁰. Entre 1994 e 2002, Weber permaneceu diretor e, com intervalos, dividiu a chefia editorial

¹²⁵ JHR. About the contributors. *Journal for Historical Review*, v. 3, n.1, primavera de 1981; CARTO, W. On the uses of history. *The Journal for Historical Review*, v. 3, n.1, primavera de 1981, pp. 27-30. A circunstâncias dessa palestra dizem muito sobre o lugar de Carto no IHR. Ela foi proferida em um momento solene e festivo, durante uma espécie de jantar de gala oferecido aos conferencistas, a quem Carto se dirige para falar do que é do que pode ser o IHR nas lutas sobre o passado e pedir doações para a realização dessas possibilidades.

¹²⁶ FAURISSON, R. *Écrits Revisionnistes (1974-1998)*. Paris: Edition Privee Hors Commerce, 1999, pp. 501, 1011. C.f. também: SHERMER; GROBMAN, 2009, pp. 43-45.

¹²⁷ STIMELY, 1985, op. Cit.

¹²⁸ KUESTERS, Elizabeth. Encountering the Revisionists. *The Journal for Historical Review*, v. 5, n. 2-4, inverno de 1984.

¹²⁹ ATKINS, 2009, pp. 166-167.

¹³⁰ O’KEEFE, 2002.

com O’Keefe, que havia sido então recontratado. Dessa mesma forma e durante o mesmo período, Greg Raven, agora empossado como diretor da Legion for Survive of Freedom, atuou como editor assistente de O’Keef e cuidou do sítio eletrônico do IHR¹³¹.

Sabe-se pouco sobre o caminho dessas pessoas ao IHR e à posições destacadas na casa. Há casos em que adesões orgânicas a grupos de extrema-direita são visíveis e notórias, há outros em que elas parecem ser informadas por valores desse campo político e há casos em que os vínculos são nebulosos. McCalden, Weber e O’Keefe podem ser enquadrados no primeiro caso; Stimely no segundo, e Raven e Marcellus no terceiro.

McCalden cultivava relações com a extrema-direita inglesa antes de se mudar para os EUA e começar a trabalhar com Carto. Weber e O’Keefe teriam formação universitária em História; o primeiro, inclusive, teria obtido o grau de mestre. Ambos teriam trabalhado como escritores e/ou tradutores até começarem a trabalhar no IHR¹³². Além da formação e da atividade profissional, Weber e O’Keefe têm comum um passado no National Alliance. Em 1978, os dois ocuparam o púlpito da Primeira Convenção Nacional da organização neonazista então dirigida por William Pierce. Na ocasião, Weber teria falado sobre uma suposta “crise cultural” que marcaria aquele tempo e sobre as formas pelas quais a organização poderia combater essa crise e agir sobre esse cenário de maneira a transformá-lo. O’Keefe, por sua vez, teria fornecido “lições históricas” e discursado sobre a “nova ordem” que estavam construindo através do National Alliance¹³³.

Weber e O’Keefe fizeram carreira no IHR. Cedo os dois começaram a circular pela organização. A primeira intervenção pública de Weber na casa apareceu no segundo número do JHR, em julho de 1980, como a tradução de uma longa carta em que um leitor da Alemanha Ocidental falava sobre os negadores e a negação do Holocausto e noticiava a alegria de ter ficado sabendo da I Convenção do IHR através de uma publicação da extrema-direita local¹³⁴. Em 1981, Weber e O’Keefe trabalharam como assessores do IHR no caso Merlmenstein e depuseram como testemunhas especializadas em defesa da

¹³¹ IHR. *The Journal for Historical Review*, v. 15, n.6, nov. 1995, p. 11

¹³² SHERMER; GROBMANN, 2009, pp. 47-48.

¹³³ INSTAURATION. Stirrings. *Intauration*, v.3, n. 12., nov. 1978; NATIONAL ALLIANCE. First General Convention of the National Alliance. *National Vanguard Bulletin*, junho de 1978; STORM, K.A. (Org.). *The best of Attack and National Vanguard Tabloid*. Arlington: National Vanguard Books, 1984, pp. 140-143.

¹³⁴ KANOLD, Otto. Letter from Berlin. Trad. Mark Weber. *The Journal for Historical Review*, v.1, n. 2, verão de 1980.

organização. Em 1984, Weber foi pela primeira vez o mestre de cerimônias da VI Conferência do IHR e, no ano seguinte, assumiu provisoriamente a edição do JHR, sendo substituído por O’Keefe em 1986. Weber voltaria a ocupar a chefia da edição e a direção da casa em meados dos anos 1990, dividindo esporadicamente a primeira posição ou com O’Keefe ou com Greg Raven¹³⁵.

Entre as fontes coligidas para este trabalho não pude encontrar evidências de que Keith Stimely tivesse tido vínculos com organizações da extrema-direita estadunidense fora do IHR. Antes de trabalhar no IHR, Stimely chamou a atenção de elementos do campo ao organizar manifestações negacionistas na Universidade de Oregon, onde se graduava em História. Em meados de 1980, durante um seminário sobre o Holocausto no campus, ele exigiu dos organizadores do evento um espaço na programação para falar sobre “o outro lado da história dos seis milhões”¹³⁶. Além disso, o conteúdo inventariado de seus arquivos pessoais depositados em um fundo na Universidade de Oregon sugere que Stimely era um colecionador de impressos de grupos e organizações da extrema-direita estadunidense do pós-guerra. Neste mesmo fundo estão depositadas séries de correspondências trocadas com figuras desse campo entre finais dos anos 1970 e meados dos anos 1980. Os trânsitos de Stimely pelo IHR parecem ter começado mais ou menos no mesmo período de sua manifestação no seminário sobre o Holocausto organizado pela Faculdade de Educação da Universidade Oregon. Em agosto de 1980 ele participou como palestrante da segunda convenção anual do IHR. Em 1981, o conteúdo de sua palestra foi publicado como um panfleto e distribuído pelo selo editorial da casa como uma extensiva “bibliografia revisionista”. Um ano depois da publicação desse material Smith já estaria empossado como editor assistente do JHR. Em 1983 ele assumiu a chefia da edição e permaneceu no cargo até 1985, quando teria se desligado da casa acusando o “estilo ditatorial” de Carto sobre os negócios do IHR¹³⁷.

¹³⁵ Segundo O’Keefe, esse trabalho foi gratuito. C.f.: O’KEEFE, 2002.

¹³⁶ A intervenção de Stimely e de “alguns outros revisionistas locais” foi noticiada por Robertson em janeiro de 1981. Segundo Robertson, esse evento seria como todos os outros de seu tipo: “Durante horas e horas, professores falariam para alunos-não judeus sobre como as igrejas cristãs, os governos dos países Aliados na II Guerra Mundial e os não-judeus de todo o mundo falharam em salvar os Seis Milhões. Depois disso, os alunos estariam cheios de um pesado sentimento de culpa pelos crimes de seus pais, e suas mentes saturadas por um intensificado filo-semitismo que, manipulado pela mídia, garantiria mais simpatia, mais armas e recursos grátis para Israel.” Para Robertson, a intervenção de Stimely tinha rompido com essa lógica ao “expor à audiência uma bem articulada sinopse do argumento contrário as câmaras de gás”. ROBERTSON, W. Five days of hate, one hour of reason. *Instauration*, v. 6, n.2, p. 35, jan. de 1981

¹³⁷ STIMELY, K. *A revisionist bibliography*. Los Angeles: Noontide Press, 1981. Disponível em <<http://ihr.org/books/stimely/stimely.shtml>>, acessado em 14/06/2015. IHR. *Journal for Historical Review*, v. 3, n.3, primavera de 1982. UNIVERSITY OF OREGON LIBRARIES. *Keith Stimely collection on*

A chegada de Tom Marcellus e de Greg Raven ao IHR são obscuras. Sabe-se que Marcellus era um membro destacado em círculos de seitas religiosas esotéricas da região Los Angeles e que ele teria trabalhado na edição de um órgão impresso de uma organização cientologista¹³⁸. Segundo o seu *curriculum-vitae*, Greg Raven não teria concluído o ensino regular e trabalhara como vendedor de artigos esportivos, como técnico e assistente de informática, como escritor e como editor de pequenas revistas sobre esportes. Nesse documento, sua passagem pelo IHR não existe senão virtualmente. Em relação à sua experiência na organização, Raven lista apenas o seu posto de presidente do Legion for Survive of Freedom, posição que aparece como o ponto de alto de uma carreira que começou com emprego de meio expediente em uma oficina de instrumentos musicais em 1972¹³⁹. Quando fala para iniciados e tenta se livrar das bravatas lançadas por Carto contra ele, Raven diz que manteve uma relação desinteressada, pacífica e produtiva com os integrantes da organização desde 1979, quando teria começado a assinar o JHR, fazer doações, frequentar as conferências, realizar trabalhos para a casa e a se corresponder com Marcellus. Segundo o próprio Raven, ele só teria sido formalmente contratado pela organização em setembro de 1992¹⁴⁰.

Depois da saída ou da deposição de Carto em 1993, os membros do quadro administrativo e editorial que compuseram este primeiro círculo assumiram também cargos de destaque na Legion for Survive of Freedom e na Noontide Press. Em 2001, durante a reunião anual dos funcionários e dos diretores da corporação, foi decidido que se mantivessem no quadro diretor da organização os advogados Gerald Domitrovic, Robert Lynch, Jack Riner, Harvey Taylor e também Mark Weber. Essa mesma diretoria deliberou para que Weber continuasse na secretaria, Raven na presidência e O'Keefe na

revisionist history and neo-Fascist movements, 1957-1986. Eugene: University of Oregon Libraries, 1986. (Special Collections and University Archives). Disponível em < <http://archiveswest.orbiscascade.org/ark:/80444/xv98853> >, acessado em 09/05/2016. Um texto sobre “a vida e as ideias de Oswald Spengler” publicado no segundo número do décimo sétimo volume do JHR é apresentado como o resultado de um trabalho realizado por Stimely em 1978 para um curso realizado durante a sua graduação. Na pequena nota biográfica que acompanha o texto, “o interesse” de Stimely pela causa teria se manifestado ainda durante o ensino secundário. C.f.: STIMELY, K. Oswald Spengler: an introduction to his life and ideas. *The Journal for Historical Review*, v. 17, n.2, março de 1988, pp. 2-8.;

¹³⁸ C.f.: SHERMER; GROBMAN, 2009, pp. 42-43.

¹³⁹ O perfil de Raven publicado em uma rede social especializada em negócios e empregos está disponível em < <https://www.linkedin.com/in/gregraven/> > ; acessado em 20/09/2017.

¹⁴⁰ RAVEN, G. Is Greg Raven a Scientologist? Willis Carto Archive [*on-line*]. Disponível em < <https://www.monkey-factory.com/wac/publications/spotlight/not-with-cos> >, acessado em 16/05/2017.

tesouraria da Legion for Survive of Freedom. Era este mesmo grupo que cuidava dos negócios da Noontide Press e do IHR¹⁴¹.

Weber permanece como presidente e diretor do IHR. Parece que é ele o único funcionário da casa. Pelo menos é ele quem edita os livros e os panfletos que são vendidos em uma loja virtual, e também quem publica os textos, grava os *podcasts* e vídeos que alimentam o sítio eletrônico da organização¹⁴². Eventualmente ele produz ou replica esse mesmo tipo de material para sítios eletrônicos do National Alliance¹⁴³. Quando saiu do IHR, em 2002, O’Keefe passou a colaborar com outras organizações, editores e escritores negacionistas como tais como o Committee for Open Debate on The Holocaust (CODOH) de Bradley Smith e de Germar Rudolf¹⁴⁴. Raven mantém um sítio eletrônico que funciona como uma espécie de dossiê que documenta as ações criminosas de Carto, onde retrata o fundador do IHR e sua esposa como “patriotas interesseiros e fraudulentos” (*embezzlers and patriots for profit*)¹⁴⁵. McCalden e Stimely faleceram respectivamente em 1990 e 1992¹⁴⁶.

Formado pelo conselho editorial, o segundo círculo de agentes do IHR era relativamente grande e diverso. Entre 1980 e 2002, esse órgão do IHR foi integrado por 44 pessoas, todas elas portadoras ou supostamente portadoras dos mais diversos títulos e posições acadêmicas, nacionalidades, gerações, trânsitos e adesões no campo negacionista e na extrema-direita no geral.

As credenciais intelectuais e acadêmicas compunham exclusivamente os cartões de visita, por assim dizer, desses agentes do IHR. Todos eles eram apresentados como professores, como pesquisadores, como especialistas, como mestres ou doutores vinculados a instituições de ensino de diferentes modalidades, desde o superior ao regular, ou a instituições de pesquisa para-acadêmicas semelhantes ao IHR. Os nomes, as

¹⁴¹ C.f. O’KEEFE, 2002.

¹⁴² O sítio eletrônico do IHR permanece como o único canal de comunicação da organização. Ele é regularmente alimentado com notícias e pequenos textos sobre temas diversos, especialmente sobre política externa. O sítio pode ser acessado através de < <http://ihr.org/>>.

¹⁴³ Weber voltou a se aproximar do N.A. depois da morte de seu fundador, William Pierce, em 2002. Não raro ele escreve textos, dá entrevistas, participa de podcasts e programas de web-radio, vídeos e outros materiais do tipo que alimentam o sítio eletrônico da organização que pode ser acessado em < <https://nationalvanguard.org/>>.

¹⁴⁴ O’KEEFE, op. Cit.

¹⁴⁵ O sítio eletrônico contém textos, transcrição de documentos e processos legais que formam uma espécie de dossiê contra Carto. Ele pode ser acessado através de < <https://www.monkey-factory.com/wac/>> .

¹⁴⁶ FOLKART, B.A. David McCalden; Failed to disprove the Holocaust. The Los Angeles Times, 25/10/1999; UNIVERSITY OF OREGON LIBRARIES, op. Cit.

titulações e os vínculos institucionais de cada conselheiro eram listados nas folhas de rosto do JHR e era regular que a incorporação e os feitos dos novatos consagrados fossem anunciados em notas editoriais, seções de notícias ou em boxes isolados nas páginas do JHR. Esses agentes também recebiam atenção e especial quando tinham algum trabalho publicado no JHR ou falavam nas IRC-IHR; nessas circunstâncias, ser conselheiro era também uma espécie de atributo que conferia certo prestígio e autoridade¹⁴⁷.

Os conselheiros participavam virtualmente da vida da casa. Eles não orientavam decisões editoriais nem participavam ativamente das operações cotidianas da organização. Alguns deles tinham presença destacada na organização, escreviam regularmente para o JHR, publicavam livros pela Noontide Press ou pelo selo editorial do IHR e eram participantes assíduos das conferências da organização. Mas, mesmo com essa situação e com esses casos que afinal de contas eram raros, os conselheiros faziam mais do que escrever, falar ou simplesmente expor e relacionar seus nomes e títulos à organização. Por um lado, o conselho editorial era um recurso simbólico constantemente mobilizado para as estratégias de legitimação da organização. Além disso, e por outro lado, ele situava a organização no campo negacionista e no terreno da extrema-direita

¹⁴⁷ BRANDON, L. (David McCalden). Note from the editor. [Editorial] *The Journal for Historical Review* v.1, n.4, dez. 1980;_____. A note from the editor. [Editorial] *The Journal for Historical Review*, v. 2., n.1, março, 1981;_____.; BUTZ. A. Unanswered letters. *The Journal for Historical Review*, v. 2, n.3, set. de 1981. MARCELLUS, T. Percy L. Graves Jr. , 1906-1984. *The Journal for Historical Review*, v. 5, nn. 2-4, dez. 1984; IHR. Special offer. *The Journal for Historical Review*, v. 7, n.2., março Junho de 1986, p. 131; IHR. About the contributors. *The Journal for Historical Review*, v. 7, n.3., set. 1986, p. 382; O'KEEFE, T. From the Editor. [Editorial] *The Journal for Historical Review*, v. 8, n.1., março de 1988, pp. 1, 127;_____. From the Editor [Editorial]. *The Journal for Historical Review*, v. 8, n.2., junho de 1988; IHR. A monumental event. *The Journal for Historical Review*, v. 8, n.4., dez. 1988; MARCELLUS, T. Circuitous supression. *The Journal for Historical Review*, v. 9, n.1, março de 1989, p. 117; O'KEEFE, T. From the Editor. *The Journal for Historical Review*, v. 9, n.2, junho de 1989, p. 255;_____. From the editor. [Editorial] *The Journal for Historical Review*, v. 10, n.1, março de 1990, p. 5; . From the editor [Editorial]. *The Journal for Historical Review*, v. 11, n.1, março de 1991, p. 5; . From the editor. [Editorial] *The Journal for Historical Review*, v. 11, n.3., set. 1991; p. 5;_ . Why Holocaust Revisionism? *The Journal for Historical Review*, v. 12, n.1., março de 1992, p. 104; WEBER, M. Editorial Note. [Editorial] *The Journal for Historical Review*, v. 12, n.2., junho de 1992, p. 254; JHR. Organization of American Historians Censors the IHR. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n.4, julho 1994, p. 23; JHR. Book by IHR advisor Walendy back on censorship list. *The Journal for Historical Review*, v. 15, n. 2, março de 1995, p. 22; JHR. Record and mission of the IHR. *The Journal for Historical Review*, v. 15, n. 5., set. 1995, pp. 18-23; JHR. Zaverdinos, Platonov and Graf join Journal Editorial Advisory Committee. *The Journal for Historical Review*, v. 16, n. 3, maio de 1997, p. 19; JHR. Dissident German Historian punished for revisionista writings. *The Journal for Historical Review*, v. 17, n. 4, julho de 1998, pp. 14-16; JHR. The Adelaide Institute Conference. *The Journal for Historical Review*, v. 17, n.6, nov. 1988, pp. 6-10; JHR. Revisionist Publications: around the World. *The Journal for Historical Review*, v. 18, n. 1, jan. 199, pp. 19-21; JHR. Library removes revisionist work. *The Journal for Historical Review*, v. 18, n. 3, maio de 1999; p. 23; JHR. New Zealand University resists Jewish Demands. *The Journal for Historical Review*, v. 19, n. 3., maio de 2000, pp.21-23; JHR. Swiss Revisionist forced into exile for thought crime. *The Journal for Historical Review*, v. 19, n. 3, set. 2000, pp. 11-13; . Germar Rudolf Joins Journal Adviroty Committee. Idem, p. 23.

dentro e fora dos EUA. Na primeira situação, o conselho era apresentado como um conjunto unitário que conferia forma e autoridade ao IHR como uma organização para-acadêmica. Isso acontecia, por exemplo, quando algum conselheiro era mobilizado para falar pela organização ou participar como testemunha técnica da defesa de algum par em juízo. Especialmente nessas últimas circunstâncias, entre outras coisas, o fato de o escolhido ser um membro do conselho da casa pesava sobre a escolha e pesava sobre o veredito jurídico que validava universalmente a competência do escolhido e o escolhido em si mesmo¹⁴⁸. Aqui, os eleitos eram tratados como a parte de um todo coeso e unitário; em outros casos, entretanto, o conselho era representado como uma unidade que conferia legitimidade e colocava a organização e o movimento em um terreno especializado. Essa estratégia era especialmente mobilizada em caso de embates com outras organizações para-acadêmicas, como um dos que foram travados contra a Organização dos Historiadores Americanos¹⁴⁹. Na segunda situação, sendo um indicador e um emblema de prestígio, conhecimento e reconhecimento, o conselho colocava o IHR em um lugar no campo do negacionismo e no da extrema-direita, no geral. Nesses terrenos, ao marcar adesões e celebrar vínculos, o conselho funcionava como uma espécie de canal aberto que não só coordenava, mas limitava os trânsitos da organização por diferentes terrenos de seu campo político¹⁵⁰.

¹⁴⁸ Os processos envolvendo o escritor e editor negacionista canadense Ernst Zündel, reconhecido no campo com “publicista e ativista”, formam um caso paradigmático nesse sentido. C.f.: FAURISSON, R. The end of a myth. *The Journal for Historical Review*, v. 8, n.3., set. 1988, pp. 376-380; _____. The Zündel Trials. *The Journal for Historical Review*, v. 8, n.4., dez. 1988, pp. 417-431; WEBER, M. My role in the Zündel Trials. *The Journal for Historical Review*, v. 9, n.4, dez. 1989, pp. 389-425;

¹⁴⁹ JHR. Organization of American Historians Censors the IHR. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n.4, julho 1994, p. 23.

¹⁵⁰ Há alguns casos que são paradigmáticos. Um deles é o de Revido P. Oliver. Oliver era uma figura de destaque da extrema-direita estadunidense desde pelo menos a década de 1960. Ao longo dos anos 1970 e 1980 ele esteve organicamente vinculado ao National Alliance de William Pierce, um rival histórico de Carto. Apesar disso, até sua morte ele figurou como membro permanente do conselho editorial do IHR e eventualmente escrevia textos para o JHR. Há também os casos dos intelectuais autoproclamados libertários, como App, Konkin, Martin, LeFevre, entre outros. E, por fim, os militantes da extrema-direita internacional que serviam de intermediários do IHR fora dos EUA, como foi o caso de John Bennet, Udo Wallendi, Wilhelm Staglich, entre outros. C.f.: JHR. Revido P. Oliver, 1910-1994. *The Journal for Historical Review*, v.14, n. 5, set. 1994; STIMELY, K. Austin J. App, 1902-1984. *The Journal for Historical Review*, v. 5, n.2-4; JRH. About the contributors – Samuel Konkin III. *The Journal for Historical Review*, v.7, n.3., set. 1986, p. 382; WEBER, M. The passing of a great historian. IHR [on-line], abril de 2004, disponível em <http://ihr.org/news/040413_jim_martin.shtml>, acessado em 16/05/2017. KONKIN, S.E. Palestine: liberty and justice. *The Journal for Historical Review*, v. 1, n.4, março de 1980, p. 349; BENNETT, J. In the matter of Robert Faurisson. *The Journal for Historical Review*, v. 1, n.2., junho de 1980, p. 115; _____. The Holocaust debate. *The Journal for Historical Review*, v. 2, n.1, março de 1981, p. 12.; JHR. 13th IHR Conference: a resounding success. *The Journal for Historical Review*, v.19, n.3, maio de 2000, pp. 2-11; WEBER, M. Why IHR deserves your support. IHR [on-line], sem data, disponível em <<http://ihr.org/other/supportihr.html>>, acessado em 16/05/2017; O'KEEFE, T. 13th. Conference marks

A formação original do conselho contava com 20 membros, dos quais, no final de 1982, restavam apenas 16. Entre 1983 e 2002 entraram 24 novos membros. Nesse período, a média de entrada de novos conselheiros foi de cerca de 1 por ano e a média de saídas foi de cerca de 2 por ano. No geral, os trânsitos no interior desse círculo foram estáveis. Havia, entretanto, aqueles que transitavam entre o primeiro e o terceiro círculo, como é o caso de Butz, Faurisson, Mark Weber e Martin Larson.

Nome	Titulação/Vinculação Institucional	Período de permanência
Austin J. App	Doutorado; Prof. La Salle College	1980-1994
John Bennet	Advogado/ Diretor da União Australiana pelas Liberdades Civis (Austrália)	1980-2002
Reinhadt Buchner	Doutor; prof. da Universidade Estadual da Califórnia	1980-1982
James Elgof	Prof. Patrick Henry Junior College	1980-1981
Robert Faurisson	Doutor em Literatura; professor na Univers. de Lyon II	1980-2002
Ditlieb Felderer	Ed. Revisionist History Magazine, escritor (Suíça/Suécia)	1980-1991
James J. Martin	Doutor; escritor; historiador ass. IHR	1980-1986
Udo Wallendi	Editor, escritor - Revista de História Popular (Verlag für Zeitgeschichtsforschung) (Alemanha)	1980-2002
Samuel Konkin, III	Químico; editor, escritor de The New Libertarian	1980-2002
Robert LeFevre	Escritor; Economista; Fundador, Diretor e Prof. do Rampart College	1980-1981
Andreas Wesserlee	Doutor; Prof. Marquette University	1980-1995
Walter Allende	Doutor em Economia; Prof. Universidade Buenos Aires (Argentina)	1980-1994
Andre Kuczewski	Não consta	1980-1981
Charles Lutton	Doutor; Prof. aposentado Summit College	1980-1985
Thomas Irving	Advogado; Prof. Universidade do Kentucky.	1980-1981
Martin Larson	Doutor em Teologia; advogado; escritor do Spotlight	1980-1994
Wilhelm Staglich	Juiz aposentado (Alemanha)	1980-2002
Richard Verall	Historiador; editor New Nation (Inglaterra)	1980-1981

revisionist renaissance. *IHR update*, n. 4., julho de 2000; JHR. The Adelaide Institute Conference. *The Journal for Historical Review*, v. 17, n. 6., dez. 1998, pp. 6-10.

Percy L. Graves	Economista; escritor; prof. Univ. Plano, Texas.	1980-1984
Charles E. Weber	Doutor. Prof. Aposentado Universidade de Tulsa	1980-1984; 1995-2002
Revilo P. Oliver	Doutor. Prof. Universidade do Illinois	1980-1994
George Ashley	Prof. História Rede Pública de Los Angeles	1984-2002
William B. Lindsey	Doutor em Química; Pesquisador Particular	1983-1992
Albert J. Eckstein	Economista; Consultor Particular	1985-2002
Mark Weber	Mestre em história; historiador ass. IHR	1985-1990
Georg Franz-Willing	Doutor; escritor	1988-2002
Alexander Berkis	Doutor em Direito; Prof. História Longwood College.	1988-2002
Robert Countess	Doutor em Teologia; escritor; editor.	1988-2002
Carlo Mattogno	Critico literário, Escritor negacionista (Itália)	1992-2002
Philip Barker	Doutor	1990-2002
Friedrich Berg	Engenheiro Mecânico	1990-1996
Boyd Cathey	Doutor; editor de The Southern Partisan	1990-2002
Clarence R. Lang	Dr. em História; prof. aposentado	1990-2002
Enrique Aynat	Escritor e editor negacionista (Espanha)	1991-2002
Verne E. Fuerst	Doutor	1991-2002
Henri Rocques	Engenheiro agrônomo; escritor e editor (França)	1991-2002
Hideo Miki	Tenente-coronel da reserva – Exército Japonês; pesquisador independente (Japão)	1993-2002
Costas Zaverdinos	Doutor em Matemática; prof. Universidade de Natal (África do Sul)	1995-2002
Oleg Platnov	Doutor em Historia (Russia)	1997-2002
Jürgen Graf	Professor de linguas, escritor e editor (Suíça)	1997-2002
Germar Rudolf	Químico, escritor e editor (Alemanha)	2001-2002

Figura 2: Quadro Conselho Editorial

Parte significativa desses agentes se situava em lugares de intersecção entre segundo e o terceiro círculos. Arthur Butz e Robert Faurisson, por exemplo, estavam entre aqueles que escreviam regularmente para o JHR e que faziam parte do Conselho Editorial da casa. A situação de alguns dos editores e diretores que compunham o primeiro círculo não era diferente. Reunidos também aqui neste terceiro círculo, Lewis Brandon, Mark

Werber, Theodore O’Keefe e Greg Raven assinaram, entre artigos originais, resenhas, traduções e notas editoriais, cerca de 25% do total dos materiais publicados somente no JHR ao longo dos vinte e dois anos em que foram publicados os 94 volumes do periódico. A participação desses agentes nesse espaço de produção da casa corresponde a um total de 196 textos em um universo de 801 para um total de 269 escritores - uma média de aproximadamente dois textos por volume para cada um. Atrás deles estão apenas Butz e Faurisson, cada um com respectivamente 21 e 53 textos assinados, o que equivale a cerca de 9% dos textos publicados no periódico.

Apenas 14 dos 269 autores empregados pelo IHR tiveram 8 ou mais textos publicados no JHR. Juntos, os primeiros formam este terceiro círculo funcional da organização. Incluindo os editores, diretores e conselheiros a que me referi, eles representam cerca de 5% dos autores da casa. Sozinhos, eles são responsáveis por aproximadamente 46% dos materiais publicados no JHR. Além de Butz, Faurisson, Mark Weber, O’Keefe, Raven e Brandon, podem ser incluídos neste círculo: Charles E. Weber, Charles Lutton, James J. Martin, Percy L. Greaves, L.A. Rollins, David Irving, Doug Collins, Joseph Sobran e Samuel Crowell.

Parte desses autores vinha de variadas tendências da direita estadunidense e a grande maioria deles transitava pelo acidentado terreno do chamado libertarianismo. Esse é o caso de Charles Weber, Lutton, Martin, Greaves, Rollins, Sobran e Crowell. A grande maioria de seus textos eram artigos sobre política externa, escritos conspiracionistas sobre a II Guerra e resenhas de livros sobre esse universo de temas. No caso destes, os trânsitos pelo IHR se explicam por três variáveis *i)* a comunidade de adesão a valores e referências, especialmente quanto ao programa dito “revisionista”; *ii)* conexões e relações com agentes da casa; e *iii)* o alcance e o lugar do JHR.

Charles Weber era professor de inglês e literatura na Universidade de Tulsa, transitava por círculos libertários e chegou a publicar artigos em uma prestigiosa revista da cena, a *The Freeman*¹⁵¹. Como Weber, Charles Lutton escrevia artigos e resenhava

¹⁵¹ The Freeman era uma tradicional revista bimestral que circulou entre 1920 e 2016. Por essa publicação passaram figuras influentes do libertarianismo estadunidense. Em 1950, a publicação foi adquirida e passou a ser publicada pela Fundação para Educação Econômica (*Foundation for Economic Education – FEE*), um destacado *think-tank* da cena libertária dos EUA fundado em 1946 por jornalistas, empresários, financistas e escritores anti-comunistas. Sobre a The Freeman e a FEE, c.f.: HAMOWY, R.; KUZNICK, J.; STEELMAN, A. (Orgs.). *The Encyclopedia of Libertarianism*. Nova York: Sage, 2008, pp. 62, 356, 417; DOHERTY, B. *Radicals for capitalism: a freewheeling history of the modern American Libertarian Movement*. Nova York: Public Affairs, 2008, p. 578. Os artigos de Weber na revista podem ser conferidos em: WEBER, C.E. A closer look at gold. *The Freeman*, set. 1972, disponível em <<https://fee.org/articles/a->

livros sobre a II Guerra Mundial para o JHR. Nas páginas do periódico do IHR, Lutton às vezes era apresentado como professor universitário e como membro de um “Comitê estadunidense para a História da II Guerra Mundial” (American Committee on the History of the II World War), em outras se falava dele como um “especialista em história militar e diplomática”, “mestre em relações internacionais e doutor em história”, “professor de história política e militar do século XX e membro de comitês políticos de destacados *think-tanks*”¹⁵². James J. Martin circulava com destaque por diferentes campos da cena libertária. Além de ser amigo de Barnes e de trabalhar com Carto antes do IHR, Martin foi um influente e destacado escritor nesse campo e chegou a ser diretor do Departamento de História do Rampart College, um importante centro educacional da cena, dirigido e criado por Robert LeFevre, outro antigo parceiro de Carto e conselheiro editorial do IHR de primeira hora¹⁵³. Percy L. Greaves era economista de formação. Nos anos 1950 e 1960, Greaves trabalhou com Barnes e teve artigos publicados no *American Opinion*, órgão de imprensa da John Birch Society dirigido por Robert Welch. Mais tarde, ao longo dos anos 1970, Greaves se tornou uma figura de prestígio entre os círculos reunidos em torno do economista Ludwig von Mises, foi conselheiro da Fundação para Educação Econômica (FEE) e acabou se tornando um político destacado do campo. No ano de sua morte, em 1984, os editores do IHR incluíram sete artigos de Greaves em um dossiê sobre Pearl Harbor e a entrada dos EUA na II Guerra¹⁵⁴.

Rollins também transitava pela cena libertária e, ao que tudo indica, como um deslocado. Um de seus livros, *The Myth of Natural Rights* (O mito dos direitos naturais – sem tradução para o português) articula sinteticamente visões de tendências relevantes e opostas no campo da direita dita libertária, como aquelas de Ayn Rand e de Murray Rothbard, para produzir uma crítica confusa ao que ele considera ser o jusnaturalismo¹⁵⁵. Joseph Sobran era outro dissidente, mas tinha em favor de si um respeitado passado como

[closer-look-at-gold/](#)>, acessado em 09/05/2017; _____. The American Money: past, present, and future. The Freeman, Agosto de 1976, disponível em < <https://fee.org/articles/american-money-past-present-and-future/> >, acessado em 09/05/2017.

¹⁵² JHR. About the contributors. *The Journal for Historical Review*, v. 2, n.4, dez. 1981; idem, v. 5, n. n1, março de 1984.

¹⁵³ C.f.: DOHERTY, 2008, pp. 73, 636.

¹⁵⁴ C.f.: Idem, p.p. 176, 259; GREAVES, P. E. Jr. The Pearl Harbor Investigation. In: BARNES, H.E. (Org.). *The Perpetual War for Perpetual Peace*. Caldwell: The Caxton Printers, 1953, pp. 407-482; IHR. *The Journal for Historical Review*, v. 4, n.4, inverno de 1984.

¹⁵⁵ ROLLINS, L.A. *The Myth of the Natural Rights*. Port Townshend: Loompanics, 1983. Nas páginas do JHR, Rollins era apresentado como bacharel em Filosofia pela Universidade Estadual da Califórnia e escritor *free-lancer* que eventualmente contribuía com artigos para publicações da cena libertária. Entre outros números, C.f.: IHR. About the contributors. *The Journal for Historical Review*, v. 4, n.1, primavera de 1983.

escritor conservador. Sobran foi editor sênior e escritor da prestigiosa *National Review* de William Buckley até 1993 e escrevia uma coluna que era distribuída para jornais e publicações de destaque como o *Los Angeles Times*, o *The Human Life Review* e o *The American Spectator*. Depois de ter rompido com Buckley e com os círculos da direita conservadora reunidas em torno e através da *National Review*, Sobran aproximou-se do libertarianismo e passou a contribuir com escritos para o Mises Institute. Por essa época ele já transitava pelo IHR e, em seus escritos, acusava um suposto “poder sionista” ou um “lobby judaico” agindo ilegalmente nos EUA. Ao longo dos anos 1990, já vinculado ao campo dito libertário, Sobran passou a colaborar com publicações do Mises Institute¹⁵⁶.

Crowell foi descoberto como “um revisionista moderado” em fóruns virtuais da extrema-direita no início dos anos 1990 e chegou ao IHR através de Bradley Smith. O nome Samuel Crowell é um dos vários pseudônimos usados por esse misterioso escritor que teria se graduado em filosofia na Universidade da Califórnia em Berkeley¹⁵⁷. Doug Collins era um jornalista canadense aposentado que, à guisa de escritor controverso, imparcial e defensor da liberdade de expressão, foi um entusiasta público do negacionismo e dos negacionistas. Além de escrever e falar para o IHR, Collins transitava por círculos da extrema-direita e do negacionismo canadense¹⁵⁸. Desse conjunto que compõe o terceiro círculo funcional do IHR, o inglês David Irving era o mais famoso e celebrado. Desde o final dos anos 1960 Irving escrevia biografias e livros de divulgação história sobre temas militares, especialmente sobre o nazismo e os nazistas. Relativamente conhecido entre círculos da extrema-direita por seus esforços reabilitadores do nazismo e dos nazistas, em meados da década de 1970 ele se tornou famoso por conta de uma controversa e bem vendida biografia de Hitler. Ao longo dos

¹⁵⁶ C.f.: GRIMES, W. Joseph Sobran, 64, writer whom Buckley mentored. *The New York Times*, 2/10/10, p. A17; DOUGHERTY, M.B. I will miss Joe Sobran. *The American Conservative*, 01/10/10 [online], disponível em < <https://www.theamericanconservative.com/2010/10/01/i-will-miss-joe-sobran/comment-page-1/>>, acessado em 15/05/2016; SOBRAN, J. OTTEN, H. VEZELIS, L. The Holocaust issue: three Christian Views. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n. 5, set./ out. 1993. SOBRAN, J. Conservatism in crisis: the cause and the solution. *The Free Market*, v.7, n.7, Julho de 1989; _____. The Trouble with democracy. *The Free Market*, v. 8, n.5., maio de 1990; _____. The two economies. *The Free Market*, v. 9, n.1, jan. 1991; _____. The crisis of statism. *The Free Market*, v. 12, n. 7. _____. Teach your children well. *Mises Daily Articles* [on-line], disponível em < <https://mises.org/library/teach-your-children-well>> , acessado em 10/05/2017.

¹⁵⁷ WIDMANN, R.A. Samuel Crowell: In memoriam. *The Inconvenient History*, v. 9, n.2., maio de 2017. Disponível em < <https://codoh.com/library/document/4632/?lang=en> >, acessado em 09/05/2017.

¹⁵⁸ O'KEEFE, T. From the editor. *The Journal for Historical Review*, v. 11, n. 3, set. 1991; COLLINS, D. The Zündel affair: a national legal disgrace. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n.1, jan. 1993, pp. 42-43. C.f. ATKINS, 2009, pp. 203-204.

anos 1980, os trânsitos internacionais de Irving pela extrema-direita aumentaram na mesma medida em que ele se mostrava ao público como um polemista controverso¹⁵⁹.

O quarto círculo era o de maior circunferência. Em sua composição cabiam autores que publicaram até 8 artigos no JHR. A grande maioria dos agentes que povoaram este círculo publicaram no máximo dois artigos no periódico e estiveram em não mais do que duas edições da IHR-IRC. Eles escreviam sobre temas diversos de um repertório que incluía o Holocausto; supostas conspirações comunistas/sionistas/capitalistas; histórias interessadas de aspectos particulares das Guerras Mundiais; episódios ou personalidades da história política estadunidense; questões de política externa; ensaios teológicos e esotéricos sobre heresias e textos religiosos apócrifos; questões raciais; doutrinas políticas etc¹⁶⁰.

Ainda que limitada, essa distribuição de agentes, de adesões, de funções, de práticas e de relações distintas sugere que o IHR era uma organização relativamente diversa que reunia um conjunto heterogêneo de escritores e divulgadores do negacionismo. Seu funcionamento normal e cotidiano dependia do trabalho de alguns poucos agentes do campo, a maioria deles com vínculos estabelecidos no campo da extrema-direita, e era complementado pela participação eventual e diluída de uma diversidade de agentes que integravam ou que transitavam ocasional ou organicamente pelo mesmo campo. As solidariedades entre os agentes e os feixes de relações que formavam redes e redes em potencial no interior e ao redor da casa eram pavimentadas por uma visão do passado como instrumento para a transformação do presente e para a construção de um futuro. Falta ver como essa mesma visão, além de informar o funcionamento da casa, contribuía para as lutas pela definição e expansão das fronteiras do mundo desses agentes.

As lutas do IHR.

As disputas travadas através IHR permitem uma entrada diferenciada e privilegiada no universo relativamente fechado da organização. Por um lado, essas

¹⁵⁹ ATKINS, op. Cit., pp. 119-124.

¹⁶⁰ Essa estimativa é restrita e provisória. Ela foi feita apenas com base nos textos que compõem os 94 volumes do JHR, o que deixa de fora muito sobre as conferências, sobre os processos de seleção de material para publicações e sobre outras possibilidades de engajamento com a casa. Apesar disso, ela corrobora a análise de Atkins baseada no mesmo corpus. C.f.: ATKINS, 2009, pp. 167-168.

disputas deixam ver as relações inscritas nos aspectos propriamente formais do funcionamento da casa, e, por outro, elas permitem acessar certas relações que informam os processos de definição das fronteiras da organização. Em todos os casos, elas fornecem esse tipo acesso ao mundo da organização por que são ou visam ser “lutas entre classificações” que são, segundo Pierre Bourdieu:

lutas pelo monopólio do poder de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor uma definição legítima ao mundo social e, por essa via, de fazer e desfazer os grupos. O móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, tão logo se impõem ao conjunto do grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade do grupo, que está na raiz da unidade e da identidade do grupo.¹⁶¹

Os principais agentes dessas lutas eram aqueles que transitavam entre o primeiro, o segundo e terceiro círculo funcional da casa. Não era raro que aos editores fosse delegada a competência de articular e representar a organização e o movimento nesses embates. Parte significativa dos 56 editoriais publicados nos 94 números do JHR materializam essas disputas através de um trabalho ritual de instituição de imagens da casa, dos agentes e do movimento. Esse trabalho naturalizado teve uma dinâmica relativamente invariável ao longo do tempo e, sendo um trabalho de convertidos para convertidos, criava, reiterava e instituía o grupo “dos revisionistas” como uma unidade de ação. Isso se realizava através de representações que viam e davam a ver essas variáveis como uma única unidade essencial e negativamente definida em relações a um par oposto construído e dado a ver, dessa mesma forma, como monolítico e óbvio. Os referenciais negativos eram sempre organizações judaicas e uma dita “história oficial” feita por “historiadores oficiais” - ambos tidos como representantes ou como produtos de um *stablishment* político corrompido e degenerado que seria ao mesmo tempo o produto e o produtor dessas organizações. Os conteúdos substantivos ou referenciais dessas oposições eram móveis e a sua mobilidade depende de circunstâncias conjunturais marcadas por essas disputas no espaço público, igualmente naturalizadas. Assim, entre outras oposições semanticamente idênticas, os polos variam como “teoria exterminacionista”/“historiadores exterminacionistas”; “história” e “historiadores

¹⁶¹ BOURDIEU, P. A força da representação. In: _____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 108.

ortodoxos”/“teoria revisionista”, e/ou “história dissidente”, e/ou “historiadores revisionistas” e/ou “historiadores dissidentes”.

Alguns casos são representativos desse processo. No segundo editorial publicado no JHR, McCalden expôs como uma medalha as percepções públicas da organização que tinha completado seu primeiro ano de funcionamento. A primeira e, para McCalden, a mais importante dessas percepções veio de historiadores filiados à uma prestigiosa associação profissional, a Organização dos Historiadores Americanos (Organization of American Historians – OAH). Para provocar as reações da OAH, McCalden e sua equipe cuidaram de replicar a estratégia de publicidade que Richard Verral havia usado para divulgar o seu *Did Really Six Million Died?*. Eles alugaram a lista de correspondência da OAH e enviaram exemplares do JHR como mala direta para apreciação dos associados. Alguns historiadores devolveram o pacote e anexaram cartas críticas que mais tarde foram publicadas como sinal de reconhecimento nas páginas do JHR. Por essa altura, McCalden já teria conseguido chamar alguma atenção de jornalistas locais para o IHR, e, apesar de se dizer insatisfeito com as formas pelas quais foram tratados em jornais impressos e televisionados — eles teriam descrito a organização anti-semita e neonazista — ele percebia a cobertura como um sinal de que a mensagem da organização estaria sendo divulgada. Para ele, as críticas negativas ao IHR e ao seu programa eram sintomas de um mundo degenerado: o sistema educacional estadunidense estaria corrompido e “a mídia” controlada pela “judiaria internacional” incorporada à ADL. Através de jogo de oposições que atravessa toda a nota, McCalden fazia ver que, ao contrário da OAH e de seus membros, dos jornalistas, “da mídia” e da ADL, os ditos “historiadores revisionistas” e os escritores ligados ao IHR seriam autênticos e imparciais por que estariam imunes à suposta manipulação da dita “judiaria internacional” e por que a organização defendia os verdadeiros interesses nacionais¹⁶².

¹⁶² BRANDON, L. (MCCALDEN, D.) A note from the editor. *The Journal for Historical Review*, v. 1, n.3, Torrance, outono de 1980. Penso que o envio de exemplares do JHR para membros da OAH não foi uma mera estratégia de publicidade. Já na época a OAH era uma tradicional organização para-acadêmica que reunia historiadores profissionais de todo o país. A associação foi fundada em 1914 e, até 1964, atendia pelo nome de Mississippi Valley Historical Association. Desde 1916, a associação publica um prestigioso trimestral que antes de 1964 era chamado de Mississippi Valley Historical Review e, a partir de então, de *The Journal of American History* (JAH). Atualmente o JAH sai das prensas, vai *on-line* e é comercializado através de uma parceria com a editora da Universidade de Oxford e com a Universidade de Indiana. A organização organizava e ainda organiza reuniões e encontros anuais regionais e nacionais, tem programas de financiamento, suporte premiações e bolsas para professores/historiadores destacados. Pelos idos da década de 1970, a ênfase da organização recaiu sobre em História Pública e a acolher como associados não só historiadores universitários, mas também aqueles que trabalham em museus, centros culturais, agências governamentais, fundações privadas, entre outros. Por essas e outras, os agentes do IHR devem ter buscado

Este mesmo procedimento foi reproduzido de forma sutil e polida na nota em que Tomas Marcellus apresentou um volume especial do JHR, dedicado a Robert Faurisson. Este volume denunciava e comemorava como “perseguições judiciais” os processos movidos contra o negacionista francês e aqueles que seguiram ou viessem a seguir seus passos, já que o seu caso teria contribuído para fazer da negação do Holocausto um crime na França. Para Marcellus, Faurisson teria sido condenado por desafiar aquela que seria a única “narrativa autorizada” sobre o Holocausto, a que ele chamou de “história desqualificada” e de “crença monomaniaca” dos “exterminacionistas”. Segundo o então editor e diretor da casa, os perseguidores de Faurisson, como “guardiões” dessa suposta narrativa única, teriam manipulado “a justiça francesa” para impedir a sua liberdade de expressão. A batalha de Faurisson é contada por Marcellus como uma epopeia que tem em seu personagem principal uma figura exemplar, um mártir, um herói, mas um pesquisador sério, diferente em caráter dos ditos “exterminacionistas” e, por isso, tudo aquilo que eram ou deviam ser “os revisionsistas”¹⁶³.

Teodore O’Keefe também dava continuidade a este jogo e atualizava aquela que seria a “essência” e o “programa” do “revisionismo” e, por essa via, do IHR. Esse princípio vinha do slogan atribuído a Barnes, que definia “o revisionismo” como o ato de “trazer os fatos de volta à história”. O apelo aos “fatos” no slogan de Barnes não significava um apelo à fórmula e à utopia do positivismo hankeano do “passado assim como ele foi”. Ao contrário, como O’Keefe o expressava, ele pressupunha que alguém (“os historiadores da corte”) ou algo (“a corte”, “o poder”, “o estado”) havia sequestrado e distorcido o passado e as interpretações do passado deliberadamente para os seus próprios fins. O efeito prático dessa crença e a intenção de sua profissão eram, nesse caso, a criação e a legitimação de uma suposta dissidência entre o conjunto geral de “os historiadores”. Essa dissidência é caracterizada por uma propriedade que seria ausente em todos os que não fossem “revisionistas”: a de “concertar os erros e as falsas

algum tipo de reconhecimento da organização através dessa provocação. A publicação de cartas de historiadores filiados à associação na seção de correspondências desse volume do JHR funciona um indício disso. Lá elas foram transformadas em um sinal de acolhimento e tiveram a intenção de mostrar que o pessoal do IHR e o historiadores da OAH estariam no mesmo terreno, ainda que em posições divergentes. Sobre um balanço nativo, realizado durante o encontro anual que comemorava os cem anos da OAH, c.f.: KIRKENDAL, Richard S. (Org.). *The Organization of American Historians: the writing and teaching of American History*. Nova York: Oxford University Press, 2011. Para uma apresentação institucional da OAH, c.f.: OAH. *About the OAH*. Disponível em < <http://www.oah.org/about/>> , acessado pela última vez em 15/01/2018.

¹⁶³MARCELLUS, T. A note from the Editor. *The Journal for Historical Review*, v. 2, n. 4, dez. 1981, pp. 3-4.

concepções sobre o passado”. Instituída como missão, era essa tarefa que definia e separava “os revisionistas” do universo possível de agentes que lidavam com o passado. Quando fala nesses outros opostos, O’Keefe se refere nominalmente a *Boys from Brazil*, o thriller de Ira Levin que foi adaptado para o cinema e foi *best-seller* e *block-buster* em 1976 e 1978, respectivamente. E quando fez isso, fez com que esse caso particular fosse visto como geral e definidor de tudo o que não fosse “revisionista” sobre o Holocausto¹⁶⁴.

Era raro um editorial de Mark Weber que não reproduzisse esse mesmo trabalho. Em um que foi publicado na edição do JHR que saiu em julho de 1993, Weber fazia um balanço das atividades públicas da organização para, no final, pedir doações para a casa. A retrospectiva de Weber começava no bimestre anterior, quando ele, David Irving e Robert Faurisson se reuniram para falar em uma “mini-conferência” do IHR. Esse evento foi apresentado como uma forma de protesto à abertura do Museu Memorial do Holocausto em Washington, D.C., em abril daquele ano. A conferência foi organizada para disputar com as cerimônias de inauguração do museu e, nessas circunstâncias, talvez visasse gerar publicidade e alguma comoção em torno da organização e do movimento. Se essa expectativa existiu, ela foi frustrada. Weber acusava um suposto silenciamento arbitrário contra sua iniciativa, mas denunciava isso como um sinal do avanço do IHR – um avanço que, segundo ele, era tema de trabalhos de “historiadores anti-revisionistas”. Para Weber, esse silenciamento por parte dos inimigos era uma das coisas que faziam do IHR “o maior e o mais destacado ‘destruidor’ de mitos históricos do mundo”¹⁶⁵.

Outras arenas para as lutas públicas do IHR eram os tribunais. Era comum que alguns dos agentes ligados à casa se envolvessem em processos judiciais que eram vividos, pensados e representados como verdadeiras batalhas entre “os revisionistas” e os supostos “exterminacionistas”. No geral, essas situações arenosas e conflituosas forneciam uma boa oportunidade para esses agentes se apresentarem em um regime legitimado. Como réus ou testemunhas chanceladas como peritos/especialistas, os negacionistas aproveitavam essas ocasiões para “colocar o Holocausto em julgamento”, apresentar suas proclamações como teses, argumentos e evidências, e ainda garantir alguma publicidade, quando esses processos eram midiaticizados e repercutiam como verdadeiras sensações públicas. Não menos importante, os processos eram também um meio de mobilização do campo, já que aos convertidos eles eram dados a ver como

¹⁶⁴ O’KEEFE, T. From the Editor. *The Journal for Historical Review*, v. 9, n.2, junho de 1989, p. 132.

¹⁶⁵ WEBER, M. A note from the editor. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n. 4, agosto de 1993.

batalhas que produziam heróis ou mártires para a causa e que valiam o engajamento através de doações e campanhas. Por conta disso, aqueles que eram mobilizados para essas disputas eram os mesmos agentes investidos de competências para falar pelo movimento e pelas organizações que, como o IHR, o sustentavam.

Os agentes do IHR foram réus em apenas alguns processos que se estenderam ao longo da década de 1980 e ficaram conhecidos como “o caso Mermelstein”. Na verdade, “o caso” corresponde a três processos. O primeiro deles começou em 1981 e terminou com um acordo formalizado em 1985; o segundo foi movido pelo pessoal do IHR contra Mermelstein e tramitou entre 1986 e 1988, quando a acusação retirou a queixa; o terceiro processo começou logo depois do segundo e terminou em 1993, dessa vez com Mermelstein retirando a queixa de difamação contra o IHR. O primeiro desses processos é o mais célebre. Na bibliografia especializada, ele aparece como o efeito de uma estratégia de relações públicas que teria dado visibilidade para o IHR fora dos círculos da extrema-direita. As coberturas jornalistas, ao que tudo indica, relativamente tímidas, trataram desse processo como uma das controvérsias públicas, sensacionais e exóticas em torno do Holocausto. Os processos que seguiram foram tratados pelos jornalistas e pelo pessoal do IHR como sendo um único e mesmo caso¹⁶⁶.

A história do primeiro desses casos começou com a do IHR. Durante a conferência de inauguração da organização, Carto lançou um inusitado concurso que prometia um prêmio de cinquenta mil dólares a quem apresentasse evidências que provassem a existência e o funcionamento de câmaras de gás em Auschwitz. O

¹⁶⁶ LIPSTADT, 1993, p. 136-140; ATKINS, p. 165; STERN, K. *Holocaust Denial*. Nova York: American Jewish Committee, 1993, pp. 16-17. Entre 1980 e 1985, o diário de notícias da Jewish Telegraph Agency (JTA) cobriu regularmente manifestações do IHR e do negacionismo no geral; nesse período, o primeiro processo de Mermelstein apareceu apenas na notícia de que organizações judaicas iriam fornecer advogados que o assessorariam durante o julgamento. C.f.: FOUR Jewish organizations to provide legal counsel to Holocaust Survivor suing the Institute for Historical Review. *JTA Daily New Bulletin*, Nova York, 17/03/1981, p. 1. Três jornais de circulação nacional, o Los Angeles Times, o Washington Post e o The New York Times noticiaram o início do processo, c.f.: LINDSEY, R. Auschwitz Survivor sues for prize for proving germans gassed Jews. *The New York Times*, Nova York, 11/03/1981, p. A00016; CALIFORNIA Judge rules Holocaust Did Happen. *The New York Times*, Nova York, 10/10/1981, p. 1001026; MATHEWS, J. Assertion is dismissed in no-Holocaust matter. *The Washington Post*, Washington, D.C., 10/10/1981, p. A3. Tanto o LTA quanto o NYT noticiaram o acordo que deu no final do processo, c.f.: TOWNSEND, D. \$5,25 million awarded by Jury to Survivor of Hitler's Death Camps. *The Los Angeles Times*, Los Angeles, 18/01/1986. Disponível em < http://articles.latimes.com/1986-01-18/me-939_1_death-camp-survivor >, acessado em 15/03/2016; OLIVER, M. Holocaust doubters settle Auschwitz Survivor's Suit. *The Los Angeles Times*, Los Angeles, 25/07/1985. Disponível em < http://articles.latimes.com/1985-07-25/news/mn-5863_1_holocaust-survivors >, acessado em 15/03/2016; LAWSUIT over proof of Holocaust ends with paymenet to a Survivor. *The New York Times*, Nova York, 25/07/1985, p. A00012.

lançamento desse concurso permaneceu virtualmente como um discurso de mobilização de convertidos até que, no ano seguinte, McCalden resolveu levar o certame à diante e começou a enviar formulários de inscrição para conhecidos sobreviventes dos campos nazistas. Melvim Mermelstein, sobrevivente de Auschwitz, estava entre os destinatários aleatórios do diretor e editor do IHR. Quando Mermelstein soube do concurso, ele escreveu cartas para jornais denunciando a organização e, como resposta, McCalden o desafiou nominalmente. Para processar o IHR, Mermelstein aceitou tomar parte no concurso. Seu advogado enviou o formulário de inscrição preenchido e deu um mês para que a junta estabelecida pelo IHR julgasse o mérito das evidências e pagasse o prêmio. Nem uma coisa nem outra aconteceram; quando a inscrição de Mermelstein foi acolhida, o pessoal do IHR estava às voltas com a ficha de outro sobrevivente, que era ninguém menos que Simon Wiesenthal, o famoso “caça-nazistas” do Simon Wisenthal Center. Como o lance de Wisenthal poderia ser maior, o pessoal do IHR resolveu processar sua inscrição, postergar a de Mermelstein e então dividir o prêmio entre quem provasse a existência e o funcionamento de câmaras de gás em campos nazistas e a autenticidade do Diário de Anne Frank. Essa foi a deixa para que Mermelstein acionasse a justiça contra o IHR por quebra de contrato. Além dessa queixa, Mermelstein reclamou danos morais, calúnia e injúria contra os agentes da organização. Este primeiro processo terminou em 1985, quando as partes acertaram um acordo em que os agentes do IHR ficavam obrigados a pagar o prêmio integral mais uma indenização a Mermlestein, a ainda escrever uma carta pública se desculpando ao reclamante e a reconhecer publicamente a factualidade do Holocausto¹⁶⁷.

O caso Mermlestein apareceu pela primeira vez nas páginas do JHR através de cartas de leitores, da transcrição da declaração de Mark Weber como “testemunha/perito especializado” e por uma cópia resumida do texto-base da defesa do IHR. Na primeira carta, o leitor do JHR percebe o caso como se ele fosse mais um entre outros que vinham acontecendo na Europa e, assim, como um episódio de uma espécie sistemática de “caça às bruxas”. Para esse leitor missivista, o caso de Mermelstein era igual a todos os outros: vil, conduzido por uma corte interessada (*kangaroo court*) e visava impedir “a investigação sobre uma área manipulada da história”. Os casos representavam para ele um “ataque ao futuro do IHR e à liberdade intelectual” e, mais

¹⁶⁷ C.f.: KAHN, R. *Holocaust Denial and the Law: a comparative study*. Nova York: Palgrave McMillan, 2004, pp. 23-31; LIPSTADT, op. Cit.

que isso, dariam continuidade “à falsificação” [histórica], violariam o direito de liberdade de expressão e dissensão, e, por fim, difamariam a Alemanha e “os alemães”. Falsas generalizações desse tipo também apareceram na carta de outro leitor. Dessa vez, o que interessava ao missivista era o parecer sobre o Holocausto emitido pelo juiz que presidiu a corte que julgou o processo. Na perspectiva o leitor, o veredito que instituía o Holocausto como um fato estabelecido para fins legais era frágil e só teria sido possível em função de “interesses sionistas”, dos quais “os Mermelstein e “os Wiesenthal” seriam os representantes. Para esse leitor do JHR, derrotar o veredito era o equivalente a derrota desses sujeitos coletivos qualificados como “patifes” e dessa unidade misteriosa que supostamente os controlava como títeres¹⁶⁸.

A decisão do juiz que presidia o júri que julgou este primeiro caso de Mermelstein contra o IHR foi o resultado de uma moção protocolada pelo advogado do requerente. Seu efeito prático mais drástico para o caso da defesa do IHR foi o de que, ao fazer do Holocausto um fato estabelecido e um dado, o veredito dispensava as partes de apresentarem evidências sobre essa matéria e concentrava os trâmites nas questões propriamente contratuais do processo, o que era nada interessante para o pessoal do IHR. Por conta disso, a intenção do depoimento de Weber foi a de derrubar a notificação. Ele deveria mostrar que o veredito não poderia se sustentar por uma dupla razão: as evidências apresentadas pela acusação não poderiam fundamentá-lo e haviam controvérsias especializadas sobre a factualidade do fenômeno. Sua declaração era atravessada pela crença de que o universo de evidências sobre o Holocausto era problemático; para Weber e para os negacionistas no geral, pelo menos desde Rassinier, não havia distinção entre os tipos de evidências coletadas, produzidas e processadas pelos Tribunais Internacionais do pós-Guerra, pelos julgamentos de criminosos nazistas, por centros de documentação, de pesquisa ou de memória, e relatos de testemunhas: todos faziam parte de um mesmo conjunto unitário de falsificações motivadas por interesses políticos misteriosos¹⁶⁹.

Na primeira parte de seu depoimento, Weber colocou seus referenciais acadêmicos e profissionais à apreciação. Como escritor, tradutor e pesquisador graduado e pós-graduado em História por reconhecidas universidades, “especialista em história da

¹⁶⁸ STENER, T. J. Comments on legal proceedings (Letters to the Editor). *The Journal for Historical Review*, v.3, n.1, março de 1982, pp. 10-11; SMIHT, P.G. Zionism vested interest (Letters to the Editor), idem, p. 11-12.

¹⁶⁹ C.f. VIDAL-NAQUET, 1998; LIPSTADT, 1993; MORAES, 2008, 2011, 2013.

Europa Moderna”, “estudioso da história dos judeus durante a II Guerra Mundial” e autor de um livro sobre o tema que estava no prelo, Weber se dava a ver como dotado das competências necessárias para falar e conduzir de forma bem-sucedida a argumentação contra o veredito. Aqui, ele tentava desqualificar as testemunhas e as evidências apresentadas por Mermelstein. O pressuposto de que nenhuma evidência sobre o Holocausto era válida assumiu em seu depoimento a forma de uma aberração lógica impactante, apresentada como argumento. Segundo Weber, o juiz não poderia proclamar o veredito sobre o Holocausto com base naquelas evidências, assim como não poderia julgar a existência de discos voadores e seres extraterrestres através dos relatos e registros de pessoas que alegariam ter tido experiências ufológicas – nos dois casos, as evidências mais sólidas seriam apenas “boatos”. Depois de dizer isso, ele se dedicava a mostrar supostas inconsistências e contradições nas evidências arroladas com literatura negacionista. Weber replicou esse mesmo procedimento na segunda parte de seu depoimento, quando cruzando textos e supostas evidências apresentadas e preparadas por autores do campo com declarações e trechos isolados ou descontextualizados de trabalhos de historiadores do Holocausto, quis fazer ver que o Holocausto seria um acontecimento seria dúbio e racionalmente disputável. No geral, essa estratégia consistia na proclamação de que os argumentos ditos “exterminacionistas” não poderiam se sustentar por que as evidências em que se baseariam seriam problemáticas. E se era assim, era contra esses argumentos e evidências que o projeto do “(o) revisionismo” se fundava¹⁷⁰.

Mais tarde, o caso Mermelstein ganhou ares de uma batalha épica em que o vencedor era “o revisionismo”. Para Faurisson, por exemplo, os processos representavam um uma espécie de rito de passagem, um batismo de fogo que contribuiu para a consolidação e para o avanço movimento e da casa¹⁷¹. Fora do IHR, o caso também recebeu esse tipo de atenção. Em 1991, um grande canal de TV à cabo, o Turner Network Television (TNT), produziu e transmitiu um filme que contava uma história sobre o processo. *Never Forget* estreou em abril, foi reprisado com regularidade durante algumas semanas, saiu em VHS e recebeu cobertura generosa da imprensa. Tom Marcellus criticou o filme através de um texto relativamente longo, publicado na seção de resenhas do volume do JHR de junho daquele ano. A crítica de Marcellus se dedicava a apontar

¹⁷⁰ WEBER, M. Declaration of Mark Weber. *The Journal for Historical Review*, v.3, n.1, março de 1982, pp. 31-47; COUNSEL FOR DEFENDANTS. Facts, allegations and judicial notes. Idem., pp. 58-51.

¹⁷¹ FAURISSON, R. My life as a revisionist. *The Journal for Historical Review*, v. 9, n.1, março de 1989, p. 42.

supostas inconsistências factuais numa peça de ficção, vista por ele como algo que deveria ser obrigatoriamente uma versão literal dos “fatos sobre o processo”. Segundo o diretor do IHR, a mentira do filme era uma dupla vitória para a organização e para o movimento. Primeiro, ela lembrava e noticiava a existência “do movimento revisionista” e do IHR, e, negativamente, mostrava quem eram “os inimigos” e como eles agiam. Para Marcellus, os produtores do filme, “os exterminacionistas” e os “lobistas do Holocausto” falavam de si e de suas práticas quando falavam do IHR e do negacionismo. Era aí, através das supostas “calúnias” lançadas por essas ditas entidades contra o movimento e a organização, que a missão do IHR se dava a ver e era reafirmada por Marcellus. Para ele, “o revisionismo” e “os revisionistas de distinguiam sobretudo nos objetivos. E, segundo o diretor da casa, eles não eram os mesmos “dos Mermelstein ou de seus semelhantes afetados e insignificantes”, mas visavam “desafiar o poder, os *stablishments* entrincheirados e os interesses que lucravam com a falsificação histórica”; e, em suma “fazer a história de acordo com os fatos”¹⁷².

Em 1993, quando Mermelstein desistiu de dar prosseguimento aos trâmites do segundo processo contra o IHR, O’Keefe e Weber celebraram sua a decisão. Para eles, ela representava o triunfo da casa, e, assim, “a vitória do revisionismo no mundo todo”, “a afirmação da liderança mundial do IHR na pesquisa e na publicação revisionista” e o seu estabelecimento como “uma cidadela que protegia os revisionistas de terras não abençoadas com o direito constitucional de liberdade de expressão”¹⁷³.

Alguns agentes do IHR participaram ativamente daqueles que talvez tenham sido os mais emblemáticos julgamentos de negacionistas da 1980, os do editor germano-canadense Ernst Zündel. Publicitário e artista gráfico de profissão, o jovem Zündel emigrou da Alemanha para o Canadá em meados da década de 1950. Lá ele se aproximou de grupos e organizações do nacionalismo étnico alemão e, através desses, passou a transitar com algum destaque por círculos da extrema-direita canadense. Algum tempo depois de ter fracassado em perseguir uma carreira política, no final dos anos 1970 Zündel entrou para o mundo editorial. Sua editora, a Samisdat Publishers, começou a funcionar em sua casa (e lá continuou a funcionar durante toda a sua existência, até o final dos anos 1990), de onde eram despachados para a Europa, para o Oriente Médio e para os EUA

¹⁷² MARCELLUS, T. A forgettable, but survivable hatchet job on IHR. *The Journal for Historical Review*, v. 11, n.2, junho de 1991, pp. 229-238.

¹⁷³ WEBER, M. A note from the editor. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n.2, março de 1993; O’KEEFE, T. Final victory in the Mermelstein case. *Idem*, p. 13.

materiais racistas, neo-nazistas, escritos sobre ufologia e, logo depois, e em maiores lotes, vieram os títulos negacionistas. Em meados da década de 1980 a editora de Zündel passou a contar com um braço audiovisual, a Samistadt Productions, através da qual Zündel produzia pequenos filmes documentários e programas de entrevistas que circulavam em formato de VHS ou eram transmitidos em canais à cabo. Por essa mesma época, Zündel adquiriu uma licença da Historical Review Press para publicar uma nova edição de *Did Really Six Million Died?*, o infame panfleto de Richard Verrall originalmente publicado na Inglaterra, em 1974. Zündel usou a mesma estratégia usada por Verrall para divulgar o panfleto; ele enviou exemplares do material para professores, políticos e figuras públicas do Canadá. Foi aí que ele começou a ficar conhecido fora dos círculos da extrema-direita, a provocar e a ser alvo de oposições¹⁷⁴.

Em 1983, a edição do panfleto de Zündel para o panfleto de Verrall rendeu-lhe um processo por divulgação de notícias falsas. A queixa-crime foi apresentada por uma representante da Associação Canadense pela Memória do Holocausto (Canadian Holocaust Remembrance Association- CHRA) e logo assumida pela procuradoria da Coroa. Zündel foi enquadrado por violação de uma lei que proibia a escrita e a publicação de notícias sabidamente falsas e publicamente injuriosas. Ele foi ao júri em 1985 e, depois de apelar contra a sentença que o condenava, voltou em 1988. A defesa de Zündel mobilizou um conjunto significativo de figuras da extrema-direita, sobretudo negacionistas. Seu advogado, Douglas Christie, fez fama e carreira defendendo políticos e causas da extrema-direita canadense sob à guisa de defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão. Ao lado dele, como testemunhas, estiveram Mark Weber, Udo Wallendy, Robert Faurisson, Bradley Smith, David Irving, Fred Leuchter, Thies Christorphesen e Ditlieb Felderer¹⁷⁵.

Este elenco não foi escalado por acaso. Questões jurídicas e extra-jurídicas contribuíram para que os casos de Zündel colocassem o Holocausto no centro das disputas e fornecessem uma arena adequada para que esses agentes destacados apresentem seus escritos e proclamações como provas acima de qualquer dúvida razoável¹⁷⁶. Os

¹⁷⁴ ATKINS, 2009, pp. 194-198.

¹⁷⁵ KULASZKA, B. *Did six million really die? A report of evidence in the Canadian 'False News' Trial of Ernst Zündel*. Ontário: Samisdat Publishers, 1988.

¹⁷⁶ Sobre essas e outras questões extra-judiciais gerais, c.f.: BILSKY, L. The Judge and the Historian: Transnational Holocaust Litigation as a New Model. *History and Memory* Vol. 24, No. 2, set. 2012, pp. 117-156; BENZ, W. Holocaust Denial: Anti-Semitism as a refusal to accept reality. *Historien*, v. 11, 2011, pp. 69-79.

representantes da Coroa tinham que provar a falsidade do texto publicado por Zündel, provar que o panfleto violava o interesse público por incitar intolerância racial, e, por fim, provar que Zündel estava ciente dessa falsidade e dessas consequências quando resolveu publicar e distribuir *Did Really*. Para tanto, a promotoria arrolou testemunhas técnicas como a de Raul Hilberg, testemunhas de sobreviventes e documentos oficiais que poderiam demonstrar a falsidade do material, mas não o estado mental de Zündel, i.e., se ele sabia da falsidade do texto e agiu consciente e imprudentemente no momento de sua publicação. Nesse quesito, a promotoria precisava de um veredito sobre o Holocausto, como aquele emitido no caso Mermelstein. O juiz recusou-se a emitir esse veredito, alegando que a parte acusada ficaria prejudicada. A defesa de Zündel aproveitou essa deixa e tentou explorar os argumentos de que ele tinha o direito de duvidar sobre o Holocausto, de que a corte não teria competência para legislar sobre um fato histórico e de que o extermínio nazista não era um fato estabelecido além de qualquer dúvida razoável. Christie usou literatura e escritores negacionistas como evidências e testemunhas, além de ter interrogado as testemunhas da acusação. Ao final, seus esforços não evitaram a sentença que culpava Zündel por publicar e divulgar notícias falsas. Zündel recorreu à decisão e, em 1988, foi novamente condenado¹⁷⁷.

Apesar desse resultado negativo, os julgamentos foram celebrados e comemorados como uma vitória entre dos negacionistas. Christie foi atração especial na VII IRC-IHR, em 1986. Nessa edição da conferência, ele recebeu dos representantes do IHR o “Prêmio George Orwell pela Liberdade de Expressão”, falou sobre suas peripécias na defesa de Zündel e de outras figuras da extrema-direita canadense, ou sobre o que ele considerava como suas lutas “pela liberdade de expressão e pensamento”¹⁷⁸. Faurisson,

¹⁷⁷ Como é o dos EUA, o sistema jurídico de algumas províncias do Canadá é baseado no Direito Comum. Este era o caso da província de Ontário, jurisdição da corte que julgou os casos de Zündel. Nesse sistema, a fonte do direito está nos antecedentes jurisprudenciais e as regras para os procedimentos da justiça criminal funcionam de um modo em que cada uma das partes são obrigadas a apresentarem as evidências, testemunhas e argumentos diante de um juiz e/ou de um júri que permanece como receptáculo das provas e tem a prerrogativa sobre o estabelecimento dos fatos. Nesse sistema adversarial, o juiz pode emitir uma *judicial notice* (notificação judicial, veredito) sobre fatos amplamente conhecidos. Diferente do caso Mermelstein, o juiz do primeiro caso de Zündel abriu mão de proferir esse veredito, alegando que ele poderia prejudicar o caso da parte acusada. Sobre as questões jurídicas e extra-jurídicas do caso, c.f.: KAHN, 2004, pp. 38-44; sobre as regras e os procedimentos desse sistema, no geral, c.f.: SCHEB, J.M.; SCHEB II, J.M. *Criminal Law and Procedure*. 7. Ed. Belmont: Wadsworth – Cengage Learning, 2011, pp. 565-568.

¹⁷⁸ IHR. The Institute for Historical Review Presents the Seventh International Revisionist Conference – 15/17 February 1986 (Presidents’ Day weekend). *The Journal for Historical Review*, v. 6, n4, dez. 1985. Em vídeos gravados e circulados na época dos processos, era assim que Christie se referia aos processos e a ao seu ativismo como advogado. C.f: MULGREW, I; MAHONEY, K.; OAKE, G. CHRISTIE, D. *Crossfire*. Cable News Network. 1980 (21 min. 56 seg.). Disponível em <

que conheceu Zündel durante a I IHR-IRC em 1979, participou ativamente de todas as etapas dos julgamentos; Theodore O’Keefe chegou a se referir ao francês como sendo a “energia propulsora da defesa de Zündel” (*the guiding spirit of the Zündel defense*)¹⁷⁹. Para Faurisson, os processos do “*affaire Zündel*” marcaram “um ponto crucial na sua “carreira como revisionista” e foram um momento histórico do movimento¹⁸⁰. Mark Weber, que foi testemunha “técnica” da defesa, se referiu ao segundo julgamento como “uma das mais desafiadoras e interessantes experiências [de sua vida], e também a mais cansativa delas”¹⁸¹. O segundo processo também foi comemorado como o marco na trajetória de outra testemunha auto-apresentada e acatada pelo júri como sendo “historiador”, o escritor inglês David Irving, que teria mudado as suas “impressões sobre o Holocausto” naquelas circunstâncias¹⁸².

Os sentidos dados por Faurisson aos processos estão relacionados à realização do que ele percebeu como sendo o resultado final do seu maior feito, não por acaso patrocinado por Zündel: o Relatório Leuchter (*Leuchter Report*). De fato, esse material concretizava um estranho, confuso e relativamente antigo projeto de Faurisson. No final da década de 1970, o negacionista francês apareceu orgulhoso com o que ele chamou de “argumento físico-químico” para a inexistência das câmaras de gás nazistas, a sua definitiva “contribuição pessoal para o revisionismo” que acabaria de uma vez por todas” com aquilo que ele considerava como “o mito”, “a lenda” ou “a mentira” do Holocausto. Tal “argumento” supunha que a instalação e o funcionamento desse tipo de estrutura, como relatados pelas testemunhas, seriam uma aberração contra “as leis da natureza”¹⁸³.

Por essa época, Faurisson tentou sozinho e/ou com a ajuda de Mark Weber testar isso a que ele chamou de hipótese. Primeiro ele comparou os relatos sobre os processos de gaseamento nos campos com os métodos usados na agricultura para o

<https://www.youtube.com/watch?v=ExOuYW03tvc> >, acessado em 23/05/2017; CHRISTIE, D.; FROMM, P. *Doug Christie speaks on the loss of Freedom of Thought in Canada*. Douglas Christie Memorial Video Archive. 22/02/1986 (47 min. 30 seg.). Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=WSy3t_OBwpl&t=125s >, acessado em 23/05/2017; CHERINGTON, T. ; CHRISTIE, D. Doug Christie debates Human Rights hack on the Cherington TV Show. (Junho de 1984); disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=7jkrYDHxFNY> >, acessado em 23/05/2017.

¹⁷⁹ O’KEEFE, T. Note from the editor. *The Journal for Historical Review*, v. 8, n. 4, dez. 1988, p. 388.

¹⁸⁰ FAURISSON, R. The end of a myth. *The Journal for Historical Review*, v. 8, n. 3., set. 1988, pp. 376-380;_____. The Zündel Trials (1985/ 1988). Idem, v. 8, n.4, dez 1988, pp. 417-432;_____. My life as a revisionist (September 1983 to September 1987). Ibidem, v. 9, n. 1, março de 1989, pp. 5-64.

¹⁸¹ WEBER, M. My role in the Zündel Trial. *The Journal for Historical Review*, v. 9, n. 4, dez. 1989, pp. 389-425.

¹⁸² IRVING, D. The Battleship Auschwitz. *The Journal for Historical Review*, v. 10, n.4., dez. 1990, pp. 491-508.

¹⁸³FAURISSON, R. *Écrits Révisionnistes (1974-1998)*. V.1. Paris: Hors-Commerce, 2001, p. 20.

extermínio de roedores em canais subterrâneos, e, depois, com o funcionamento de sistemas de execução por gás em prisões estadunidenses¹⁸⁴. Com isso, Faurisson passou a acreditar que o único modelo possível de execução sumária de pessoas através de gases tóxicos era aquele usado pelos sistemas prisionais dos EUA¹⁸⁵.

Parece que Faurisson não ficou satisfeito com os resultados de suas peripécias supostamente comparativas. Para completar a sua dita pesquisa, ele precisaria de uma investigação “laboratorial e forense”. Faltava a Faurisson a expertise e um técnico que pudesse fazer isso. Essa dupla ausência foi suprida por Zündel e veio na figura de Frederick Leuchter, um engenheiro que trabalhava com instalação e manutenção de câmaras de gás em prisões estadunidenses. Através mediação de Zündel, Faurisson e Leuchter se encontraram pela primeira vez em Ontário, em janeiro de 1988. Faurisson explicou a ele o projeto e, logo depois, com o patrocínio do editor germano-canadense, eles montaram uma comitiva que viajou para Polônia para ilegalmente coletar materiais no complexo de Auschwitz e no campo de Madjanek. O produto dessa viagem foi o infame *Relatório Leuchter*, que, antes de ser publicado, foi apresentado com evidência técnica pela defesa de Zündel através do depoimento dito “*expert*” de Leuchter. Logo depois de ser apresentado pela corte, esses “resultados” foram materializados em um livro que saiu pela editora de Zündel¹⁸⁶.

“Naqueles dias, eu assisti, ao vivo, a morte do mito das câmaras de gás”. Foi assim que Faurisson se referiu ao depoimento de Leuchter em 1988. Durante os dez dias

¹⁸⁴ Idem. The Mechanics of Gassing. *The Journal for Historical Review*, v. 1, n.1, março de 1980, pp. 23-30.

¹⁸⁵ Ibidem, 2001, pp.210-215; 808-807; _____. The Problem of the Gas Chambers. *The Journal for Historical Review*, v. 1, n.2, junho de 1980, p. 103-115.

¹⁸⁶ O relatório foi uma importante peça negacionista e foi apresentado como se fosse a comprovação definitiva da inexistência das câmaras de gás. Seu objetivo geral era o de determinar se, de fato, câmaras de gás foram usadas para o extermínio em massa de pessoas no complexo de Auschwitz e em Madjanek, o que implicava nos objetivos específicos que tinham o intento declarado de determinar a veracidade e a credibilidade dos relatos operacionais através de i) investigação e inspeção dos prédios; ii) análise de suas plantas; iii) descrição dos procedimentos levados à cabo nessas instalações para determinar as quantidades de gás usadas, a relação entre o tamanho do espaço com o número de pessoas e a logística de remoção de corpos para os crematórios. A metodologia usada no relatório foi descrita como sendo i) análise geral da procedência do material; ii) análise do sítio e exame forense das instalações (medidas e análise química de amostras de alvenaria coletadas sem autorização); iii) exame dos dados registrados sobre a logística de funcionamento das instalações; iv) compilação desses dados; v) comparação desses dados com os procedimentos regulares de desenho, fabricação e operação de câmaras de gás modernas; vi) exame dos resultados das análises químicas do material coletado nos sítios; vii) apresentação de conclusões baseadas nas evidências. No final, seu autor declarava “não ter encontrado evidências de que construções alegadamente descritas como câmaras de gás funcionou dessa forma, e sugere, dessa forma, que, dada a forma dessas instalações, elas não poderiam ter sido usadas como câmaras de gás para execução”. C.f.: LEUCHTER, F. *The Leuchter Report*. Ontario: Samistadt Publishers, 1988.

de interrogatório, ele e os “outros amigos de Zündel” teriam sido tomados por uma comoção geral: finalmente eles “teriam rasgado o véu de dissimulação” dos “amigos de Sabina Citron”, a representante da CHRA que originalmente havia prestado a queixa-crime contra o editor negacionista em 1983. Apesar de dividir a comoção com seus pares, Faurisson disse ter experimentado aquele momento com uma ambiguidade existencial que se expressava através de um único sentimento que variava entre alegria e tristeza; tristeza por conta da paternidade do “argumento” que deu no relatório que deixaria pouco trabalho para ele e seus pares no futuro, e felicidade por ver sua “tese” encontrar “plena confirmação”. Para Faurisson, a derrota era relativa, já que “a vitória dos exterminacionistas” não teria sido “sem um alto custo”: ela teria permitido que eles, “os revisionistas”, apresentassem uma quantidade massiva de evidências contra a lenda do Holocausto (...), inclusive e sobretudo o Relatório Leuchter¹⁸⁷. Segundo ele:

Zündel e os ‘Revisionistas’ perderam na corte do Juíz Locke, mas venceram diante da história. Como eu disse, Zündel previu que seu julgamento colocaria ‘o Julgamento de Nuremberg’ em julgamento e poderia ser ‘a Estalingrado dos Exterminacionistas. Os fatos estavam ao lado dele.’¹⁸⁸

A forma como Weber relatou sua experiência como “perito” no segundo julgamento de Zündel só difere da de Faurisson em sua iconoclastia relativamente branda. Weber falou sobre o seu papel e sobre as consequências e os efeitos de sua participação na corte. Como “historiador” apresentado por Christie como sendo “mais autorizado do que Raul Hilberg”, um cientista político de formação, ele teve que falar sobre *Did Really...*, reconhecendo o que ele considerava ser as inconsistências pontuais do texto que, inclusive, já haviam sido denunciadas extensivamente por Butz; demonstrar que Zündel era editor, não um historiador, e por isso não poderia saber ou se preocupar em saber se o panfleto era mentiroso ou não; argumentar que eram inválidas as evidências e as testemunhas apresentadas pelo Ministério Público canadense, fossem elas documentos, especialistas ou sobreviventes. Seus esforços, somados aos de seus colegas não conseguiram alterar a sentença de Zündel. De qualquer forma, para Weber o maior ganho do processo foi “a reunião de um time impressionante e internacional de estudiosos revisionistas” e o resultado do que esse time havia feito: “a reunião de uma das mais

¹⁸⁷ FAURISSON, 2001, p. 1477, 1521.; idem, 1988.

¹⁸⁸ Ibidem, 1988, p. 25.

impressionantes coleções de evidências” sobre o Holocausto e a transformação dessas evidências em arquivo público. Mais que isso, “a batalha” teria sido “historicamente importante” por que ela teria atualizado e reforçado as solidariedades, os laços e as adesões e a crença que diferenciavam aquele grupo de amigos devotos de Zündel e da causa de seus inimigos: a “convicção” de que o Holocausto seria uma grande fraude”.¹⁸⁹

As variáveis que objetivei até agora sugerem que a dinâmica de definição das fronteiras e limites do IHR era mais ou menos regular. E o mesmo vale para os valores que informam essas práticas e processos. A utopia de um tempo passado sem o Holocausto e sem os crimes nazistas, tal como aquela instituída por e através do IHR, é povoada, atravessada e caracterizada por uma luta constante e fora do tempo entre bons e maus, entre heróis e patifes, entre santos e demônios (Hitler, os nazistas e o nazismo, os confederados, os países do Eixo, os Romanov, “os revisionistas” etc. vs. Roosevelt, Churchill, Stalin, a ONU, a URSS, Israel, “os judeus”, “os comunistas”, “os liberais”, os Aliados, “os extermínioistas”, “a ADL”, “os grupos de pressão”, “os sionistas” “a mídia” etc.). É nesse conjunto móvel e variável de oposições e de conceitos assimétricos que o grupo “dos revisionistas” pode ser concebido e funcionar como uma unidade de ação no interior e no exterior de suas fronteiras. E me parece que é aí que está a possibilidade da eficácia propriamente política do negacionismo: é através dos trânsitos entre essas fronteiras que se luta pela definição e transformação desses limites.

O estabelecimento dessas fronteiras, e do que e de quem cabia ou não dentro delas, não foi sem uma visão negativa das instituições e dos valores que conformam e informam a política democrático-liberal, ou melhor, qualquer outra que não a da extrema-direita. O limite das fronteiras do IHR e de seu mundo é o pluralismo e o universalismo humanista; dentro delas, não pode haver nada que remeta positivamente às instituições, práticas e pessoas que representem esses valores. É aí que essa utopia se transforma em um projeto propriamente político e dessa forma encontra sua justificação. É dentro desses limites que essas imagens de um tempo passado apresentadas como *passado* podem fazer sentido como *passado* e, assim, informar as lutas do presente para a produção de um futuro possível. O passado, o presente o futuro que alimentavam e eram retroalimentados por essa utopia não eram, entretanto, pacificamente definidos e estabelecidos. Ao contrário, o processo de produção e mediação do que era ou do que deveria ser esse tempo

¹⁸⁹ WEBER, 1989.

e esse mundo não era sem disputas. O IHR era foi uma das arenas para essas disputas. Como foi assim é o que demonstrarei na próxima seção, que trata de disputas no interior da casa, pela casa e pelo lugar da casa no movimento.

As lutas internas pelo IHR.

Há na *Metapedia* um verbete que define e conta uma história do IHR. Lá a instituição é apresentada ao leitor simplesmente como uma “organização revisionista”¹⁹⁰. Essa classificação é complementada com trechos que podem ter vindo direto da apresentação institucional do IHR, disponível em uma das seções de seu sítio eletrônico. Esse complemento informa que a organização é um “centro educacional e editorial que promove pesquisas de interesse público” que é “destinado a promover um melhor entendimento da história”¹⁹¹.

A história do IHR contada pelo verbete da *Metapedia* se desenvolve entre três estágios sucessivos: o nascimento, o crescimento e a morte. O primeiro estágio é o fundacional; na perspectiva dos autores do verbete, ele é a materialização de uma visão e de uma missão gestada pelos fundadores da casa, que pretendiam “dar voz aos escritores revisionistas” supostamente silenciados por lidarem “com a importante questão do Holocausto”. A segunda fase é do crescimento. Ela corresponde ao período em que a

¹⁹⁰ A *Metapedia* é uma enciclopédia virtual aberta e colaborativa especializada em temas da extrema-direita. O site funciona segundo a lógica e arquitetura da *Wikipedia*, a primeira enciclopédia virtual desse tipo, lançada em 2001. Ambas as plataformas virtuais são inspiradas nos modelos *wiki*, baseadas em coleções de arquivos hipertextuais e em programas abertos e colaborativos que organizam esses arquivos. As *web-wikis*, ou simplesmente *wikis*, são documentos editados coletivamente, geralmente publicados em linguagem HTML e através de navegadores de rede. Em suma, elas são mídias hipertextuais não-lineares. Junto com relativa simplicidade sintática dos códigos de programação que as fazem funcionar, essa propriedade possibilita que usuários autorizados criem, editem e publiquem os conteúdos desses documentos de maneira direta e sem intermediários. A *Metapédia*, assim como a *Wikipedia*, funciona com um programa de código aberto e baseado em um processador hipertextual dinâmico e com base em um sistema de armazenamento de dados estruturado (SQL). Em ambas, os conteúdos estão disponíveis como verbetes hipertextuais traduzidos ou escritos em diversas línguas. A *Metapedia* foi lançada em 2006 por Anders Lagerström, um editor da cena nazista sueca. No seu portal em português, a *Metapedia* é apresentada como “uma enciclopédia eletrônica sobre cultura, arte, ciência, filosofia e política”. Sua especialidade são “assuntos que não são geralmente abordados em – entenda-se, que ficam de fora – enciclopédias oficiais”. Sua finalidade seria “metapolítica, com o intuito de influenciar o debate, a cultura e a perspectiva histórica oficiais”. Sobre a *Metapédia*, C.f.: ARNSTAD, Henrik. Ikea Fascism: *Metapedia* and the internationalization of Swedish Generic Fascism. *Fascism: Journal of Comparative Fascist Studies*, n. 4, 2015, pp. 194-208. Sobre as plataformas e estruturas de colaboração em rede virtual Wiki, c.f.: EBERSBACH, A.; GLASSER, M.; HEIGL, R.; WARTA, A. *Wiki: web collaboration*. 2. Ed. Berlim: Springer, 2008. INSTITUTE for Historical Review – External links. *Metapedia [on-line]*. Disponível em <https://en.metapedia.org/wiki/Institute_for_Historical_Review> , acessado em 05/02/2018.

¹⁹¹ INSTITUTE FOR HISTORICAL REVIEW. About the IHR – our mission and record. Disponível em <<http://www.ihr.org/main/about.shtml>> ; acessado pela última vez em 09/12/2017.

organização toma corpo e passa a fornecendo os meios adequados para realização de atividades que supostamente “lançavam luz sobre falsificações e exageros” ou “questionavam a história (*story*) ortodoxa do extermínio”. Por fim, há a última fase, que é o inverno da organização, o tempo de sua letargia e degeneração.

No geral, a apresentação institucional que se encontra no portal eletrônico do IHR é conforme àquela fornecida pelos autores do verbete da *Metapedia*. Isso sugere que há alguns referenciais comuns que permitem essa conformidade e que aqueles que escreveram o verbete estão no mesmo terreno daqueles que foram responsáveis pela imagem institucional do IHR. Ainda que a auto-apresentação do IHR seja proposital e programaticamente mais generalista - e mesmo que a fornecida pelos usuários da *Metapédia* descreva a organização como se ela fosse especializada no Holocausto - a categoria nativa “revisionista” pavimenta os pontos de contato e articula os sentidos de uma e de outra. Acontece, entretanto, que esse lugar de encontro é também um lugar de colisão. Enquanto que em seu sítio eletrônico o IHR é dado a ver como organização ativa e pulsante, o contrário vale para a perspectiva dos escritores e editores do verbete da *Metapédia*, para quem “os dias de glória da organização pertencem a um longínquo passado”¹⁹².

Essa inconformidade é efeito de um deslocamento no campo negacionista a partir e através do IHR. As duas histórias pertencem a universos facciosos¹⁹³. Segundo a narrativa nativa, a organização teria enfrentado crises e se reinventado ao longo do tempo, o que teria permitido a consolidação de sua posição de liderança no campo. De acordo com a história contada através do verbete da *Metapedia* e pelas partes dissidentes, o que houve foi um cisma que teria se desenvolvido a partir de conflitos que começaram no final dos anos 1980 e que eclodiram de maneira crítica na metade dos anos 1990¹⁹⁴.

Os conflitos foram uma sucessão de eventos que se desenvolveram entre disputas físicas e jurídicas que marcam todo um conjunto de imagens que marcaram o

¹⁹² INSTITUTE for Historical Review – External links. *Metapedia* [on-line]. Disponível em < https://en.metapedia.org/wiki/Institute_for_Historical_Review > , acessado em 05/02/2018.

¹⁹³ Além da discrepância entre as percepções sobre o estado da casa, os elos hipertextuais elencados como fontes são originários de sites operados e/ou ligados à pessoas ou grupos facciosos, sobretudo a Germar Rudolf. C.f.: INSTITUTE for Historical Review – External links. *Metapedia* [on-line]. Disponível em < https://en.metapedia.org/wiki/Institute_for_Historical_Review > , acessado em 05/02/2018.

¹⁹⁴ CARVAJAL, D. Civil war rages among Holocaust revisionists: Courts: At stake are control of the Costa Mesa Institute for Historical Review and \$10-million bequest. The Los Angeles Times, Los Angeles, 08/05/1994. Disponível em < http://articles.latimes.com/1994-05-08/news/mn-55187_1_court-documents > , acessado em 16/03/2016; ATKINS, 2009, p. 167.

IHR e o movimento entre os meados dos anos 1990 e os anos 2000. Esses eventos foram significados de diferentes formas ao longo do tempo. No campo negacionista há pelo menos três formas pelas quais se falou desses desdobramentos. Para alguns agentes, as disputas teriam envolvido um grupo ligado a Carto e outro oposto a ele em questões editoriais; outros sugerem que esses mesmos polos teriam se degladiado pelo controle de recursos; para alguns, as duas coisas teriam contribuído para um cisma. Em todos os casos, os conflitos teriam extrapolado os limites do IHR e produzido efeitos de grande monta sobre o movimento. Na literatura especializada, o controle dos recursos é a variável que explica os conflitos sem relações ao entorno do IHR. Seguindo essa vaga, eu gostaria de sugerir que, ao envolver todas essas variáveis em lutas por posições e tomadas de posição, as lutas no interior do IHR eram também lutas por aquilo que a organização, os seus agentes e o movimento deveriam ser em relações. É isso que tentarei demonstrar no que resta deste capítulo sobre o funcionamento do IHR¹⁹⁵.

A parte dissidente que assumiu o controle do IHR prezou pelo silêncio relativo sobre as querelas no momento de sua eclosão. Muito provavelmente, essa escolha visou reduzir a possibilidade de danos à imagem da organização e, por essa via, não abalar a confiança dos leitores, colaboradores e apoiadores que mantinham a organização funcionando. Apenas uma única notícia sobre um dos efeitos desses conflitos foi publicada no volume do JHR que saiu em dezembro de 1993. Uma pequena nota de dois parágrafos anunciava o desligamento de Carto como efeito de uma medida restauradora e sequer mencionava as batalhas, que àquela altura já tinham extrapolado as ameaças e os conflitos físicos e chagado às cortes judiciais. A nota comunicava o desligamento de Carto da casa depois de contar uma história da relação dele com o IHR. Lá Carto não aparece como o fundador ou como o chefe da organização. Ao contrário, ele é apresentado como um mero e eventual colaborador do IHR que nunca teria tido nenhum outro tipo de vínculo formal com a organização. Apesar disso, a nota diz que essa relação havia se tornado insustentável e, quando isso aconteceu, foi inevitável que os membros da direção tivessem decidido a cortar de uma vez por todas os laços com Carto¹⁹⁶.

¹⁹⁵ C.f.: LIPSTADT, 1993; ATKINS, 2009.

¹⁹⁶ WILLIS Carto and the IHR. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n. 6, dez. 1993, p. 25. Tom Marcellus, diretor do IHR à época, daria uma explicação formal e detalhada sobre o episódio durante o balanço anual da organização na ocasião da 12ª IRC-IHR, em setembro de 1994. Esse balanço não foi publicado no JHR nem foi editado e circulado como vídeo ou áudio. C.f.: TWELFTH IHR Conferece set for September. *The Journal for Historical Review*, v. 14, n. 13, maio de 1994, p. 4.

Fora da casa e dentro do terreno negacionista as notícias sobre os conflitos vinham com mais frequência dos boletins de Bradley Smith. Smith ficou conhecido como um dos “ativistas” do negacionismo¹⁹⁷. Antes disso, segundo ele mesmo, Smith era um sujeito errante que tentava se afirmar como escritor. Veterano da Guerra da Coreia, vaqueiro, livreiro, policial, marinheiro mercante e pedreiro, Smith não tinha trânsitos pela política estadunidense. Seu único momento de celebridade pré-IHR aconteceu no final dos anos 1960, quando foi processado pelo estado da Califórnia por violar leis de controle étário ao expor livros censurados, especialmente edições de *Trópico de Câncer*, de Henry Miller, nas vitrines de sua pequena livraria no Hollywood Boulevard, em Los Angeles. Seu encontro com o negacionismo viria mais tarde, em 1979, como uma espécie de conversão. Depois de se deparar com um panfleto que reproduzia um texto de Faurisson e ficar “três meses digerindo os argumentos revisionistas”, Smith diz ter resolvido “entrar com tudo” nas trincheiras da luta negacionista por “liberdade de expressão”. Agora ele teria encontrado uma missão, um propósito, e se sentia como um potencial “Henry Miller dos revisionistas”: um escritor irreverente que levaria o negacionismo a milhares de pessoas. É nesse momento em que o IHR aparece na sua vida, como consequência e como realização final do encontro de 1979¹⁹⁸.

Smith começou a trabalhar no IHR em meados da década de 1980. Sua posição na organização era a de uma espécie de um agente relações públicas que fazia serviços esporádicos e que não tinha vínculo empregatício formal. Ele era responsável por cuidar da publicidade da organização fora dos círculos da extrema-direita e por editar o IHR-Newsletter, boletim informativo do IHR que circulou de maneira avulsa entre meados e finais dos anos 1980. Em certa altura de suas memórias, falando de si em terceira pessoa, Smith disse que manteve “uma longa associação com o IHR – fosse como colaborador em suas publicações, palestrante em suas conferências, fosse como diretor do seu “Projeto de Mídia”, que teria garantido centenas de entrevistas para o rádio e para a televisão”¹⁹⁹.

A percepção e as expectativas de Smith sobre a sua posição no IHR pareciam exageradas e não correspondiam aos seus anseios por reconhecimento. Para resolver o

¹⁹⁷A categoria nativa comportava três tipos diferentes de “revisionistas”: “os historiadores” e/ou “estudiosos” e/ou “os acadêmicos”, “os ativistas” e “os amigos”. C.f., WEBER, 1993.

¹⁹⁸ATKINS, 2009, pp. 171-172; SMITH, B. *Confessions of a Holocaust Revisionist*. Los Angeles: CODOH, 1996, pp. 136-142.

¹⁹⁹Ibidem, p. 138.

problema e dar suporte às suas iniciativas individuais, no final dos anos 1980 ele teve que fundar o CODOH. Através dessa organização, ele passou a escrever e circular um boletim mensal que levava o seu nome, o *Smith's Report*, e a produzir e promover uma espécie de campanha publicitária para o movimento e sua organização, o *Campus Project*. O boletim de Smith era composto por artigos de opinião e notícias sobre o que acontecia no mundo dos negacionistas e, em grande parte, sobre o que ele próprio pensava que fazia nesse mundo. Segundo o mesmo, o boletim tinha o objetivo de prestar contas aos que colaboravam com o CODOH e não contava com mais de 700 assinantes. O *Campus Project* era baseado em uma estratégia simples: Smith produzia peças de propaganda para divulgar ideias e ações negacionistas, especificamente em jornais universitários e gerar comoção. O comitê através do qual Smith desempenhava essas e outras atividades era, na verdade, composto por ele e por uma de suas filhas, que só ocasionalmente fornecia assessoria em alguma tarefa. A primeira sede da organização dividia o espaço de um pequeno apartamento com as duas filhas de Smith, sua mulher e sua mãe. A segunda sede da organização foi a garagem da casa em que Smith passou a viver com sua família na região metropolitana de Los Angeles. O mobiliário e as instalações do tal comitê eram formadas por um telefone, por um computador e por uma impressora que haviam sido doados a ele por Andrew Allen, advogado do IHR²⁰⁰.

Até 1993 Smith pode contar com algum suporte financeiro do IHR, especialmente para o *Campus Project*, programa que era constantemente divulgado e elogiado nas páginas do JHR. Com o afloramento das disputas pelo controle da organização, Smith viu secar uma de suas principais fontes de recursos. Foi sobre os efeitos dessas circunstâncias que Smith começou a falar sobre o que percebia e dava a ver como uma crise de resultados drásticos para a organização e para o movimento. Além de ter afetado a sua própria renda e ter acabado com a fonte regular de financiamento para suas ações, segundo Smith, naquele período uma “rebelião dos funcionários do IHR contra Carto” teve consequências profundas para “o revisionismo”: ela teria dividido o movimento entre os apoiadores do IHR e os apoiadores de Carto²⁰¹.

²⁰⁰ C.f.: SMITH, B. Editorial. [Editorial] *Smith's Report*, n.22, abril de 1995; LIPSTADT, 1993, pp.183-201; ATKINS, 2009, p. 171-172.

²⁰¹ IHR. Smith steps up CODOH ad campaign. *The Journal for Historical Review*, v.13, n.6, nov. de 1993, p. 22; _____. Bradley Smith's Campus Project generates Nationwide publicity for Holocaust Revisionism. *The Journal for Historical Review*, v. 14, n. 4, julho de 1994, pp. 18-24; _____. CODOH's Revisionist distribution prompts media furor. *The Journal for Historical Review*, v. 18, n.4, julho de 1999; SMITH, B. Editorial. [Editorial] *Smith's Report*, n.22, abril de 1995.

Quando Smith falou pela primeira vez sobre os conflitos já haviam se passado mais de seis meses do desligamento de Carto do IHR. Na edição de março de 1994 de seu boletim, ele falava de sua tomada de posição em relação aos conflitos e comentava sobre os desdobramentos. Smith resolveu aderir à facção que assumiu o controle da organização. Para ele, a posição apoiar essa facção era apoiar o IHR, o JHR e o que eles significavam para o movimento e para suas lutas públicas (o que, de maneira geral, ele e outros agentes chamam de lutas pela “liberdade de expressão”). A declaração do apoio de Smith dependia de uma forma de perceber os conflitos. Segundo ele, a ruptura teria sido o resultado de “disputas pelo controle editorial e pela integridade do JHR” e o efeito de “problemas” morais e intelectuais de Carto. Para Smith, o que a facção que removeu Carto do IHR fez foi evitar um mal maior, já que o mandonismo, a rispidez, a vulgaridade e a desonestidade de Carto teriam afastado colaboradores e agentes do IHR desde o início de suas operações. Nessa primeira notícia sobre os conflitos, o tema das disputas por recursos quase não aparece; Smith só cobrava clareza de Carto sobre o destino do dinheiro da herança de Jean Farrel²⁰².

O texto de Smith supunha que seus leitores soubessem algo sobre o que tinha acontecido e que eles esperassem dele uma posição justa sobre esses acontecimentos. E talvez essa suposição e o seu objeto não fossem parte do repertório de auto-enganos e dissimulações de Smith. A forma como ele percebia os conflitos e a sua tomada de posição subjacente foram certamente informadas pela narrativa extra-oficial do IHR. Um mês antes da publicação desse número do boletim de Smith, em fevereiro de 1994, Tom Marcellus fez circular uma carta entre os assinantes e apoiadores do IHR. A missiva era um “apelo urgente” que falava dos conflitos para pedir doações e apoio aos destinatários. Aqui, o cenário pintado por Marcellus era idêntico ao de Smith. Segundo o então diretor do IHR, durante o processo que deu no desligamento de Carto, a organização havia enfrentado “sérias ameaças contra sua integridade editorial e financeira” e, como efeito, “milhares de dólares de suas operações foram continuamente sugados”. Marcellus quis fazer ver que a causa do debacle segundo Marcellus estava nas atitudes de um Carto duplamente “errático”: sua presença no IHR ameaçava transformar a linha editorial do

²⁰² SMITH, B. Willis Carto and the ‘problems’. *Smith’s Report*, n. 17, março de 1994.

IHR em um “panfletarismo radical, racista e populista”, e, além disso, punha em risco administrativo a casa e a corporação a que ela fazia parte²⁰³.

Do IHR não vieram outras manifestações desse tipo durante o período que seguiu. O mesmo não vale para o boletim de Smith. Sua posição manteve-se a mesma; e ele continuava comprando a briga da facção dissidente com Carto e noticiando os desenvolvimentos dos conflitos. Para ele, os conflitos no IHR sempre foram de natureza editorial, e, mesmo quando a questão dos recursos supostamente usurpados por Carto publicamente entraram em jogo, o que estava em questão era o que a casa e seu órgão periódico significavam ou poderiam significar. Smith desejava que esses recursos fossem devolvidos ao IHR e fossem usados para transformar a organização em um centro editorial de ponta, capaz de se sobrepôr à nova iniciativa de Carto, a Barnes Review (BR), e aglutinar os agentes do movimento. Apesar disso, em suas tomadas de posição e nas suas visões sobre os conflitos, o que estava elaborado eram disputas entre facções no interior da organização, e não uma extensão dessa querela no movimento²⁰⁴.

No momento mais crítico das disputas no IHR, a ideia de um deslocamento definitivo como uma racha também não havia sido assumida publicamente por Robert Faurisson. Nos artigos, correspondências e notas dispersas escritas entre 1992 e 1995 e publicadas em um volume de “obras completas” do negacionista francês não há nenhuma menção sobre os conflitos no interior da casa. Enquanto as disputas se desenvolviam, a posição de Faurisson manteve-se inalterada na casa. Ele continuou publicando em média dois artigos por número do JHR, manteve seu lugar cativo no conselho editorial e continuou sendo uma honrada atração das IHR-IRC. Mesmo quando os ares já pareciam calmos e o pessoal do IHR já havia entrado em acordo com Carto e reavido os recursos pelos quais lutaram, em 1998 as únicas disputas que Faurisson via se desenvolver de maneira natural, auto-evidente e inevitáveis eram disputas geracionais que, não por acaso, eram apresentadas por ele como se fossem paradigmáticas e programáticas²⁰⁵.

²⁰³ SHERMER, M. Proving the Holocaust: the refutation of revisionismo and the restoration of History. *Skeptic Magazine*, v. 2, n. 4, junho de 1994.

²⁰⁴ C.f., SMITH, B., 1994, 1995, op. Cit.; _____. The ‘Problems’: IHR Staff/The Cartos. *Smith’s Report*, n. 18, set. 1994; _____. Troubles on the money trail: Willis Carto takes the Fifth. *Smith’s Report*, v. 20, fev. de 1995.

²⁰⁵ Este texto introduz a edição das obras completas de Faurisson e abre um número do JHR. Ele é um texto programático, em que Faurisson faz um balanço do movimento para apresentar modos de ação e perspectivas para o futuro. C.f.: FAURISSON, R. *Écrits Revisionnistes*. 4 v. Paris: Hors-Commerce, 1999, pp. 5-51; _____. A revisionist chronicle: impact and future of Holocaust Revisionism. *The Journal for Historical Review*, v. 19, n. 1., jan. 2000, pp. 2-32.

De acordo com a perspectiva de Faurisson, as propriedades que caracterizavam o movimento como um *movimento intelectual*, i.e., a heterogeneidade, a dispersão e a raridade dos agentes, teriam impulsionado o desenvolvimento de uma divisão no campo. De um lado, havia os negacionistas *tout-court*, e, de outro lado, os negacionistas relativistas, por assim dizer. Segundo Faurisson, os primeiros combatiam diretamente *o inimigo* - as organizações judaicas, “os exterminacionistas”, “o *lobby* do Holocausto”, o “*lobby* de Israel”, “o *lobby* sionista”/ “o sionismo”, entre outros referenciais negativos que são dados a ver como uma única e mesma coisa – enquanto os últimos fraquejavam nas disputas. Para o negacionista Francês, essas características seriam fundamentalmente marcas geracionais; os mais velhos e pioneiros como ele estariam entre os primeiros, enquanto “os revisionistas mais novos” povoariam o segundo grupo. Em pouco tempo Faurisson mudaria de ideia, mas, até aqui, essa divisão paradigmática não tinha o sentido de um racha²⁰⁶.

As narrativas que relacionavam um deslocamento no movimento aos conflitos do IHR são retrospectivas e atualizam a ideia de que parte do movimento teria se reunido em torno do IHR e outra parte em torno de Carto, tal como sugerido por Smith já no início de 1994. Elas começaram a aparecer entre o final dos anos 1990 e reapareceram no final da primeira década dos anos 2000, quando alguns agentes começaram a perceber e a acusar sinais de que algo não ia bem na organização, e que isso, de alguma forma, afetava profundamente o campo. A figura que mais verbalizou essa narrativa foi a do negacionista alemão Germar Rudolf.

No início dos anos 1990, quando ficou conhecido nos círculos negacionistas, Rudolf era um jovem que circulava por grupúsculos e partidos da extrema-direita alemã. Químico de formação, candidato a um doutorado pela Universidade de Stuttgart e pesquisador do prestigioso Instituto Max Planck, em 1993 Rudolf publicou um texto que em inglês recebeu o título de *The Rudolf Report*. O texto era uma réplica mais elaborada do já infame Relatório Leuchter e era apresentado como se fosse uma atualização definitiva dele. Nesse texto, Rudolf dizia ter testado a mesma “hipótese físico-química” de Faurisson, seguido e aprofundado os mesmos procedimentos “forenses” empregados por Leuchter. Os robustos referenciais de Rudolf e a forma pela qual ele fez circular esse seu relatório contribuíram para que ele fosse prontamente consagrado como um agente

²⁰⁶ Idem.

destacado entre os negacionistas. Além de ter vínculos institucionais com centros de pesquisa destacados e ter revestido esse material com uma retórica científica, as ligações de Rudolf com a extrema-direita alemã só se tornavam mais ou menos visíveis quando ele passou a defender criminosos de guerra nazistas e negacionistas em tribunais, como testemunha de defesa especializado. Nessas ocasiões, Rudolf não fazia nada do que seus antecessores não tivessem feito. Ele se dava a ver através de seus referenciais acadêmicos e profissionais, apresentava sua opinião como o resultado de uma perícia e o seu relatório como evidência técnica²⁰⁷.

Pelos idos de 1995, quando as notícias do envolvimento de Rudolf em tais casos já eram públicas, ele foi condenado judicialmente por usar instalações e recursos públicos em atividades criminosas²⁰⁸. Desligado do Instituto Max Planck e da Universidade de Stuttgart, Rudolf foi confinado em prisão domiciliar e teve suas finanças confiscadas. Não contente com a situação, ele fugiu da Alemanha e, na sua fuga, fez aumentar sua notoriedade e suas conexões no campo. Durante suas peripécias de fugitivo, ele passou pela Espanha, pela Inglaterra, pelo Canadá e, finalmente, até ser deportado, se fixou nos EUA. Atualmente ele é o editor mais destacado do campo. Em 1996, enquanto esteve na Inglaterra, com o apoio de figuras da extrema-direita local e de David Irving, Rudolf criou a Castle Hill Publishers (CHP); em 1998, enquanto esteve nos EUA, ele passou a trabalhar com Smith no CODOH e foi empossado como editor chefe da Thesis and Dissertation Press (TDP), de Robert Countess, ex-parceiro de Carto, colaborador e conselheiro editorial do IHR. Em 2002, pouco antes da morte de Countess, Rudolf assumiu a TDP e a incorporou à CHP. Algo parecido ocorreu com o CODOH. Smith fez de Rudolf uma espécie de herdeiro e, depois de sua morte, em 2016, o controle da organização foi assumido pelo negacionista alemão. Rudolf ainda controla uma rede virtual de bibliotecas e sítios eletrônicos negacionistas hospedada na Bélgica sob o nome de Fundação da Pesquisa Histórica Livre (Vrij Historisch Onderzoek –VHO)²⁰⁹.

²⁰⁷ ATKINS, 2009, pp. 112-114; RUDOLF, G. *The Rudolf Report: expert report on chemical and technical aspects of the 'Gas Chambers' of Auschwitz*. Chicago: Thesis and Dissertations Press, 2001.

²⁰⁸ A negação ou a relativização do Holocausto na Alemanha é criminalizada. C.f.: BENZ, 2011; KAHN, 2004.

²⁰⁹ ATKINS, 2009, op.cit. C.f.: também: Vrij Historisch Onderzoek. About Us. Disponível em: < <http://www.vho.org/About.html> >, acessado em 21/05/2017; RUDOLF, G. Autobiographical Essays. Disponível em < <http://germarrudolf.com/en/germar-private/autobiographical-essays/> >, acessado em 21/05/2017; GERMAN Holocaust Denier imprisoned for inciting Racial Hatred. *Deutsche Welle (on-line)*, 16/03/2007, disponível em < <https://p.dw.com/p/A0qx> >, acessado em 14/07/2017. SOWERS of the seed. *IHR Update*, n.4. Julho de 2000; RUDOLF, G. Dr. Robert Harvey Countess: Obituary. *The Revisionist*, n.2., junho de 2005; _____. Losing a wise friend. *The Smith Report*, n. 220, março de 2016; _____.

As relações de Rudolf com o IHR remontam de meados da década de 1990. Em 1994 Rudolf estava escalado para ser o “palestrante surpresa” da VXII IHR-IRC. Seu confinamento não impediu que sua presença virtual se fizesse notar naquele evento que teve feições particulares – era a primeira convenção organizada depois da saída de Carto e a sua produção prezou em fazer ver uma imagem de robustez, normalidade e unidade dos agentes em torno da organização. Rudolf enviou um texto que foi cerimoniosamente lido por Greg Raven, um dos diretores do LSF, editor-assistente do JHR e mestre de cerimônia daquela edição do evento. Nesse texto, Rudolf falava de quem ele era, do que ele fez e das consequências do que ele fez. O retrato que ele fazia de si era o de um perseguido pelo “*establishment*”, vítima de uma censura e de uma perseguição violenta por ter desvendado e denunciado supostas mentiras, e mostrado “a verdade” sobre um alegado “tabu”. Lido por Raven e ouvido por uma audiência anglofôna, essa sua autoimagem fazia dele um entre os agentes ali reunidos e, mais que isso, o colocava entre o rol de neófitos promissores que levariam o IHR e o movimento para o futuro²¹⁰.

Apesar disso, a relação de Rudolf com o IHR não foi tão receptiva. Em 1996, enquanto esteve foragido na Espanha, ele entrou em contato com Weber para propor uma parceria sob a forma de apoio financeiro, editorial e institucional do IHR para publicar em alemão um periódico nos moldes do JHR. Weber recusou a proposta e recomendou que Rudolf tocasse o projeto com seus próprios recursos e meios. Esta não foi a única vez em que Rudolf tentou, sem sucesso, uma colaboração com o IHR. Depois que os conflitos com Carto se resolveram judicialmente, a crise teria continuado e, segundo Rudolf, se aprofundado. Como solução dos problemas que ainda eram de origem editorial e se manifestavam na irregularidade da publicação do JHR, na não publicação de livros e realização de conferências, Rudolf teria se oferecido como editor da organização e recebido de Weber nada mais que uma negativa sarcástica. Até aqui, parece que não havia ressentimentos em jogo. Rudolf contava com a ajuda e apoio de Smith, de Zündel e

Bradley Smith: our hero. Idem; _____. Two jailbirds: in memoriam of Ernst Zündel. [online] Disponível em < <https://codoh.com/library/document/4832/?lang=en> > , acessado pela última vez em 18/05/2017; _____. What should CODOH do? *The Smith's Report*, n. 216, agosto de 2016.

²¹⁰ RUDOLF, G. Germar Rudolf “Mystery Speaker statement. *The Journal for Historical Review*, v. 14, n.6., nov. 1994, pp. 14-16. WEBER, M. Spirited Twelfth IHR Conference brings together leading revisionist scholars and activists: defying powerful adversaries, Institute marks progress, Idem, pp. 2-8.

Countess e suas peripécias era frequentemente noticiadas no JHR. Aliás, em 1997 ele foi integrado ao conselho editorial do IHR e lá permaneceu até 2002²¹¹.

A ideia de um deslocamento ou mais especificamente de um racha apareceu neste mesmo ano em um texto de Rudolf. Existem três versões para este mesmo texto; todas elas circulam por sítios eletrônicos controlados por Rudolf com os títulos de *IHR: From Flagship to Millstone: How the IHR Became a "Black Hole" for Revisionist Dollars* (De carro chefe para mó: como o IHR foi transformado em um sugador dos dólares revisionistas), publicado originalmente em 2002 e estendido em 2015, e *IHR: Is the Ship Sinking? Background and Effects of a Nine-Year Crisis* (IHR: estará o navio afundando? Antecedentes e efeitos de uma crise de nove anos), publicado em 2002²¹².

Estas variações de um mesmo texto foram apresentados como um dossiê feito por um *insider*. Através do texto, Rudolf se mostrava como um agente bem aceito no grupo que, por isso mesmo, teve acesso a informações privilegiadas e a informantes confiáveis. As partes comuns às três primeiras edições do texto de Rudolf são estas: a) uma história do IHR; b) uma história das disputas; c) os efeitos das disputas; e d) demonstrativo dos efeitos dessas disputas. A versão de 2002 termina aqui, quando são suprimidas as críticas *ad hominem* aos agentes do IHR²¹³. Na primeira edição e na edição revista, essas críticas são incorporadas às partes que seguem como e) um relato pessoal de relação com o IHR; f) relatos de terceiros; g) uma retomada de relatos em primeira mão sintetizados com relatos de terceiros; e h) uma conclusão. A tese que articula essas partes, em quaisquer que sejam as edições do texto, é a de a crise provocada pelas disputas por recursos tinha levado o IHR a mãos erradas que, por sua vez, teriam sabotado a organização e, por essa via, o movimento, criando uma divisão no campo.

²¹¹ WEBER, M. Three Revisionist books from Germany. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n.6, nov. de 1993; _____. Gernar Rudolf joins Journal Advisory Committee. *The Journal for Historical Review*, v. 19, n.5., set. 2000, p. 23; ZAVERDINOS, C. The Rudolf Case, Irving's lost Libel Suit and the future of Revisionism. *The Journal for Historical Review*, v. 19, n. 6, nov. 2000, p. 26; VERBEKE, S. Crackdown against VHO in Belgium. *The Journal for Historical Review*, v. 21, n.2, março de 2001.

²¹² RUDOLF, G. *IHR: From Flagship to Millstone: How the IHR Became a "Black Hole" for Revisionist Dollars*. [On-line] CODOH, 07/05/2015. Disponível em < <https://codoh.com/library/document/3367/?lang=en> >, acessado em 14/05/2017; _____. *IHR: Is the ship sinking? Backgrounds and effects of a nine year crisis*. [On-line] VHO, 2004 (2002). Disponível em < <http://www.vho.org/GB/c/GR/IHRCrisis.html> >, acessado pela última vez em 14/05/2017.

²¹³ Há uma nota nesta edição que justifica a retirada das críticas como sendo parte de uma tentativa de aproximação entre Rudolf e o pessoal do IHR. Segundo a edição de 2015, essa aproximação teve como fim a negociação de direitos autorais, divulgação e venda de livros. Nem a aproximação nem a negociação teriam sido bem-sucedidos. RUDOLF, 2004.

A história do IHR contada em todos os textos é a história da máxima realização de Carto. De acordo com Rudolf, o IHR e o JHR eram o produto da visão, das competências organizacionais e do suporte financeiro do fundador da casa. Essa história exitosa de pioneirismo teria visto o seu fim onde e quando começam as disputas pelo controle de recursos da organização. Rudolf via as disputas que deram na remoção de Carto como uma “revolta palaciana” impulsionada pela “ganancia” da facção contrária ao grupo reunido em torno do fundador e ávida pelos recursos do IHR. Por outro lado, o negacionista alemão considerava que a ingenuidade administrativa de Carto teriam permitido a crise: o construtor e dono de “um império editorial” teria criado as condições de para a situação ao ter escolhido comandar a organização sem manter com ela vínculos formais e sem vinculá-la estatutariamente à suas outras empresas editoriais. De qualquer forma, na história de Rudolf, depois dos conflitos a organização teria entrado numa espiral de decadência marcado por uma espécie de letargia improdutividade. Rudolf percebia essa situação como o principal efeito do resultado faccioso das disputas e sugeria que ele não era natural. Ao contrário, a crise do IHR seria o resultado de práticas editoriais e administrativas que beneficiavam o grupo que assumiu a direção depois da saída de Carto e oneravam a casa e o movimento com desorganização, dispersão e divisão²¹⁴.

Nas edições de 2002 e de 2015, Rudolf relatou algumas de suas tentativas frustradas de aproximação com o IHR. Em todas elas Rudolf se apresenta como um conciliador desinteressado e apto a achar um termo entre os problemas e os interesses da organização e do movimento. O ponto alto dessas tentativas de aproximação teria se dado em 1999, durante uma conversa com Weber. Segundo Rudolf, ele e o diretor do IHR falaram sobre a situação da organização. Na ocasião, Rudolf teria alertado e questionado Weber sobre problemas da organização e então sugerido soluções editoriais. Segundo ele, esses problemas se resumiam em i) na falta de “artigos especializados sobre aspectos técnicos e forenses” relativos às câmaras de gás e aos campos de extermínio no JHR; ii) a baixa diversidade de autores publicados; iii) a falta de artigos de divulgação; e iv) falta de artigos sobre “temas e questões políticas” relacionadas ao movimento. Weber teria reagido mal e se mostrado reticente em acatar os pontos desse diagnóstico e a sua solução: as habilidades editoriais de Rudolf. Weber, por sua vez, foi reticente em aceitar os diagnósticos e a saída apresentada por Rudolf, que saiu do encontro com a impressão

²¹⁴ RUDOLF, 2004; 2015.

definitiva de que essas negativas eram conscientes e “concebidas para sufocar o jornal até a morte”²¹⁵.

Depois dessas e de outras experiências críticas com Weber, Rudolf passa a apresentar relatos de terceiros que tinham ou tiveram laços firmes ou eventuais com a organização. A seleção e a disposição desses testemunhos complementavam os relatos de Rudolf e tornavam mais robusta a sua retórica desinteressada e imparcial. Todos eles sustentavam a ideia de que Weber e a direção da casa sabotavam o IHR e, por essa via, o movimento. Os relatos arrolados por Rudolf vieram de Friedrich Paul Berg, de Samuel Crowell e de Ted O’Keffe. Todos esses agentes eram apresentados como exemplos de pessoas que tiveram alguma posição de destaque e que, depois terem se desligado da casa por quais fossem os motivos, encontraram acolhimento nas iniciativas editoriais de Rudolf e de seus parceiros²¹⁶.

Para Rudolf, as evasões consubstanciavam o seu diagnóstico sobre a crise e, mais que isso, elas configuravam um racha no movimento. E isso se tornava mais latente diante das fracassadas tentativas de aproximação com o IHR, dessa vez envolvendo a concessão de direitos autorais de materiais para publicação, divulgação e venda de livros, Rudolf tinha um problema prático. Em 2002 ele estava planejando a coleção *Holocaust Handbooks* (“Manuais sobre o Holocausto”), uma série de livros de diversos autores que começaria a ser publicada pela T.D.P. no ano seguinte²¹⁷. O planejamento de Rudolf encontrava um sério entrave: IHR detinha os direitos autorais da maioria dos livros que ele pretendia publicar com o apoio de Countess, Carto e Zündel. Foi para tentar negociar a concessão desses direitos autorais que Rudolf tentou uma nova aproximação com o IHR, que mais uma vez foi recusada por Weber. Rudolf teria oferecido partilha de lucros, lotes de publicações, condições especiais de venda, entre outras coisas em troca da seção dos direitos autorais, da divulgação e da distribuição dos livros da coleção que ele pretendia lançar e de outros materiais da CHP e TDP. A recusa de Weber foi vista pelo negociante alemão como sendo o ponto alto da sabotagem do então diretor do IHR contra a própria

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ . Segundo Rudolf, “essa série de livros de estilo acadêmico, exclusivamente editada por mim, é a mais completa e atualizada coleção de resultados de pesquisa sobre o Holocausto do mundo. Até 2016 a coleção tinha 37 títulos distribuídos entre livros de divulgação, reedições de clássicos, coletâneas e trabalhos coletivos. C.f. Rudolf, 2015, op. Cit; HOLOCAUST Handbooks and Documentaries [online]. *Catálogo Castle Hill Publishers e CODOH*. Disponível em < <http://holocausthandbooks.com/> > , acessado em 15/03/2016.

organização e contra o negacionismo. Para ele, ao negligenciar e dividir o movimento, Weber e o IHR já não poderiam servir à causa e teriam perdido todo o sentido de existirem como agente e como organização negacionistas²¹⁸.

A intenção de Rudolf era pragmática. Em quais fossem as versões desse seu texto, ele quis falar e mostrar para os agentes que ele era uma alternativa em uma situação crítica. Na sua perspectiva, as práticas que haviam caracterizado o passado do IHR e aglutinado em torno da casa os mais destacados agentes do negacionismo haviam sido caprichosamente abandonadas. Esse abandono, por sua vez, teria criado um vácuo, aberto entre a divisão de agentes que se dispersaram entre a casa, o isolamento, o silenciamento e outras organizações. Em uma situação em que a geração dos editores (Zündel, Carto etc.) e escritores negacionistas (Faurisson, Butz etc.) que tinha dado forma ao movimento já não era tão ativa organizacionalmente, Rudolf se colocava como o único capaz de poder reunir e coordenar parceiros de maneira produtiva, eficaz, confiável e combatente; o único com os recursos disponíveis para dar continuidade ao movimento, de restaurar o IHR e de reconduzindo-o ao seu futuro, enfim, o único que poderia fazer bom uso das doações e colaborações de seus leitores. Para ele, o IHR já não era uma organização para o movimento e, naquelas circunstâncias, valia seguir um conselho de Butz e “parar de chutar um cachorro morto”²¹⁹.

Depois desse diagnóstico, ainda foragido e ilegal nos EUA, Rudolf continuaria as suas atividades editoriais – pelo menos até 2007, quando ele foi deportado dos EUA e preso na Alemanha, junto com Zündel, que havia sido igualmente deportado do Canadá neste mesmo ano. Enquanto o figurão e o neófito em ascensão estavam confinados, os ânimos pareciam calmos. Carto continuava a fazer sucesso no mundo editorial da extrema-direita estadunidense e, no campo do negacionismo, desde meados da década de 1990, prosseguia com a Barnes Review. Smith, que a essa altura já tinha rompido com o IHR, avançava com suas peripécias editoriais, agora também audiovisuais e virtuais. Enquanto isso, o IHR permanecia *on-line*. Em 2009, um barulho vindo da França quis pôr um fim a essa calma pelo menos aparente: era Faurisson reclamando a capitulação de Mark Weber.

²¹⁸ RUDOLF, 2015.

²¹⁹ Idem.

A tese de Rudolf parece ter encontrado ressonância em um texto de Faurisson publicado em abril de 2009 no *Smiths' Report*. Este texto era uma resposta a outro de Weber, publicado em janeiro daquele no sítio eletrônico do IHR com o título de *How Relevant is Revisionism* (Quão relevante é o revisionismo). Espécie balanço, este texto de Weber olhava para o passado para fazer um diagnóstico sobre o presente e propor perspectivas de futuro para o movimento. Sua tese era a de que, depois de 30 anos de esforços coletivos, ele e seus pares não tinham chegado a lugar algum. Para Weber, isso não era natural e se devia a três fatores: *i*) à aversão de seus colegas à organização formal, a relações públicas e publicidade de amplo alcance; *ii*) ao lugar do Holocausto na cultura ocidental; *iii*) ao estabelecimento de fatos inquestionáveis sobre a perseguição nazista a judeus. Weber pensava que essa era uma realidade inevitável e lamentavelmente ignorada por seus pares que continuavam a acreditar que seus trabalhos seriam de alguma forma relevantes para as lutas contra Israel e “o sionismo”. Segundo ele, essa espécie de autoengano era alimentada por uma percepção errada sobre a relação entre o que ele chamava de “a lembrança do Holocausto” e um suposto “poder judeu-sionista”. Em sua perspectiva, a proliferação dessa dita “lembrança” era uma expressão desse alegado “poder” e não sua fonte, como acreditariam os seus pares. Segundo Weber, essa incompreensão teria fechado os olhos de seus pares para o fato de que naquele mundo, o Holocausto já seria relevante e que, por isso, “o revisionismo havia se tornado mais um empecilho do que um recurso nas lutas contra (...) “a realidade e efeitos globais” do dito “poder judeu-sionista”²²⁰.

Essa tese não foi nada agradável a Faurisson, que respondeu a ela em tom acusatório. A resposta circulada no *Smith's Report* de abril de 2009 se estendeu por um texto prolixo dividido em uma introdução seguida de 8 partes em que o negacionista francês relata experiências pretéritas com Weber em primeira mão, uma crítica a *How Relevant...* e uma conclusão. Nessa introdução, Faurisson apresenta de maneira confusa a sua demanda e a tese que a justifica, articulando e dando a ler as partes que se seguem: Weber deveria deixar o IHR “e permanecer livre para fazer o que for para lutar contra o que ele chama de ‘poder judeu-sionista’” por que ele teria abandonado o IHR e o negacionismo. Para o negacionista francês, esse abandono era uma espécie de traição incompatível com o que a organização e o movimento significavam um para o outro. Os relatos que formavam

²²⁰ FAURISSON, R. Mark Weber must resign from the Institute for Historical Review. *Smith Report*, n. 160, abril de 2009; WEBER, M. How relevant is Holocaust Revisionism? IHR, jan. de 2009. [On-line]. Disponível em < http://www.ihr.org/weber_revisionism_jan09.html >, acessado em 14/03/2016.

as outras partes são apresentados como evidências de que a adesão de Weber ao negacionismo era oportunista e vacilante - o que fazia dele não um negacionista do tipo “brando” (*soft-revisionist*), mas um traidor. Para Faurisson, o texto de Weber era o ponto de culminância de uma sequência de vacilos em concessões à uma suposta “narrativa oficial do Holocausto”. Por conta disso, não cabiam retratações: seu caráter e suas práticas seriam definitivamente incompatíveis com o IHR e com o movimento²²¹.

No texto-resposta de Faurisson a ideia do racha apareceu elaborada quando ele falou da sua “demissão” do IHR em 2002. Ele teria se desligado da organização seguindo o exemplo de Butz e de outros e justificou o movimento pela negligência de Weber, antevista por ele como um sinal da traição do diretor do IHR. De maneira mais branda, ela também estava presente no segmento em que Faurisson falou sobre as relações de Weber com Irving, dos quais se diferenciava pelas “concessões” supostamente feitas à dita “grande mentira” (*the Big-Lie*). De maneira decisiva, a ideia do racha aparece na seção em que Faurisson defendeu o programa de um “novo revisionismo”. Aquele do IHR e de Weber “já tinha tido os seus dias” e o negacionista francês se via como o único “defensor de um novo revisionismo mais intransigente, mais claro, mais direto, vigoroso e corajoso” em proclamar publicamente o Holocausto como uma mentira²²².

A divergência entre Faurisson e Weber não era um simples conflito de interesses, embora ela tenha sido veiculada e dada a ler assim no Smith’s Report. Esse “novo” e revigorado movimento defendido por Faurisson também não era nada de novo. Na verdade, era esse negacionismo que Faurisson considerava como sendo o bom e autêntico “revisionismo do Holocausto”; era desse negacionismo definido em relações negativas a um “negacionismo brando” que Faurisson se apresentava como guardião.

Neste ponto, a posição de Faurisson se diferenciava da de Rudolf. Para o negacionista francês, o problema era uma questão de valores e estava, sobretudo, em mal traço da personalidade de Weber que o colocava entre os maus agentes do movimento, definindo mutuamente o seu afastamento da causa e o comprometimento da natureza do IHR ou daquilo que a organização deveria ser. Ao contrário, nas querelas de Rudolf com a direção facciosa da casa, o móvel são problemas editoriais e administrativos.

²²¹ FAURISSON, 2009.

²²² Idem.

Entretanto, fora esse desencontro, os dois estavam no mesmo terreno. As divisões no IHR e no negacionismo eram efeitos colaterais das disputas que haviam se desenvolvido no interior do IHR e não tinham muita solução. Os resultados se mostravam mais ou menos os mesmos em qualquer uma das situações: o IHR havia deixado de fornecer um espaço propício para as relações e práticas dos agentes e, conseqüentemente, para do desenvolvimento do movimento. Para o francês, a possibilidade de restauração dos caminhos e da natureza da casa era uma possibilidade que dependia do afastamento de Weber, cuja a liderança era deletéria à organização e ao movimento. E o mesmo valia para Rudolf, que não vislumbrava uma restauração do IHR, mas ocupar um vácuo deixado pela casa.

As lutas do IHR foram travadas nesse mesmo terreno, embora em diferentes circunstâncias e com recursos diversos. Na verdade, as disputas travadas no interior e ao redor do IHR parecem ter um mesmo princípio que desafia a distinção essencial entre a política do IHR e a política no IHR. Ainda que nestes extratos sejam analiticamente distintos, as lógicas e os princípios são os mesmos: lutas pela definição daquilo que é ou deve ser o IHR e, através dele, os agentes e o movimento que ele não só faz representar, mas o institui por uma via de mão dupla nem sempre linear, nem sempre sem acidentes.

Ainda que os objetivos sejam diferentes, as lógicas dessas imagens das disputas são as mesmas. Em todos os casos, elas dão a ver a organização como uma espécie de centro ou nó articulador do movimento. E se era assim, a crise do IHR seria também a crise do movimento. Essa crise foi igualmente identificada, articulada e experimentada por agentes em um feixe relacional que circulava ao redor da organização. Segundo esses diagnósticos, essa situação deveria ser superada no interior da própria organização (a solução restauradora) ou fora dela (a solução inovadora). Em todos os casos, o que a estrutura funcional do IHR, as lutas da casa e as lutas pela casa mostram é que o IHR estruturava e era estruturado por esses feixes de relações que, em momentos e circunstâncias diversos, atravessava a casa em direções variadas. Esses cruzamentos fizeram do IHR uma organização polissêmica e, por meio deles e das dessas redes em potencial que eles formam, um dos meios e um dos motores do negacionismo – uma *estrutura de sociabilidade intelectual*.

No capítulo seguinte demonstrarei como essas redes em potencial funcionavam em um espaço de produção e reprodução da casa: as Conferencias Revisionistas Internacionais do IHR (IHR-IRC).

CAPÍTULO 3

As Conferências Revisionistas Internacionais do IHR (IHR-IRC)

O calendário do IHR e as IHR-IRC.

Dois eventos marcavam o calendário do IHR: a publicação periódica do JHR e a realização das Conferências Internacionais Revisionistas do IHR (IHR-IRC). Entre 1980 e 1992, a cada ano saíram um número e quatro volumes do periódico que, durante este espaço de tempo, foi publicado trimestralmente; de outra forma, entre 1993 e 2002, o JHR passou a sair e circular bimestralmente, em uma razão de seis volumes por número/ano. Entre meios, salvo os lapsos que se explicam por algum dado conjuntural com implicações de monta sobre o funcionamento da casa, a cada ano uma edição das IHR-IRC entrava na programação regular da organização.

Esses eventos eram experimentados, elaborados e dados a perceber como efemérides: marcadores que situavam o IHR em uma espécie de *curso do tempo* circular, contínuo, cumulativo, regular, ordenado e previsível que se definia ao definir a existência da organização. Este conceito e este percepto nativo sugere que o tempo do IHR transcorria por meio destes eventos. E isso pode ser rico em consequências.

Considere-se o caso das IHR-IRC. 14 edições dessas conferências foram realizadas entre 1979 e 2004. No geral, elas aconteciam durante o feriado do Dia do Trabalho, que, nos EUA, é nacionalmente comemorado no primeiro final de semana de setembro, entre o final do verão e começo do outono. A data era atrativa não apenas por ser um feriado prolongado. No caso do IHR, ela também encerrava um ciclo e, não raro, iniciava outro. Pelo menos até 1993, quando chegava setembro, o último volume anual do JHR já havia saído ou estava prestes a sair; em janeiro, quando saía o primeiro volume de um novo número do periódico, não era raro que este fosse composto por transcrições das palestras apresentadas no evento realizado no anterior. É verdade que a prática de preencher o primeiro volume de um novo número do JHR com transcrições das palestras foi pouco regular, mas isso importa senão como aspecto de uma economia editorial. De toda forma, quando não estavam no volume de abertura de um número do JHR, as palestras eram sistemática ou aleatoriamente distribuídas entre os volumes de um mesmo número que saíam ao longo do ano. Isso era a garantia da disponibilidade de artigos originais para a publicação, mas era também uma forma de estender a duração do evento

por outros meios (mais ou menos como se faziam com os áudios vendidos como fitas K-7, ou com os vídeos das palestras, vendidos em fitas VHS). Nesses casos, mais que registrar e fixar a passagem das conferências como fazem os anais, ou ainda, mais do que a satisfação de uma demanda editorial, a publicação das palestras apresentadas durante as IRC-IRC no JHR funcionava como elo que marca a continuidade e a contiguidade entre um produto e outro no tempo da casa.

Por fecharem um ciclo e virtualmente abrirem outro, as conferências eram também ocasiões propícias para a prestação de contas, para realização de balanços, enfim, para se falar e se ouvir sobre o que os agentes fizeram em um determinado ano (ou até aquele determinado ano) e fariam ou esperavam fazer dali à diante. E esses momentos em que se olhava para o passado em direção ao futuro não se davam em qualquer circunstância. Eles eram parte especial e solene da liturgia das conferências e, como tal, eram presididos e administrados pelo fundador ou pelos diretores da organização.

Essa liturgia supunha, portanto, hierarquias que ordenavam o acesso à palavra, ao púlpito ou ao pódio de onde se falava e, é claro, regulava também o que se dizia. Esse mesmo ordenamento se estendia e coordenava a disposição espacial dos centros de convenções ou salões de festas dos hotéis que sediaram as diferentes edições das conferências. O púlpito era separado por um vão entre fileiras de cadeiras verticalmente dispostas em sua direção. O cruzamento desse vão era administrado pelos diretores e/ou editores do IHR que eram os mestres de cerimônias dos eventos. No geral, eram eles que ficavam à cargo da produção, da execução e da administração dessa liturgia. Eram eles que davam início e fim cerimonial ao evento, que introduziam os palestrantes, que abriam e encerravam as seções das programações, que conduziam as homenagens: eram os integrantes da equipe do IHR que normalmente administravam e garantiam o bom desenrolar dos eventos.

A seleção dos palestrantes não era aleatória. Sua função extrapolava o sentido da “atração”. Na verdade, como “atração”, os palestrantes contribuíam para fazer das conferências um espaço de sociabilidade em que se atualizavam as relações que estruturavam e eram estruturadas pela casa. Em contrapartida, eles poderiam falar sobre o que fizeram ou deixaram de fazer (sobretudo sobre o que supostamente foram impedidos de fazer), sobre suas peripécias, sobre suas lutas e demais aspectos de suas vidas como negacionistas ditos “revisionistas”. Esse era um momento estimulado e ensejado: ao falarem de si e de seus feitos nessas circunstâncias, os agentes que

participavam como palestrantes nas convenções do IHR poderiam mobilizar pelo exemplo e, talvez mais importante, poderiam se dar a ver em um ambiente receptivo e nada hostil às categorias pelas quais eles mesmos se enxergavam e percebiam o mundo. Por ser assim, as conferências eram um esperado momento de encontro. Elas eram oferecidas como um espaço de “camaradagem revisionista”, como um *meet and greet* controlado, como a ocasião em que se poderia estar lado-a-lado, ouvir de perto e aprender com os mais destacados negacionistas em um mesmo recinto.

Em condições normais, era assim que as IHR-IRC eram vendidas: como convenções especializadas que forneciam algum tipo de entretenimento e de informação durante o último final de semana do verão, em algum hotel no solar sul da Costa Oeste estadunidense. Com um investimento de algumas centenas de dólares²²³ os participantes tinham acesso ao pacote completo da programação dos eventos – e, por esse preço, poderiam experimentar a sensação de que as hierarquias eram virtualmente dissolvidas diante da possibilidade de conversar, de se sentar ou de jantar ao lado de figuras que naquele meio, eram consideradas ilustres e consagradas. Nesses encontros, e através dessas mediações, as adesões à organização e à causa eram atualizadas.

As IHR-IRC eram também ocasiões festivas. A reunião em si era o objeto de festejo e celebração que, a partir e por meio dela, se estendia aos feitos, aos ganhos, às perdas e aos ataques dos inimigos. Elas eram igualmente o espaço para a consagração cerimonial de agentes, de teses e de práticas. Eram também uma arena para as lutas pela definição, pelo reconhecimento e pela consagração dessas vairáveis.

As conferências forneciam ainda indícios sobre o estado da organização. Se elas aconteciam regularmente, ano a ano, era evidente que as coisas iam bem. Sua regularidade era um sinal de que tudo estava em ordem e funcionando normalmente. O contrário valia para os períodos de interrupções e lapsos. Se eles aconteciam como em 1984, como em 1993, como entre 1995 e 1999, e como entre 2002 e 2004, havia suposições, intuições e rumores de que algo havia de errado e de que algo estava fora dos trilhos.

²²³ As taxas de inscrição variavam entre 400 e 600 dólares, em valores corrigidos segundo a taxa de inflação indexada (Consumer Price Index - CPI) pelo Departamento de Estatísticas Trabalhistas dos EUA. C.f.: BUREAU OF LABOR STATISTICS. Database, Tables and Calculators by Subject – CPI Inflation Calculator. [Online] Disponível em < https://www.bls.gov/data/inflation_calculator.htm > , acessado em 23/05/2018.

De saída, os sentidos dados a esses eventos pelos agentes parecem extrapolar aqueles elaborados pela historiografia rara que de alguma forma tratou do IHR. Será mesmo que IRC-IHR eram apenas aspectos de uma estratégia de dissimulação, de uma fachada que tinha o único, evidente e manifesto objetivo de fazer ver o IHR como uma instituição para-acadêmica legítima e séria? De outra forma: e em si e por si mesmos, esses eventos faziam do IHR um fórum internacional? Segundo Lipstadt e Atkins, respectivamente, sim. Os resultados dessa pesquisa não sugerem que o contrário seja verdadeiro. Em alguma medida, eles confirmam as proposições dos dois historiadores que trataram do IHR de maneira mais ou menos sistemática. Mas, confirmando-as, eles indicam que não se trata apenas de uma coisa e outra, ou mesmo de uma coisa ou outra.

Eventos de comunicação extraordinários e distintos do cotidiano, performances coletivas que visavam determinados fins, situações estruturadas por uma ordenação: as IHR-IRC eram verdadeiros rituais através dos quais os limites do IHR e de seu mundo eram elaborados, modificados, atualizados, inculcados e reconhecidos. Essa é a hipótese que articula este capítulo que explora as múltiplas dimensões desses eventos e que tem como fio condutor as relações que são tecidas entre os agentes dentro de seus limites. Através dessas relações, serão abordados aspectos formais, funcionais e também os modos pelos quais esses agentes percebiam e experimentavam as IRC-IHR. Com isso, o que se espera não é apenas demonstrar o que acontecia nas IHR-IRC. Ao reconstruir esses eventos, o que se busca é saber como eles contribuíram para colocar em ação as concepções e categorias que davam sentido às práticas dos agentes na organização e no movimento²²⁴.

Os encontros.

Cerca de 150 pessoas se reuniram para participar da “Primeira Convenção Revisionista do IHR”. Entre os dias 01 e 03 de setembro de 1970, elas ouviram e falaram sobre o Holocausto em um dos centros de convenção do Instituto de Tecnologia Northrop, um grande e decadente centro universitário situado em um subúrbio de Los Angeles. Essas pessoas participaram de um evento que foi feito para ser (e foi apresentado

²²⁴ A definição instrumental desse conceito de ritual é o resultado de uma síntese operada por Mariza Periano em: PERIANO, M. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. In: _____. (Org.) *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002, pp. 7-16.

como) um acontecimento grandioso e disruptivo. Afinal de contas, a convenção não era só a primeira de seu tipo no mundo, ela também marcaria a inauguração oficial do IHR²²⁵.

À estatura do evento deveria corresponder a dos palestrantes. Wilmont Robertson, parceiro da empreitada, prometia aos leitores de sua *Instauration* que a programação contaria com a presença dos mais destacados representantes de “uma espécie rara de historiadores”, que viria, e que de fato veio, da Europa, da Austrália e de diferentes regiões dos EUA. Meses depois, em uma reportagem que registrava a passagem do evento, Robertson fazia ver que o mesmo valia para os “ilustres conhecidos” delegados que participaram da conferência, e também para os que supostamente formavam o grupo dos “recém-convertidos à causa anti-Holocausto”: pessoas que, segundo o mesmo Robertson, eram “apegadas aos fatos, ignoravam insinuações arditas e pretensiosamente exageradas - engenheiros, alguns físicos, programadores e um piloto comercial”. Juntas, essas pessoas teriam participado de um “evento histórico que fez história”, de algo como que marco entre o que seria “o fim da dominação do mito dos seis milhões sobre a mente ocidental” e o “começo de uma nova onda de Revisionismo” que prometia restituir “a verdade à história”²²⁶.

Willis Carto, fundador do IHR, foi o patrocinador e o realizador do evento. Ele estava na crista dessa suposta onda e, desse lugar, presidiu a abertura cerimonial da convenção. Antes de passar o microfone para o mestre de cerimônias seguir com a programação, Carto fez um longo discurso em que acolheu os presentes, prestou homenagens e dedicou o evento a Barnes, consagrado agora como o patrono da organização. Nesta mesma ocasião, ele se demorou em falar sobre os objetivos, sobre o lugar da convenção e sobre os seus planos para o IHR em uma conjuntura que para ele era crítica e incontornável sem a organização²²⁷.

²²⁵ ROBERTSON, W. World's first Anti-Holocaust Convention. *Instauration*, v. 5, n.1, dez. de 1979; MCCALDEN, D. (Lewis Brandon). A note from the editor. *The Journal for Historical Review*, v.1, n.2, março de 1980, pp. 4-6.

²²⁶ Idem.

²²⁷ CARTO, W. The first revisionist conferences. *Willis Carto Library*. [On-line] Disponível em <<http://willisacartolibrary.com/2017/06/13/the-first-revisionist-conference-1979/>>, acessado em 13/07/2017. O discurso inaugural de Carto não foi publicado no primeiro JHR e sequer foi mencionado em qualquer outro volume do periódico do IHR. A versão depositada na biblioteca *on-line* organizada em homenagem ao fundador do IHR pode ser o fac-símile da publicação original, depois de 2003, ou na Barnes Review ou no American Free Press, iniciativas editoriais movidas por Carto depois que ele foi desligado da organização. As referências de cabeçalho foram suprimidas e uma nota de fim de páginas foram rasuradas nesta cópia que tem propagandas da Barnes Review e um box ilustrado com fotos em que se conta uma história do incêndio que destruiu a sede do IHR em 1984.

Segundo Carto, toda aquela empreitada era movida pela missão e pela necessidade de “produzir um melhor entendimento do passado entre os americanos de todas as visões políticas”. Apesar do aparente ecumenismo, o programa encontrava seus limites entre aqueles que compartilhavam com Carto de uma “preocupação genuína com o estado da humanidade e do mundo”. Sua realização cabia apenas ao destino daqueles que, à esteira da máxima orweliana, compreendiam que naquele mundo e naquelas circunstâncias “quem controla o passado, controla o futuro”. Em torno dessa visão e desse programa eram estabelecidos os laços que faziam daquele grupo reunido ali, com Carto, um grupo de pessoas distintas. Assim constituído, esse grupo era uma unidade de ação orientada por e para essa visão de que para produzir uma boa leitura do presente e então formular boas perspectivas de futuro, antes seria preciso liberar o passado das interpretações do passado de uma dita “história oficial” e dominante²²⁸.

Carto via e fazia ver que o IHR e a convenção que o inaugurava vieram e aconteceram para suprir uma ausência. Ele acreditava que, naquele mundo, “a história e as outras ditas ciências sociais” não poderiam fornecer as “boas” perspectivas sobre o passado, sobre o presente e sobre o futuro pelas quais ele buscava; para ele, estes campos haviam sido dominados, contaminados e degenerados por misteriosos grupos de pressão que, por via geral e de regra, teriam tomado também o controle dos EUA e, por conseguinte, de todo o Ocidente. E como essas não poderiam ser encontradas nesse terreno, elas deveriam ser buscadas em outros, ou melhor, resgatadas através de um apelo particular aos que seriam “*os fatos*”. A solução vinha de Barnes, mais precisamente da fórmula de seu dito revisionismo, que integrava uma compreensão larga, mas essencialista sobre o que seriam “os fatos” e “a história”: entidades igualmente auto-suficientes, em tudo autônomas, sobre-humanas, naturais e mutuamente auto-determinados. Segundo essa fórmula, através desse processo de degeneração do mundo, “os fatos” haviam sido sequestrados ou suprimidos da história como narrativa de eventos passados, e, se era assim, era preciso que eles fossem devolvidos ao seu domínio original: era preciso “trazer de volta os fatos à história”. Para Carto, só “os fatos” poderiam transcender o domínio dessas disciplinas degeneradas e contribuir para a restauração daquele mundo corrompido. Era essa a compreensão que articulava a pregação de que hora ou outra “os fatos” liberariam “*a história*” dessa suposta dominação e das hipotéticas distorções de que alimentavam a suposta ânsia dominadora global, natural e essencial

²²⁸ Idem.

dessas forças e grupos misteriosos. A mensagem era a de que enquanto essa dita dominação transformava “*a historia*” em propaganda, era preciso se mobilizar não só para amenizar a situação, mas para transformá-la. E o IHR de Carto era uma espécie de vanguarda que abriria o caminho para esse processo²²⁹.

O elemento ilustrativo do discurso de Carto sobre essa ausência e sobre este estado de coisas que deveriam ser ultrapassados era o caso da I e da II Guerra Mundial, ou melhor, aquilo que ele pensava que se falava sobre esses eventos. Para ele, em nenhum outro campo “os poderosos” tinham sido tão bem-sucedidos em suprimir sistemática e continuamente “*os fatos*” e transformar “*a história*” em propaganda. Carto via e fazia ver que essa suposta propaganda teria produzido efeitos drásticos sobre o mundo. Só como propaganda, essa história poderia ter feito com que “os contribuintes” e os soldados que serviram como “buchas de canhão” das grandes potências belicosas acreditassem que estavam financiando e lutando por interesses de suas unidades nacionais. De acordo com essa visão, por trás dessa suposta manipulação escondiam-se as maquinacões de “grupos de pressão” totalmente alheios a esses interesses nacionais e que fomentaram as guerras para poder lucrar com elas. Mas não era só isso. Carto acreditava que essas entidades misteriosas precisavam perpetuar essa dita propaganda para continuarem a guerra por outros meios, para poderem continuar garantindo os seus interesses e para poderem dissimular sua culpa que, segundo ele, estaria no²³⁰

fato de que nosso sangue e nossas riquezas foram sacrificadas pelos interesses de parasitas interconectados e estranhos ao Ocidente: os banqueiros (...), que fizeram nascer e deram substância aos dois dos mais predatórios movimentos internacionais do século XX: o comunismo e o sionismo, que foram criados do nada para serem os monstros que são hoje²³¹.

Ainda que evoque a fórmula do dito revisionismo de Barnes como ideia-força, essa proclamação era respaldada pela dita “filosofia da história” de Francis Parker Yockey. E para demonstrar que ela estava certa em seus diagnósticos e prognósticos, Carto preencheu mais de um terço de seu discurso com trechos lidos “da escritura, do bom livro” *Impérim* de seu mentor póstumo. Nos trechos selecionados e lidos por Carto, Yockey pregava como lei natural a existência e a possibilidade exclusivas de dois tipos

²²⁹ Idem., p. 1.

²³⁰ Idem.

²³¹ Idem.

de derrotas e vitórias a uma unidade nacional qualquer: as propriamente militares e as políticas. Em uma situação de guerra, essas probabilidades seriam bem definidas. Um país poderia ser duplamente vitorioso à custa (e não necessariamente em relação) da derrota dupla de outro, poderia ser militarmente vitorioso e perder politicamente, ou o vice-e-versa. No caso de uma guerra de blocos, as possibilidades seriam as mesmas, mas diferencialmente distribuídas entre as unidades formadoras do bloco. Dessa forma, ainda que as unidades nacionais de um conjunto fossem igualmente vitoriosas em suas campanhas militares, os resultados políticos só poderiam ser desiguais entre elas. Segundo a crença de Yockey, isso se devia ao fato de que, nesses casos, a vitória política seria o resultado de maquinações feitas *a posteriori*, que implicavam, sobretudo, na escolha de um único inimigo. Para ele, esse tipo de comportamento era naturalmente regular e característico da história dos impérios, mas havia se mostrado exemplarmente no caso da derrocada do Império Inglês e na afirmação do EUA no pós-II Guerra que, para se manter em um arranjo de poder desigual, mas equilibrado, teriam escolhido “a Alemanha” nazista como *o* inimigo²³².

Os trechos lidos por Carto compõem uma parte nevrálgica (e extremamente confusa) de *Imperium*. Nela, a visão de Yockey sobre um tempo que se desenvolve entre a decadência e a regeneração do ocidente aparece sistematizada em relação a acontecimentos e ganha corpo através de uma crença sobre a guerra que, apresentada como teoria, fornece uma chave de leitura para esse processo. Um dos pressupostos fundamentais dessa crença é a ideia de que “forças estrangeiras” misteriosas se infiltravam em unidades nacionais para degenerá-las e que esse processo de decadência só poderia ser tratado através de um expurgo de tais “forças”²³³.

Para Carto, era nessa situação que os EUA se encontravam no final dos anos 1970. Com a interpretação de Yockey, agora eles poderia ver que “*a história sabia*” que a vitória dos Aliados na II Guerra era uma mentira contada pelos políticos para esconder *o fato* de que os EUA seriam “uma nação controlada por tropas inimigas” e, assim como a Alemanha, seria um estado “dominado” que entregou sua soberania nas mãos “dos comunistas”, “dos sionistas” ou de Israel. Segundo ele, isso só continuava assim porque a suposta “propaganda de atrocidades”, hipoteticamente transformada em história pelo

²³² Idem.

²³³ YOCKEY, F. The War-Politics Symniosis. In: _____. *Imperium: the Philosophy of History and Politics*. Scotts Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2012, pp. 148-151, cap. 3, parte II.

“*stablishment*”, mantinha funcionando esse estado de coisas através de uma espécie de conluio com uma dita “mídia anglo-americana”, que, por sua vez, agiria inculcando “um senso de culpa na raça norte-europeia” e encobrindo os crimes da URSS que teriam sido perpetrados com o auxílio de banqueiros e políticos²³⁴.

A previsão de Carto era de que hora ou outra, de maneira inevitável e inadiável, essa suposta maquinação iria cair, mas não de qualquer forma. O fim da suposta propaganda iria acontecer através de um dito processo revisionista natural em que os fatos e a história se mostrariam como eles seriam. Quando isso acontecesse, tal como no prognóstico de Yockey, o expurgo dos enganadores e degeneradores da nação e do Ocidente teriam início. Portanto, já que seria natural, esse processo pouco dependeria dos esforços de Carto ou de qualquer um de seus companheiros que estivessem ali reunidos. A reunião, entretanto, era um indício que o caminho para a regeneração já havia sido aberto e que, uma vez nele, era preciso multiplicar os vetores e acelerar o processo. E isso caberia ao IHR. Segundo Carto:

o propósito do nosso trabalho aqui não é apenas o de aprender com as mais recentes descobertas desse campo [dito revisionista] e com os mais destacados *experts* do mundo, ou perguntar e discutir questões com eles(...). O que é mais importante é que este nosso encontro fará que nossos esforços em levar a verdade ao nosso povo oprimido sejam multiplicados através da fertilização cruzada de ideias, conhecimentos e experiência²³⁵.

Depois do discurso inaugural de Carto, as atividades foram conduzidas por George Resch. O mestre de cerimônias era diretor de uma organização libertária sediada em São Francisco, o Instituto para Estudos Humanos (Institute for Human Studies - IHS), e, muito provavelmente, deveria integrar os círculos pelos quais Carto transitava nesse campo. O primeiro palestrante a ser introduzido por Resch foi o historiador James J. Martin, um velho conhecido de ambos e influente nesses mesmos terrenos. Segundo Robertson, Martin teria apresentado uma “brilhante e informativa cronologia do revisionismo”²³⁶. Depois de Martin, foi a vez de Butz subir ao púlpito para “fazer um

²³⁴ CARTO, 2017, p.3.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Robertson falou pouco sobre o conteúdo da palestra de Martin e escolheu enfatizar conselhos e declarações do “velho amigo” de Barnes. Segundo ele, Martin teria encorajado a audiência e recomendado aos presentes para que não se intimidassem quando se aventurassem pelo negacionismo dito revisionismo do Holocausto por não serem historiadores. A hesitação não se justificaria porque, de acordo com

balanço sobre os fascinantes desenvolvimentos do campo revisionista desde a publicação de seu livro em 1976”²³⁷. Udo Walendy sucedeu Butz e encerrou a primeira seção de palestras do dia. O dirigente do Partido Nacional Democrata da Alemanha, editor e escritor negacionista foi apresentado como “especialista em identificação de fraudes e alterações em fotografias”. Ele falou sobre o que seriam casos de manipulação fraudulenta de “fotografias de atrocidades” que supostamente teriam sido produzidas e usadas pela imprensa, por tribunais e por testemunhas em uma conspiração sistemática para culpar e demonizar a Alemanha²³⁸. Mais tarde, Walendy voltaria para as atividades noturnas que encerram o primeiro dia do encontro, agora em companhia de Faurisson e de Butz. Juntos, eles assistiram, comentaram e mediarão comentários sobre filmes como “Noite e

Robertson, Martin disse que o campo dos estudos e dos escritos sobre o Holocausto, ao que ele se referiu como o dos “promotores do Holocausto”, seria vazio desse tipo de profissional. Ainda de acordo com Robertson, Martin teria se referido à uma suposta censura que fazia com que muitos historiadores adeptos da crença negacionista (segundo Robertson, “da verdade do argumento revisionista”) não tornassem públicas suas adesões. E, por fim, Martin teria falado sobre dois supostos mitos ou duas hipotéticas propagandas sobre o Holocausto, uma soviética e uma sionista. Segundo Robertson, Martin teria “esclarecido” que na vertente soviética da narrativa, os judeus teriam sido substituídos por eslavos. A transcrição da palestra de Martin não apareceu no publicada no JHR. C.f: ROBERTSON, W. The first anti-Holocaust Convention. *Instauration*, v.5, n. 1, dez. 1979, pp. 5-9.

²³⁷ O que a Robertson pareceu ser um balanço era, na verdade, o que Butz apresentou como o desenvolvimento de uma “controvérsia internacional sobre o Holocausto”. O texto da palestra do professor de engenharia abriu o primeiro JHR e tinha como fio condutor a ideia de que o seu livro é o ponto de culminância do processo de elaboração dessa suposta controvérsia, ou mais especificamente, da “elaboração da tese dos revisionistas da solução final”. A história que Butz contou em sua palestra é, basicamente uma história sobre ele mesmo e sobre seu livro. Nessa história, em “A Fraude” ele havia esgotado de uma vez por todas o tema do Holocausto afirmando a crença (dita “tese”) negacionista. Lá ficava estabelecido pura e simplesmente que o Holocausto seria uma fraude e que todas as discussões que não estivessem neste terreno seriam uma espécie de “histeria coletiva alimentada pela mídia”, um “problema político (...), plataforma para a realização de interesses (...) do estado judeu” e, em suma, o sintoma de uma “doença cultural” que só poderia ter cura com o dito “revisionismo”. Como não interessava falar sobre o que ele acreditava ter feito em seu livro, Butz falou sobre as críticas (como forma de censura) e os comentários (como reprodução) que ele recebeu e que teriam elevado tanto a controvérsia quanto o desenvolvimento do negacionismo a outro patamar no espaço público. C.f.: BUTZ, A. The International ‘Holocaust’ Controversy. *The Journal for Historical Review*, v. 1, n.1, jan. 1980, pp. 5-22.

²³⁸ A descrição de Robertson está de acordo com a transcrição da palestra de Walendy, tal como publicada no primeiro JHR. A palestra era uma versão reduzida do conteúdo de seu panfleto *Faked Atrocities* (Atrocidades Falsas). Nos dois casos, Walendy prometia descrever “como a nação alemã” vinha sendo “castigada através de fotografias de atrocidades manipuladas”, ou sofrendo “lavagem cerebral” através desse mesmo meio. Na palestra, Walendy projetou slides para mostrar exemplos de fotografias que supostamente i) tiveram seus sentidos adulterados através de legendas falsas; ii) teriam sido alteradas; iii) seriam encenadas, absurdas e não poderiam corresponder a realidade; iv) seriam de origem comunista e por isso mesmo essencialmente falsas; e v) “quantas nada provavam”. A palestra se constitui basicamente de uma pequena introdução seguida da exposição de slides intercalados com comentários sobre as supostas adulterações fotográficas. Tanto aqui quanto no panfleto, Walendy não usa nenhum método sistemático para identificar essas hipotéticas fraudes. Em todos os casos, elas são tratadas como autossuficientes e auto-evidentes. C.f.: WALENDY, U. The fake photograph problem. *The Journal for Historical Review*, v.1, n.1, pp. 59-67, jan. de 1980; _____. *Forged War Crimes malign the German Nation*. Los Angeles: IHR, 1979, 80 p.

Neblina” e “Julgamento de Nuremberg”²³⁹. Resch deu início às atividades do segundo e último dia de evento convidando Faurisson para abrir a última seção de palestras. O negacionista francês foi imediatamente seguido pelo escritor inglês Louis FitzGibbon²⁴⁰. A seção foi encerrada com a palestra de Autin J. App. App, a quem Robertson se referiu como um “antigo porta-voz do revisionismo”, era um destacado quadro de grupos nacionalistas alemães da extrema-direita estadunidense²⁴¹.

²³⁹ NUIT et brouillard. Direção: Alain Resnais. Produção: Anatole Dauman; Samy Halfon; Phillippe Lifchtz. Roteiro: Jean Caryol, Chris Marker. Nova York: The Criterion Collection, 2003, 32 min. 1 DVD. Robertson fala de “The Nuremberg Trials (EUA)” muito provavelmente querendo se referir a “Julgamento em Nuremberg” (*Judgment at Nuremberg*), drama de ficção dirigido por Stanley Kramer, originalmente lançado em 1961, ou a *Nuremberg*, filme documentário oficial do governo do estadunidense, feito em 1948 para o Departamento de Guerra e para a Secretaria de Governo de Ocupação Militar na Alemanha. É muito menos provável que ele estivesse se referindo ao documentário soviético “Julgamento em Nuremberg” (*Sud narodov*), de 1946. Ainda segundo Robertson, eles também teriam assistido “Genocídio” (a que ele se refere como “*Genocide* (Britain), um documentário que só seria lançado três anos depois da conferência, em 1982. C.f.: JUDGMENT at Nuremberg. Direção: Stanley Kramer. Produção: Stanley Kramer; Philip Langner. Roteiro: Abby Mann. Nova York: Kino Lorber, 2015, 1 DVD. NUREMBERG: its lessons for today. Direção: Stuart Schulberg. Produção: Stuart Schulberg; Pare Lorentz. Roteiro: Stuart Schulberg. Newburgh: New Day Films, 2010, 2 DVDs; SUD Narodov. Direção: Roman Karmen; Elizaveta Svilova. Produção: Roman Karmen. Roteiro: Boris Gorbатов. Carlisle: Desert Island Films, 2011, 1 DVD; GENOCIDE. Direção: Arnold Schwartzman. Produção: Marvin Hier; Arnold Schartzman; Marvin Segelman; Peter Shillingford. Roteiro: Martin Gilbert, Marvin Hier, Arnold Schwartzman. Vaasa: Future Film, 2003, 1 DVD.; ROBERTSON, 1979, p. 6.

²⁴⁰ É obscura a relação de Fitzgibbon com o pessoal do IHR. Aparentemente, ele não tinha ligações orgânicas ou ideológicas com a extrema-direita. Quando participou da convenção do IHR, Fitzgibbon era diretor de um memorial inglês dedicado às vítimas do massacre de Katyn, já tinha publicado livros sobre o tema e, ao que parece, alguns desses escritos tiveram alguma repercussão e algum impacto público. Antes disso, entre 1938 e 1942, ele teria se formado no Real Colégio Naval de Dartmouth, servido na Marinha Real Britânica entre 1943 e 1948 e sido tradutor de polonês. Depois da dispensa, ele teria se formado e atuado como advogado, trabalhado como empresário e comerciário. Sua “Bio” no primeiro JHR diz que ele era jornalista e meio-irmão de Constantine FitzGibbon, tradutor da autobiografia de Rudolf Hos para o inglês. Sua palestra denunciava as tentativas de esquecimento e de manipulação do massacre tanto por parte do mundo ocidental quanto da União Soviética. Ele reclamava um número exato de mortos fosse creditado aos soviéticos e que o episódio fosse colocado em evidências nas discussões públicas. Suas reclamações e especulações pertenciam a um mundo em que de fato pouca coisa se sabia sobre o massacre. E, mais que isso, elas não eram diferentes das outras informadas de formas variadas por discursos anticomunistas e antissoviéticos desde os anos 1950. Essa situação só começa a mudar no processo de abertura e desmantelamento da União Soviética, a partir de meados da década de 1980, e sobretudo no início dos anos 1990, quando foram liberados e publicados documentos oficiais, quando pesquisas sistemáticas começaram a ser realizadas e o massacre foi reconhecido pelo governo russo como um dos crimes stalinistas. Sobre o estudos e as discussões sobre Katyn e sobre o lugar de Fitzgibbon nesse terreno, c.f.: CIENCIALA, A. M.; LEBEDEVA, N.S; WOJCIECH, M. *Katyn: a crime without punishment*. New Haven; Moscou; Varsóvia: Yale Universty Press; Federal Archival Agency of Russia; Head Office of State Archives in Poland, 2007, p. P. 242, 333.; SANFORD, G. *Katyn and the Soviet massacre of 1940 - truth, justice and memory*. Abingdon; Nova Irque: Routledge, 2005. O texto de Katin da palestra de Fitzgibbon está em FITZGIBBON, L. Hidden aspects of the Katyn Massacre/The lost 10.000. *The Journal for Historical Review*, v.1, n.1, jan. de 1980, p. 31-43. Alem deste, apenas outro pequeno texto creditado a Fitzgibbon apareceu publicado no JHR. Nele, os motivos sobre o esquecimento em relação ao Massacre de Katyn são retomados na mesma medida através da notícia do caso da criação, pelo governo soviético, de um memorial em um vilarejo bielorrusso com o nome de Khatyn e da exclusão de Katyn de mapas soviéticos. C.f.: _____. Khatyn: another hoax. *The Journal for Historical Review*, v.1, n.3, jun. de 1980, pp. 231-233.

²⁴¹ Segundo Robertson, o tema da palestra de App teriam sido “as injustas reparações do pós-guerra que davam a Israel bilhões em dólares e marcos” e seriam supostamente “justificadas por um crime imaginário”. Entretanto, de acordo com o texto apresentado e publicado como a transcrição da palestra de App no

No final das atividades, os participantes da convenção se reuniram em uma seção plenária. Primeiro eles deliberaram sobre quais seriam os meios possíveis para “alertar um círculo de americanos bem-informados” para então atingir “o objetivo prático” de “eliminar o peso morto da história distorcida” que, segundo o documento que resultou dessa reunião, afetava “negativamente as nossas decisões legais”. Com esse motivo, decidiram aprovar uma resolução que deveria ser encaminhada ao Congresso Federal. A resolução era apresentada como resultado sintético e prático do que fizeram “os palestrantes, os delegados e os funcionários do IHR” durante o evento. Essa síntese teria consistido na “análise das evidências sobre o extermínio de seis milhões de judeus pelos alemães durante a II Guerra Mundial”, “na consideração dos lados da questão” e na análise de “evidências de atrocidades genuínas”²⁴².

Através desses procedimentos e depois de tudo o que ouviram e falaram durante a convenção, eles teriam chegado à conclusão de que i) eram falsas as alegações sobre a existência e o funcionamento de câmaras de gás para extermínio de pessoas em campos nazistas; ii) “toda a teoria do Holocausto” teria sido criada como propaganda pelos sionistas e pelo sionismo, em função de fins políticos e econômicos, incluindo o que seria a continuidade de supostas agressões militares à Alemanha e aos EUA; iii) essa suposta propaganda estaria sendo amplamente disseminada pela “mídia” e pelo “governo” e, o que era mais grave, estaria “envenenando” a mente dos americanos contra eles mesmos, especialmente a dos mais jovens; iv) a disseminação e os efeitos dessa dita propaganda estariam atrasando o estabelecimento da “paz e do entendimento fraterno” que eles queriam para o mundo ocidental. Essa sistematização baseou o encaminhamento que reclamava ao Congresso Federal a instauração urgente de uma investigação sobre questões relacionadas “à culpa da Guerra”, sobre “agressões militares no séc. XX”, sobre “o interesse de banqueiros” com essas agressões, sobre o que chamaram de “odiosa propaganda de guerra disfarçada em fatos”, sobre o que seria “a real responsabilidade da guerra”, “sobre a distorção histórica” em eventos como o Julgamento de Nuremberg, o

primeiro JHR, o tema das reparações é circunstancial e está incluído em um processo secular de desenvolvimento do sionismo a partir da Conferência de Balfour. Esse “o sionismo” proclamado por App seria única e essencialmente anti-alemão, e, por assim ser, teria se infiltrado em instâncias decisórias da política externa das potências e feito com que o mundo ocidental se unisse contra a Alemanha na I Guerra Mundial, se virasse contra o III Reich, forjado a II Guerra Mundial, ocupado e extorquido o país no pós-guerra. O Holocausto, nesse sentido, seria uma “agitação comunista e sionista” para aniquilar a autonomia alemã. C.f.: ROBERTSON, 1979, p.1; APP, A.J. The Holocaust put in perspective. *Journal for Historical Review*, v.1, n.1, jan. 1980, pp. 43-58.

²⁴² ROBERTSON, 1979, Op. Cit.

massacre de Katyn, o extermínio de ucranianos e, sobretudo, o “alegado extermínio de seis milhões de judeus na Europa durante a II Guerra Mundial”²⁴³.

Depois da seção plenária, no encerramento solene da convenção, Carto fez alguns anúncios que acenavam para a materialização de seus projetos para o IHR em curto prazo. O primeiro, e talvez o mais importante nesse sentido, foi a comunicação do lançamento do JHR para janeiro do próximo ano, com as transcrições das palestras apresentadas na convenção²⁴⁴. Além disso, Carto lançou um desafio que premiaria com 50,00 mil dólares a quem provasse, com “evidências físicas”, que as câmaras de gás não teriam existido e funcionado para o extermínio em massa.

De acordo com o relato de Robertson, o clima no final da conferência era vibrante e excitante: “antes de saírem, os delegados estavam profundamente agradecidos pela visão e pela coragem dos organizadores” do evento. Segundo o editor da *Instauration*, as repostas não poderiam ter sido outras, porque “uma reunião como aquela, sobre um assunto como aquele, seria impensável há alguns anos atrás”. Para Robertson e, segundo ele, para a audiência a “Primeira Convenção Revisionista” tinha sido mesmo concebida e vivida como um evento transgressor²⁴⁵.

Na nota editorial que abriu o terceiro volume do primeiro número do JHR, David McCalden lembrou a primeira convenção como um evento inaugural para falar sobre o que veio e o que viria depois dela. Segundo o editor e diretor do IHR, nela os palestrantes haviam todos falado exclusivamente sobre o Holocausto e teriam tratado de “demonstrar sua natureza fraudulenta”. Agora, depois disso, era o momento da diversificação. O Holocausto continuaria sendo o objeto que definiria o programa e as práticas do dito “Revisionismo” realizado através da organização, mas não seria mais o único. Isso não significaria que o extermínio nazista seria um tema preterido. Muito pelo contrário, como o suposto fundamento de uma aliança misteriosa entre o sionismo/Israel e os EUA, o Holocausto continuaria sendo um tema central. Entretanto, McCalden dizia acreditar que a diversificação faria a organização e o movimento mais robustos; segundo ele, um “Revisionismo Histórico que se estenda a um rol maior de eventos do século XX, especialmente aqueles que deram nas guerras mundiais” poderia produzir um

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ Os assinantes da revista de Robertson poderiam comprar uma assinatura do JHR pelo preço promocional de US\$ 16,00 (o preço regular era US\$ 20, 00, cerca de US\$ 70,00 em valores corrigidos) e ainda ganhar livro de Louis Fitzgibbon. C.f: Idem., p. 6.

²⁴⁵ Idem.

“entendimento real” sobre as verdadeiras causas da guerra” e, assim, “evitar conflitos futuros”. Com essa diversificação, McCalden que artigos sobre o Holocausto passariam a ocupar “não mais que 30% de cada volume” do JHR e que essa visão se estenderia para a próxima convenção, que aconteceria dali a dois meses²⁴⁶.

O cartaz que anunciava a segunda edição do evento prometia que este regime editorial seria de fato aplicado. Apenas duas palestras programadas tinham o Holocausto como objeto principal, sendo uma era sobre “o que Hitler sabia sobre a ‘Operação Final’” e uma que prometia mostrar “Auschwitz em *slides*”. Outras palestras esbarrariam circunstancial ou indiretamente no tema ao tratar de “Rafael Lemkin e as origens do termo genocídio”, ou do julgamento de um batalhão da SS que massacrou soldados Aliados em Malmedy, na Bélgica, em 1944, ou através de uma “bibliografia oral do Revisionismo”. Havia também uma que aparentemente nada tinha a ver com o Holocausto e tratava de algum episódio do processo de independência indiano²⁴⁷.

Essa última palestra não aconteceu. Apesar disso, em seu relato sobre uma “convenção digna do nome”, Robertson notou e endossou a política de diversificação editorial. Para ele, a segunda convenção tinha dado o primeiro e decisivo passo na realização da intenção de McCalden em não deixar que o IHR virasse uma organização unitária (“*one issue organization*”). De acordo com Robertson, a II IHR-IRC sinalizava e dava a tônica de uma “ampliação gradual das áreas de interesse” da organização e do movimento²⁴⁸.

Apesar das proclamações e dos compromissos, tudo indica que esses passos foram tímidos. Talvez a sinalização para a diversificação dessa maneira sistemática fosse um indício de que o mercado negacionista não poderia suprir a demanda por publicações no tempo do IHR e seria preciso preencher esse vazio com outros temas; talvez isso fosse uma demanda editorial e propriamente política vertical, vinda de Carto. Se foi assim, não sabemos senão por conjecturas mais ou menos fracas. De qualquer forma, McCalden teve que fazer malabarismos editoriais, dividir e espalhar versões dos textos das palestras apresentadas durante a II IHR-IRC em dois volumes subsequentes do IHR. E Robertson,

²⁴⁶ MCCALDEN, D. (Lewis Brandon). A note from the editor. *The Journal for Historical Review*, v.1, n.2., março de 1980, pp. 4-6.

²⁴⁷ Institute for Historical Review (IHR). Second Annual Convention. *The Journal for Historical Review*, v. 1, n.2, março de 1980. 1 folder.

²⁴⁸ ROBERTSON, W. Chipping away at the Holocaust. *Instauration*, v. 5., n. 11, out. de 1980, pp. 5-6.

parceiro “de fora” do IHR, teve que fazer escolhas sobre o que falar em seu texto que cobria a convenção para que ele pudesse fazer ver a imagem da diversificação²⁴⁹.

Se os passos em direção a essa dita diversificação foram tímidos, a convenção que deveria ter incorporado ou, nos termos de McCalden, refletido esse programa teria sido de um extraordinário sucesso. Segundo McCalden, entre os dias 1 e 3 de agosto de 1980, cerca de 110 pessoas teriam se reunido no auditório do Pomona College para ver, ouvir “palestrantes de todo o mundo derrubar verdades históricas indisputáveis”²⁵⁰.

Para Robertson, a convenção foi “intelectualmente estimulante, emocionalmente satisfatória, acolhedora e precisa”. Segundo ele, os serviços de acomodação, de alimentação e as atividades valeram o preço de mais de uma centena de dólares. Os participantes puderam desfrutar dos quartos individuais “bem mobilhados e climatizados” de uma hospedaria que ficava a poucos metros do *campus* da instituição que sediou o evento, em uma vizinhança cercada por “árvores velhas, passeios amenos e gramados bem-cuidados”. E além das acomodações, as refeições de um “típico restaurante universitário” teriam sido abundantes e saborosas: “nada que um veterano da Guerra do Vietnã [Robertson] pudesse criticar”. Segundo Robertson, a estirpe das pessoas que estiveram presentes desqualificavam possíveis tratamentos por parte “da mídia” que pudessem pintar a convenção e os seus participantes como “nazis-disfarçados”. Segundo seu relato, entre a audiência da convenção estavam tipos diversos como “membros do partido libertário”, “alguns socialistas” e também “acadêmicos desinteressados”, como seria o astrônomo, matemático e professor da Universidade do Estado da Califórnia, Reinhard Buchner, incorporado ao conselho editorial do JHR²⁵¹.

As impressões de um dos leitores da *Instauration* que esteve presente nessa segunda edição da IHR-IRC foram anexadas à reportagem de Robertson sobre o evento como uma nota pós-escrita. Em nada elas se diferenciavam do tom da descrição de Robertson, mas talvez elas tenham sido incluídas ao texto porque iam além dos limites mais ou menos formais do texto do editor, que, como uma reportagem, tinha que comprimir uma função referencial e manter alguma objetividade. O leitor de Robertson dizia que em sua vida tinham sido raras as ocasiões tão “revigorantes e excitantes” como aquela proporcionada pela convenção do IHR, onde “havia tanto o que aprender, tanto o

²⁴⁹ ROBERTSON, W. Chipping away at Holocaust. *Instauration*, v. 5, n. 11, pp. 5-6, out. de 1980.

²⁵⁰ MCCALDEN, D. Note from the editor. *The Journal for Historical Review*, v. 1, n.4, p. 3, set. de 1980.

²⁵¹ ROBERTSON, 1980, p. 5.

que ouvir e muito a perguntar”. Apesar disso, esse “instauracionista” (era assim que Robertson se referia a seus leitores) identificava alguns problemas do evento que poderiam ser corrigidos em próximas edições. Uma dessas falhas estava no frouxo esquema de segurança, que teria permitido a infiltração e a livre circulação de supostos espiões da ADL e do governo estadunidense. Outra, que era mais grave, estava relacionada à “falta de ideias concretas sobre o futuro dos EUA, intimamente conectado ao futuro da raça nórdica”. Na sua perspectiva, os organizadores do evento falharam em produzir prognósticos e perspectivas e, com isso, haviam deixado um vácuo, pois “a mesma pessoa que busca a verdade sobre o nosso passado, busca um futuro melhor”²⁵².

A segunda edição da convenção foi dedicada à memória de Paul Rassinier. As três palestras do primeiro dia de atividades celebraram a vida e os feitos do negacionista francês. Martin Larson, amigo de Barnes e parceiro de longa data de Carto, foi o primeiro palestrante a ocupar o púlpito do auditório do Pomona College para falar sobre Rassinier. Logo depois dele, vinda diretamente da Alemanha, Mabel Narjes foi chamada ao púlpito. Narjes era reconhecida no campo pelo seu trabalho na editora do nazista alemão Herbert Grabert, onde traduziu e editou textos de Rassinier, de Hoggan e de Butz para alemão. Foi através desse trabalho que ela teria se tornado amiga de Rassinier no início dos anos 1960, quando o negacionista francês começou a circular vigorosamente pela extrema-direita alemã. Narjes, que era uma figura de destaque na cena, falou sobre essa relação nesta que foi a sua primeira e última palestra nos EUA²⁵³. Logo depois dela, Robert Faurisson entrou em cena para falar de sua conversão àquela que seria “a tese revisionista” através de contatos com Rassinier²⁵⁴.

No segundo dia de atividades, McCalden abriu a seção de palestras da manhã convidando o jovem Keith Stimelly para apresentar o que seria uma revisão bibliográfica através da qual se contava uma história do desenvolvimento do dito “revisionismo” desde a I Guerra Mundial²⁵⁵. A seguir, um dos personagens da “bibliografia oral” de Stimelly, o

²⁵² Idem., p. 6.

²⁵³ Narjes morreu pouco tempo depois de sua visita aos EUA para participar da palestra. Além de ter traduzido para o alemão e publicado artigos de Rassinier, Narjes traduziu e editou textos de David Hoggan e de Butz, todos publicados por Herbert Grabert, todos publicados pela Grabert-Verlage. Na ocasião de sua morte, Weber escreveu um obituário de uma página, publicado na abertura do último volume do segundo número do JHR, em setembro de 1981. Segundo Weber, além desses e outros feitos, Narjes teria intermediado um encontro entre Barnes e Rassinier. C.f.: WEBER, M. Mabel Elsabe Narjes – In Memoriam. *The Journal for Historical Review*, v. 2, n.4, set. 1981. Nenhuma dessas palestras foi publicada no JHR.

²⁵⁴ ROBERTSON, 1980, Op. Cit.

²⁵⁵ O conteúdo da palestra de Stimelly foi publicado como um panfleto pelo IHR. C.f: STIMELLY, K. A revisionista bibliography. Costa Mesa: IHR, 1981.

historiador James J. Martin ocupou o púlpito para falar sobre a trajetória de Rafael Lemkin e o seu conceito de genocídio. Sua palestra seguia entre o que era apresentado como uma crítica a *Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation, Analysis of Government, Proposals for Redress* e o que seria uma análise da trajetória de Lemkin, com ênfase no subsequente desenvolvimento do conceito de genocídio sistematizado no livro e adotado em convenções e no direito internacional. Para Martin, Lemkin e o seu trabalho eram, respectivamente, um agente e um produto de uma conspiração que fazia parte de um processo de “guerra global” contra a Alemanha. Segundo Robertson, a palestra de Martin materializava “uma interessante e prática análise sobre o modo pelo qual uma lenda é criada e disseminada”²⁵⁶. Ray Merriam, um editor e escritor de revistas ilustradas sobre temas militares, deu prosseguimento à programação e falou sobre o caráter internacional e voluntário da SS de Hitler. Depois dele, um suposto oficial aposentado de uma agência de inteligência estadunidense teria falado sobre acordos firmados entre a Alemanha nazista e a china de Chiang Kai-shek²⁵⁷.

Faurisson voltou ao pódio para apresentar a primeira palestra do último dia de evento. O negacionista francês falou de seu tema predileto: o que ele acreditava ser a inexistência de dispositivos de extermínio em massa no complexo de Auschwitz. Segundo Robertson, Faurisson teria apresentado críticas ao que seriam testemunhos e documentos sobre o funcionamento das câmaras de gás, e, através disso, “demonstrado” que as descrições sobre as instalações e o funcionamento das câmaras de gás tal como eram encontradas em plantas técnicas, relatórios e depoimentos não tinham como atestar a existência das câmaras de gás e tampouco que elas teriam sido usadas para extermínio em massa – todos esses documentos seriam falsos e sem credibilidade, por que o que diziam

²⁵⁶ MARTIN, J.J. Raphael Lemkin and the invention of “Genocide”. *The Journal for Historical Review*, v.2., n.1, jan. de 1981, pp. 19-34; ROBERTSON, 1980, p. 5.

²⁵⁷ ROBERTSON, 1980, op.cit. Quando Merriam participou da convenção, ele era sócio de uma pequena editora chamada Graphics House Ltd. Além produzir e distribuir modelos de tanques, aviões, artilharia etc., a editora publicava revistas, panfletos, álbuns e livros sobre a segunda II Guerra Mundial e sobre temas militares diversos. Atualmente, os registros desses materiais pertencem a Merriam Press, editora fundada pelo mesmo, em 1988. Para acessar o catálogo editorial, c.f.: Merriam Press. *Specializing in publishing World War II and Military History books and pictorial histories* .[Online] Disponível em < <http://www.merriam-press.com/index.aspx> >, acessado pelo última vez 14/05/2017. O conteúdo da palestra de Merriam a que Robertson se refere foi publicado no primeiro volume do segundo número do JHR creditado a um Richard Landwehr. C.f.: LANDWEHR, R. The European Volunteer Movement in World War II. *The journal for Historical Review*, v.2., n.1, jan. de 1981, pp. 59-84. Um texto que também cabe nas referências de Robertson à palestra de Merriam foi publicado como MERRIAN, R. The Malmedy Massacre and trial. *The Journal for Historical Review*, v. 2, n.2, março de 1981, pp. 165-176.

não seria compatível com as evidências “físico-químicas”²⁵⁸. Depois de Faurisson, foi a vez do negacionista suíço Ditlieb Felderer subir ao púlpito para apresentar um complemento visual à palestra do negacionista francês e mostrar “Auschwitz em slides”. Por último, encerrando a programação do evento, Mark Weber falou sobre o que seriam “os outros campos de concentração”, especificamente, campos de prisioneiros da Guerra de Secessão, da Guerra dos Boers e dos campos de concentração estadunidenses para nipo-estadunidenses durante a segunda-guerra. Para Robertson, a primeira palestra de Weber em uma das conferências do IHR foi “a melhor apresentação em termos de lucidez e clareza”, e isto estaria relacionado ao seu folego jovem e às suas credências de mestre em História pela Universidade de Indiana²⁵⁹.

O resultado do concurso lançado por Carto no ano anterior, durante a conferência de inauguração do IHR, deveria ser anunciado nesta segunda edição do evento. Como não houve inscrições, não havia resultado para ser comunicado. Decidiu-

²⁵⁸ ROBERTSON, 1980, op. Cit. De acordo com o material que foi publicado no JHR como a transcrição da palestra de Faurisson, ele havia insistido no tema da inexistência das câmaras de gás através do que apresenta como crítica aos depoimentos de oficiais nazistas (Rudolf Hos, Perry Broad, Joan Paul Kramer) baseadas naquilo que seriam evidências físicas da existência das câmaras de gás. C.f.: FAURISSON, R. Confessions of SS Men who where at Auschwitz. *The Journal for Historical Review*, v. 2, n. 2, março de 1980, pp. 103-136.

²⁵⁹A palestra de Weber foi dividida em dois textos que apareceram entre os “papers” apresentados na segunda conferência do IHR. Esses dois textos foram distribuídos entre o primeiro e o segundo volume do segundo número do JHR. O primeiro é sobre o estabelecimento e o funcionamento de campos de concentração instalados na Califórnia para o confinamento de nipo-estadunidenses. Weber usa então a rara bibliografia sobre o tema como referência para falar sobre o que fala; na verdade, o seu texto é um resumo desses trabalhos que dão conta do processo de alienação e aprisionamento de nipo-estadunidenses coordenado e implementado pelo Congresso, pelo Executivo, pelo Judiciário e pelas Forças Armadas, com o suporte de um grande apoio público, durante a II Guerra Mundial. O segundo texto trata dos campos da Guerras dos Boers e da Guerra de Secessão. Em quais sejam os domínios, Weber faz ver por uma analogia relativamente sutil que esses casos seriam uma única e mesma coisa, em tudo igual ou mais brutal que o sistema concentracional nazista. A tese que articula as partes do texto está na primeira, sobre os campos de concentração estadunidenses, em que Weber proclama que “um dos aspetos mais significativos aspectos desse ato de repressão é o fato de que ele foi não foi o produto de um bando de fascistas ou de militaristas de direita, que segundo o dogma liberal são inevitavelmente responsáveis por práticas como esta. Ao contrário disso, ele foi defendido, justificado e administrado por homens conhecidos por sua defesa ao liberalismo e à democracia” (One of the most significant aspects of this act of racist repression is the fact that it was not the work of a clique of fascists and right-wing militarists, who according to liberal dogma are invariably behind such deeds. Rather, it was advocated, justified and administered by men well known for their support of liberalism and democracy”. WEBER, 1981a, p. 49). A descrição de Robertson não incluiu a intervenção de John Bennett, cuja a versão transcrita abriu o primeiro volume deste número do JHR prometendo tratar de “um debate sobre o Holocausto” e entregando uma acusação ao que seria uma censura generalizada a negacionistas na Austrália, na França e nos EUA. WEBER, M. The Japanese Camps War in California. *The Journal for Historical Review*, v. 2, n.1., pp. 45-58, jan. de 1981; _____. The Civil War Concentrations Camps. *The Journal for Historical Review*, v. 2, n.2, pp. 147-153, março de 1981. BENNETT, J. The Holocaust Debate. *The Journal for Historical Review*, v.2., n.1, pp. 10-18, jan. de 1981. Para um trabalho que representa o estado da arte do acidentado terreno de estudos sobre o sistema concentracional estadunidense para cidadãos de descendência nipônica, c.f.: IVEY, Linda, L.; KAATS, Kevin, W. *Citizen Internees. A second look at Race and Citizenship in American Interment Camps*. Santa Barbara: Praeger, 2017.

se, então, pela retificação e pela modificação do certame, que agora dividiria o “prêmio” de cinquenta mil dólares para quem provasse a autenticidade do *Diário de Anne Frank* e para quem apresentasse evidências “forenses” que comprovassem que “os alemães teriam transformado cadáveres de judeus em barras de sabão”²⁶⁰.

McCalden comunicou a vigência dessa nova versão do concurso aos leitores do JHR usando a mesma retórica revanchista usada por Carto um ano antes. Além de fazer com que este “concurso” absurdo fosse visto como normal, natural e justo, essa retórica também incorporava uma prática que vinha sendo implementada por McCalden e pelo pessoal do IHR. Em uma nota editorial em que comemorava os resultados da convenção, McCalden lamentava em não poder desafiar o pai de Anne Frank, Otto Frank, morto recentemente. Talvez ao enviar um “formulário de inscrição para” Frank e, por meio disso, desafiar aquele que era o mais popular dos testemunhos sobre o Holocausto, McCalden esperasse garantir alguma publicidade voluntária ao IHR e impulsionar o seu prestígio entre seus pares. De qualquer forma, é certo que essa prática visava era ridicularizar, lançar dúvidas e desacreditar publicamente os sobreviventes, e, não menos importante, fazer com que neste que era “o tempo das testemunhas”, para usar a temporalização de Annette Wieviorka²⁶¹. Foi em função disso que, antes mesmo da mudança do prêmio, McCalden começou a enviar formulários de inscrição e a desafiar sobreviventes a participar desse concurso²⁶².

Ao que tudo indica, McCalden não esperava ou simplesmente ignorava as as consequências negativas desses desafios ultrajantes. Quando ele anunciou a mudança da premiação, formulários com a primeira versão do dito concurso já haviam sido enviados e um deles estava prestes a ser preenchido por Mel Merlmenstein, que processou o IHR e seus diretores por violação contratual. Se os desenvolvimentos dessa ação que deram no caso Mermelstein colocaram o IHR no mapa, isso não foi sem custos significativos. Os gastos da defesa do IHR com o processo e com as indenizações sacrificaram o lugar de McCalden no IHR.

A terceira convenção do IHR aconteceu sob o peso dessas circunstâncias. As negociações para a locação de um centro de convenções de luxo da Universidade da

²⁶⁰ ROBERTSON, 1980, p.6;

²⁶¹ WIEVIORKA, A. *The era of the Witness*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

²⁶² MCCALDEN, D. (Lewis Brandon). A note from the editor. *The Journal for Historical Review*, v.1, n.4. set. de 1980, pp. 292-296.

Califórnia estavam quase firmadas quando o escândalo veio à público. Alguns meses antes do evento, as negociações foram interrompidas pela administração superior da Universidade e nenhuma das outras instituições que antes haviam sediado edições do evento quiseram alugar seus espaços para o IHR²⁶³. A saída que encontraram, e que acabou sendo replicada nas edições que se seguiram, foi a realização do evento em um hotel nos arredores de Los Angeles.

Na edição de junho de 1981 de sua *Instauration*, Robertson divulgou o evento que estava para acontecer em novembro e falou das circunstâncias de sua produção. Aquela terceira edição das convenções do IHR seria dedicada ao “exame reivindicações de Mermelstein sobre o prêmio”, e seu destino dependia dos desenvolvimentos públicos do processo para o bem e para o mal:

para o mal por causa dos gastos financeiros e do dispêndio de tempo, ambos escassos para uma organização que enfrenta o *stablishment*; e bem por que o caso poderá colocar os fatos sobre o Holocausto sob escrutínio público pela primeira vez na história²⁶⁴.

As tentativas de amenizar os males através de doações solicitadas por Robertson aos seus leitores em favor do IHR parecem não ter surtido efeito. No meio do caso Mermelstein, a III IHR-IRC foi um evento menor. Tanto foi assim que esta edição do evento recebeu pouca atenção nas páginas da *Instauration*. Se as duas últimas

²⁶³ Segundo reportagem publicada no *Jewish Times Daily News Agency Bulletin* em 11/02/1981, o diretor regional da ADL havia recomendado ao reitor da Universidade de Los Angeles que examinasse o programa, os materiais e a natureza do IHR antes de alugar o Centro de Convenções de Arowhead ao IHR como sede de sua terceira convenção. Naquela altura, ainda que o reitor da Universidade reconhecesse que os objetivos do IHR eram controversos, ele acreditava que “a forma de se combater falsas ideias” era “expondo-as e não as censurando”. O conselho legal da Universidade havia recomendado que não cabia à Universidade negar a locação e que a realização do evento, sob a responsabilidade de seus organizadores, não poderia prejudicar a imagem da universidade. É provável que as notícias e os desenvolvimentos do caso de Mermelstein, instaurado em março daquele ano, tenham exercido algum efeito sobre a decisão da Universidade em não mais fornecer o espaço para a realização da III IHR-IRC. C.f.: ADL urges probe of rightwing Institute for Historical Review. *The Jewish Times Agency Daily Bulletin*, Nova York, 11/02/1981, p. 3; FOUR Jewish organizations to provide legal counsel to Holocaust survivor suing the Institute for Historical Review. *The Jewish Times Agency Daily News Bulletin*, Nova York, 17/03/1981, p. 1. De acordo com reportagem do *Jewish Times* de 20/05/1981, a administração da Universidade da Califórnia teria rompido o contrato de locação com a justificativa que McCalden havia usado um nome falso (Lewis Brandon) nas negociações. Nessa altura, McCalden já havia sido desligado do IHR e teria saído da Califórnia para evitar o processo. UNIVERSITY explains why it denied its facilities to rightwing group. *The Jewish Times Agency Daily News Bulletin*, Nova York, 20/05/1981, p. 2. Bem antes, logo depois da II IHR-IRC, em agosto de 1980 a administração do Pomona College havia notificado à direção do IHR que não mais locaria ou forneceria suas instalações para a realização de eventos da organização. Segundo McCalden, a decisão seria o resultado de pressões exercidas pela ADL sobre a administração da instituição de ensino. C.f.: MCCALDEN, D. (Lewis Brandon). Unanswered Correspondence. *The Journal for Historical Review*, v. 2., n.3, junho de 1981, p. 205.

²⁶⁴ ROBERTSON, W. Mel moans for millions. *Instauration*, v. 6, n. 8, julho de 1981, p. 34.

convenções contaram, respectivamente, com reportagens de quatro e duas páginas inteiras na abertura da revista, esta ganhou uma nota de uma coluna e meia na seção de “Acontecimentos” (Stirrings) na última página da edição de fevereiro de 1982 da revista de Robertson. Com o título ameno de “Terceira Convenção Anti-Holocausto” (*Third Anti-Holocaust Convention*), dessa vez, na nota de Robertson, o evento em si não aparecia como um acontecimento marcante. Ao contrário, esta edição da terceira edição da IHR-IRC teria sido marcada pelo esvaziamento, por protestos públicos contra a convenção e pela presença de William Cox, advogado de Mermelstein. Segundo Robertson, os protestos teriam acontecido em frente ao hotel que sediou o evento e teriam sido organizados pela JDL. Cox, por sua vez, teria aparecido sem que tivesse sido convidado e, acolhido para falar sobre o seu caso, teria “intimidado os membros da audiência por ousarem ter visões heterodoxas²⁶⁵”.

Além de Cox, participaram como palestrantes dessa edição da conferência Serban Andronescu, Charles Weber, Percy L. Graves, Martin Larson, Issah Nakhleh e Samuel Konkin. Andronescu era professor universitário aposentado, ex-diretor de uma associação para-acadêmica dedicada à escrita científica (American Institute for Writing Research - AIWR), editor e escritor influente nos círculos romenos-estadunidenses²⁶⁶. Ele estava na conferência do IHR para defender a ideia de que, durante a década de 1970, sionistas teriam inflado os índices de óbitos de judeus na Romênia durante o governo do general Ion Antonescu. Para Andronescu, as evidências consistentes (censos demográficos, etc.) mostrariam que não mais do que 15 mil judeus morreram durante o governo colaboracionista durante todo o período da II Guerra Mundial, e que, se foi esse o número, ele teria sido assim em função de consequências naturais. Segundo ele, os dados que sugeriam ser cerca de 400 mil o número de judeus assassinados na Romênia durante o governo de Andronescu, por nazistas ou colaboradores, seria uma espécie de

²⁶⁵ ROBERTSON, W. Third Anti-Holocaust Convention. *Instauration*, v. 7, n. 3, maio de 1982, p. 32. Em uma resenha em se dedica a elencar o que seriam inconsistências fatuais de *Never Forget*, um filme para TV que representou o caso Mermelstein em 1991, Marcellus diz que Cox teria sido convidado antecipadamente para participar do evento e concorda que ele teria “reprimido o público por participar de uma convenção organizada por anti-semitas”. C.f.: MARCELLUS, T.A forgettable, but survivable hatchet job on IHR. *The Journal for Historical Review*, v. 11, n. 2. Junho de 1991, pp. 229-238. Meses depois da conferência, quando Robertson propagandeava fitas K-7 com áudios da primeira e da segunda convenção produzidas e comercializadas pelo IHR, ele destacava que entre uma delas estava o conteúdo da palestra de 15 minutos que foi autorizada pelo IHR durante a terceira convenção. ROBERTSON, W. *Reciprocity? Instauration*, v. 7, n. 6, maio de 1982, p. 32.

²⁶⁶ ANDRONESCU, S. *Who is who in Romanian America*. Nova York: Andronescu-Wyndill Press; American Institute for Writing Research, 1976.

invenção sionista”²⁶⁷. Charles Weber, que também era professor universitário aposentado, estava entre os conselheiros editoriais do JHR e deu continuidade à programação falando sobre o Holocausto. Segundo Robertson, ele tinha mostrado como “os governos do império soviético, da Grã-Bretanha, da França, dos EUA e da República Federal da Alemanha obtinham lucros políticos e psicológicos com o ódio organizado ao III Reich”²⁶⁸.

Os outros palestrantes não falaram sobre o Holocausto. Eles apresentaram palestras sobre objetos diversos e, através delas, reproduziram os argumentos, os temas e a retórica negacionista. Todos os que se seguiram na programação acreditavam que algum fato, documento ou interpretação do passado estavam sendo manipulados, suprimidos, distorcidos etc., por poderosos ou por entidades misteriosas igualmente poderosas em

²⁶⁷Para respaldar sua declaração, Adronescu usou dados demográficos fornecidos por trabalhos reconhecidos que, retirados de seu contexto significativo, integram uma estratégia discursiva que era regular nos textos negacionistas pelo menos desde Rassiner: através da manipulação desses dados, cria-se uma situação absurda em que o número de judeus vivendo em um determinado território antes do extermínio era menor do que a quantidade de mortos depois da matança sistemática, o que lançava dúvidas sobre o extermínio. No caso da Romênia, isso ainda era mais significativo e potencial produtor de confusões. Até a abertura dos arquivos soviéticos, pouco se sabia sobre o extermínio de judeus no país. ANDRONESCU, S. Romanians and the Holocaust. *The Journal for Historical Review*, v. 3, n. 2, março de 1982. De acordo com dados do Yad Vashem, estima-se que cerca de 400 mil judeus foram exterminados por Eizatsgruppen, por civis, pelo exército e pela polícia romeno entre 1940 e 1944 na Romênia do Gal. Antonescu (Bessarabia, Bukovina, Transnistria, etc.). Sobre isso, c.f.: MURDER of the Jews in Romania. Yad Vashem. [On-line] Disponível em: https://www.yadvashem.org/holocaust/about/final-solution-beginning/romania.html#narrative_info, acessado em 15/04/2018; BUTNARU, I. C. *The Silent Holocaust: Romania and Its Jews*. Nova York: Greenwood Press, 1992; ANCEL, J. *The History of Holocaust in Romania*. Lincoln: University of Nebraska Press; Jerusalém: Yad Vashem, 2012. Sobre as disputas públicas sobre os sentidos do Holocausto no país, especialmente depois do fim da URSS, c.f.: FLORIAN, A. (Org.). *Holocaust Public Memory in Post-communist Romania*. Bloomington: Indiana University Press, 2018.

²⁶⁸ROBERTSON, 1982, p. 32. De acordo com a transcrição de sua palestra publicada no JHR, o conselheiro editorial do periódico quis explorar um terreno que julgava ainda não devassado por seus colegas negacionistas: “as motivações psicológicas e materiais” da “tolerância e até mesmo da propagação de materiais sobre o Holocausto”, ou, o que para ele dava no mesmo, a adesão desses supostos grupos a uma “tese elementarmente questionável”. Sua ideia era a de que “os alemães” aderiam à tese do extermínio por que perderam seu caráter nacional e teriam sido submetidos a uma lavagem cerebral e a propaganda massiva promovida pelos governos de ocupação do pós-guerra, que fizeram com que o passado nacional-socialista fosse execrado e transformado em uma espécie de tabu. No caso dos EUA, por trás das adesões haveria algo como uma moral militar revanchista por parte dos veteranos da guerra, alguma coisa parecida com uma narrativa civilizatória e imperialista que teria sido usada pelo Partido Democrata para justificar sua política intervencionista, ou ainda algo como uma necessidade de não-judeus serem aprovados por judeus que supostamente fazia com que os primeiros lotassem seminários e simpósios sobre o Holocausto e garantissem audiência massiva para os eventos televisivos. Na Inglaterra, a situação seria mais ou menos igual, com o agravante da obtenção de vantagens comerciais contra a Alemanha. No caso da URSS (que não seria tanto um estado de “não-judeus” segundo Weber), os usos de “material sobre o Holocausto” eram movidos por um suposto sentido de superioridade e de revanchismo que retroalimentaria a existência do “império comunista”. Em todos os casos, Weber acreditava que essa suposta ênfase, essas supostas adesões e usos do que ele, em comunidade com seus colegas, chamava de “tese revisionista” fazia com que pouco ou nada se soubesse sobre o “destino de não-judeus” durante a guerra. Para ele, essa era uma situação paradoxal que deveria ser explorada pelo dito revisionismo. C.f.: WEBER, C. *The Journal for Historical Review*, v.3, n.2., março de 1982, pp. 105-119.

função de interesses enigmáticos. Graves, economista influente nos mais prestigiados círculos do libertarianismo estadunidense, por exemplo, discursou sobre como Roosevelt e o seu Secretário de Guerra, Henry L. Stimson, haviam levado os EUA a uma guerra indesejada e rica em efeitos negativos. Segundo ele, esse “fato” teria sido suprimido das narrativas públicas para fazer com que uma boa imagem do presidente se solidificasse²⁶⁹. Larson falou sobre pergaminhos cristãos primitivos, recentemente descobertos no território israelense. Segundo ele, esses achados arqueológicos eram de um valor inestimável para a história do cristianismo ocidental. Por conta disso, Larson acreditava que o governo israelense havia sequestrado e censurado o acesso público a exemplares do pergaminhos²⁷⁰. Charles Lutton, professor de história em uma *college* do Colorado, teria contado uma “história do oriente médio no entre-guerras”. Nessa sua história, “as forças do Eixo eram percebidas mais como libertadoras do colonialismo do que outra coisa”²⁷¹. Nakhleh, que era advogado e representante de organizações nacionalistas palestinas (Liga Árabe da América Latina; Alto-Comitê Árabe para a Palestina, entre outras), segundo Robertson, falou sobre o que ele via como um “genocídio” sendo promovido pelo governo israelense contra os palestinos²⁷². Konkin III, um discípulo de

²⁶⁹ ROBERTSON, 1982, Op. Cit. A palestra de Greaves não foi publicada no JHR, mas uma espécie de resenha de três livros sobre o ataque de Pearl Harbor e suas consequências foram publicadas no terceiro número do terceiro volume do periódico. Lendo estes livros, Greaves elaborou e defendeu a tese de que o episódio teria sido uma derrota militar e diplomática para os EUA. Assim, suas consequências mais nefastas teriam sido a implementação de uma política em tudo contrária aos princípios fundadores do país; o mascaramento dos desastrosos resultados econômicos da política intervencionista do New Deal; e, por fim, a concepção e a implementação de uma política externa imperialista de agressividade inédita. C.f.: GREAVES, P.L. Three assements of the infamy of december 7, 1941. *The Journal for Historical Review*, v.3, n.3, set. de 1972, pp. 319-340.

²⁷⁰ ROBERTSON, 1982, op. Cit.; LARSON, M.A. Whatever happened to the dead sea scrolls? *The Journal for Historical Review*, v. 3, n.2, junho de 1982, pp. 119-128.

²⁷¹ ROBERTSON, 1982, op. Cit.

²⁷² Idem. A palestra de Nakhleh não foi publicada no JHR. Um texto precedido por um memorando do Alto-Comitê Árabe para a Palestina assinado por Nakhleh, ambos endereçado ao presidente Reagan, saiu no JHR do terceiro bimestre de 1982. No memorando, Nakhleh louvava os esforços de Reagan em “conter o desafio comunista”, mas alertava que essa batalha não seria completa sem que os EUA “retomassem o cumprimento das regras do direito internacional, o respeito à autodeterminação dos povos e aos direitos humanos”. No memorando, Nakhleh requeria ao presidente uma revisão de posicionamentos unilaterais em favor de Israel, e pedia que isso fosse feito de maneira que levasse em conta o ponto de vista palestino sobre os conflitos árabe-israelenses. No texto subsequente, que é apresentado como uma carta, Nakhleh quis inteirar Reagan sobre esse ponto de vista. Aqui ele fornece uma imagem sobre quem eram “os palestinos” contrária a uma que ele pensava ser comum e que teriam sido inculcadas nos estadunidenses através de “uma lavagem cerebral sionista”. O ponto central do texto era o de convencer Reagan de que “os palestinos” vinham sendo objeto de um genocídio perpetrado pelo sionismo ou, o que para ele dava no mesmo, pelo governo de Israel. Aqui, ao mesmo tempo em que exaltava o lugar dos EUA como mediadores do mundo ocidental, ele criticava o governo estadunidense de ser algo como cúmplice ingênuo dessa atrocidade que perpetuava os conflitos no oriente-médio supostamente em benefício “do sionismo”. Para resolver a situação e firmar um acordo de paz efetivo, como líder do bloco ocidental, Nakhleh recomendava ao presidente que os EUA deveriam assumir um papel mediador justo, observador dos princípios e das regras do direito internacional, suspender os financiamentos e as parcerias militares com Israel e, assim, garantir

Martin que na época era o editor de publicações libertárias, havia feito uma espécie de análise de conjuntura em que fazia prognósticos sobre os efeitos da intervenção dos EUA na Guerra Civil Salvadorenha²⁷³.

A intervenção de Carto não foi notícia na *Instauration*, mas foi publicada em um volume do JHR que, não por acaso, foi inteiramente dedicado ao caso Mermelstein. Ela se deu sob a forma de um discurso solene sobre “os usos da história” que, na verdade, era uma reafirmação do programa da organização e do movimento. Para funcionar assim, ele integrava uma filosofia da história nomeadamente informada por Spengler e Yockey; uma compreensão programática do que seria o dito “revisionismo” em relação a esse esquema significativo; e, por fim, o que seria o IHR através de uma e outra²⁷⁴.

Esse modo de compreender o passado supunha que uma espécie de fé na história seria possível e desejável, mesmo que ela fosse objeto de sistemáticas distorções. Carto proclamava que tais “distorções” seriam naturais, “tão antigas quanto a linguagem”, e que, afinal, “não há e nunca houve limites definitivos entre história-como-fato e história-como-mito. De fato, em muitos casos é bem difícil determinar onde uma começa e a outra termina”. Para ele isso era uma variável cultural incontornável e um dado auto-evidente de que “as mentiras histórias são a norma”. E, se era assim, o fundamento, o caminho e a perspectiva para essa fé na história estavam na ideia de que, entre “os mitos” e as “distorções”, haveria aqueles que são bons e haveria aqueles que são maus. Em todos os casos, eles seriam construções que integrariam verdade e mentira e que, de qualquer maneira, deixariam ver algum aspecto do fato estabelecido e conhecido (o exemplo ilustrativo é o de que “Lincoln está morto”, “sabe-se ele foi assassinado”), enquanto outros seriam sistematicamente suprimidos (“a morte de Lincoln beneficiou banqueiros estrangeiros” e não teria sido o feito “de um assassino solitário”)²⁷⁵.

Era sobre essa zona cinzenta que o programa dito “revisionista” tinha seu lugar e seu sentido afirmados. Seu terreno seria o do desconhecido (a “conspiração” por

a autodeterminação dos povos da região, assegurar a inalienabilidade dos direitos humanos, propiciar a abertura política e comercial, suspender as operações militares, entre outras medidas que de alguma forma deveriam ser coletivamente deliberadas para que árabes e judeus da palestina “vivessem como cidadãos de uma terra santa e pacífica”. Estes foram os únicos textos de Nachleh publicados no JHR. C.f.: NAKHLEH, I. Memorandum to the President. *The Journal for Historical Review*, v. 3, n.3, junho de 1982, pp. 259-290.

²⁷³ ROBERTSON, 1982, op. KONKIN, III. S.E. El Salvador: the war to come. *The journal for Historical Review*, v.3, n.2, junho de 1982, pp. 146.

²⁷⁴ CARTO, W. On the uses of History. *The Journal for Historical Review*, v. 3, n.1, março de 1982, pp. 27-30.

²⁷⁵ Idem., pp. 27-28.

trás do assassinato de Lincoln”), e sua prática se destinava a saber o que não se sabe sobre os fatos que sabem verdadeiros. O caráter desse programa seria essencialmente antissistema e falaria contra o poder estabelecido. Dessa forma, dito “revisionismo” esclareceria e desarticulava aqueles mitos do passado que seriam formadores e perpetuadores dos consensos dominantes (a hipotética relação dos banqueiros com a morte de Lincoln não seria aceita “no chamado sistema democrático, que nada mais é que o governo de uma coalisão de minorias, grupos de pressão com interesses especiais (...)” porque “os banqueiros cumprem um papel central nessa coalisão”)²⁷⁶.

Carto acreditava que o Holocausto mais o que quer fosse aquilo a que ele se referia como “suas fábulas auxiliares” seriam o mais perigoso desses supostos mitos e aquele a que o programa dito “revisionista” fazia muito, e muito bem, em combater tratando do Holocausto como objeto, esse programa teria transformado a política de extermínio nazista em um mito, teria elucidado as causas obscuras da II Guerra, mas não só isso: ele havia permitido uma distinção entre os seus praticantes e adeptos e aqueles que não seriam tão “iluminados” a ponto de perceber que o Holocausto não seria apenas mais um mito, mas, como mito, um instrumento de propaganda que supostamente funcionava justificando extorsões “contra as nações ocidentais” por parte de Israel, perseguições políticas e uma política externa que, muito em breve, poderia resultar em uma guerra nuclear no Oriente Médio²⁷⁷.

Se a percepção de Carto era a de que, por intermédio do revisionismo, “nossa *Weltanschauung* atual é marcada e acentuadamente diferenciada da visão de mundo daqueles que não são tão esclarecidos como nós”, a posição do IHR era, sobretudo, a de cuidar da manutenção e de expansão das fronteiras que guardavam essa distinção. O IHR existia e funcionava, segundo ele, para suprir “um vácuo no conhecimento histórico”; para divulgar a crença de que a “a história era parte de nossa cultura ocidental e não uma arma política para minorias interesseiras, não um discurso comovente para políticos ambiciosos, para a indústria de armas e para os entusiastas da guerra, e muito menos uma torre de marfim”. Dito de outra forma pelo próprio fundador da organização, seus membros e colaboradores “existiam e trabalhavam para ver os que desejavam usar a história de acordo com seus interesses particulares serem derrubados através do conhecimento histórico” que era produzido na casa, porque, para o Carto e para o pessoal

²⁷⁶ Idem. pp. 28.

²⁷⁷ Idem., pp. 28-29.

do IHR, “os mais mitos históricos que são mais úteis e duráveis são aqueles que estão fundamentados em fatos, não em mentiras”. Carto via e fazia ver que este era um trabalho essencial e extremamente fundamental; nele estava o que Carto acreditava ser a “própria essência (*the very stuff*) da história: a vitória dos seus sobre um “sistema social moribundo e corrupto”. E aqueles que estavam nessa fileira, como ele e sua audiência, não estavam apenas para “colocar o passado em ordem”, para “servir de modelo de retidão para a mídia”, para “defender fisicamente o direito de liberdade de expressão (da Primeira Emenda)”, “para educar os educadores” ou mesmo “para falar a verdade pura e simples”. Segundo Carto, o que eles faziam era lançar as bases para um mundo em tudo contrário à sua compreensão de que seria um “sistema democrático”; o grande feito deles estava em²⁷⁸:

Construir, literalmente, o fundamento para o futuro: um futuro baseado em mitos construtivos; em uma moralidade, costumes e deveres baseados no que seja bom para o povo ocidental e não para os grupos de pressão das minorias, banqueiros, ideologias destrutivas ou interesses estrangeiros²⁷⁹.

Os problemas do IHR não haviam passado em 1982. Pelo contrário, este foi um ano turbulento para o pessoal da organização. Os funcionários do IHR estavam às voltas com os custos processuais e com as repercussões do caso Mermelstein. Além disso, eles tiveram que lidar com outros problemas. Em abril, o escritório da organização teria disso alvo uma tentativa de um incêndio criminoso que, malsucedida, não foi a única: em setembro, às vésperas da IV IHR-IRC, a sede do IHR teria sido alvejada por tiros. Entremeios, conselheiros editoriais e escritores da casa teriam sido vítimas de todo o tipo de represálias, censuras públicas, ameaças de morte, incêndios, violações de propriedade etc. Em quaisquer que fossem os casos, a culpa e as causas eram regularmente atribuídas. Para as supostas retaliações e censuras públicas, os responsáveis seriam agentes da ADL, enquanto que, para os atentados violentos, a culpa recaía sobre membros da JDL²⁸⁰.

²⁷⁸ Idem, p. 29.

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ MARCELLUS, T. A note from the editor. *The Journal for Historical Review*, v. 3, n.2, junho de 1982, p. 100; ROBERTSON, W. The Brave mini-minority. *Instauration*, v. 7, n. 9, agosto de 1982.

Por conta desse clima, a IV IHR-IRC foi transferida para Chicago. Primeira e única edição do evento a ser realizada fora do sul da Costa Oeste, esta IHR-IRC aconteceu em um hotel luxuoso no centro da cidade, o Bismark, entre os dias 06 e 07 de setembro, durante o feriado do Dia do Trabalho. Como na edição anterior, a IV IHR-IRC não contou com atrações internacionais, a não ser pela tímida participação do suíço Ditlieb Felderer, que estava nos EUA para cumprir obrigações legais como réu de uma das ações judiciais de Mermelstein. Nesta edição do evento as atenções se voltaram sobre dois personagens nacionais: o presidente F.D. Roosevelt e um ex-funcionário público de seu Departamento de Estado, o criptógrafo Tyler Kent²⁸¹.

Kent foi a principal atração desta IV IHR-IRC. Ele foi recebido, homenageado e comemorado como uma espécie de herói, e isso não foi por acaso. A história de Kent parecia ter saído das páginas de um romance policial ou do roteiro de um filme B de espionagem. Kent era filho de um embaixador americano, teve uma educação de elite e acesso facilitado aos trânsitos e meios necessários para ingressar e seguir no serviço diplomático. Apesar disso, sua carreira foi curta e, pelo menos não para o pessoal do IHR, infame. Kent assumiu seu primeiro posto em meados dos anos 1930, na embaixada dos EUA na URSS. Sua permanência em Moscou ainda era breve quando foi interrompida, em 1939, por uma transferência sob suspeitas de espionagem. Da URSS, Kent foi enviado para a Grã-Bretanha, onde começou a trabalhar como criptógrafo na embaixada estadunidense em Londres. Lá ele encontrou terreno para o seu conhecido anti-semitismo e solo fértil para nutrir um fervoroso anticomunismo. Lotado em seu novo posto, Kent passou a transitar com destaque entre os mais esotéricos e herméticos círculos que se organizavam e se encontravam nos mesmos salões e clubes dos remanescentes da nobreza czarista e daquela extrema-direita aristocrata britânica que em tudo era simpática e entusiasta do nazismo e dos nazistas²⁸².

Os conflitos que logo dariam na II Guerra Mundial mal haviam começado quando os trânsitos de Kent por esses terrenos fizeram dele um alvo para o serviço secreto inglês. Kent tornou-se objeto de uma investigação curta e conclusiva. Em uma das etapas do processo, durante uma batida no apartamento de Kent, agentes do MI-5 descobriram

²⁸¹ ROBERTSON, W. *Rescuers of History. Instauration*, v. 7, n. 11, out. de 1982.

²⁸² WILLETTS, P. *Rendezvous at the Russian Tea Rooms: The Spyhunter, the Fashion Designer & the Man From Moscow*. Londres: Constable & Robinson, 2016. Sobre as adesões de círculos da nobreza inglesa à extrema-direita e ao nazismo em particular, c.f.: GRIFFITHS, R. *Fellow Travellers of the Right: British Enthusiasts for Nazi Germany, 1933-1939*. Oxford: Oxford University Press, 1983.

uma quantidade massiva de cópias de documentos confidenciais. Descobriu-se, então, que ele havia roubado e interceptado todo o tipo de informações e documentos secretos, aos quais, como criptógrafo, tinha acesso privilegiado e direto. Entre os milhares de materiais insignificantes e rotineiros encontrados ilegalmente em seu poder, havia alguns poucos cuja a publicidade, naquelas circunstâncias, poderia produzir efeitos drásticos e de grande monta. Surpreendido pela batida e pela cassação de sua imunidade diplomática, Kent foi capturado, processado e condenado a uma pena de sete anos de prisão por crimes de espionagem. A estilista Anna Wolffoff, parceira de Kent nesse esquema, teve um destino parecido com o dele. Descendente da aristocracia czarista e frequentadora assídua dos salões da nobreza inglesa, Wolkolf introduziu Kent a alguns desses círculos e sobre si tinha o agravante de ter prestado serviço de espionagem para o III Reich. Por tudo isso, Wolkoff foi condenada a cumprir 10 anos de prisão. Depois de ter cumprido sua sentença em tempo reduzido, Kent foi deportado de volta para os USA. No país natal, ele se casou com uma herdeira de posses, comprou e passou a editar uma publicação racista na Flórida, através da qual teria travado e estabelecido estreitas relações com grupos da extrema-direita segregacionista e anticomunista estadunidense²⁸³.

Segundo a justificativa que Kent dava para o episódio, ele teria roubado os documentos com uma boa intenção de tornar pública uma suposta conspiração entre F.D. Roosevelt e Churchill para derrubar o primeiro-ministro Chamberlain na Grã-Bretanha, violar a Lei de Neutralidade estadunidense e então levar os EUA à guerra contra a Alemanha, ao lado da Grã-Bretanha. E isso também era válido para os comparsas ingleses de Kent, que planejavam vasar documentos e informações capazes de barrar a escalada de Churchill para então conduzir uma reconciliação e uma aproximação da Grã-Bretanha com o III Reich. As notícias eram de que, naquela situação, alguns dos documentos sequestrados por Kent poderiam ser, de fato, uma poderosa ameaça à campanha e à imagem de Roosevelt, que concorria para o seu terceiro mandato como presidente. Durante o processo eleitoral, Roosevelt teve que aplacar uma forte e generalizada oposição à participação dos EUA na Guerra (a Lei de Neutralidade de 1939 é uma das manifestações formais disso), enquanto seguia negociando com a Inglaterra sobre o conflito. No caso de Churchill, os documentos seriam ameaçadores porque eles demonstrariam que o então Primeiro Lorde do Almirantado havia atropelado regras

²⁸³ Idem.

diplomáticas quando manteve conversas diretas e secretas com Roosevelt sem que o Primeiro-Ministro Chamberlain soubesse disso²⁸⁴.

Em uma reportagem especial feita pela BBC em 1982, Kent reafirmava a justificativa da conspiração e proclamava que, através da guerra contra a Alemanha, os EUA e a Grã-Bretanha teriam alimentado uma espécie de mal maior, fazendo não mais do que “colocar a URSS no mapa”. Quando a equipe da BBC encontrou Kent, ele estava vivendo em um trailer, em uma cidade no Sul do Texas, na fronteira com o México. Meses depois de o especial do canal inglês ter sido transmitido, Kent estava em Chicago para contar essa história para a audiência da IV IHR-IRC. Para Robertson, a palestra de Kent foi o ponto alto do evento. Segundo o editor da *Instauration*, a história de Kent ajudava esclarecer episódios dramáticos da história recente, como a derrota na Guerra do Vietnã e o escândalo de Watergate. E isso porque o relato de Kent sobre suas peripécias fazia lembrar que, “mais que qualquer outro presidente”, Roosevelt teria agido “ilegalmente sobre uma questão muito mais ampla (...) mentindo descaradamente sobre suas atividades”. Com a palestra de Kent, Robertson viu que, definitivamente, Roosevelt teria sido um arquiteto e um entusiasta (*war-monger*) da guerra, antes mesmo de ela ter começado. A impressão editorial do JHR não era outra²⁸⁵.

Kent não foi o único a falar sobre Roosevelt. Na verdade, palestras sobre o presidente ocuparam boa parte da programação desta quarta edição da IHR-IRC. Isso não foi por acaso. Naquele ano de 1982 se comemorava o centenário do nascimento do presidente e, no ano seguinte, o cinquentenário de seu primeiro mandato entraria para o calendário público. E, se não foi por acaso, também não foi por menos. À esta edição da IHR-IRC seguiu-se o primeiro volume temático do JHR, inteiramente dedicado a Roosevelt, ou melhor, e nos dois casos, aos supostos e misteriosos caminhos que o presidente teria trilhado em direção à uma guerra inglória contra a Alemanha ou, o que aqui dá no mesmo, contra “o Ocidente”²⁸⁶.

A IV IHR-IRC foi dedicada à memória de Robert Tansil, devidamente lembrado e homenageado por James J. Martin, seu discípulo e colega. Tansil era um dos historiadores que transitavam com destaque pelos círculos da extrema-direita

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ ROBERTSON, 1982(b), Op. Cit; STIMELY, K. A note from the editor. *The Journal for Historical Review*, v. 4, n. 2, junho de 1983, pp. 132-135; KENT, T.G. The Roosevelt Legacy and the Kent Case. *The Journal for Historical Review*, v. 4, n. 2, junho de 1983, pp. 173-204.

²⁸⁶ IHR. *The Journal for Historical Review*, v. 4, n. 2, junho de 1983.

isolacionista estadunidense que se organizava em torno de Barnes. É dele a tese de que Roosevelt teria planejado a participação dos EUA na II Guerra Mundial, e de que a realização desse plano teria tido sua realização no supostamente provocado ataque japonês à base de Pearl Harbor, que passou a ser usado como justificativa pública e oficial para a declaração de Guerra contra o Eixo e, com ela, o ingresso dos EUA no conflito pelas “portas dos fundos”. Essa tese de Tansil apareceu pela primeira vez formulada em seu *Backdoor to War: the Roosevelt Foreign Policy*, livro originalmente publicado em 1952. Neste livro, Tansil agradece a Barnes como a um “velho amigo” pela inspiração e pelo suporte na elaboração do volume que incorporava a tese²⁸⁷.

Essa mesma tese, que fundamentalmente articulava o relato de Kent, foi intensamente replicada por aqueles que falaram sobre o tema durante a convenção. Weber, por exemplo, a reafirmou seguindo um caminho diferente do de Tansil. Enquanto este reclamava que sua tese era o resultado de uma minuciosa investigação, o então conselheiro editorial do IHR recorria a um volume de documentos falsos produzido pelo III Reich para fins de propaganda. Com base nesses documentos, e implicitamente empregando uma retórica contra-factual, Weber proclamava que, sem as pressões e sem as maquinacões antecipadas e secretas de Roosevelt sobre a Polônia, sobre a França e sobre a Grã-Bretanha, uma guerra contra a Alemanha em 1939 teria sido impossível. O que ele elaborava e dava a ver como argumento subjacente a essa proclamação era a ideia de que Roosevelt não apenas tinha levado os EUA a uma guerra indesejável; mais que isso, o presidente teria contribuído decisivamente para a eclosão dos conflitos que deram na guerra²⁸⁸. Andreas Wesserle, outro conselheiro editorial da casa, fez coro a este dito argumento e tratou de enfatizar o suposto papel de misteriosos “manipuladores” de Roosevelt. Segundo Robertson, Wesserle tinha demonstrado que o caráter de Roosevelt

²⁸⁷ TANSIL, C. *Backdoor to war: The Roosevelt Foreign Policy (1933-1941)*. Westport: Greenwood Press, 1975.

²⁸⁸ O conteúdo da palestra de Weber foi publicada nesta edição especial do JHR, assim como o texto de Kent. Weber diz respaldar sua tese através de uma coleção de documentos secretos poloneses capturados pelos nazistas durante a ocupação de Warsóvia e que dariam conta dessas supostas negociações entre URSS, Inglaterra, França e EUA para uma guerra contra a Alemanha. Segundo Weber, essa coleção de documentos foi sendo publicada na Alemanha e ganhou traduções em inglês como “The German White Book” (O Livro Branco Alemão/ *Polnische Dokumente zur Vorgeschichte des Krieges: Weißbuch der Deutschen Regierung*) em 1940. Os supostos documentos que compõem esta coleção são falsos e teriam sido produzidos pelo III Reich para fins de propaganda. WEBER, M. President Roosevelt 's Campaign to Incite War in Europe : the secret Polish documents. *The Journal for Historical Review*, v. 4, n.2, junho de 1983, pp. 135-172; GERMAN White Book. Nova York: German Library of Information, 1940. Disponível em <<https://ia801703.us.archive.org/29/items/GermanWhiteBookLastDaysBeforeWwii/GermanWhiteBookLastDaysPolishCrisis.pdf>> , acessado em 23/06/2017.

era o de “um homem poderoso, sem escrúpulos e sem piedade (...) capaz de sacrificar a integridade de nações inteiras só para satisfazer seus manipuladores”²⁸⁹.

Com a ênfase da IV IHR-IRC sobre Roosevelt, coube a Butz e a Felderer falarem sobre o Holocausto. Das intervenções dos dois, só Robertson deu notícia. Da palestra de Butz, o editor da *Instauration* escolheu ressaltar um apelo. Esse apelo, que na verdade era um chamado, não por acaso forneceu o ponto referencial do relato de Robertson sobre o evento. A escolha de Robertson estava relacionada ao caráter generalista da proclamação de Butz, que exigia uma “rápida exposição sobre o que realmente havia acontecido” no passado, antes que “o Ocidente fosse completamente destruído por uma história alheia aos fatos”. Menos interessante e menos digna da atenção do editor da *Instauration* foi a intervenção de Felderer que, mais uma vez, se deu sob a forma de exposições de *slides* em que se reproduziam fotos de campos de concentração e/ou extermínio reconstruídos e transformados em memoriais²⁹⁰.

Martin Larson ficou encarregado de entregar a *keynote* da convenção e, como na edição anterior, ele ficou em seu terreno de temas teológicos e anti-semitas para falar sobre o que considerava ser a política externa de Israel. Segundo Robertson, o conselheiro editorial do JHR e homem de confiança de Carto teria usado textos da Bíblia para afirmar que uma concepção do divino e uma visão de mundo baseadas em livros sagrados teriam feito de Israel “um assassino entre os estados”²⁹¹.

Ao fim e ao cabo, a presença de Kent, as lembranças e as imagens compartilhadas de Roosevelt, a superação das adversidades e das supostas tentativas de sabotagem fizeram daquela edição da IV IHR-IRC uma “das mais impressionantes coisas” já vistas por Robertson. De acordo com ele, protegidas em Chicago, longe das ameaças e em um ambiente pacífico, “pessoas de bem e de inteligência” teriam se reunido e se esforçado para, através do exemplo, mostrar à uma audiência impactada e renovada que algo estava sendo feito para atender ao “chamado” de Butz. Para Robertson, a IV IHR-IRC realizara um passo no sentido de “resgatar a história, particularmente a história contemporânea, das mãos dos terroristas intelectuais que sequestraram-na e mantiveram-na em cativeiro por todo o século XX”²⁹².

²⁸⁹ ROBERTSON, 1982(b), op. Cit.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ Idem.

²⁹² Idem.

Se a quarta edição da IHR-IRC foi a edição dos “resgatadores” e do “resgate da história”, e se nela o apelo de Butz se fez ouvido e compreendido em uma situação que, no mínimo, era pintada como complicada, em 1983, quando a V IHR-IRC aconteceu, a situação parecia estar um tanto diferente. Em meados do ano, os índices de produtividade do IHR estavam nas alturas; em junho, pelo selo do IHR e pela NP já haviam saído um boletim informativo especial, um panfleto, dois livros e uma coletânea de artigos. Os ânimos eram dados a ver como algo menos reativo e a tônica geral como mais positiva. O exclamativo convite de divulgação feito por Robertson para a V IHR-IRC, em de agosto de 1983, não diz outra coisa. Aqui Robertson anunciava esta edição do evento como sendo uma espécie de programa de diversão ilustrada. Aos seus leitores, ele sugeria não haver outra “opção melhor e mais transformadora (*climactic*) para celebrar festivamente o feriado do fim do verão” do que estar na região de Los Angeles, entre os dias 3 e 5 de setembro, para ouvir e interagir com “um elenco de palestrantes renomados, tipos interessantes, desses que não se encontram na rua ou que não são vistos na TV – pessoas realmente fora do comum, que realmente têm algo a dizer.” Enumeradas em uma lista de palestrantes em vez de programação parcial, entre essas pessoas tidas como excepcionais estavam David Irving, Robert Faurisson, Wilhelm Staglich, William Lindsey e James J. Martin. Juntos, esses e outros garantiam a promessa de fazer da V IHR-IRC um “grande banquete intelectual”²⁹³.

A promessa parece ter sido realizada. A V IHR-IRC foi, até então, a maior edição do evento. Segundo os relatos de Robertson e de uma jornalista que disse ter participado da convenção como uma neófito curiosa, os cuidados com a segurança, a manutenção do sigilo sobre o local e a programação do evento, entre outras medidas, teriam evitado a reincidência das intervenções violentas que marcaram as edições anteriores. Uma audiência de 150 pagantes lotou o hotel que sediou o evento em Anaheim, cidade turística nos arredores de Los Angeles. As atrações internacionais foram variadas e muito significativas. David Irving estava lá, pela primeira vez, e não de qualquer forma: ele foi a principal atração do evento. Depois de duas edições ausentes, Robert Faurisson estava de volta, entre os seus, na Costa Oeste estadunidense. Da Alemanha, veio o ex-juiz e agora celebrado escritor negacionista, autor de “O Mito de Aushwitz” (*The Auschwitz Myth*) e conselheiro editorial do IHR, Wilhelm Staglich. Dos nacionais, alguns novatos e outros já veteranos foram acolhidos na programação. Entre os primeiros estavam o

²⁹³ ROBERTSON, W. Revisionist Conference. *Instauration*, v.8, n.9, agosto de 1983, p. 32.

engenheiro civil Friedrich Paul Berg, o químico Whilliam B. Lindsey e, por fim, Robert John, apresentado como analista de política externa. James J. Martin e Martin Larson, habitués que eram, estavam lá mais uma vez. Ao todo, contando com um discurso de Carto, foram proferidas nove palestras durante esta edição da conferência²⁹⁴.

Martin abriu o evento prestando homenagens à memória de Francis Neilson, um escritor e político inglês que fez carreira e se tornou uma figura importante de círculos da direita nos EUA. Martin foi parceiro de Neilson, a quem, segundo Robertson, se referiu como “o gênio esquecido” do dito revisionismo. Em meados dos anos 1950, os dois teriam trabalhado juntos na reedição e na expansão de um livro que parece não ter saído. A forma que Martin encontrou para homenagear o colega inglês foi contando uma história dessa sua relação com Neilson, já no final de sua vida²⁹⁵. Não há notícias sobre a intervenção de Larson; sua presença ativa no evento foi registrada mais tarde, em 1994, no seu obituário no JHR²⁹⁶. Berg e Lindsay estavam no evento como “cientistas” que tinham muito a ensinar “aos historiadores”. Na verdade, eles não realizaram mais que glosas e coro à ideia reclamada por Faurisson como sua tese “físico-química” sobre a inexistência das câmaras de gás e do extermínio nazista. Segundo essa crença que se tornou uma espécie de paradigma, a existência e o funcionamento de câmaras de gás para extermínio em massa nos campos nazistas eram um absurdo, e isso porque as instalações

²⁹⁴ ROBERTSON, W. Fifth Nail in the Holocaust Coffin? *Instauration*, v. 9, n.2, Jan. 1984, pp. 30-31.

²⁹⁵ Dentre outros trabalhos nesse campo, Neilson é autor de *How Diplomats Make War*, um clássico do dito revisionismo da I Guerra Mundial e do chamado libertarianismo, originalmente publicado em 1915. A tese que atravessa esse volume é a de que, mais do que na Alemanha, as causas para os conflitos que deram na I Guerra Mundial estavam em uma “diplomacia secreta” promovidas pelos países da Triple Entente, especialmente e sobretudo pela Inglaterra. O trabalho de reedição e expansão a que Martin se referiu é o de *The Makers of The War*, essa tese é expandida e adaptada para tratar das supostas origens econômicas, diplomáticas e políticas “dos distúrbios que levaram nações a destruir a Europa” entre o início e os meados do século XX através das duas Guerras Mundiais. Segundo Murray N. Rothbard, Neilson foi um dos poucos intelectuais liberais que não cederam a uma espécie de entusiasmo generalizado pela I Guerra. Ele e Albert Jay Nock, seu editor e amigo, teriam integrado esse grupo seletivo que se organizou, entre meados e finais dos anos 1910, em torno do editor Oswald Garrison Villard, a quem Rothbard tem como “um dos líderes do pensamento libertário estadunidense”. Ainda de acordo com Rothbard, esse círculo compôs o quadro dos chamados “individualistas liberais” de primeira hora. Seus integrantes se uniam em torno de um programa que defendia um “*liberismo laissez-faire*” radical ao longo dos anos 1920. Os remanescentes desse grupo, incluindo Neilson, Nock e Villard, formaram o núcleo duro da direita isolacionista dos anos 1930, da qual Barnes foi um expoente. Segundo Rothbard, *How Diplomats Make War* foi “o primeiro livro revisionista sobre as origens da I Guerra Mundial”. C.f.: NEILSON, F. *How Diplomats make war*. 5 Imprensa. Nova York: B.W. Huebsch, 1940;_. *The Makers of the War*. Appleton: C.C. Nelson Publishing Company, 1950. ROTHBARD, N. M. *The origins of the Old Right: the early Individualism*. In: _____. *The betrayal of American Right*. Alburn: Ludwig von Mises Institute, 2007. Cap. 2, pp. 3-8.

²⁹⁶ A presença e a palestra de Larson não foram registradas nem na reportagem da *Instauration*, nem nos volumes do JHR que imediatamente se seguiram à V IHR-IRC. Sabe-se que ele esteve e falou no evento através de seu obituário, publicado no JHR no volume de maio de 1994 do JHR. C.f.: WEBER, M. Martin Larson. *The Journal for Historical Review*, v. 14, n.3, maio de 1994, p. 42.

arquitetônicas, os dispositivos e os materiais não teriam as propriedades necessárias e cabíveis para tanto. Enfocando esse aspecto supostamente técnico, essa crença funcionava como uma forma controlada de lançar dúvida sobre certos testemunhos, sobre certos documentos oficiais e sobre os resultados dos inquéritos dos tribunais militares, e, assim, sobre todo o processo de extermínio. O moto dessa crença, incorporado ao *slogan* de Faurisson segundo o qual “se não há arma, não há crime”, atravessou as palestras de Berg e de Lindsey. O primeiro falou sobre a suposta impossibilidade do uso de motores à diesel para a produção de gases tóxicos asfixiantes; o segundo, seguiu o mesmo caminho para falar sobre a suposta incompatibilidade das propriedades do Zyklon B em operações de extermínio em massa²⁹⁷. John falou sobre uma suposta conspiração de um dito “sionismo mundial” por trás da Declaração de Balfour. Segundo John, o documento oficial do governo britânico que apontava para a concessão de uma faixa territorial na Palestina para a instalação de um “estado nacional para o povo judeu”, em 1917, teria sido o resultado de maquinações promovidas pelo Lord Rothschild e por organizações e figuras sionistas. Para Robertson, a palestra de John teria apresentado “argumento indestrutível contra” um suposto “*lobby* sionista estadunidense, que, como se demonstrou, tem imenso poder nos EUA há mais de 75 anos”²⁹⁸.

Irving foi a atração mais celebrada do evento, e não foi por menos. Quando esteve em turnê de divulgação pelos EUA e aproveitou para participar desta quinta convenção do IHR, ele já era uma espécie celebridade. Desde o final dos anos 1960 Irving escrevia e a publicava livros sobre o III Reich; seus temas preferidos eram campanhas militares e biografias de nazistas. Agora, no início dos 1980, ele estava surfando alto na “onda Hitler”. *Hitler's Wars*, livro que originalmente foi publicado em 1977 e que saiu nos EUA e na Inglaterra por grandes editoras, pavimentou o caminho de Irving ao estrelato de um polemista. Neste livro, Irving contava uma história das peripécias de Hitler durante a II Guerra Mundial, uma história que se reclamava diferente de toda a literatura já publicada sobre o líder nazista. A diferença, dada a ler através de um volume robusto e recheado de notas de rodapé, estava no Hitler pintado por Irving como um político humano e até mesmo humanitário. Para ele, o *fuhrer* era um líder brilhante, mas fraco. Este Hitler de Irving era incapaz de estar à par do que acontecia nas frentes de

²⁹⁷ ROBERTSON, 1984, op. Cit.; BERG, F.P. The Diesel Gas Chambers: Myth within a Myth. *The Journal for Historical Review*, v. 5, n.1, março de 1984, pp. 15-46; LINDSEY, B. Zyklon B, Auschwitz, and Bruno Tesch. *The Journal for Historical Review*, v. 4, n. 3, set. de 1983, pp. 261-301.

²⁹⁸ ROBERTSON, 1984, op. Cit.; JOHN, R. Behind the Balfour Declaration. *The Journal for Historical Review*, v.6, n. 4, jan. de 1986, pp. 389-450.

batalha, era alheio às ações de seus subordinados, era um estrategista genial, entretanto, incapaz de fazer com que seus generais seguissem seus planos e ordens, e, sobretudo, era um estadista pacifista. Através dessa imagem construída de maneira fragmentária e atravessada em todo o livro, Irving elaborava aquela que seria a sua tese principal. Segundo ele, os eventos que deram na II Guerra Mundial teriam resultado de ações inconsequentes de subordinados de Hitler, ou, como no caso da invasão da Polônia, da recusa de oficiais do governo britânico em negociar uma solução pacífica, e, em todos os casos, não do próprio Hitler. Nesse quadro, o fardo da culpa pela II Guerra Mundial e a máscara da figura monstruosa teriam sido depositados e vestidos *post-mortem*, sem que pudessem corresponder à estatura e às medidas de um Hitler vivo e real²⁹⁹.

O livro de Irving foi objeto de poderosas e diferentes reações no já acidentado espaço disciplinar dos estudos sobre o nazismo e sobre o Holocausto. As críticas, como um sinal da ampla circulação de *Hitler's Wars*, foram muito bem-sucedidas em apontar os abusos e as aberrações historiográficas cometidas por Irving, e também em denunciar as fraudes processuais que lhe permitiram a produção dessa imagem particular e da tese que articula em uma peça produzida conscientemente para ser controversa. Acontece, porém, que essa era uma tese subjacente que acabou se tornando uma espécie de cartão de visitas de Irving em muitos espaços. Na verdade, esta era uma tese disputada, mas relativamente bem estabelecida entre os estudiosos do Holocausto; aqui, pelo menos desde 1979, essa tese demarcava o campo funcionalista das interpretações e dos interpretes funcionalistas do III Reich e do Holocausto. Segundo essa tese, diante da estrutura relativamente difusa do regime nazista, Hitler teria tido pouco ou nenhum papel no encaminhamento da “Solução Final da questão judia” como política e processo sistemático de extermínio em massa. Entretanto, no livro de Irving essa tese aparece de maneira radicalizada e naturalizada (no leste e no Báltico, “a questão judaica teria se resolvido por si só” através de matanças promovidas por civis, e quando foi o caso, de ações *ad-hoc* de oficiais da SS; no geral, o extermínio de judeus teria sido coisa de oficiais fanáticos, desobedientes, viciosos, interesseiros etc.) para compor e ornar a pintura distinta de um Hitler benevolente, cândido, cortes, pacífico e até humanitário³⁰⁰.

²⁹⁹ A edição original a que me refiro pode ser conferida como IRVING, D. *Hitler's war*. Nova York: Vicking Press, 1977. A edição que consultei para este trabalho é uma revisada e estendida, que saiu em 2002 como: _____.. *Hitler's War and The War Path*. Londres: Focal Point, 2002

³⁰⁰ C.f.: BROSZAT, M. Hitler and the genesis of the 'Final Solution': an assessment of David Irving's Thesis. In: KOCH, W.H. (Org.) *Aspects of the Third Reich*. Londres: McMillan, 1985. Cap. 13, pp. 390-429; SYDNOR, C. W. Jr. The selling of Adolf Hitler: David Irving's Hitler's Wars. *Central European*

Irving não estava nos EUA para falar sobre essa tese ou sobre *Hitler's Wars*. Ele estava lá para falar de si mesmo e daquele então era o seu mais novo livro, *Uprising! One Nation's Nightmare: Hungary 1956*, em que apresentava uma controversa história da Revolução Húngara de 1956 como sendo uma espécie de levante essencialmente anti-semita, e não anticomunista ou anti-soviético³⁰¹. Ele de fato falou sobre o seu livro de 1977, mas de maneira circunstancial, no contexto do que ele retratava como mal-entendidas recepções de seus trabalhos e uma subsequente censura generalizada que, não raro, se estendia a perseguições de todo o tipo. Aqui, *Hitler's Wars* aparece apenas como a obra de um herói, ou melhor, de um *anti-héroi* controverso que Irving fazia dele mesmo. De qualquer forma, nenhum desses livros receberam atenção como objetos no relato de Robertson sobre a convenção ou no volume do JHR que incorporou a transcrição da palestra de Irving. Ao contrário, o que chamou atenção e mereceu o comentário longo e a publicação foram episódios das peripécias de Irving. Houve, entretanto, um caso em que as manifestações secundárias da tese auxiliar de *Hitler's Wars* sobre o processo de extermínio recebeu foco como objeto de um desafio lançado a Irving por Faurisson³⁰².

Faurisson foi apresentado a Irving pessoalmente durante esta V IHR-IRC, mas não houve tempo para que um se inteirasse do outro. Faurisson reclamou não ter tido a oportunidade de aprofundar a conversa e, do alto de seus “muitos anos de estudo” sobre o “dito problema do genocídio e das câmaras de gás”, questionar e dar lições a Irving. Se o primeiro contato foi insuficiente para desfazer as não tão positivas primeiras impressões, *Hitler's Wars* e a palestra de Irving teriam sido igualmente decepcionantes para o negacionista francês. Faurisson considerava que Irving vacilara justamente onde não poderia haver vacilo: o extermínio dos judeus e de outros indesejáveis do nazismo. De acordo com a leitura de Faurisson, Irving não teria feito outra coisa senão intuir que o extermínio teria sido levado a cabo por nazistas descontrolados, sem que Hitler tivesse conhecimento. Como não teve tempo para questionar Irving sobre essa intuição em um *tête-à-tête*, ele resolveu sistematizar as críticas e as perguntas que ele teria feito ao escritor inglês que, afinal de contas, não era tratado por Faurisson como um colega. Para Faurisson, em muitos aspectos, Irving concordava e até mesmo aderiu à dita “tese

History, v. 12, n. 2, Junho de 1979, pp. 169-199; DAWIDOWICZ, L. The Eye of the Beholder: The Holocaust According to English and American Historians. In: _____. *The Holocaust and the historians*. Cambridge: Harvard University Press, 1983. Cap. 2; IRVING, 2002, pp. xxv-xxix, 422, 447-457.

³⁰¹ IRVING, D. *Uprising! One Nation's Nightmare: Hungary 1956*. Edição Digital. Londres: Focal Point, 2001.

³⁰² ROBERTSON, 1984, op. Cit.; IRVING, D. On contemporary history. *The Journal for Historical Review*, v. 5, n.2-4, dez. de 1984, pp. 251-289.

exterminacionista” e, se era assim, ele não poderia fazer parte de seu séquito. De qualquer forma, como Berg e Lindsey já haviam replicado sua tese em suas intervenções, Faurisson transformou essas e outras críticas no objeto de sua palestra para a V IHR-IRC³⁰³.

De acordo com Faurisson, o que Irving dizia sobre o Holocausto não passava do resultado de falta de rigor investigativo, de especulações interessadas, de “muita metafísica e pouco materialismo”, ou, simplesmente, “não estava correto”. É verdade que Faurisson achou justa a posição de Irving diante da plateia da convenção, a quem disse nem que sim nem que não quando esbarrou no tema do Holocausto. Mas isso não bastava, já que as impressões negativas de Faurisson vieram, sobretudo, de uma leitura de *The Hitler's Wars*, onde as referências sobre o extermínio eram mais abundantes, e menos da palestra de Irving. Segundo Faurisson, o tom de suspeita e de neutralidade adotado por Irving não era suficiente e, mais que isso, era confuso e produtor de confusão. Para que não fosse assim, Faurisson sugeria a Irving que ele aprofundasse o seu trabalho e “começasse do começo”, a partir dessa mesma dúvida originária sobre o Holocausto. Só assim Irving poderia voltar atrás, corrigir seu trabalho, e, fazendo isso, poderia ver que nem Hitler, nem qualquer pessoa, poderia ter sabido do extermínio simplesmente porque não havia extermínio para que soubesse. Para Faurisson, o erro intuitivo de Irving estava na sua incapacidade de ter tirado consequências dessa incerteza e, fundamentalmente, era um erro de lógica. Segundo a réplica de Faurisson, Irving estava certo em dizer que Hitler não sabia, mas irrevogavelmente estava errado em pressupor que havia algo a saber, especialmente quando dizia que alguém sabia, que alguém executava e que alguém fazia saber sobre o extermínio. Era precisamente essa pressuposição e essa proposição que escandalizavam Faurisson. Para o negacionista francês, não havia o que saber de algo que aconteceu senão como um “truque de mágica”, ou como uma falsificação histórica. E, segundo ele, a prova cabal disso, supostamente ignorada por Irving, era de que nunca teria sido encontrada ou produzida “nenhuma prova sobre a existência de sequer uma das câmaras de gás que teriam sido construídas e usadas pelos alemães” para tais fins³⁰⁴.

Além desse desafio, Faurisson falou demoradamente sobre os processos civis e ações penais de que foi réu na França, sobre as censuras de que teria sido objeto, sobre suas disputas públicas com intelectuais franceses como o historiador Pierre Vida-Naquet e como a historiadora Gitta Sereny, e, mais do que qualquer outra coisa, sobre a bravura

³⁰³ FAURISSON, R. A challenge to David Irving. *The Journal for Historical Review*, v. 5, n. 2-4, dez. de 1984, pp. 289-306.

³⁰⁴ Idem.

com que teria combatido e até mesmo vencido tais combates. No seu relato sobre a convenção, Robertson preferiu enfatizar essa história das peripécias de Faurisson e não deu notícias sobre as críticas do negacionista francês a Irving³⁰⁵.

À maneira de Faurisson, Staglich também falou de si como um combatente público da causa na Alemanha Ocidental. Acontece que, diferente do negacionista francês, sua história de ditas perseguições e censuras se confundia com a de seu livro “O mito de Auschwitz” (*The Auschwitz Myth/ Der Auschwitz Mythos*), originalmente publicado pela Grabert, em 1979, e logo depois confiscado e proibido. Segundo Staglich, o seu livro continha a verdade sobre o que ele não havia visto no campo durante os poucos meses em que, já no final da guerra, esteve lotado em um batalhão de artilharia antiaérea formado nas redondezas de Auschwitz. Durante o curto tempo de serviço, Staglich disse que frequentou e manteve relações com oficiais do campo, e, com isso, pode se inteirar sobre o que acontecia. Nesse ínterim, ele disse não ter presenciado nada de monstruoso, nada de assassinatos calculados e de assassinos de sangue frio, nada de bárbaro ou desumano; muito pelo contrário, Staglich falava de Auschwitz como Rassiner falava de seus “campos”: de maneira generalizada, como se o complexo fosse todo um campo de trabalho e de concentração sanitizado, ordenado, harmonioso, produtivo, bem administrado, civilizado etc. É certo que antes de Staglich outros negacionistas falaram de Auschwitz nesses termos, como espécies de contra-testemunhos³⁰⁶. De maneira relativamente distinta de seus antecessores, Sataglich articulava seus relatos como “testemunha ocular” e suas credenciais jurídicas – ele era juiz municipal em Hamburgo desde 1951 – para tratar como falsos outros testemunhos que não os dele e para desqualificar os documentos e as provas produzidas pelo Tribunal Internacional Militar nos Julgamentos de Nuremberg e pelos Julgamentos de Auschwitz em Cracóvia, em 1947. Mas, com isso, Staglich ainda não se diferenciava definitivamente dos seus. O que

³⁰⁵ FAURISSON, R. Revisionism on trial: developments in France, 1979-1983. *The Journal for Historical Review*, v. 6, n. 2, junho de 1985, pp. 133-183; ROBERTSON, 1984, op. Cit.

³⁰⁶ Antes de Staglich, Thies Christophersen abusou da retórica testemunhal para falar de Auschwitz nesses termos. Christophersen era um soldado da Wehrmacht promovido a oficial da SS, quando, durante a guerra, foi lotado em uma das fazendas agrícolas que integravam o complexo de Auschwitz, mais precisamente, no chamado sub-campo de Raiko. Em 1973, ele escreveu e publicou a brochura “A mentira de Auschwitz” (*Die Auschwitz-Lüge*), com memórias sobre esse período. Nesse texto que causou alguma comoção pública na Alemanha na época de sua publicação e acabou se tornando um cânone negacionista, especial e justamente por ter sido escrito e apresentado como o relato de uma testemunha ocular, Cristhofersen afirmava não ter visto nem presenciado o funcionamento de câmaras de gás para extermínio em massa no campo. C.f.: CRISTOPHERSEN, T. *Auschwitz-lie: a personal account*. Bensheim : Deutsche Bürgerinitiative, 1974; RUDOLF, G.; MATTOGNO, C. *The Auschwitz Lies: legends, lies and prejudices on the Holocaust*. 4. Ed. Uckfield: Castle Hill Publishers, 2017. *The Holocaust Handbooks Series*, v. 18; ATKINS, 2003, pp. 107-108.

fez com que seu livro se distinguisse da produção negacionista então relativamente dispersa e tornasse um cânone foi o tratamento sistemático e uma abordagem arquetípica sobre Auschwitz como o elemento basilar da produção do dito “mito dos seis milhões”³⁰⁷.

As tribulações de Staglich teriam tido início quando ele começou a falar publicamente contra os procedimentos e contra os resultados dos Julgamentos de Frankfurt, entre meados e finais dos anos 1960. Suas posições teriam sido denunciadas e a prefeitura de Hamburgo, onde ele servia como juiz, instaurou contra ele um processo administrativo. Com o resultado desse processo, Staglich foi compulsoriamente aposentado com rendimentos reduzidos, teve seu título e seu registro profissional cassados. Nesse período que ele descreve como atribulado, ele resolveu escrever seu livro, que logo foi publicado, apreendido e proibido de circular pela RFA. Por essa época, ele já transitava organicamente pelo NDP. De acordo com Robertson, essa história épica das peripécias de Staglich como as de um intelectual paladino contra um *stablichment* corrompido – um “icolonaclasta do Holocausto”, nos termos do editor da Instauration - extensiva e efusivamente ovacionado como um “um iconoclasta do Holocausto”³⁰⁸.

O tema dos combates do IHR e do negacionismo também marcaram o discurso solene de Carto, que foi entregue sob a forma de um balanço que olhava para o passado recente da organização e, de lá, para o futuro. Os resultados e as perspectivas. Os diagnósticos e as perspectivas que foram produto desse balanço partiam, e depois eram atravessados, pela proclamação de “uma boa história” definida em relações negativas a uma “história desqualificada” (*bunk*). Dito de outra maneira, Carto definia como missão e como programa da casa a produção dessa “história” essencialmente oposta a uma “história do *stablichment*” que, nos seus termos, correspondia a essa “desqualificada”. Segundo ele, essa “missão” esteve no horizonte e moveu a casa desde o seu momento inaugural e deveria continuar orientado os esforços realizados através da organização. O principal diagnóstico de Carto era o de que ele e seus parceiros ali reunidos haviam feito pouco para a perseguir e realizar esse programa que tinha como fim “uma história de acordo com os fatos” e, assim, capaz ser “uma força positiva para a sociedade”. Os livros, os artigos e os combates sobre o Holocausto eram a referência desse pouco significativo;

³⁰⁷STAGLICH, W. *The Auschwitz Myth*. Newport Beach: IHR, 1986. Em 1990, uma segunda edição saiu pelo selo editorial da casa como: _____. *Auschwitz: a judge looks at the evidence*. Newport Beach: IHR, 1990.

³⁰⁸STAGLICH, W. Der Auschwitz Mythos: a book and its fate. *The Journal for Historical Review*, v. 5, n.1, março de 1984, pp. 47-68.

ao patrociná-los e ao promove-los, a organização já teria contribuído para trazer aquela que seria *a verdade* sobre o que ele chamou de “trama propagandística do *stabliment*”³⁰⁹.

Esses eram feitos louváveis e dignos de nota, mas seus resultados só poderiam vir a longo prazo, já que eles teriam alcançado um número limitado de pessoas. Era necessário, portanto, avançar. E isso não significava necessariamente um desvio de rota. Os livros e os trabalhos de Rassinier, de Butz, de Faurisson, de Felderer e de Staglich, entre outros a que Carto não citou nominalmente, deveriam ser disseminados o quanto mais possível, mas “a produção de novos escritos sobre o objeto não era mais necessária”. Para Carto, era chegada a hora de os ditos “revisionistas” se inteirarem “ainda mais das causas ocultas das misérias e das dores profundas que afligem a humanidade nesta era socialmente degenerada”. E o papel do IHR nessa tarefa era o de “fornecer as bases para a produção de uma teoria da história integrada que explique realmente o que está acontecendo conosco nessa época confusa e enganadora”³¹⁰.

Tal aprofundamento passava pela realização daquela história que deveria ser uma “boa história”. Para Carto, o único propósito dessa história era o “de revelar as forças que movem os peões do tabuleiro de xadrez do mundo; só uma história como essa poderia ser verdadeira (*real history*). Nesse caso, quando Carto falava dessas forças misteriosas, ele falava de alianças igualmente enigmáticas que seriam uma espécie de motor da história das democracias liberais. De forma que, pelo próprio sistema democrático-liberal, os agentes dessas alianças teriam se infiltrado no mundo ocidental e, onde quer que fosse, feito decadência de sua história e de seu passado. Ainda que as alianças sempre estivessem lá, os agentes poderiam mudar, ou se realinhar ou se transformar. No caso daquele mundo presente a que Carto se referia como “socialmente retardado”, a principal e mais perigosa dessas alianças era uma união entre “grandes banqueiros de Wall Street e a poderosa agremiação política conhecida como Conselho para Relações Internacionais (Council on Foreign Relations – CFR)”, confundida por Carto com a Comissão Trilateral (Trilateral Commission – TR) que também entra no rol do que para ele seriam materializações formais de um pacto escuso e dissimulado entre comunistas, sionistas, liberais e banqueiros³¹¹. Diferente de um dito “revisionismo monodiabólico” que lidava

³⁰⁹ CARTO, W. Toward History. *The Journal for Historical Review*, v. 5, n. 1, março de 1984, pp. 7-14.

³¹⁰ Idem.

³¹¹ O Conselho para Relações Internacionais e o a Comissão Trilateral são diferentes e destacadas organizações civis internacionais que são apresentadas e funcionam como fóruns e/ou think-tanks que reúnem empresários, acadêmicos, servidores públicos, políticos etc. C.f: CFR. About CRF. [*On-line*] Disponível em < <https://www.cfr.org/about>>, acessado em 04/07/2018; TC. About the Trilateral

com cada uma dessas entidades esotéricas de maneira separada e isolada, o que Carto queria para o IHR era um que revelasse as dinâmicas dessas supostas alianças e falasse contra o presumido poder degenerativo delas sobre o ocidente. Um dito revisionismo que fizesse isso estaria realizando o que deveria ser “a boa história”. Mas, assim como essa história era uma história que “deveria ser”, esse revisionismo ainda não tinha encontrado seus praticantes, segundo Carto. Acontece que isso não era um problema, pelo menos não para Carto, quando os ditos “historiadores” desse suposto “revisionismo” aparecerem, Carto prometia, o IHR estaria pronto para eles³¹².

A visão de Carto para o IHR não era necessariamente nova. Na verdade, sem a referência direta à filosofia neo-decadentista de Yockey, ela era formada pelas mesmas concepções e projetos de mundo que, por sua vez, foram articuladas pela mesma ideia de história proclamadas solenemente por Carto em outras edições do evento. A substituição desse tipo de referências por outras mais ou menos universais e menos herméticas a figuras como o industrial Henry Ford e ao diplomata nacionalista Lawrence Dennis apontavam para a mais nova empreitada política de Carto. E o mesmo vale para o momento exemplar de suas elaborações mais abstratas sobre o que deveria ser essa “boa história”. O desvio, que na verdade era só apresentado como tal, também não decorreu dos estardalhaços causados ao IHR pelos malfadados desdobramentos do caso Mermelstein, ou mesmo aos ataques que recentemente haviam mirado a organização e seus agentes. Afinal, esses casos eram transformados em sinal e símbolo de vitórias. Talvez este programa de Carto para o IHR seja aquele que mais deixa ver como a organização funcionava ou deveria funcionar em relações às outras iniciativas de Carto. Nesse caso, a história que o IHR deveria acolher ia ao encontro direto com a visão e o projeto para um nacionalismo racista radical e excludente em torno dos quais o recém-criado Partido Populista funcionava³¹³.

Enquanto Carto lidava com problemas organizativos de seu novo partido, e enquanto através do IHR preparava o terreno para a produção daquela história que deveria revelar as supostas, nefastas e misteriosas alianças entre “os super-capitalistas”, “os comunistas”, “os sionistas” e “os liberais”, a organização sofreu um novo e suposto ataque. Na noite do dia quatro de julho de mil novecentos e oitenta e quatro, no feriado

Comission. [On-line] Disponível em < <http://trilateral.org/page/3/about-trilateral>>, acessado em 04/07/2018.

³¹² CARTO, 1984.

³¹³ C.f.: nota 83.

do Dia da Independência, as instalações do IHR foram destruídas por um incêndio supostamente criminoso que mais uma vez foi creditado a membros da JDL. Os prejuízos foram significativos. De acordo com Marcellus

Como entidade física, virtualmente o IHR deixou de existir. 90% do nosso inventário de livros e fitas – a maior coleção de literatura histórica revisionista de que se tem notícia – foi destruído. Cada peça de mobiliário, incluindo cadeiras, mesas, prateleiras e arquivos, formava uma pilha de sucata inútil. Manuscritos, documentos, obras de arte e negativos que eram produto de mais de seis anos de trabalho e esforço dedicado a fazer públicos dados históricos censurados já não mais existem. Dezenas de milhares de livros, estimados em pelo menos US\$ 300,00, se foram. Mais de 2,500 metros quadrados do espaço que antes era a editora mais controversa do mundo está agora escurecida pelo caos e em completa ruína³¹⁴.

O incêndio foi noticiado pelo pessoal do IHR como a reação covarde de organizações judaicas (epitomizadas dessa vez pelo B'nai B'rit) e de seus supostos “aliados” contra o crescimento e o estabelecimento do dito “revisionismo”. Para Mark Weber, que então estava como editor-chefe interino da casa, essas entidades que supostamente agiriam como “ladrões noturnos” miravam no IHR i) como uma forma de silenciar uma verdade (*a verdade*); ii) por não suportarem a possibilidade da destruição dos ditos mitos e propagandas que hipoteticamente as mantinham no poder; iii) por não tolerarem o debate aberto; e iv) por não serem partidários da liberdade expressão. Segundo ele, o ataque comprovava que a organização estava no caminho e que, mais do que nunca, era necessário como “uma fortaleza contra a tirania intelectual e a censura especializada”³¹⁵. O mesmo valia para Robertson, que antes de Weber havia incluído o incêndio do IHR como o ponto alto de uma série de supostos atentados promovidos contra organizações de extrema-direita nos EUA e na Europa desde o final dos anos 1970. Todos eles teriam sido praticados por judeus como uma única e mesma “queima de livros”³¹⁶.

Como o incêndio aconteceu em julho, as três edições do JHR que deveriam sair no segundo semestre foram condensadas em um volume conjunto que foi distribuído no final do ano como o último editado por Stimely. A VI IHR-IRC, que estava programada para setembro também foi adiada. Na edição de janeiro 1985 de sua *Instauration*, Robertson anunciou a nova programação para o feriado do Dia do

³¹⁴MARCELLUS, T. *IHR Newsletter*, agosto de 1984.

³¹⁵WEBER, M. Historical Revisionism and the legacy of George Orwell. *The Journal for Historical Review*, v. 6, n.1, março de 1985, p.p. 4-8.

³¹⁶ROBERTSON, W. The ultimate form of censorship. *Instauration*, v. 9, n. 11, 1984, p. 14-15.

Presidente, em fevereiro de 1985. Por questões de segurança, o local do evento foi mantido em segredo e o processo de cadastramento seria mais rigoroso. Como editor interino, Weber foi o mestre de cerimônias desta tímida edição da IHR-IRC que recebeu como palestrantes John Bennett, David Hoggan, Walter N. Sanning, David Baxter, Joseph Lieb, Karl Otto Braun, Ingrid Weckert, e Walentyn Moroz³¹⁷.

Dessa vez, a conferência foi dedicada a George Orwell e coube a Bennett, representante australiano do IHR, fazer uma homenagem ao escritor inglês. O pressuposto da palestra de Bennett era o que, de alguma forma, *1984* ultrapassava as barreiras da ficção literária e era capaz de por si só explicar o mundo. Bennett proclamava que a atmosfera distópica e totalitária de *1984* já não era coisa de países comunistas; ela seria também um traço do ocidente decadente e uma de suas manifestações mais candentes encontrava forma em uma “polícia do pensamento” que teria como principal função censurar o dito “revisionismo” e fazer com que “os fatos” do passado fossem suprimidos (a alusão é ao “buraco da memória” da distopia de Orwell) para que o *stabilshment* pudesse controlar o presente e o futuro³¹⁸.

Em sua intervenção, David Hoggan quis fornecer algo como que lições sobre uma filosofia da história. Aconteceu que, mais do que fazer isso, através de uma erudição prolixa e de uma retórica professoral, ele confundiu cerimoniosamente o tempo. Para produzir o efeito desejado, Hoggan cometeu um tipo de anacronismo consciente que, por meio de analogias generalizantes, tornava figuras e eventos do passado contemporâneas dele e de sua audiência (“Platão é o maior dos revisionistas”; a queda de Atenas e a suposta degeneração do ocidente seriam os mesmos produtos da democracia; a Guerra do Peloponeso, a Guerra dos Trinta Anos, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial seriam o mesmo sintoma dessa decadência; o fim do dito pluralismo estadunidense, a queda da monarquia russa, a Comuna de Paris etc. eram eventos sem distinção: todos supostamente provocados por judeus e organizações judaicas como uma forma de “revolução permanente” pela implementação de sistemas democráticos etc.)³¹⁹.

A intenção declarada de Hoggan era fazer uma comparação valorativa das concepções do sentido histórico das dialéticas de Platão, de Hegel e de Marx. Fazendo isso, ele deveria opor a primeira às segundas, para que, assim, pudesse usar a concepção

³¹⁷ ROBERTSON, W. IHR Conference is on again. *Instauration*, v. 10, n. 2, jan. 1985, p. 38.

³¹⁸ BENNETT, J. Orwell's '1984': Was Orwell Right? *The Journal for Historical Review*, v. 6, n. 1, março de 1985, pp. 9-23.

³¹⁹ HOGGAN, D. Plato's Dialectic v. Hegel and Marx: An Evaluation of Five Revolutions. *The Journal for Historical Review*, v. 6, n. 1, março de 1985, p.p. 67-90.

platônica como chave de leitura para o que ele considerava como eventos marcantes da história ocidental: a Revolução Inglesa de 1688, a Guerra de Independência dos EUA, a Revolução Francesa, a Revolução Russa (que para ele era de todas a pior: “um horrível evento regressivo na história da civilização” e, portanto, uma suposta ação de “judeus odiosos” da Rússia), e aquele a que Hoggan tratou como o mais bem-sucedido de todos: escalada nazista ao poder, classificada por ele como “Revolução Alemã de 1933”. Hoggan não definiu propriamente o que seria cada uma dessas filosofias da história a que se referia no seu título e a que ele mencionava de passagem em seu texto. Ele também não se demorou em falar sobre cada um desses eventos. No geral, sobre esses aspectos, o que ele dá entender é que, enquanto a dialética platônica seria libertadora, a hegeliana e a marxista (que para ele eram basicamente a mesma coisa com faces diferentes) seriam essencialmente totalitárias ou absolutistas³²⁰.

Apesar de se desenvolver em uma exposição confusa e a partir de uma premissa igual ou tão mais confusa, a tese de Hoggan era simples. Para ele, a escalada nazista seria uma manifestação perfeita da forma dialética de Platão. Nesse sentido, a dita revolução de 1933 teria livrado a Alemanha da degeneração democrática/comunista/judaica. Segundo Hoggan, isso não poderia ter sido diferente, sobretudo porque esse acontecimento foi encabeçado por Hitler: figura exemplar e única de seu tempo, homem que “se livrou da caverna” e que pode compreender tanto o que estaria por trás das consequências negativas da I Guerra que pesavam sobre a Alemanha, quanto o programa de expansão comunista pelo leste europeu³²¹.

Braun, que foi diplomata do III Reich, falou sobre suas peripécias até e durante o serviço diplomático no regime nazista e também sobre o destino de seus colegas criminosos de guerra. A ênfase de seu relato recaiu sobre a condução de uma política externa americana narrada em primeira mão e vista por ele como desastrosa. Segundo ele, o serviço diplomático estadunidense estava repleto de entusiastas da guerra que teriam dado vazão a planos belicistas e destruidores de Roosevelt. Para Braun, essa suposta política externa de “provocação” da guerra teria sido em tudo mal-sucedida: ao final da guerra, os únicos vitoriosos teriam sido “os sionistas e a URSS”³²².

³²⁰ Idem.

³²¹ Idem.

³²² BRAUN, O. Reflections on German and American Foreign Policy, 1933-1945. *The Journal for Historical Review*, v. 6, n. 1, março de 1985, pp. 41-67.

Baxter participou da conferência como ex-funcionário público federal, colunista de periódicos religiosos e pastor. Nos anos 1940, quando ele ainda servia à administração Roosevelt, ele começou a transitar pela direita nacionalista e isolacionista. Seus escritos anti-Roosevelt e anti-guerra (ele acreditava que a guerra teria sido o resultado de uma conspiração entre judeus, Roosevelt e Churchill) teriam sido denunciados por violar a lei de segurança nacional (Smith Act) e, junto com outras personalidades desse campo, ele foi réu em uma ação coletiva movida pelo ministério público dos EUA que ficou famosa como o “Grande Julgamento de Sedição de 1944” (The Great Sediton Trial of 1944). Baxter falava do processo como o resultado de uma conspiração da ADL, como uma violação de direitos civis e como uma tentativa de censura. Sua palestra foi uma espécie de depoimento sobre o episódio³²³.

Sanning era o pseudônimo usado por um suposto professor, empresário e escritor germano-americano. Em 1983, o misterioso dono desse pseudônimo havia publicado pelo IHR um livro ao estilo do de Butz para lidar com o dito problema das “mudanças demográficas” de judeus do leste europeu. Nessa edição da conferência, ele falou sobre o mesmo tema através do caso de estratégias de guerra soviéticas que para deixar “o terreno devassado” para os inimigos nazistas, teriam sacrificado cidadãos soviéticos de maneira extensiva e sistemática, fosse através de mortes em massa causada por fome, fosse deportações e extermínio. Como o tema de seu livro, o de sua palestra era regular entre os negacionistas, pelo menos desde Bardèche: o de que os inimigos vitoriosos do nazismo teriam sido tão ou mais cruéis que o III Reich, e de que, no pós-guerra, seus crimes teriam sido varridos das interpretações ditas oficiais³²⁴.

³²³ BAXTER, D. The Great Sediton Trial of 1944: a personal memoir. *The Journal for Historical Review*, v. 6, n. 1, março de 1985, pp. 23-40.

³²⁴ Nesse caso, essas ditas “mudanças” que supostamente teriam acontecido durante a II Guerra e no imediato pós-Guerra são uma referência significativa ao Holocausto e um recurso explicativo para um dito “desaparecimento” de judeus não através de extermínio em massa, mas como resultado de deportações e migrações sistemáticas para a Palestina, para os EUA, para a URSS e, em menor escala, para outros lugares. Esse tema é recorrente em escritos negacionistas; geralmente o recurso a dados demográficos e censitários confusos e imprecisos são usados para respaldar declarações de que não houve extermínio em massa por que não havia judeus para serem exterminados. Em *The Dissolution of Eastern European Jewry*, da mesma como Butz havia feito, Sanning transformava essa declaração em hipótese e abusava de uma retórica indiciária para demonstrá-la como proposição científica. SANNING, W. *The dissolution of Eastern European Jews*. Costa Mesa: IHR, 1983. No mesmo ano em que a primeira edição do IHR saiu, o livro de Sanning foi publicado em alemão pela Grabert como *Die Auflösung des osteuropäischen Judentums*. Tübingen: Grabert, 1983. Mais recentemente, em 2015, *The Dissolution* ganhou uma nova edição prefaciada por Butz e com um epílogo de Germar Rudolf. Com esta o livro de Sanning passou a figurar como 29º volume da coleção *Holocaust Handbooks*, idealizada e organizada e publicada por Rudolf através de sua Castle Hill Publishers: _____. *The Dissolution of Eastern European Jews*. 2. Ed. Uckfield: Castle Hill Publishers, 2015. Col. Holocaust Handbooks Series, v. 29. _____. Soviet Scorched-Earth Warfare: Facts and Consequences. *The Journal for Historical*, v. 6, n. 1, março de 1985, pp. 91-116.

Moroz, que foi apresentado como “um historiador ucraniano dissidente” também falou sobre a URSS de Stalin, mas não ficou no mesmo terreno de Sanning. Em sua palestra sobre a Grande Fome Ucraniana de 1932, ele falava mais como um nacionalista ucraniano antissoviético e anti-stalinista do que de outra posição. Entretanto, ao introduzi-lo tanto à audiência da palestra, quanto aos leitores do volume do JHR que incorporou a transcrição de sua intervenção durante a convenção, Weber fazia ver que o que Moroz disse não era em nada diferente do que havia dito Sanning³²⁵.

A sétima edição da convenção foi apresentada como o marco de um novo ciclo do IHR: com ela, o IHR teria “renascido das cinzas”. De fato, algumas mudanças foram implementadas através dela. Por exemplo, houve mudanças no quadro de pessoal da organização. Ted O’Keefe foi acolhido como o novo editor da casa, e, enquanto isso, Marcellus saiu da direção para um período sabático, sendo substituído interinamente por um dos membros do comitê administrativo da corporação guarda-chuva que incluía o IHR. Com a mudança, vieram novos ares. Os “processos” e os supostos “ataques terroristas” ficaram para trás e, graças a uma generosa doação, a organização já tinha sua nova sede em um espaço “seguro e funcional”. Também havia promessas de aumentar, revigorar e rejuvenescer a equipe do IHR. “Dedicação” e “inovação” foi o *moto* dessa que era apresentada como uma nova fase da vida organização, que foi afirmada durante a VII IHR-IRC³²⁶.

Esta edição do evento não foi previamente noticiada nem recebeu cobertura da *Instauration*. A VII IHR-IRC foi divulgada apenas em cartazes publicados nas páginas dos dois últimos volumes do JHR de 1985 e só 4 das 12 palestras (contando as intervenções cerimoniais e um debate) que integraram a programação foram transcritas em números do sétimo volume do JHR. Os cartazes-convites eram regulares e não se diferenciavam dos que foram de outras edições que eventualmente foram publicados no IHR. Eles eram compostos por um cabeçalho com o nome e com os destaques do evento; ao centro, uma programação parcial e provisória preenchia o seu corpo; e, no rodapé, uma série de imperativos terminava por compor um quadro que sugeria e/ou fazia ver o evento como um bom investimento de tempo e de dinheiro. De outra forma, pela primeira vez foram vendidas fitas K-7 com gravações todas as palestras, organizadas de acordo com o

³²⁵ MOROZ, V. Nationalism and Genocide: The Origin of the Artificial Famine of 1932-1933 in Ukraine., *The Journal for Historical Review*, v. 6, n. 2, junho de 1985, pp. 207-220.

³²⁶ BERKEL, K.B.; O’KEEFE, T. A New Cicle. [Editorial] *The Journal for Historical Review*, v. 7, n. 1, março de 1986.

roteiro da programação do evento, vendidas em um conjunto ou em unidades isoladas, de maneira a reproduzir virtualmente a experiência de ter estado e participado ou de poder estar e participar da conferência³²⁷.

Por esses materiais sabe-se pelo menos de alguns dos palestrantes e de suas palestras. Quase todos os que integravam a programação desta edição das IHR-IRC eram figuras que até então nunca tinham participado de algum evento ou publicado alguma coisa pelo IHR. Esse era o caso de Georg Franz-Willing, Ivor Benson, Ivo Omrcanin, Alexander Ronnet, Douglas Christie, Sam Dickson e Ed Dieckerman Jr. Da casa, falaram Mark Weber, Bradley Smith, Martin Larson e Ted O’Okeef³²⁸.

Pouco se falou sobre o Holocausto nessa edição das IHR-IRC. Benson, por exemplo, participou virtualmente do evento com um artigo em que contava uma história da África do Sul desde a Guerra dos Boers. Segundo uma *bio* publicada no IHR, Benson era um jornalista e comentarista político que tinha sido um alto-burocrata do governo da Rodésia nos 1960. A história de Benson, que foi lida por alguém apresentado como Donald Martin, era informada pela perspectiva de um representante das elites brancas que compunham um governo segregacionista que, depois de guerras civis que se estenderam entre os anos 1960 e 1970, tivera seu fim em 1980. Segundo essa história de Benson, o passado recente da África do Sul era o mesmo passado de decadência do mundo ocidental e, como ele, também um passado misteriosamente suprimido. Nessa história, a Guerra dos Boers teria sido uma espécie de conspiração para o fim do Império Inglês e da hegemonia britânica; as guerras civis que ele chamava de “movimento revolucionário mundial” haviam todas começado na África do Sul como um desenvolvimento dessa suposta conspiração; e, o que era mais grave, essa conspiração teria substituído o domínio inglês por uma suposta “nova forma de imperialismo: a do capitalismo financeiro internacional”³²⁹.

Franz-Willing falou sobre o que seriam as “causas obscuras” da II Guerra Mundial. Segundo ele, as duas guerras mundiais eram um mesmo evento e, assim sendo, um único e mesmo plano anti-alemão desenhado e executado por potências ocidentais

³²⁷ IHR. Institute for Historical Review presents the seventh International Revisionist Conference. *The Journal for Historical Review*, v. 6, n. 3, junho de 1985; idem. *The Journal for Historical Review*, v. 6, n. 4, set. de 1985; YOU were there. *The Journal for Historical Review*, v. 7, n. 1, março de 1986, p. 130.

³²⁸ Idem.

³²⁹ BENSON, I. The siege of South Africa. *The Journal for Historical Review*, v. 7, n. 1, março de 1986, pp. 5-20.

inimigas e pela União Soviética³³⁰. Ronnet, um romeno-estadunidense que trabalhava como médico na região de Chicago enquanto ocupava quadros de direção do que era então o Movimento Legionário, apresentou uma cronologia sobre este que foi o mais destacado movimento fascista de sua terra natal³³¹.

Omrcarini, que era teólogo de formação e professor aposentado da Universidade de Indiana, falou sobre uma suposta conspiração entre o serviço secreto inglês e a ADL para levar o Marechal Tito ao poder em seu país natal e influenciar a criação da Iugoslávia³³². Dickson, um advogado que recentemente havia patrocinado uma conferência com David Irving através de seu Comitê para a Revisão Histórica em Atlanta, fez uma espécie de perfil de Lincoln. Sua imagem do presidente prometia ser como a “de muitos sulistas do pós-guerra” de Secessão e, portanto, contrária a uma visão supostamente oficial sobre a vida do presidente³³³. Ed Dieckerman Jr., um policial aposentado, foi o único a falar diretamente sobre o Holocausto; o tema de sua palestra recaiu sobre supostas “maquinações da ADL” na promoção do ensino sobre o Holocausto nos EUA³³⁴.

Mark Weber foi o mestre de cerimônias. Larson lembrou e dedicou a edição do evento ao historiador inglês Frederick John Partington Veale, figura de destaque do fascismo inglês organizado em torno de Oswald Mosley no entre-guerras e no pós-guerra. Douglas Christie estava lá para falar sobre suas experiências como advogado de Zundel e de outros negacionistas e figuras da extrema-direita canadense. Como reconhecimento por seus feitos, o advogado canadense foi homenageado e recebeu das mãos de Bradley Smith o “Prêmio George Orwell pela Liberdade de Expressão”, prêmio criado pelo IHR exclusivamente para aquelas circunstâncias. Smith também participou de um painel sobre “o futuro do revisionismo” com Mark Weber, Tom Marcellus e Willis Carto. O’Keefe teria revelado uma suposta e misteriosa parceria entre agências policiais de inteligência

³³⁰ WILLING, F. The origins of the Second World War. *The Journal for Historical Review*, v. 7, n. 1, março de 1986, pp. 95-114.

³³¹ Uma versão com conteúdo estendido da palestra foi publicada no JHR como: BRADESCU, F.; RONNETT, A.E. The legionary movement in Romania. *The Journal for Historical Review*, v. 7, n. 2, junho de 1986, pp. 193-228.

³³² Em um de seus livros, publicado pela editora de Zundel no mesmo em que participou desta edição da conferência e foi empossado como conselheiro editorial do IHR, Omrcarini falou referiu-se a esse episódio como a causa de um “Holocausto dos Croatas”. C.f.: OMRCARINI, I. *Holocaust of Croatsians*. Washington, D.C.: Samisdat, 1986. Antes, pela mesma editora, ele havia publicado outro livro que trata mais especificamente do tema da palestra. C.f.: _____. *Enigma Tito: documentary expose of SOE and OSS agentes in Yugo-communist State*. Washington, D.C.: Samisdat, 1984.

³³³ DICKSON, S. Shattering the Icon of Abraham Lincoln. *The Journal for Historical Review*, v. 7, n. 3, set. 1986, pp. 319-344.

³³⁴ IHR, 1986, op. Cit.

estadunidenses e soviéticas; segundo ele, o Departamento de Investigações Especiais dos EUA (uma unidade do Departamento de Justiça especializada em investigações sobre criminosos de guerra e crimes contra a humanidade) havia cedido materiais de investigações sobre anticomunistas estadunidenses a agentes da KGB³³⁵.

Ainda que esta edição do evento tenha sido anunciada como a portadora de um novo ciclo para o IHR, a organização começou e atravessou o ano de 1986 em mauslençóis, pelo menos financeiramente. Em meados de 1985, além dos custos com a reinstalação e com processos, depois de quatro anos de batalhas judiciais, 90 mil dólares saíram do caixa da organização para o pagamento de uma indenização negociada com Mermelstein³³⁶. De maneira que, como noticiava Robertson na sua *Instauration* de abril de 1987, naquele momento pesavam sobre o IHR mais de 150 mil dólares em dívidas³³⁷.

O saldo negativo fez com que as atividades e os gastos da casa fossem reduzidos. Naquele ano o JHR não circulou e a oitava edição da IHR-IRC foi cancelada; os leitores e assinantes dos serviços da organização só receberiam um boletim mensal, o *IHR Newsletter* e, caso quisessem, poderiam escrever solicitando um catálogo editorial pré-pago. Parece que a situação encontrou solução parcial entre abril e maio. Em junho Robertson retificava a notícia da suspensão das atividades do IHR. Segundo ele, o IHR havia recebido uma generosa doação e, ainda que o JHR não voltasse a circular naquele ano, a VIII IHR-IRC agora era possível e estava programada para outubro³³⁸.

Apesar das circunstâncias agravantes e dos contratemplos, na sua *Instauration* de dezembro Robertson descreveu a VIII IHR-IRC como um evento lucrativo e um “sucesso indiscutível”. Zundel, Benson e o conselheiro editorial argentino da casa, o economista Walter B. Allende, estavam na programação, mas não puderam comparecer ao evento; segundo Robertson, seus vistos não foram liberados como uma forma de censura. Com as baixas, a programação seguiu com Mark Weber como mestre cerimônias e com as participações de Faurisson e de seu pupilo Henry Roques; do general nazista Otto E. Remer; de August Klapprott, um dos réus do Processo de Sedição de 1940; de Alexander Berkis, apresentado como um professor aposentado com trânsito por associações de exilados e de nacionalistas letões anti-soviéticos; do pastor luterano

³³⁵ Idem.

³³⁶ LAWSUIT over proof of Holocaust ends with payment to a survivor. *The New York Times*, Nova York, 25/07/1985.

³³⁷ ROBERTSON, W. Institute for Historical Review tightens its belt. *Instauration*, v. 12, n. 5, abril de 1987, p. 35.

³³⁸ Idem; Ibidem. IHR back in the saddle. *Instauration*, v. 12, n. 7, junho de 1987, p. 35.

Clarence Lang; de Martin Larson; de Bradley Smith; e de Robert Countess, conselheiro editorial da organização³³⁹.

Faurisson falou sobre “sua vida de revisionista” durante o período que se seguiu entre os processos de que ele foi réu e a presente convenção; seu relato era uma continuidade do que foi feito durante a IV IHR-IRC, em 1983. Segundo Faurisson, esse período foi marcado por um “relaxamento” em suas atividades na França. Nesse espaço de tempo, seu maior feito teria sido a participação no julgamento de Zundel, entre 1984 e 1985. Essa experiência foi o objeto central de sua palestra e, dessa forma, compôs um balanço e informou perspectivas de avanço do movimento³⁴⁰.

Henry Rocques também falou sobre suas peripécias como negacionista. Agrônomo de profissão, Roques disse ter tido sua curiosidade sobre “questões históricas” aplacada por Rassinier, de quem disse ter sido amigo, e por Faurisson, de quem se tornara íntimo e colaborador através de Rassinier. Entre finais da década de 1870 e início de 1980, enquanto “o caso Faurisson” ainda repercutia, Rocques se candidatou a um doutorado na Universidade de Paris IV, com uma tese sobre “O Relatório Gerstein”. Seu objetivo era demonstrar que o relatório sobre extermínios em massa feito por esse oficial da SS era uma espécie de falsificação, e fazer isso através de uma tese acadêmica que condiciona a atribuição de um título universitário relevante. Seu orientador foi um professor de literatura conhecido com trânsitos pela extrema-direita francesa e, na primeira tentativa, não conseguiu formar uma banca para julgar o trabalho de Roques. Numa segunda tentativa, tendo já mudado de universidade sem cumprir os requisitos formais necessários para tanto, um dos membros da banca não se fez presente. Para garantir sua aprovação e seu título, o exame correu com irregularidades que logo se tornaram públicas, sendo a principal delas a acusação de falsificação da assinatura do membro ausente da banca. As irregularidades foram investigadas e comprovadas pelo governo francês e, com isso, Roques não obteve seu título. Quase toda a sua palestra foi dedicada a falar sobre esse seu trabalho e a tratar do episódio da suspensão de seu título e das acusações de fraude como uma campanha de difamação e de censura, não só contra ele, mas contra a dúvida sistemática e contra a liberdade de expressão e pesquisa³⁴¹. Countess foi outro a fazer de

³³⁹ Idem. IHR Conference a multiple success. *Instauration*, v. 13, n. 1, dez. de 1987, pp. 35-36.

³⁴⁰ FAURISSON, R. My life as a revisionist. *The Journal for Historical Review*, v. 9, n. 1, março de 1989, pp. 5-65.

³⁴¹ ROQUES, H. From the Gerstein Affair to the Roques Affair. *The Journal for Historical Review*, v. 8, n. 1, março de 1988, pp. 5-25. A dita tese de Roques foi traduzida para o inglês e publicada pelo selo editorial do IHR como: _____. *The 'Confessions' of Kurt Gerstein*. Costa Mesa: IHR, 1989.

sua palestra um relato de sua militância como negacionista. Segundo Robertson, ele teria falado sobre as resistências às suas pregações e insistentes tentativas em usar textos negacionistas como materiais didáticos³⁴².

Remer também contou casos de seu passado como oficial graduado da SS. Traduzidos simultaneamente por Weber, os relatos de Remer se desenvolviam em torno da história de uma malsucedida tentativa de atentado contra Hitler. De acordo com essa história, o regimento comandado por Remer em Berlim teria suprimido a atividade dos rebeldes - que de qualquer jeito seria frustrada, já que Hitler não se encontrava na capital alemã. Remer falou mais sobre o que ele apresentava como efeito da ação de seu regimento. Ele dá a ver que, por ter sido bem executada, a ação teria aberto as portas de acesso para a alta-burocracia nazista, e inclusive ao próprio Hitler³⁴³.

Berkis contou uma história fundacional da Letônia que culminava nos movimentos nacionalistas do final do século XIX e, especialmente, nas disputas entre nacionalistas letões e a URSS. A partir dessa história fundacional, sua palestra começou então a se desenvolver sobre o presente do país sob o domínio soviético, e, ao fazer isso, Berkis replicava o motivo da palestra que O'Keefe havia apresentado na última edição da IHR-IRC. Segundo ele, agentes dos serviços policiais de inteligência estadunidenses e soviéticos estariam colaborando ilegalmente para capturar e enviar dissidentes e nacionalistas letões exilados para serem condenados na URSS³⁴⁴. O pastor Lang falou sobre conspirações, mais precisamente sobre o que ele acreditava ser um aspecto religioso, fundamental e supostamente oculto da desnazificação da Alemanha Ocidental durante o Governo Militar de Ocupação. Mais precisamente, Lang falou sobre como ele acreditava que a ideia de “culpa alemã” teria sido produzida para humilhar e subjugar a Alemanha. Para ele, esse sentimento generalizado de culpa teria sido produzido e introduzido como que por um passe de mágica através da atuação conjunta e conspiradora do governo estadunidense, instituições e porta-vozes religiosos³⁴⁵. Larson também ficou no domínio do religioso e, como Faurisson, retomou o tema da palestra que proferiu na terceira edição da conferência. Mais uma vez ele falou sobre pergaminhos de textos sagrados encontrados em território israelense. Ele continuava acreditando que o governo

³⁴² ROBERTSON, 1987c.

³⁴³ REMER, O. E. My role in Berlin. *The Journal for Historical Review*, v. 8, n. 1, março de 1988, pp. 41-54;

³⁴⁴ BERKIS, A. Soviet Russia's persecution of Latvia, 1918 to the present. *The Journal for Historical Review*, v. 8, n. 1, março de 1988, pp. 25-40.

³⁴⁵ LANG, C. Imposed German Guilt The Stuttgart Declaration of 1945. *The Journal for Historical Review*, v. 8, n. 1, março de 1988, pp. 55-78.

de Israel censurava e impedia o acesso a esses documentos com o fim de lançá-los ao esquecimento junto com uma história do cristianismo, só que agora o Vaticano tinha sido incluído como um dos parceiros de Israel nessa suposta sanha³⁴⁶.

Quando a nona edição das conferências do IHR aconteceu em fevereiro de 1989, pelo menos no Canadá (e, por extensão, nos EUA), o negacionismo e alguns negacionistas estavam relativamente em alta. O julgamento da apelação de Zundel sobre a sentença da corte canadense por divulgação de notícias falsas em 1985 acabara de acontecer e, ainda que o veredito da acusação tivesse sido mantido, o editor e agitador germano-canadense cuidou de fazer deste processo um acontecimento público. No Canadá, a cobertura televisiva do processo foi extensiva: os desenvolvimentos do processo, as manifestações de apoio e/ou de oposição a Zundel, as personalidades negacionistas e outros acontecimentos em torno do processo foram todos retratados como exóticos e extraordinários.

As implicações e os efeitos da apelação de Zundel não foram sem consequências para o pessoal do IHR. Agentes da casa haviam integrado, reunido e coordenado esforços significativos para a defesa de Zundel e para a publicidade da causa através do julgamento do editor canadense. De tal forma que, quando a IX IHR-IRC aconteceu em fevereiro de 1989, cerca de seis meses depois do julgamento de Zundel no Canadá, ela foi uma espécie de comemoração aos resultados extra-judiciais do caso. Dois desses desdobramentos foram especialmente celebrados: o *Relatório Leuchter (Leuchter Report)* e a “conversão” definitiva de David Irving ao movimento através deste.

Assim como haviam sido peças-chave na defesa de Zundel em 1988, Irving e Leuchter foram as principais atrações da IX IHR-IRC. Em uma curta palestra Leuchter demorou-se em contar uma história da produção do dito relatório que levava seu nome e, de maneira sumária, fez comentários sobre os dados que o integravam como resultados definitivos de uma pesquisa dita forense/laboratorial. Tais dados e resultados já eram conhecidos da audiência de Leuchter; eles não eram mais que comentários de proclamações negacionistas já bem afirmadas no campo através de Rassinier, Faurisson, Butz e seus comentadores e replicadores. Daí a ênfase sobre o processo de produção do dito relatório, que, segundo Leuchter, teria durado menos de quatro meses entre contatos,

³⁴⁶LARSON, M. An update on the Dead Sea Scrolls. *The Journal for Historical Review*, v. 8, n. 1, março de 1988, pp. 79-85.

encontros e arranjos com Faurisson e Zundel, a formação de uma pequena equipe (integrada pela mulher e pelo assistente de Leuchter, e também por um cinegrafista e por um tradutor arranjados por Zundel), uma viagem à Europa para a coleta de materiais em memórias que haviam sido campos de concentração, uma suposta análise desses materiais, a redação do relatório com os resultados dessa análise, sua apresentação como evidência técnica e o depoimento de Leuchter como perito à corte canadense como testemunha da defesa de Zundel. Segundo O’Keefe, a intervenção do engenheiro durante a conferência teria contribuído para devassar um suposto “mito de Auschwitz. Para Robertson, a palestra de Leuchter foi o momento mais “eletrizante” desta nona edição do evento³⁴⁷.

Apesar de ter sido apresentado (e ter se apresentado, especialmente em seu depoimento como testemunha de defesa de Zundel) como um recém-convertido à crença negacionista por intermédio dos resultados do Relatório Leuchter, outra vez Irving não falou sobre o Holocausto e, não por acaso, foi mais prestigiado do que o próprio Leuchter. Robertson destacou a conversão de Irving como algo “reconfortante”, como indício de que “homens honestos e de boa vontade ainda ouviam a razão”, e como um ato exemplar de coragem, já que ao aderir à crença negacionista Irving teria “acatado a verdade pura e simples” e colocado em risco “sua reputação e sua segurança financeira. Apesar disso, Irving não falou sobre o Holocausto. Ele preferiu adiantar parte do conteúdo do segundo volume de sua biografia de Churchill, que estava prestes a ser publicada, e enfatizar o que para ele seriam as maquinacões do político inglês para persuadir e promover a entrada dos EUA na II Guerra Mundial (para Irving, um negócio particular de Churchill) como aliado da Grã-Bretanha³⁴⁸.

A senhora Florence Tonningen também participou desta edição das IHR-IRC. Negacionista e viúva de um nazista holandês, em sua palestra (que foi lida em inglês por um terceiro), ela cuidou de denunciar as supostas perseguições de que teria sido objeto, o ostracismo a que teria sido relegada no pós-guerra e, sobretudo, o misterioso assassinato

³⁴⁷ LEUCHTER, F. The Leuchter Report: the how and the why. *The Journal for Historical Review*, v. 9, n. 2, junho de 1989, pp. 133-141; O’KEEFE, T. From the editor. [Editorial] *idem.*, pp. 132, 254; ROBERTSON, W. Ninth International Revisionist Conference: a personal reportage. *Instauration*, v. 14, n. 6, maio de 1989, pp. 8-9.

³⁴⁸ IRVING, D. Churchill and the U.S. entry into World War II. *The Journal for Historical Review*, v. 9, n. 3, set. de 1989, pp. 261-287; ROBERTSON, 1989.

de seu esposo, um destacado burocrata do governo de ocupação nazista na Holanda³⁴⁹. Jerome Braltar, um agente de viagens com trânsitos por círculos do nacionalismo croata, participou da conferência para falar sobre o já recorrente tema da suposta conspiração entre agências de inteligência policial ditas sionistas, soviéticas e estadunidenses contra dissidentes e/ou nacionalistas do leste europeu e criminosos de guerra³⁵⁰. Faurisson também esteve na conferência, onde falou sobre o que e quem além dele aconteceu no negacionismo francês entre 1987 e 1989³⁵¹. Hideo Miki, veterano da II Guerra Mundial e oficial reformado do exército japonês esteve presente para falar sobre o governo de ocupação estadunidense, a subsequente desmoralização e o que ele denunciava como desmonte do exército japonês. O reverendo Hermann Otten, pastor luterano e editor de um jornal religioso que promovia literatura negacionista, integrou a programação falando sobre o que o considerava ser a noção de verdade cristã, elaborada como naturalmente equivalente ao programa dito “reviscionista”, e, portanto, incompatível com a narrativa dita “exterminacionista” sobre o Holocausto (para ele um dos “mitos religiosos baseados em experiências emocionais”). Victor Marchetti, um homem apresentado como ex-agente da CIA, esteve no evento para dar um relato em primeira mão sobre como o serviço secreto de inteligência dos EUA distorcia fatos e operacionalizava desinformação para produzir o que seria uma suposta “história oficial”³⁵². Carlo Mattogno, o pupilo italiano de Faurisson, estreou nesta edição da convenção reproduzindo as proclamações de seu mestre sobre o caso de Auschwitz³⁵³.

Ao lado de Irving e Leuchter, Marcellus, o diretor do IHR, foi tratado (e se tratou) como outro herói desta IX edição do IHR-IRC. A realização da conferência encontrou alguns entraves que, para o próprio Marcellus, para Robertson e para O’Keefe, não teriam sido resolvidos sem as habilidades organizacionais do diretor da casa. Os problemas começaram na antevéspera da abertura do evento. Segundo Robertson, O’Keefe e Marcellus, agentes da JDL teriam descoberto detalhes sobre a programação do evento e, com isso, pressionado a pousada que sediaria o evento e hospedaria os participantes a cancelar, repentinamente, a reserva do IHR. No dia seguinte, Marcellus

³⁴⁹ TONNINGEN, S. R. F. For Holland and for Europe: The Life and Death of Dr. M.M. Rost van Tonningen. *The Journal for Historical Review*, v. 9, n. 4, dez. de 1989, pp. 427-438.

³⁵⁰ JHR. Super high-clarity audiotapes and broadcast-quality videotapes of the complete Ninth International Revisionist Conference. [Catálogo] *The Journal for Historical Review*, v. 9, n. 2, junho de 1989, p. 127.

³⁵¹ Idem.

³⁵² Idem.

³⁵³ MATTOGNO, C. The first gassing at Auschwitz: genesis of a myth. *The Journal for Historical Review*, v. 9, n. 2, junho de 1989, pp. 193-223.

teria se deparado com o problema e buscado uma solução rápida, mas que logo se mostraria infeliz: a reserva de outra pousada, próxima à primeira, foi igualmente cancelada. Depois dessa tentativa e de outra tentativa frustrada, com a ajuda de John Schmitz, um destacado político do condado de Orange, antigo parceiro de Carto e do IHR, Marcellus finalmente teria encontrado uma sala de reuniões no subsolo de um centro comercial para sediar o evento. Esses incidentes não teriam sido menores diante dos protestos que acompanharam a realização do evento. Segundo Marcellus, O’Keefe e Robertson, todos os incidentes teriam sido promovidos e patrocinados pela JDL para ameaçar a segurança e a integridade dos convidados, e, mais que isso, censurar e impedir a realização do evento. Para Marcellus, as supostas sabotagens e as manifestações só teriam provado a eficiência do IHR e feito desta edição da IHR-IRC a maior de todas que até então haviam sido realizadas. Já para Robertson, além das implicações negativas, os incidentes teriam produzido ganhos para a organização e para o movimento. Segundo ele, a cobertura jornalística de canais de TV da costa oeste teria sido generosa e garantido alguma visibilidade positiva para os negacionistas e para o IHR³⁵⁴.

Como aconteceu com a quarta edição, por alegadas questões de segurança, a X IHR-IRC foi realizada fora da costa oeste, nos arredores de Washington, D.C., entre os dias 13 e 15 de outubro de 1990. Na programação prévia desta edição, Irving e Faurisson estavam de “volta por demanda popular”, um palestrante surpresa apresentado como um “famoso historiador da II Guerra Mundial”, “um revisionista japonês”, outro ex-agente da CIA e um jornalista veterano da II Guerra Mundial.

Dessa vez Irving falou sobre o Holocausto, e fez isso como uma espécie de denúncia, algo como que um contra-ataque motivado pelas reações negativas às suas declarações e trânsitos públicos definitivamente negacionistas pela Europa e pelos EUA. Ainda assim, o tema apareceu circunstancialmente, como parte introdutória de uma palestra sobre um militar nazista, e como se integrasse um momento particular de suas peripécias e agouros como polemista e escritor controverso sobre temas controversos. O tema do Holocausto aparece como uma contingência de sua carreira, e não de qualquer forma: é o momento de uma iluminação, de uma virada que é um ponto de culminância, em sua trajetória. Esse momento é, precisamente, o julgamento da apelação de Zundel e

³⁵⁴O’KEEFE, T. From the editor. [Editorial] *The Journal for Historical Review*, v. 9, n. 1, março de 1989, pp. 1, 126; MARCELLUS, T. Circuitous Suppression. *Idem*, pp. 116-125; WEBER, M. John Schmitz, RI. *Idem.*, v. 19, n. 6, dez. de 2000, p. 28-29; ROBERTSON, W. No-shows and Yes-shows. *Instauration*, v. 14, n. 5, abril de 1989, pp. 37-38.

o contato com o Relatório Leuchter, que, aliás, ele acabara de publicar, com um prefácio seu, por sua editora na Inglaterra. Para Irving, o texto de Leuchter, encomendado e financiado por Zundel, sistematizava um “resultado exato” e definitivo. Depois dele “não haveria nada mais”; através dele, Irving proclamava, “tudo o que eu li nos arquivos agora se encaixava” e, se era assim, referindo-se ao Holocausto e aos discursos públicos sobre o Holocausto, Irving concluía³⁵⁵:

nós estamos sendo sujeitados à maior ofensiva propagandística da história da humanidade. Ela vem sendo produzida com tanto apuro, com tanto refinamento e com tantos recursos financeiros que, do início ao fim, ficamos sem poder saber que se trata de uma ofensiva propagandística. E ainda há armas dessa ofensiva atravessando o nosso em direção ao nosso futuro – armas horríveis – e, o que é evidente, a maior arma dessa campanha contra a verdade que se estende desde 1945 é o encouraçado Auschwitz! Só que agora nós, pelo menos os historiadores profissionais – sobretudo, os historiadores profissionais revisionistas – nos deparamos com a nossa própria tarefa, nossa maior tarefa: afundar o Auschwitz!³⁵⁶.

Ao lado de Irving, Faurisson foi acolhido como atração destacada da programação. Em sua intervenção, o negacionista francês não teria feito mais do que mais uma vez falar sobre suas peripécias na França e apresentar uma crítica ao então mais recente livro de Jean-Claude Pressac sobre Auschwitz, “Auschwitz: técnica e operação das câmaras de gás” (*Auschwitz: technique and operation of gas chambers*), que foi recebido por ele e pelo pessoal do IHR como uma espécie de resposta polêmica ao Relatório Leuchter³⁵⁷. O convidado surpresa do evento era John Toland, um escritor

³⁵⁵ IRVING, D. Battleship Auschwitz. *The Journal for Historical Review*, v. 10, n. 4, dez. de 1991, pp. 491-508. LEUCHTER, F. *Auschwitz: The End of the Line: The Leuchter Report - The First Forensic Examination of Auschwitz*. Londres: Focal Point, 1989.

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ IHR. Videotapes/Audiotapes from the October, 1990, Washington, D.C., Tenth International Revisionist Conference. [Catálogo] *The Journal for Historical Review*, v. 10, n. 4, dez. 1990. De acordo com Moraes, Pressac era uma espécie de “negador inocente” do Holocausto. Químico e farmacêutico, Pressac teria se atraído às ideias de Faurisson, com quem chegou a trabalhar. Depois de ter acessado a documentação sobre os campos de extermínio, Pressac se realizou da inconsistência das ideias de Faurisson e escreveu este que segundo Moraes é o mais importante livro sobre os aspectos técnicos do funcionamento das câmaras de gás. PRESSAC, J.C. *Auschwitz: technique and operation of the gas chambers*. Paris: The Beate Klarsfeld Foundation, 1989. C.f.: MORAES, 2013. Sobre a recepção deste livro de Pressac pelo pessoal do IHR, c.f.: MATTOGNO, C. Jean-Claude Pressac and the War Refugee Board Report. *The Journal for Historical Review*, v. 10, n. 4, dez. de 1990, pp. 461-485; THION, S. On Pressac: History by Night or in Fog? *The Journal for Historical Review*, v. 14, n. 4, julho de 1994, pp. 28-39; FAURISSON, R. A Brief Response to a Widely-Acclaimed Rebuttal of Holocaust Revisionism. *The Journal for Historical Review*, v. 14, n. 1, jan. de 1994, p. 23; PRESSAC, J. C. *Auschwitz: technique and operation of the gas chambers*. Paris: The Beate Klarsfeld Foundation, 1989. Resenha de: WEBER, M. *Auschwitz: Technique and Operation of the*

estadunidense de livros de divulgação histórica sobre temas militares que, através de sua palestra formada por “notas autobiográficas” recheadas com histórias sobre a produção de seus livros, se apresentou como um membro da confraria de Irving³⁵⁸. Leuchter esteve lá para denunciar o que ele percebia e experimentava como perseguições e retaliações públicas, supostamente promovidas contra ele por organizações judaicas em função de seu dito Relatório³⁵⁹. Albert Kawashi, apresentado como diplomata de carreira e sobrevivente do ataque atômico à Hiroshima, participou da conferência para falar sobre o que seria “o outro lado da história” da Guerra Mundial³⁶⁰. Joseph Halow, um militar reformado que havia atuado como estenógrafo nos Julgamentos de Dachau de 1945-1947, falou sobre o que teria feito e visto na Alemanha do imediato pós-guerra e nos julgamentos de criminosos de guerra³⁶¹. Doug Collins, jornalista de um jornal local de Vancouver que saíra em defesa pública de Zundel, participou da convenção para falar sobre suas peripécias como prisioneiro de guerra da Alemanha durante a II Guerra Mundial e sobre o que ele considerava ser suas lutas pela liberdade de expressão no Canadá³⁶². Ivor Benson veio da África do Sul para falar sobre o assassinato da família real

Gas Chambers. *The Journal for Historical Review*, v. 10, n. 2, junho de 1990, pp. 231-237; GRUBACH, P. The Leuchter Report vindicated: a response to J.C. Pressac's critique. *The Journal for Historical Review*, v. 12, n. 4, dez. de 1992, pp. 445-473.

³⁵⁸ Toland era um conhecido escritor de obras sobre temas militares e crônicas de guerra. Entre outros, ele era autor de uma bem-vendida biografia de Hitler (*Adolf Hitler: the Definitive Biography*, de 1976) e de um premiado livro sobre a II Guerra no Japão, no qual procurava dar voz a veteranos de guerra (*The Rising Sun: The Decline and Fall of the Japanese Empire, 1936–1945*, de 1970). Apesar de ter sido sua primeira intervenção no IHR, ele também não era estranho ao pessoal da organização e aos ditos “revisionistas libertários”. *Infamy*, seu livro que reproduzia ideias conspiracionistas sobre Pearl Harbor foi bem recebido e até mesmo contou com a colaboração de figuras de destaque desses círculos. TOLAND, J. Living history. *The Journal for Historical Review*, v. 11, n. 1, março de 1991, pp. 5-24; O'KEEFE, T. From the editor. [Editorial] idem, p. 4; ROBERTSON, W. Light to them that sit in darkness. *Instauration*, v. 16, n. 2. Jan. de 1991, p. 33. C.f.: TOLAND, J. *Adolf Hitler: the definitive biography*. Nova York: Doubleday, 2014; _____. *The Rising Sun: The Decline and Fall of the Japanese Empire, 1936–1945*. Nova York: Randon House, 1970; _____. *Infamy: Pearl Harbor and its aftermath*. Nova York: Doubleday, 1982.

³⁵⁹ LEUCHTER, F. Witch hunt in Boston. *The Journal for Historical Review*, v. 10, n. 4, dez. 1990, pp. 453-460; ROBERTSON, 1981.

³⁶⁰ Koshi também foi apresentado como o autor de um livro de memórias publicado pelo IHR em 1989 e cuja a autoria é atribuída a um Akira Kohchi. C.f.: IHR, 1990; KOHCHI, A. *Why I survive A-Bomb*. Costa Mesa: IHR, 1989.

³⁶¹ Para Halow, todos os julgamentos teriam corrido de maneira imprópria e injusta, com suborno de testemunhas e sem casos bem construídos. Sua palestra era uma versão condensada de um artigo que ele havia publicado no JHR no anterior, com suas memórias sobre um julgamento específico de um criminoso de guerra. Em 1993, suas memórias sobre sua atuação como oficial administrativo militar durante os julgamentos e suas impressões sobre os mesmos foram publicadas pelo IHR. C.f.: IHR, 1990; HALOW, J. Innocent in Dachau: The Trial and Punishment of Franz Kofler et al. *The Journal for Historical Review*, v. 9, n. 4, dez. de 1989, p. 453-483; _____. Innocent at Dachau. Costa Mesa: IHR, 1993. Um registro em vídeo de sua palestra na X IHR-IRC pode ser acessado em _____. Innocent at Dachau. Remarks of the 10th. IHR-IRC. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=3PT43B1OeCI> >, acessado em 17/04/2017.

³⁶² COLLINS, D. Reflections on the Second World War, free speech and revisionism. *The Journal for Historical Review*, v. 11, n. 3, set. de 1991, pp. 321-334. Sobre Collins, c.f.: ATKINS, 2009, pp. 203-204.

rusa, o qual ele acreditava ter sido cometido por um grupo hermético de judeus estrangeiros³⁶³. Bradley Smith, Zundel e Countess também falaram sobre suas peripécias como ativistas. Os membros do quadro administrativo também participaram. Marcellus abriu a programação, Weber proferiu o discurso programático (*keynote*) e O’Keefe dedicou a edição da conferência à memória do recém-falecido conselheiro editorial da casa, Percy L. Graves³⁶⁴.

Faurisson e Irving foram novamente as principais atrações da XI IHR-IRC, que aconteceu em meados de outo de 1992, em Irvine, região metropolitana de Los Angeles³⁶⁵. Bradley Smith, que havia gerado alguma comoção promovendo o IHR e o negacionismo através de anúncios publicados em jornais universitários – o seu *Campus Project* – também esteve mais uma vez na conferência e foi uma das atrações destacadas³⁶⁶. Leuchter estava de volta para falar sobre o que descrevia e acusava como a radicalização das perseguições e retaliações contra ele. O pessoal do IHR também participou ativamente do evento. Mark Weber outra vez foi o mestre de cerimônias e proferiu o discurso principal, falando sobre as conquistas, os desafios e as perspectivas

³⁶³ IHR, 1990. WEBER, M. Ivor Benson. [Obituário]. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n. 3, junho de 1993, p. 22.

³⁶⁴ ROBERTSON, 1991; IHR, 1990.

³⁶⁵ Irving abriu sua palestra falando sobre os aspectos negativos e positivos do que ele via como sendo sua “luta contra uma campanha internacional contra a verdade na história”, que, segundo ele, se dava através de enftentamentos a boicotes e sanções à suas atividades. A exposição de um dos efeitos positivos dessa dita sanha, mais precisamente, a geração de publicidade massiva e gratuita, servia como um gancho para o núcleo de sua palestra, que tratou do Holocausto através da exposição de documentos que ele chamou de “Escritos de Eichmann” (*Eichmann Papers*), uma coleção de declarações que teriam sido colhidas do oficial da SS na Argentina anos antes de sua captura, e dos “Escritos de Goebbels” (*Goebbels Papers*), formados por partes não publicadas dos diários do ministro de propaganda do regime nazista. Segundo Irving, sua infâmia e sua capacidade de burlar as restrições que lhe eram impostas teriam permitido e facilitado a conexão com pessoas e instituições que guardavam esses outros ditos documentos exóticos (para Irving eles eram como uma espécie de arca perdida). Depois de falar sobre a comoção causada com a notícia de sua posse sobre esses ditos documentos, e até o fim de sua palestra, Irving falou sobre os tais “Escritos de Eichmann” e sobre como eles justificavam as ideias negacionistas. IRVING, D. Life under fire. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n. 1, jan. de 1993, pp. 8-11; _____. The supressed Eichmann and Goebbels papers. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n. 2, março de 1993, pp. 14-25. C.f.: WEBER, M. David Irving: the intrepid battler for historical truth. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n. 1, jan. de 1993, pp. 4-7. Segundo o pessoal do IHR, Faurisson teria feito “uma oração fúnebre sobre o cadáver do Holocausto como História”, proclamado sua “ressureição como religião estranha à análise histórica”, e, mais uma vez, falado sobre as perseguições de que foi objeto. C.f.: IHR. A spectacular revisionista line-up from IHR sold-out eleventh conference. [Catálogo] *The Journal for Historical Review*, v. 13, n. 2, março de 1993, p. 50. Faurisson e Irving protagonizaram um curto debate em forma de perguntas e respostas após a palestra do negacionista inglês. Os dois debateram sobre a natureza desses documentos, sobre a validade e a verdade de testemunhos, sobre a natureza da prática negacionista (Faurisson teria chamado atenção de Irving, que concordou com ele, para a ideia de que eles não eram negacionistas, mas simplesmente afirmavam coisas e questionavam outras). C.f.: ELEVENTH IHR Conference a rousing success. *IHR Newsletter*, n. 90, nov. de 1992.

³⁶⁶ IHR, 1993, op. Cit.; LEADING revisionist historians and activists to meet in October for Eleventh IHR Conference. *IHR Newsletter*, n. 88, Julho de 1992.

para o futuro da organização e do movimento. Marcellus abriu o evento, apresentou a programação e recepcionou os presentes. O editor da casa, Ted O’Keefe, falou sobre o seu papel na produção do caso da defesa do IHR no segundo processo de Mermelstein contra os representantes da organização³⁶⁷. Carto protagonizou um momento solene e festivo do evento. O fundador do IHR premiou Zundel com o chamado “Troféu George Orwell de Liberdade de Expressão do IHR” e também introduziu a palestra virtual do editor canadense – Zundel estava judicialmente impedido de sair do Canadá e, para participar da convenção, enviou um vídeo produzido especialmente para a ocasião. Depois de muito tempo, desde 1982, Arthur Butz e James J. Martin, outros frequentadores regulares da casa, estavam de volta à uma conferência do IHR. Butz falou sobre o livro de Pressac e sobre os efeitos das propagandas de Bradley Smith no jornal do *campus* da Northwestern University onde ele trabalhava, em Evanston, e Martin dedicou a conferência a George Morgenstern, jornalista autor de um livro sobre Pearl Harbor bem recebido entre os círculos ultra-liberais ditos revisionistas. Jerome Braltar, o agente de viagens e defensor de criminosos de guerra estava de volta a esta edição do evento para falar sobre suas peripécias e mais uma vez acusar conspirações ditas sionistas, soviéticas e estadunidenses³⁶⁸.

Além das figuras mais ou menos conhecidas, a programação desta XI IHR-IRC apresentou novas vozes. Entre elas estavam a do advogado de Leuchter que, apesar de ter sido apresentada como equivalente a do advogado de Zundel, nunca mais foi ouvida em um evento do IHR³⁶⁹. Figura notória entre círculos neo-nazistas europeus, Ahmed Rami era outro estranho aos negacionistas estadunidenses. Dono e operador de uma estação de rádio baseada na Suécia, a partir da qual produzia e veiculava programação de conteúdo anti-semita, Rami transitava bem por esses terrenos da extrema-direita europeia e, além disso, foi um dos primeiros proponentes do negacionismo em círculos do nacionalismo islâmico. Sua participação foi arrajada por Faurisson, de quem já era um parceiro assíduo. Faurisson também traduziu e leu a palestra de Rami. O tema de sua palestra foi a sua própria trajetória, especialmente os episódios, as peripécias e os

³⁶⁷ Idem.; O’KEEFE, T. Best Witness: Mel Mermelstein, Auschwitz and the IHR. *The Journal for Historical Review*, v. 14, n. 1, jan. de 1994, pp. 25-32.

³⁶⁸ IHR, 1993, op. Cit.; ELEVENTH IHR Conference a rousing success. *IHR Update*, n. 90, nov. de 1992. C.f.: MARTIN, J. J. George Morgenstern, 1906-1988. [Obituário] *The Journal for Historical Review*, v. 9, n.2, março de 1989, pp. 247-254.

³⁶⁹ Idem.

problemas judiciais que ele havia experimentado como negacionista na Suécia³⁷⁰. Rudolf Hess, dirigente do Partido Nazista aprisionado na Inglaterra durante a II Guerra, foi homenageado por seu filho, que participou virtualmente da conferência. Através de um vídeo enviado para ser exibido durante a ocasião, Wolf Rudiger Hess falou sobre a vida de seu pai, mais precisamente sobre a sua captura, sobre sua condenação, sobre o cumprimento de sua sentença e, por fim, acusou de suspeitas as circunstâncias de sua morte como suicídio³⁷¹. Outra novidade de destaque foi a presença do “judeu (dito) revisionista” David Cole, que encerrou esta edição da conferência com sua palestra. A estreia de Cole no IHR era o resultado de uma aproximação com Zundel e com Smith. No ano anterior, ele havia trabalhado fazendo vídeos (documentários, entrevistas) para a produtora de Zundel e colaborado com Smith no CODOH. Em sua palestra, Cole falou sobre ser negacionista sendo judeu (o que para ele e para seus pares era uma credencial positiva, essencialmente um atributo de legitimação que funcionava em uma via de mão dupla) e sobre seu trabalho de ativismo com Zundel e com Smith. A acolhida de Cole foi parecida com a de Stimely, em 1981. Depois de sua participação que encerrou esta edição conferência, Cole foi consagrado como um dos mais destacados agentes públicos e porta-vozes do IHR e do negacionismo³⁷².

Não foi por acaso que o Holocausto voltou a ser o objeto central desta edição da IHR-IRC. As propagandas de Smith para as ideias negacionistas em jornais universitários haviam causado alguma comoção e gerado algum interesse público pelo fenômeno e por seus agentes, assim como fizeram os problemas legais de Zundel e infâmia de Leuchter e de Irving. Por meados de 1992, programas de rádio e programas de TV de grande audiência receberam Weber, Cole e outros porta-vozes da organização que se fizessem ver e ouvir como sujeitos exóticos e portadores de ideias exóticas sobre o

³⁷⁰ Idem.; LANG, C. Swedish professors defend revisionism on trial. *The Journal of Historical Review*, v. 11 n. 3, set. de 1991, p. 371; FAURISSON and Rami set off uproar in Sweden. *IHR Update*, n. 87, maio de 1992; ELEVENTH IHR Conference a rousing success. *IHR Update*, n. 90, nov. de 1992; WEBER, M. New Attack Against Faurisson and Rami in Stockholm. *The Journal of Historical Review*, v. 13 n. 4, julho de 1993, p. 18; sobre Rami, c.f.: ATKINS, 2009, pp. 129-130.

³⁷¹ RESS, W. R. The life and death of my father, Rudolf Hess. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n. 1, jan. de 1993, pp. 24-39.

³⁷² COLE, D. A Jewish Revisionist visits Auschwitz. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n. 2, março de 1993, pp. 11-13. C.f.: THE Montel Williams Show. *IHR Update*, n. 88, julho de 1992; HOLOCAUST Revisionism to air on Seattle cable television. *IHR Update*, n. 89, outubro de 1992; RE-RUN of 'Revisionist' Montel Williams Show Broadcast canceled. Idem.; ELEVENTH IHR Conference a rousing success. *IHR Update*, n. 90, nov. de 1992; O'KEEFE, T. Brad Smith's Campus Project ad printed after furious clash at University of Texas. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n. 3, maio de 1993; COLE on Morton Doney Show. *The Journal for Historical Review*, v. 13, n. 6, dez. de 1993, p. 25; IHR Activist puts Cole video on local television. Idem, p. 23;

passado³⁷³. Mas isso não foi um efeito unilateral das estratégias de propaganda (espontâneas ou não) dos negacionistas em torno do IHR. Elas não poderiam ter surtido tais efeitos se não fosse a repercussão pública da esperada inauguração do USHMM em Washington D.C., programada para abril de 1993. Sempre atentos aos desdobramentos que deram na construção do USHMM, desde as atividades da Comissão Presidencial sobre o Holocausto, estabelecida em 1978 por Jimmy Carter, e também às ações do subsequente Conselho para a Memória do Holocausto nos EUA, instaurado pelo Congresso Nacional em 1980, o pessoal do IHR fez dessa décima primeira edição uma espécie de preparação para o evento maio do “*lobby do Holocausto*”- expressão que entrara recentemente para o léxico do pessoal do IHR para nomear os mesmos misteriosos “grupos de pressão estrangeiros” e “minoritários” aos quais Carto acusava como sequestradores e corruptores da política, a economia e a cultura estadunidense e ocidental³⁷⁴.

Entre o final de 1992 e o início de 1993, o pessoal do IHR percebia e dava a perceber a inauguração do USHMM como uma espécie de ultraje, como um tipo de violação, ou como a auto-realização da profecia proferida durante XI IHR-IRC por Faurisson sobre um suposto “renascimento” do Holocausto como uma espécie de culto. Por este período, Weber proclamava que “nada simboliza melhor as desvirtuadas prioridades de nossa sociedade e a corrupção venal de nossos líderes políticos do que o USHMM, cuja a construção foi terminada agora em Washington, D.C.”. Em uma matéria sobre a inauguração do museu publicada no JHR lia-se que “o USHMM é um monumento pseudo-religioso para a enorme influência de uma minoria irrelevante e para a corrupção dos políticos mercenários que desviaram dinheiro público para a sua construção. ” Este mesmo texto anunciava que “ativistas revisionistas de todo o país estão manifestando

³⁷³O caso mais representativo das aparições públicas do pessoal do IHR em 1992 é de um episódio do Montel Williams Show, uma espécie de programa sensacionalista de entrevistas sobre temas controversos transmitido nacionalmente. O roteiro do episódio seguia uma linha comum em programas desse tipo. Depois de Weber e Cole terem sido apresentados, eles participaram de uma seção de perguntas e repostas com a plateia e com o apresentador do programa, e depois, foram surpreendidos com a entrada de pessoas identificadas como sobreviventes, como quem protagonizaram uma espécie de debate. HOLOCAUST DISCUSSION WITH DAVID COLE & MARK WEBER. Montel Williams Show. Los Angeles: Sindicalizado; Paramount Domestic Television, 1992.(Tabloid Talk-show, programa de TV). Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=jx9G4zmpKv0&t=121s>>, acessado em 25/08/2016.

³⁷⁴WEBER, M. From the editor. [Editorial] *The Journal for Historical Review*, v. 13, n. 1, jan. de 1993, p. 3; OFFICIAL US Holocaust Museum to be open in April in Washington, D.C. Idem, p. 43. Sobre o USHMM, C.f.: Cap. 1, pp.57-58.

interesse em se organizar para, no dia da inauguração do museu, expressar a indignação da maioria silenciada da América com este ultrajante abuso”³⁷⁵.

Quando o escritor da matéria do JHR (O’Keefe, muito provavelmente) falou sobre esse interesse sobre a possibilidade da organização de uma manifestação contra a inauguração do museu, ele certamente se referia aos planos de seus parceiros para uma “Mini-Conferência Especial” do IHR. Essa edição extraordinária do evento, que, pelo menos aparentemente, em janeiro ainda não estava certa para acontecer, teve lugar em um hotel no subúrbio de Washington, na noite do dia 21 de abril de 1993, na véspera da cerimônia de inauguração do USHH. Irving, Faurisson, Weber e Countess foram os palestrantes desta edição especial das IHR-IRC. Por certo, os organizadores do evento queriam aproveitar a relativa visibilidade pública para fazer desse evento um acontecimento público. O objetivo da dita “mini-conferência” não foi só o de protestar contra a inauguração do museu, mas de mobilizar meios para tornar pública a visão do pessoal do IHR sobre o evento. Para fazer isso, na manhã que se seguiu à conferência, no dia da inauguração do memorial, Weber programou e convocou uma coletiva de imprensa em nome do IHR. O que se sucedeu foi um fiasco, segundo o próprio editor do IHR. A conferência e as manifestações do IHR passaram despercebidas diante da cobertura massiva que a inauguração do USHMM teria recebido. Para Weber isso era um dos sinais e um dos resultados de uma suposta campanha para silenciar os esforços negacionistas. Segundo ele, o combate continuado contra essa campanha logo seria vitorioso – e a aparição de trabalhos acadêmicos sobre o negacionismo, que de alguma forma tratavam do IHR e davam não só publicidade, mas também uma espécie de notoriedade autorizada ao movimento e à organização, era vista por ele como um sinal disso³⁷⁶.

Os discursos feitos durante esta mini-convenção foram todos mobilizadores de convertidos. Os desafios de Faurisson (que exigia da direção do museu uma “representação física das mágicas câmaras de gás” ou o “retrato de uma câmara de gás nazista inteira, que dê uma informação precisa sobre sua técnica e sobre seu funcionamento), as acusações de Irving contra um “lobby do Holocausto” que hipoteticamente fazia pressão institucional para silenciar-lo, a chamada de Mark Weber para uma ação contra o museu e contra o que ele significava, e o discurso de Robert

³⁷⁵Idem.

³⁷⁶Idem.

Countess sobre as batalhas de seus colegas negacionistas através do IHR não parecem ter saído do Hotel que sediou o evento, tão pouco apareceram nas páginas do JHR³⁷⁷.

Esta edição extraordinária da IHR-IRC aconteceu quando os conflitos entre Carto e parte da equipe do IHR atingiram um limite. Logo depois do evento, Carto foi desligado da organização e as disputas se acirraram. Os recursos tiveram que ser desviados para outros combates, dessa vez dentro dentro da organização. No meio desses conflitos, a edição anual regular da IHR, a décima segunda edição, não aconteceu naquele ano. Ela só foi ser realizada um ano depois, em setembro de 1994, entre uma batalha judicial e outra. E, apesar de ter sido organizada e dada a ver como uma conferência que selava uma unidade dos negacionistas em torno do IHR (a conferência foi apresentado como a concretização de uma cooperação íntima entre “acadêmicos, ativistas, publicistas e apoiadores”) e, portanto, como o sinal de normalidade e, sobretudo, de avanço da organização (o evento representaria e celebraria o que era descrito como o “crescimento do impacto” do negacionismo e do IHR nos EUA, e também o que era dado a ver como a vitória contra os variados inimigos da organização e), a XII IHR-IRC aconteceu em um momento de crise e, talvez, como um meio e instrumento de mobilização para a solução dessa crise³⁷⁸.

A forma como a convenção foi dada a ver aos leitores do JHR e dos boletins do IHR é uma evidência disso, assim como foi a programação do evento. Zundel teve um lugar de destaque nessa edição da conferência; na verdade, ele ocupou um lugar central. É certo que ao longo dos anos de funcionamento do IHR ele passou de uma figura mais ou menos irrelevante na casa a uma mais ou menos celebrada, especialmente depois de seus processos judiciais. Acontece que nesta edição do evento ele não foi só acolhido como o principal ativista, publicista, herói e mecenas da organização e do movimento . Zundel também ocupou um lugar que cabia à Carto e, desse lugar, pode reabilitar nomes desgraçados no IHR de Carto. O editor canadense discursou cerimonialmente durante o banquete comemorativo da conferência e, quando homenageou negacionistas que haviam contribuído com a causa (especialmente com as suas iniciativas), Zundel deu atenção

³⁷⁷ Idem.; ON camera against the Holocaust Lobby: Dr. Robert Faurisson, David Irving, Mark Weber, Dr. Robert Countess – Challenging the Holocaust Museum. *The Journal for Historical Review*, v. 14, n. 1, jan. 1994, p. 47.

³⁷⁸ TWELFTH IHR Conference set for september. *The Journal for Historical Review*, v. 14, n. 3, junho de 1994, pp. 2-6; DEFYING adversaries, Institute marks progress and looks ahead. *IHR Update*, n.1, jan. 1995; IHR sues to recover millions seized by Carto. Idem.; CARTO’S rule or ruin strategy? Idem.; C.f.: Cap. 2, pp. XX.

especial à David McCalden, que havia se tornado um inimigo ferrenho de Carto no campo negacionista depois de ter sido o primeiro diretor e editor do IHR³⁷⁹.

Ao lado de Zundel, mas em uma posição diferente, Irving e Faurisson foram mais uma vez recebidos como estrelas acadêmicas do evento. Irving fez um relato atualizado de suas peripécias e falou de suas incursões misteriosas sobre o que disse ser “arquivos secretos soviéticos”, onde, através de um intermediário, teria encontrado o que seriam as “páginas perdidas dos diários de Goebles”. Faurisson atualizou o desafio que havia lançado ao USHMM e falou sobre sua visita ao memorial durante sua estadia nos EUA para a conferência do IHR. Entre os ditos acadêmicos ainda estavam o italiano Carlo Mattogno, que lançou a edição de seu livro sobre Pressac em inglês, publicada pelo IHR naquele ano. O engenheiro Frederick Paul Berg estava outra vez na conferência para proclamar que os recursos minerais gasosos do III Reich foram usados não para o extermínio em massa, mas para o transporte em massa. Jürgen Graff, professor de alemão e representante suíço da nova geração de negacionistas, colaborador e amigo de Mattogno, participou pela primeira vez da convenção, onde falou sobre o que o pessoal do IHR percebeu como “os perversos efeitos psicossociais da lenda do Holocausto na política, na sociedade e na vida Ocidental”. Integrando o negacionismo à uma perspectiva xenofóbica, racista e anti-imigração, Graff tratou do Holocausto como “a mais poderosa arma da campanha para o descrédito da cultura ocidental e para a destruição da consciência racial-cultural europeia”; segundo ele, os discursos públicos sobre o Holocausto eram “usados para subverter a soberania nacional e promover uma massiva imigração de [pessoas do] terceiro-mundo para os EUA e para a Europa Ocidental”. O geólogo canadense John Ball, que era outro novato na conferência e nos círculos negacionistas, mostrou e falou sobre fotografias aéreas de campos de concentração – um velho tema dos negacionistas. Se não fosse por sua prisão domiciliar, o jovem negacionista alemão Germar Rudolf também estrearía como “palestrante surpresa” nesta edição da conferência. Sua presença no evento foi marcada com a leitura de uma carta escrita e enviada para ser lida durante a conferência³⁸⁰.

³⁷⁹ TWELFTH IHR Conference set for setember. *The Journal for Historical Review*, v. 14, n. 3, junho de 1994, p. 2-6; SPIRITED twelfth IHR Conference brings togheter leading revisionist scholars and activists. *The Journal for Historical Review*, v. 14, n. 6, dez. de 1994, pp. 2-8.

³⁸⁰ Idem.; Ibidem; IHR’s Twelfth Revisionist Conference: a spectacular lineup now available on video and audiotape. [Catálogo] *The Journal for Historical Review*, v. 15, n. 1, jan. de 1995, pp. 12-13; RUDOLF, G. A form of collective insanity is now sweeping Germany: Rudolf’s ‘Mistery Speaker’ statement. *The Journal for Historical Review* v. 14, n. 6, dez. de 1994, pp. 14-15; IRVING, D. Goebbels and the ‘Final Solution’: revelations from the Goebbels’ Diary. *The Journal for Historical Review*, v. 15, n. 1, jan. de 1995, pp. 2-17; GRAF, J. The social and political impact of the Holocaust campaign in today's Europe. *The Journal for*

Dos ditos ativistas estiveram presentes David Cole, Bradley Smith e Robert Countess. Smith falou sobre sua participação em programas de rádio e de televisão, sobre a sua campanha de propaganda em jornais universitários e agradeceu o suporte que ele recebia para realizar e continuar realizando tais atividades. Colle fez o mesmo, assim como Countess, que foi apresentado como “embaixador do IHR”. A equipe do IHR também não fez nada do que já era regular, senão pela estreia de Raven com mestre de cerimônias. Weber entregou o discurso programático em que fez um balanço das atividades da casa nesse período conturbado e renovou os compromissos de manter a casa funcionando, com o suporte esperado. Marcellus abriu e encerrou o evento³⁸¹.

Em janeiro de 1995, o boletim mensal do IHR (que a essa altura já tinha circulação irregular e logo depois suspensa para reaparecer em maio de 2000) informou aos assinantes dos produtos do IHR que os preparativos para a XIII IHR-IRC estavam sendo encaminhados. Segundo a nota, essa décima terceira edição da IHR-IRC deveria acontecer ainda naquele ano, apesar das acirradas e custosas batalhas com Carto, e mesmo com a “apertada situação financeira”, com os agravantes problemas com fornecedores e prestadores de serviços gráficos, e com a circulação normal do JHR. A expectativa, entretanto, não se concretizou. Havia apenas menções a edições passadas das IHR-IRC no JHR e nada se falava sobre uma provável realização futura do evento³⁸².

Nesse meio tempo, pela segunda metade da década de 1990, enquanto as disputas com Carto atingiram o nível mais alto para depois cessarem através de um acordo, os rumores, os boatos e as especulações de que havia problemas no IHR já circulavam. A irregularidade da publicação do JHR e da realização das convenções entraram como estatística e indício da crise. Em 2000, depois da série de “litígios custosos”, o IHR foi dado a ver como pronto para voltar à ativa e a “funcionar integralmente”. Pelo menos era o que se comunicava através do boletim da organização que foi distribuído no início de maio para os assinantes do JHR. Essa mesma edição do

Historical Review, v. 15, n. 6, dez. de 1996; Zaverdinos, Platonov and Graf join Journal Editorial Advisory Committee. *The Journal for Historical Review*, v. 16, n. 3, jun. de 1997, pp. 19-20.

³⁸¹SPIRITED twelfth IHR Conference brings together leading revisionist scholars and activists. *The Journal for Historical Review*, v. 14, n. 6, dez. de 1994, pp. 2-8.; IHR's Twelfth Revisionist Conference: a spectacular lineup now available on video and audiotape. [Catálogo] *The Journal for Historical Review*, v. 14, n. 1, pp. 12-13.

³⁸²IHR's May Conference to spearhead Revisionism's post-Lipstadt counterattack. *IHR Update*, n. 3, maio de 2000; REVISIONIST historians and activists to meet in Southern California. *The Journal for Historical Review*, v. 19, n. 1, jan. de 2000, pp. 37-38.

boletim – a primeira em quase seis anos – anunciava a XIII IHR-IRC para o final do mesmo mês, entre os dias 27 e 29, durante o feriado de *Memorial Day*³⁸³.

Essa edição da conferência aconteceu logo depois da derrota de David Irving para Deborah Lipstadt e seus editores em uma corte inglesa. Por isso, ela deveria fornecer o espaço para que “ativistas e pesquisadores” negacionistas definissem a resposta do IHR e do movimento no geral aos desdobramentos do julgamento e “enquadrassem o IHR no caminho do século XXI”. Mas não era só isso: a conferência também foi anunciada como um sinal do retorno do IHR à normalidade e ao protagonismo da organização que era dada a ver como a “principal força institucional” do negacionismo. Ela foi apresentada como um novo começo e como um novo ciclo do funcionamento da organização. Nesse sentido, ela foi celebrada como uma vitória do pessoal do IHR³⁸⁴.

O evento foi mesmo programado para ser um marco e para ser grandioso. Quinze “ativistas”, “pesquisadores” e “amigos” do IHR compuseram a programação como palestrantes. Duas gerações de produtores e divulgadores de literatura negacionista estavam reunidos. Alguns eram já conhecidos: Butz, Faurisson, Irvig, Rudolf, Graf, Zundel, Smiht, Bennett, Countess. Outros eram novatos, como era o caso do negacionista australiano Frederick Toben; de Glayde Whitney, entusiasta e porta-voz de David Duke, professor universitário, psicólogo e geneticista behaviorista conhecido por sua defesa intransigente de práticas eugenistas; o jornalista e corresponde de guerra John Sack que, sabendo do programa e da natureza do IHR, participou do evento para divulgar a nova edição revisada de seu *An Eye for an Eye: The Untold Story of Jewish Revenge Against Germans* (Olho por olho: a história não contada da vingança judia contra alemães – sem tradução para o português), o seu livro sobre o aprisionamento de soldados alemães no pós-guerra publicado originalmente em 1993; o pastor e teólogo Charles Provan; e também o ex-deputado da Califórnia pelo Partido Republicano, Paul McCloskey. O’Keefe e Raven dividiram a coordenação do evento; Weber, agora como diretor executivo da casa, abriu o evento entregou o discurso programático. No encerramento da

³⁸³ Idem.; THIRTEENTH Conference marks Revisionist renaissance. *IHR Update*, n. 4, junho de 2000; 13th IHR Conference: A Resounding Success Optimism, Confidence Mark International Revisionist Meeting. *The Journal for Historical Review*, v. 19, n. 3, junho de 2000, pp. 13th IHR Conference: a resounding success optimism, confidence mark International Revisionist meeting. *The Journal for Historical Review*, v. 20, n. 3, junho de 2000, pp. 2-14.

³⁸⁴ Idem.

conferência, ele, Raven, O’Keefe e Faurisson se reuniram para falar sobre a história de incidentes e conflitos com Carto e sobre a situação da organização³⁸⁵.

Tudo indica que esta edição da IHR-IRC foi, de fato, realizada como uma espécie de propaganda. A nota do boletim que relatava a convenção dizia que, ao final do evento, os participantes haviam experimentado um novo e promissor começo, cuja a continuidade deveria ser garantida através da normalização da circulação do JHR e da edição da conferência que deveria ser realizada no ano seguinte. Se foi assim, eles tiveram que esperar mais dois anos para se encontrarem de novo em uma circunstância como essa – e talvez tenham sido frustrados³⁸⁶.

As disputas com Carto haviam cessado, mas outras foram reascendidas entre os membros da equipe da organização. Os recursos estavam escassos (os pedidos de suporte e doação tornaram-se mais regulares, inclusive nas páginas do JHR), o catálogo editorial havia diminuído em função de restrições fiscais que foram impostas ao registro do IHR como organização sem fins lucrativos, a circulação e o número de assinaturas do JHR despencara, assim como a venda de livros, e as edições do JHR começaram a sair de maneira marcadamente irregular³⁸⁷.

De tal maneira que quando a XIV IHR-IRC aconteceu, em junho de 2002, Weber e Raven eram os únicos que restavam como funcionários e porta-vozes da organização. Dos antigos parceiros da casa, Faurisson, Smith e Countess foram os únicos que participaram do evento. Ao lado deles, outros sete mais ou menos irrelevantes palestrantes compuseram a programação do evento – desses, apenas Toben era relativamente conhecido e reconhecido negacionista³⁸⁸.

Pouco se falou sobre o Holocausto durante a XIV IHR-IRC, embora o tema tenha aparecido em situações circunstanciais e marcadas. A ênfase e a linha dessa edição do evento foi apresentada por Weber durante o discurso de abertura e durante a palestra programática. A conferência deveria anteciper a direção da própria organização a partir dali: um aprofundamento sobre a suposta “origem, natureza e impacto” de um dito “poder judeu-sionista”, e, diante da “da queda da relevância social do Holocausto”, suprir uma suposta demanda pública por “informações precisas e verdadeiras sobre o conflito Israel-Palestina, sobre o Sionismo, sobre Israel, sobre as relações entre os EUA e Israel, e sobre

³⁸⁵ Idem.

³⁸⁶ Idem.

³⁸⁷ C.f.: Cap. 2, pp. 112-115.

³⁸⁸ THE 14th IHR Conference: confident spirit marks successful meeting. *The Journal for Historical Review*, v. 21, n. 3-4, maio de 2002, pp. 4-10.

a questão judaica”. Se era assim, a plataforma não poderia ser mais o JHR. O relato do que aconteceu durante esta que foi a última conferência do IHR saiu naquele que foi também o derradeiro volume do periódico da organização. Para alguns negacionistas, esse foi também o último suspiro do IHR³⁸⁹.

³⁸⁹ Idem; c.f.: Cap. 2, pp. 115-117.

Considerações finais.

O texto-base dessa dissertação começou e terminou com a história de duas reuniões separadas e unidas uma da outra por 33 anos. A escolha não foi casual, assim como este trabalho não é necessariamente sobre o que aconteceu entre uma e outra. Em parte, a escolha tornou possível a exposição dos resultados desta pesquisa sobre intelectuais e práticas intelectuais em um terreno particular de um campo relativamente autônomo da extrema-direita. E isso, é claro, depende mais do caráter dessas reuniões e do que se fez acontecer por meio e através delas do que qualquer outra coisa.

De acordo com John Comerford, reuniões como essas que aqui foram usadas mais como marcadores (no sentido genético do termo) do que como marcos

criam um espaço de sociabilidade que contribuem para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções relativas à natureza das organizações (...) e ao papel [de seus agentes], bem como sobre a natureza da categoria que essas organizações se propõem a representar³⁹⁰.

Reuniões são espaços de relações multidimensionais, são encontros formalmente definidos e coordenados em torno de um objetivo em um espaço controlado, limitado e hierarquizado. Em quaisquer que sejam os casos, as situações e as circunstâncias, reuniões são instrumentos e meios entrecruzados e atravessados por outros através dos quais se cria e se transforma o mundo – e é esse caráter geral que justifica o lugar desses eventos neste texto.

O objetivo central deste trabalho foi o de investigar como as práticas negacionistas fazem sentido no e sobre o mundo. Optou-se por fazer isso através da objetivação das relações entre os agentes do movimento no interior e ao redor de uma organização formal. Essas reuniões forneceram uma das chaves de entrada para o mundo relativamente fechado dessa organização e, uma vez lá, deu acesso outros espaços relacionais que formavam e conformavam este mundo. Entre esses espaços estavam

³⁹⁰ COMERFORD, J. Reuniões Camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. In: PERIANO, M. O dito e o feito: ensaio de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Nucleo de Antropologia da Política, 2002, pp. 149-168

terrenos da extrema-direita, o campo dos discursos sobre o Holocausto e, em determinado estágio de seu desenvolvimento, pontos distintos do campo negacionista.

Para saber como essas práticas e relações fizeram sentido foi preciso voltar àquela reunião de 1969 e, a partir de lá, avançar e retroceder na objetivação das mais banais e das menos apreensíveis relações, funções e representações que instituíram e foram instituídas pelo movimento.

Dessa forma, pode-se compreender como as fronteiras de pontos paralelos da extrema-direita foram distendidas e expandidas por e para intelectuais, representações, visões de mundo, visões do passado, valores, crenças, programas e práticas. Foi através desse movimento que, por um lado, a crença negacionista em um passado sem os crimes nazistas pode ser elaborada como discurso mobilizador e como programa, através de relações associativas entre agentes de diferentes colorações da extrema-direita estadunidense ao longo dos anos 1960.

Por outro lado, essas mesmas relações difusas que tiveram lugar no interior do acidentado campo da extrema-direita estadunidense não fizeram sentido sem ter sofrido consequências das diferentes etapas do processo de desenvolvimento público das narrativas sobre o Holocausto nos EUA. Na verdade, foi através dessa dupla relação de simbiose e de oposição entre um campo e outro (e através da mobilização de agentes, de referenciais significativos) que as fronteiras do negacionismo foram definidas e, através desse mesmo processo, se tornaram relativamente autônomas da extrema-direita.

É nesse quadro que a existência do IHR tem e faz sentido. A organização aparece em um momento em as condições discursivas e formais estão desenvolvidas à ponto de permitirem a concepção e a instituição de uma organização desse tipo. Portanto, se o surgimento de instituições como o IHR é um sinal do processo de desenvolvimento do negacionismo ou de sua autonomização relativa, ele é assim em um determinado momento em que fazia sentido para a extrema-direita organizar as lutas pelos discursos e pelos sentidos públicos sobre o Holocausto.

Assim, mais que uma simples instituição de fachada criada para tornar palatáveis as práticas de seus agentes, o IHR foi uma organização complexa e polissêmica que sustentou o movimento e foi sustentada por ele. Em certa medida isso confirma, mas extrapola a hipótese em torno da que este trabalho de pesquisa foi organizado. Segundo ela, o IHR teria fornecido uma estrutura de sociabilidade intelectual para a extrema-

direita. Talvez, antes de tirar consequências dessa sugestão seja necessário reelaborar a proposição e, através dos resultados coligidos, sugerir a tese de que o IHR foi constituído ao longo do tempo como uma estrutura mais ou menos flexível de sociabilidade intelectual relativamente autônoma da extrema-direita. E isso tem algumas consequências.

Geralmente a relação do negacionismo com a extrema-direita é tida e observada como um dado não raro auto-evidente e auto-suficiente. Mesmo com os trabalhos que demonstraram como diferentes colorações políticas lidam com o passado do extermínio nazistas nestes termos, os vínculos do negacionismo com a extrema-direita são como um axioma e são um caso de relação de determinação mútua. Fundamentalmente, o caso do IHR não sugere outra coisa: o terreno do negacionismo é mesmo o terreno da extrema-direita. Acontece que, neste caso particular, essa relação de pertencimento e de adesão é uma relação multifacetada e que não se dá a ver de maneira evidente dessa forma unívoca e reificada. Os vínculos não são unilaterais nem se referem apenas aos círculos dos agentes, mas, através deles, também a visões de mundo, visões do passado, programas políticos, referências comuns, enfim, a todo um conjunto de representações e expedientes intelectuais que tornam a elaboração e as diferentes mediações das imagens sobre o extermínio nazista como uma fraude carregadas de sentidos – e de sentidos em disputa, vale lembrar. Portanto, e mais uma vez, pelo menos no caso do IHR, essa não é uma relação de mão-única, nem unidimensional.

Um dos resultados dessa pesquisa sugere que o “núcleo duro” do IHR era formado por intelectuais (produtores e mediadores de representações) da extrema-direita e que parte do trabalho desses agentes era cuidar das autoimagens da casa. Esse trabalho funcionava através de uma hierarquia que limitava em cada momento quais seriam ou deveriam ser os sujeitos dessa prática, como deveria ser essa prática, o quê e onde deveria se falar, e como e em que circunstância deveria se produzir e comunicar essas imagens. Os produtos dessa prática foram variantes, mas a sua lógica e o seu sentido são regulares: eles atravessavam o terreno acidentado dos discursos e dos produtores dos discursos públicos sobre o Holocausto, o próprio campo da extrema-direita e o movimento. E, ao fazer isso, davam movimento tanto ao IHR quanto ao negacionismo.

Entretanto, o que condicionava as dinâmicas desse movimento e dessas representações eram as lutas públicas pelos sentidos do Holocausto e pelos sentidos do passado no geral. É claro que um dos móveis dessas lutas eram essas auto-imagens do

IHR. Por um lado, elas mobilizavam os convertidos e atualizavam continuamente as adesões ao fazer funcionar de maneira integrada um conjunto de representações que faziam da casa e do movimento uma unidade de ação. Por outro lado, elas eram uma espécie de armadura (e, mais uma vez, uma não fachada, mas um artefato, um objeto, um instrumento, uma arma) para as manifestações e para as lutas públicas dos agentes em nome da casa e da causa.

No caso do IHR, na medida em que textos programáticos mais amplos estão disponíveis, e na medida em que um *corpus* mais ou menos robusto e regular de materiais pôde ser construído e consultado durante essa pesquisa, e mesmo por causa da disposição organizacional da instituição, foi mais fácil saber os princípios dessas lutas. Através desses materiais e dessas relações viu-se que esses princípios mudam de acordo com situações conjunturais. Assim, se o programa da organização que fundou o IHR consistia na defesa e na afirmação de um nacionalismo palingenético, excludente, baseado em valores racistas que informava e eram informados por um determinada uma visão do passado, nega-se o Holocausto e usa-se interpretações ditas “alternativas” ou “revisionistas” da história nas lutas contra as chamadas lições universais do Holocausto sobre a defesa de princípios e valores democráticos, sobre a defesa do multiculturalismo e da diversidade, sobre os efeitos perversos do racismo etc. Quando essas lições e sentidos não são objeto direto do ataque, elas são sublimadas em outras entidades móveis e misteriosas como o “o sionismo internacional”, o “lobby do Holocausto”, “o lobby de Israel”, “o comunismo internacional”, “os plutocratas”, “os super-ricos”, “os super-capitalistas” etc. Esse era um trabalho mais ou menos parecido com aquele a que Michel Pollack se refere como trabalho de “enquadramento da memória” – que, entretanto, deveria ter efeitos propriamente políticos limitados fora do campo dos convertidos, porque, afinal de contas, os critérios de justificação nativos não consideravam válidos os critérios publicamente compartilhados³⁹¹.

Essas lutas foram travadas através de diferentes posições, lugares e meios: periódicos, boletins, livros, panfletos, conferências, convenções, tribunais, rádio, televisão etc. Elas mobilizaram diferentes recursos e sempre cumpriram efeitos instituintes sobre a organização, fosse sobre a forma da consagração de agentes, de teses,

³⁹¹ POLLACK, 1989.

de feitos e de trajetórias, fosse através das lutas pela definição do domínio dessas lutas no interior e ao redor da instituição.

Mas, ainda que essas lutas fossem as principais atividades dos agentes, elas não eram as únicas. No interior e ao redor do IHR havia espaço para celebração e acolhimento de amizades, espaços de confraternização, havia meio para que se honrassem e se incorporassem as heranças simbólicas, para a celebração de parcerias etc. Como espaço de sociabilidade, em torno do IHR foram organizadas redes e redes em potencial que uniam os agentes através de diferentes feixes relacionais polissêmicos e heterogêneos que atravessavam a casa.

Diante disso, é difícil tratar da existência e do funcionamento do IHR através dessas relações como uma coisa só. Ou, dito de outra forma, é difícil falar das relações desses agentes no interior e ao redor do IHR de maneira unilateral. As relações entre os agentes atravessam a organização de diferentes modos, intenções e direções. Há casos em que são construídas em torno de laços de solidariedade, as vezes tomam a forma de disputa, as vezes são interessadas, outras se constroem em busca de reconhecimento e consagração etc. Mais do que uma unidade de ação ou do que simplesmente uma fachada, o IHR era uma entidade múltipla cujas fronteiras eram definidas por meio das relações entre os agentes no interior e ao redor da casa.

Certamente o IHR era um polo ou um fórum em torno do qual agentes internacionalmente dispersos se articulavam e se encontravam. É bem possível que a organização tenha sido um centro irradiador de práticas, de valores, de programas, de visões do passado, etc. e que essas variáveis tenham sido transportadas por meio das redes ou das redes em potencial que se expandiram para além e através da casa. Mas aqui, entra-se em outro terreno: o das redes internacionais de intelectuais da extrema-direita. E isso é objeto e problema para outro trabalho.

Lista de Fontes.

ADL urges probe of rightwing Institute for Historical Review. *The Jewish Times Agency Daily Bulletin*, Nova York, 11/02/1981, p. 3.

CALIFORNIA Judge rules Holocaust Did Happen. *The New York Times*, Nova York, 10/10/1981, p. 1001026.

CARVAJAL, D. Civil war rages among Holocaust revisionists: Courts: At stake are control of the Costa Mesa Institute for Historical Review and \$10-million bequest. *The Los Angeles Times*, Los Angeles, 08/05/1994. Disponível em < http://articles.latimes.com/1994-05-08/news/mn-55187_1_court-documents >, acessado em 16/03/2016; ATKINS, 2009, p. 167.

CARTO, W. Hitler: the greatest spenglerian. *American Mercury*, Sausalito, verão de 1978. Disponível em < willisacartolibrary.com/2018/03/28/hitler-the-greatest-spenglerian >; acesso em 13/08/2017.

_____. A Liberty Lobby is needed. Right, set. 1957.

FAURISSON, R. Mark Weber must resign from the Institute for Historical Review. *Smith's Report*, n. 160, abril de 2009.

FOLKART, B.A. David McCalden; Failed to disprove the Holocaust. [Obituário] *The Los Angeles Times*, 25/10/1999.

FOUR Jewish organizations to provide legal counsel to Holocaust Survivor suing the Institute for Historical Review. *JTA Daily New Bulletin*, Nova York, 17/03/1981, p. 1.

GERMAN Holocaust Denier imprisoned for inciting Racial Hatred. *Deutsche Welle* (online), 16/03/2007, disponível em < <https://p.dw.com/p/A0qx> >, acessado em 14/07/2017.

Instauration, 1976-2002.

JALON, Alan. In Northridge: Holocaust doubster is blast target. *Los Angeles Times*, Los Angeles, 16 de maio de 1985.

KING, S.S. Professor causes furor by sayng nazi slaying of jews is a myth. *The New York Times*, Nova York, 28/01/1977. Disponível em <

<https://www.nytimes.com/1977/01/28/archives/professor-causes-furor-by-saying-nazi-slaying-of-jews-is-a-myth.html> >; acesso em 16/04/2017.

LA GANGA, Maria L. Group denying Holocaust secretive about location. *The Los Angeles Times*, 13/05/1986.

LAWSUIT over proof of Holocaust ends with payment to a Survivor. *The New York Times*, Nova York, 25/07/1985, p. A00012.

LINDSEY, R. Auschwitz Survivor sues for prize for proving Germans gassed Jews. *The New York Times*, Nova York, 11/03/1981, p. A00016.

MATHEWS, J. Assertion is dismissed in no-Holocaust matter. *The Washington Post*, Washington, D.C., 10/10/1981, p. A3.

MATHEWS, J. California group's attempt to deny Holocaust stirs anxiety. *The Washington Post*, Washington, D.C., 11/04/1981.

METROLAND, Margot. Remembering Willis Carto. *Counter Currents*, 26/10/2015. Disponível em < <https://www.counter-currents.com/2015/10/remembering-willis-carto-july-17-1926-october-26-2015/> > acessado em 17/12/2015.

NATIONAL ALLIANCE. First General Convention of the National Alliance. *National Vanguard Bulletin*, junho de 1978.

OLIVER, M. Holocaust doubters settle Auschwitz Survivor's Suit. *The Los Angeles Times*, Los Angeles, 25/07/1985

OWEN, M. Susan. Embezzlement Suspect Claims Raid on Home Was Illegal : Courts: Former head of Costa Mesa group that claims Holocaust accounts exaggerate is being investigated in connection with missing \$7.5 million. *Los Angeles Times*, Los Angeles, 16 de junho de 1995.

ROTHBARD, M. Harry Elmer Barnes, R.I.P. (Editorial) *Left and Right*: a journal for libertarian thought, Nova York, outono de 1968.

_____. The case for Revisionism (and against a priori history). *The Libertarian Forum*, Nova York, fev. de 1969.

RUDOLF, G.. Dr. Robert Harvey Countess: Obituary. *The Revisionist*, n.2., junho de 2005.

_____. Losing a wise friend. *The Smith Report*, n. 220, março de 2016.

_____. What should CODOH do? *The Smith's Report*, n. 216, agosto de 2016.

SHERMER, M. Proving the Holocaust: the refutation of revisionism and the restoration of History. *Skeptic Magazine*, v. 2, n. 4, junho de 1994.

SMIHT, B. Troubles on the money trail: Willis Carto takes the Fifth. *Smith's Report*, v. 20, fev. de 1995.

_____. Editorial.[Editorial] *Smith's Report*, n.22, abril de 1995

_____. The 'Problems': IHR Staff/The Cartos. *Smith's Report*, n. 18, set. 1994

_____. Willis Carto and the 'problems'. *Smith's Report*, n. 17, março de 1994.

THE Editors of Life presents a major historical document - Eichmann tells his own damning story, Part I – "I transport they ... to the butcher". *Life Magazine*, v. 49, n. 22, 28 de novembro de 1960, pp. 19-16.

The Journal for Historical Review, 1980 -2002.

TOWNSEND, D. \$5,25 million awarded by Jury to Survivor of Hitler's Death Camps. *The Los Angeles Times*, Los Angeles, 18/01/1986

UNIVERSITY explains why it denied its facilities to rightwing group. *The Jewish Times Agency Daily News Bulletin*, Nova York, 20/05/1981, p. 2

VALENTINE, P. W. Rightist claims cure for college violence. *The Los Angeles Times*, Los Angeles, 26/05/1969

WIESEL, E. Survivors' children. *New York Times*, 16 de Nov. de 1975, seção 11, p. 36.

_____. Trivializing the Holocaust: Semi-Fact and Semi-Fiction. *New York Times*, 16 de abril de 1978, p. B1.

b) Documentos Policiais.

FBI (Federal Bureau of Inteligency). Memorando 157-3447-73, Pasta 157-3447, Washington, D.C., 28/06/1969.

FBI Memorando 62 -106941-76, Pasta HQ 62-106941, Washington, D.C., 7/12/1966.

FBI. Memorando 105-4222-31, Pasta 105-4222, Los Angeles, 02/01/1959.

FBI. Memorando 105-4222-8. Pasta 105-4222, Los Angeles, 1/10/1958.

FBI. Memorando 157-3444-73. Pasta 157-3444, Série 2, Nova York, 28/07/1969.

FBI. Memorando 62-0-26172, Pasta 19 0-WF-2159 7 7, Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, Washington, D.C., 18 set. 1984.

c) Documentos Digitais, sítios eletrônicos.

Anti-Defamation League (ADL). Origins of the Denial Movement. In: __. *Holocaust Denial: an online guide to exposing and combating anti-semitic propaganda*. Nova York: ADL. [Online]. Disponível em <http://archive.adl.org/holocaust/origins.html#.WBySmiT8vp4>, acessado pela última vez em 07/03/2016.

CARTO, W. The first revisionist conferences. Willis Carto Library. [On-line] Disponível em < <http://willisacartolibrary.com/2017/06/13/the-first-revisionist-conference-1979/>>, acessado em 13/07/2017.

Committee for Open Debate on Holocaust – CODOH. < www.codoh.com >.

Institute for Historical Review.< www.ihr.org >.

Metapedia. <www.metapedia.org >

National Vanguard. < www.nationalvanguard.org >

O'KEEFE, T. Exit the whistleblowe: my fall from grace at IHR. CODOH [on-line], 31/07/2002. Disponível em < <http://www.vho.org/GB/c/TOK/Whistleblower.html> > , acessado em 25/08/2015.

RAVEN, G. Is Greg Raven a Scientologist? Willis Carto Archive [on-line]. Disponível em < <https://www.monkey-factory.com/wac/publications/spotlight/not-with-cos> > , acessado em 16/05/2017.

Robert Faurisson (*Blog*). < <http://robertfaurisson.blogspot.com> >

RUDOLF, G. Autobiographical Essays. Disponível em < <http://germarrudolf.com/en/germar-private/autobiographical-essays/> > , acessado em 21/05/2017.

_____. Two jailbirds: im memorian of Ernst Zündel. [online] Disponível em < <https://codoh.com/library/document/4832/?lang=en> > , acessado pela última vez em 18/05/2017;

_____. IHR: From Flagship to Millstone: How the IHR Became a "Black Hole" for Revisionist Dollars. [*On-line*] CODOH, 07/05/2015. Disponível em < <https://codoh.com/library/document/3367/?lang=en> > , acessado em 14/05/2017

_____. IHR: Is the ship sinking? Backgrounds and effects of a nine year crisis. [*On-line*] VHO, 2004 (2002). Disponível em < <http://www.vho.org/GB/c/GR/IHRCrisis.html> > , acessado pela última vez em 14/05/2017.

SOUTHERN POVERTY LAW CENTER. Institute for Historical Review. In:_. *Hate/extremist files*. Disponível em <https://www.splcenter.org/fighting-hate/extremist-files/individual/willis-carto>, acessado pela última vez em 07/03/2016.

Stormfront. < www.stormfront.org >.

United States Holocaust Memorial Museum < www.ushmm.org >

Vrij Historisch Onderzoek/Castle Hill Publications. < www.vho.org > .

Yad-Vashem. < www.yadvashem.org >

d). Audiovisuais.

DENIAL. Dir.: Mick Jackson. Prod.: Garry Foster; Russ Krasnoff. Roteiro: David Hare; Deborah Lipstadt. Los Angeles/Londres: Krasnoff/Foster Entertainment; Shoebox Films, Participant Media; BBC Films; BleeCker Street; Entertainment One, 2016. Amazon Streaming Video (110 mim.).

CHERINGTON, T.; CHRISTIE, D. Doug Christie debates Human Rights hack on the Cherington TV Show. (Junho de 1984); disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=7jkrYDHxFNY>> , acessado em 23/05/2017, acessado em 25/08/2016

CHRISTIE, D.; FROMM, P. Doug Christie speaks on the loss of Freedom of Thought in Canada. Douglas Christie Memorial Video Archive. 22/02/1986 (47 min. 30 seg.). Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=WSy3t_OBwpI&t=125s > , acessado em 25/08/2016.

GENOCIDE. Direção: Arnold Schwartzman. Produção: Marvin Hier; Arnold Schartzman; Marvin Segelman; Peter Shillingford. Roteiro: Martin Gilbert, Marvin Hier, Arnold Schwartzman. Vaasa: Future Film, 2003, 1 DVD.

Holocaust discussion with David Cole & Mark Weber. Montel Williams Show. Los Angeles: Sindicalizado; Paramount Domestic Television, 1994.(Tabloid Talk-show, programa de TV). Youtube. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=jx9G4zmpKv0&t=135s>> ,

JUDGMENT at Nuremberg. Direção: Stanley Kramer. Produção: Stanley Kramer; Philip Langner. Roteiro: Abby Mann. Nova York: Kino Lorber, 2015, 1 DVD.

LIPSTADT, D. Behind the lies of the Holocaust Denial. TEDxSKOLL, Oxford, abril de 2017. [On-line] Disponível em < https://www.ted.com/talks/deborah_lipstadt_behind_the_lies_of_holocaust_denial> , acessado em 17/05/2017.

MULGREW, I; MAHONEY, K.; OAKE, G. CHRISTIE, D. Crossfire. Cable News Network. 1980 (21 min. 56 seg.). Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=ExOuYW03tvc>> , acessado em 23/05/2017.

NUIT et brouillard. Direção: Alain Resnais. Produção: Anatole Dauman; Samy Halfon; Phillippe Lifchtz. Roteiro: Jean Caryol, Chris Marker. Nova York: The Criterion Collection, 2003, 32 min. 1 DVD.

NUREMBERG: its lessons for today. Direção: Stuart Schulberg. Produção: Stuart Schulberg; Pare Lorentz. Roteiro: Stuart Schulberg. Newburgh: New Day Films, 2010, 2 DVD.

REVILO P. Oliver: 50 years after National Youth Alliance. National Youth Alliance, 1969, 37 min. (video); disponível em < <https://archive.org/details/ReviloOliverAfter50YearsNationalYouthAlliance>> , acessado em 05/03/2017.

SUD Narodov. Direção: Roman Karmen; Elizaveta Svilova. Produção: Roman Karmen. Roteiro: Boris Gorbátov. Carlisle: Desert Island Films, 2011, 1 DVD.

e) Impressos.

AMERICAN HERITAGE CENTER. Inventory of the Herbert C. Roseman Papers (1950-1969). Laramie: University of Wyoming, 2013.

ANDERSON, E.L. (Willis Carto) *Cultural Dynamics*. Sausalito: The League for Cultural Dynamics, 1960.

ANDRONESCU, S. *Who is who in Romanian America*. Nova York: Andronescu-Wyndill Press; American Institute for Writing Research, 1976.

BARNES, H.E. [Carta] Malibu, 04/07/1965. [Para] CARTO, W. Los Angeles, 1 f. Em que se propõe a arranjar encontro entre Carto e James J. Martin, em que recomenda Martin Larson e Ralph Townshend para trabalho no L.L.

BARNES, H.E. [Carta] Malibu, 20/01/1965. [Para] CARTO, W. Washington, D.C., 1 f. Em que descreve tentativas de saber da filiação política de Rassinier através de terceiros e se compromete em enviar uma resenha sobre “o último livro” do autor, referindo-se provavelmente a *Le Drame des Juifs Europeens*;

BARNES, H.E. [Carta] Malibu, 23/01/1965. [Para] CARTO, W. Washington, D.C., 1 f. Em que comunica pedido a editor para remessa de livro de James J. Martin que provaria que a decisão pela entrada dos EUA na guerra teria sido afetada por uma conspiração entre comunistas e liberais, em que recomenda que artigos sobre esse livro fossem escritos para serem publicados no *Western Destiny*.

BARNES, H.E. [Carta] Malibu, 6/03/1965. [Para] CARTO, W. Washington D.C., 1 f. Em que fornece informações sobre a trajetória de Rassinier e fornece conselho para a editoração e publicação de artigos do negacionista francês no *Western Destiny*".

BUTZ, A. *The Hoax of 20th. Century*. Uckfield: Historical Review Press, 1976.

CARTO, W. (Org.) *Conspiracy against freedom: a documentation of one campaign of the AntiDefamation League against freedom of speech and thought in America*. Washington, D.C.: Liberty Lobby, 1982.

CARTO, W. [Carta]. São Francisco, 4/11/1968. [Para]. Revilo P. Oliver, Urbana, 1.f. Em que convida para reunião secreta e para seção de “Escola Política” e apresenta projeto de organização juvenil.

_____. Discurso. Convenção Anual do Board of Policy do Liberty Lobby, Washington, D.C, 1975.

_____. *Populism vs. Plutocracy: the universal struggle*. Washington: Liberty Lobby, 1982.

_____. Brief History of the Liberty Lobby. Washington, D.C.: Liberty Lobby, 1960 (mimeografado).

FAURISSON, R. *Écrits Revisionnistes (1974-1998)*. Paris: Edition Privee Hors Commerce, 1999

HARWOOD, R. (Richard Verrall). *Did really six million died? The truth at last*. Uckfield: Historical Review Press, 1974.

HOGGAN, D. *The Forced War: when the peaceful revision failed*. Costa Mesa: Institute for Historical Review, 1989.

KULASZKA, B. *Did six million really die? A report of evidence in the Canadian 'False News' Trial of Ernst Zündel*. Ontário: Samisdad Publishers, 1988.

LEGION FOR SURVIVE OF FREEDON. Minute of special meeting, 06/07/1979. Disponível

LEUCHTER, F. *The Leuchter Report*. Ontario: Samistadt Publishers, 1988.

NEILSON, F. *How Diplomats make war*. 5 Impressão. Nova York: B.W. Huebsch, 1940.

NICK, A.L. *A teachers' guide to the Holocaust*. Nova York: Anti-Defamation League of B'nai Brith, 1977, 5 ff.

Office of the Federal Register. *Public papers of the Presidents of the United States: Jimmy Carter*. Livro I. Washington, D.C.: United States Government Printing Office, 1979, p. 776.

OLIVER, R. [Carta]. Urbana, 29/11/1968. [Para] CARTO, W. Washington, D.C. 4 ff. Em que dá conselhos sobre organização e programa da NYA, e também sobre atividades editoriais e organizacionais

RASSINIER, P. *Debunking the Genocide Myth: A Study of the Nazi Concentration Camps and the Alleged Extermination of European Jewry*. Los Angeles: Noontide Press, 1978

_____. *Le drame des juifs européens*. 2. ed. Paris: La Vieille Taupe ,1984 (1964).

_____. *Le Passage de la ligne: Du vrai a l'humain*. Bourg-en-Bresse: Editions Bressanes, 1949.

_____. *Le véritable procès Eichmann ou les vainqueurs incorrigibles*. 2.ed. Paris: Les Sept Coleur, 1983 (1962).

RUDOLF, G. (Org.). *Dissectioning the Holocaust: the growing critique of 'truth' and 'memory'*. Chicago: Thesis and Dissertations Press, 2003. Holocaust Handbooks Series, V. 1.

_____. *The Rudolf Report: expert report on chemical and technical aspects of the 'Gas Chambers' of Auschwitz*. Chicago: Thesis and Dissertations Press, 2001.

_____. *Confessions of a Holocaust Revisionist*. Los Angeles: CODOH, 1996, pp. 136-142.

STIMELY, K. *A revisionist bibliography*. Los Angeles: Noontide Press, 1981. Disponível em < <http://ihr.org/books/stimely/stimely.shtml>>, acessado em 14/06/2015. IHR

STORM, K.A. (Org.). *The best of Attack and National Vanguard Tabloid*. Arlington: National Vanguard Books, 1984.

TANSIL, C. *Backdoor to war: The Roosevelt Foreign Policy (1933-1941)*. Westport: Greenwood Press, 1975

THE Editors of Life presents a major historical document - Eichmann tells his own damning story, Part I – “I transport they ... to the butcher”. *Life Magazine*, v. 49, n. 22, 28 de novembro de 1960, pp. 19-16.

TOWNSEND, D. \$5,25 million awarded by Jury to Survivor of Hitler's Death Camps. *The Los Angeles Times*, Los Angeles, 18/01/1986

UNIVERSITY explains why it denied its facilities to rightwing group. *The Jewish Times Agency Daily News Bulletin*, Nova York, 20/05/1981, p. 2

UNIVERSITY OF OREGON LIBRARIES. Keith Stimely collection on revisionist history and neo-Fascist movements, 1957-1986. Eugene: University of Oregon Libraries, 1986. (Special Collections and University Archives). Disponível em < <http://archiveswest.orbiscascade.org/ark:/80444/xv98853>> , acessado em 09/05/2016

VALENTINE, P. W. Rightist claims cure for college violence. *The Los Angeles Times*, Los Angeles, 26/05/1969

WALLENDY, U. *Forged War Crimes malign the German Nation*. Los Angeles: IHR, 1979

WEBER, M. How relevant is Holocaust Revisionism? IHR, jan. de 2009. [On-line]. Disponível em < http://www.ihr.org/weber_revisionism_jan09.html > , acessado em 14/03/2016

WIESEL, E. Survivors' children. *New York Times*, 16 de Nov. de 1975, seção 11, p. 36.

_____. Trivializing the Holocaust: Semi-Fact and Semi-Fiction. *New York Times*, 16 de abril de 1978, p. B1.

YOCKEY, F. P. *Imperium: the philosophy of history and politics*. Sausalito, Noontide Press, 1961

_____. *Imperium: the Philosophy of History and Politics*. Scotts Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2012

_____. *The proclamation of London*. Londres: European Liberation Front, 1949. Disponível em < <https://ia800300.us.archive.org/22/items/TheProclamationOfLondon/Proclamation.pdf>> , acesso em 13/02/2017

Referências Bibliográficas.

ALCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social Media and Fake News in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, primavera de 2017, pp. 211-236.

ANCEL, J. *The History of Holocaust in Romania*. Lincoln: University of Nebraska Press; Jerusalém: Yad Vashen, 2012.

ANSEL, A.E. *New Right, New Racism: race and reaction in the United States and Britain*. Londres: Macmillan, 1997; MCGIRR, L. *Suburban Warriors: the origins of the New American Right*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2001.

ANTI-DEFAMATION LEAGUE (ADL). Institute for Historical Review. In:_____. *Hitler apologists: the anti-semitic propaganda of Holocaust "Revisionism"*. Nova York: ADL, 1993.

APPLEBY, J.; HUNT, L.; JACOB, M. *Telling the truth about history*. Nova York: W.W. Norton & Cia., 1994.

ARENDDT, H. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2004.

ARNSTAD, Henrik. Ikea Fascism: Metapedia and the internationalization of Swedish Generic Fascism. *Fascism. Journal of Comparative Fascist Studies*, n. 4, 2015, pp. 194-208.

ATKINS, S. *Holocaust Denial as an International Movement*. Westport: Praeger, 2009.

BAUMAN, Z. *Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e os intelectuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010

BAYARD, F. *Comment l'idée vint à M. Rassinier: naissance du révisionnisme*. Paris: Fayard, 1996.

BENZ, W. Holocaust Denial: Anti-Semitism as a refusal to accept reality. *Historien*, v. 11, 2011, pp. 69-79.

BERBIER, M. Impression management for the thinking racist: a case study of intellectualization as stigma transformation in contemporary white supremacist discourse. *The Sociological Quarterly*, v. 40, n. 3, verão de 1999, pp. 411-433.

BILSKY, L. The Judge and the Historian: Transnational Holocaust Litigation as a New Model. *History and Memory*, v. 24, n. 2, set. 2012, pp. 117-156.

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1988.

_____. O campo político. *Rev. Bras. Ciência. Política*, n.5., Brasília Jan./Jul. 2011

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9ª Ed. Campinas: Papyrus, 2008

_____. *The logic of practice*. Palo Alto: Stanford University Press, 1992

_____.; WACQUANT, L. *An invitation to reflexive Sociology*. Oxford; Cambridge: Polity Press; Blackwell Publishers: 1992.

BRENNAN, J.; VOSSEN, B. van der; SCHIDTZ, D. (Orgs.). *The Routledge Handbook on Libertarianism*. Nova York: Routledge, 2017.

BRENNAN, T. *Wars of Position: the cultural politics of left and right*. Nova York: Columbia University Press, 2005.

BRONNER, S.E. *A rumor about the jews: reflections on antisemitism and the Protocols of the Learned Elders of Zion*. Nova York: St. Martin Press, 2000.

BUTNARU, I. C. *The Silent Holocaust: Romania and Its Jews*. Nova York: Greenwood Press, 1992.

CARR, W. Historians and the Hitler Phenomenon. *German Life and Letters*, v. 34, N.2, jan. de 1981, pp. 260-272.

CESARINI, D. (Org.) *After Eichmann: collective memory and Holocaust since 1961*. Nova York: Routledge, 2005.

CHARNY, I. W. A classification of denial of the Holocaust and other genocides. *Journal of Genocide Research*, vol. 5, n.1, p. 11-31, 2003.

_____. Innocent denials of know genocides: a further contribution to a psychology of denial of genocide. *Human Rights Review*, vol. 1, n. 3, p. 15-39, abril/junho de 2002.

CHURCHILL, W. Denials of the Holocaust. In: CHARNY, I. (Org). *Encyclopedia of Genocide*. Vol I. Santa Bárbara: Abc-Clio, 1999, p. 167-174.

CIENCIALA, A. M.; LEBEDEVA, N.S; WOJCIECH, M. *Katyn: a crime without punishment*. New Haven; Moscou; Varsóvia: Yale Universty Press; Federal Archival Agency of Russia; Head Office of State Archives in Poland, 2007.

DAWIDOWICZ, L. S. *Lies about the Holocaust*. Commentary Magazine, dez. de 1980.

DOHERTY, Brian. *Radicals for Capitalism: a freewheeling history of the modern American Libertanism*. Nova York: Public Affairs, 2007.

DURHAN, M. *The Extreme-Right and American Politics*. Nova York: Routledge, 2007.

EBERSBACH, A.; GLASSER, M.; HEIGL, R.; WARTA, A. *Wiki: web collaboration*. 2. Ed. Berlim: Springer, 2008.

EDER, J.S. *Holocaust angst: The Federal Republic of Germany and the American Holocaust memory since the 1970's*. Nova York: University of Oxford Press, 2016.

EVANS: *Lying about Hitler: History, Holocaust and the David Irving Trial*. Nova York: Basic Books, 2001.

FALLACE, T.D. *The emergence of Holocaust education in American schools*. Nova York: Palgrave, 2008.

FEJES, F. *Gay rights and moral panic: the origins of America's Debate on Homosexuality*. Nova York: Palgrave Mcmillan, 2008.

FLORIAN, A. (Org.). *Holocaust Public Memory in Post-communist Romania*. Bloomington: Indiana Univeristy Press, 2018.

GRAMSCI, A. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 1. Cidade do México: Edições Era, 1981.

_____. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 4. Cidade do México: Edições Era, 1986

GRIFFITHS, R. *Fellow Travellers of the Right: British Enthusiasts for Nazi Germany, 1933-1939*. Oxford: Oxford University Press, 1983.

HAMOWY, R. (Org.). *The Encyclopedia of Libertarianism*. Thousand Oaks: Sage Publications; Catho Institute, 2009.

HARTOG, F. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HILBERG, R. The development of Holocaust research. In: BANKIER, D. ; MICHMAN, D. (Orgs.). *Holocaust Historiography in context: emergence, challenges, polemics, and achievements*. Jerusalém; Nova York: Yad Vashen; Berghahn Books, 2008.

IVEY, Linda, L.; KAATS, Kevin, W. *Citizen Internees. A second look at Race and Citizenship in American Internment Camps*. Santa Barbara: Praeger, 2017.

KAHN, R. *Holocaust Denial and the Law: a comparative study*. Nova York: Palgrave McMillan, 2004.

KAHN, Robert A. *Holocaust denial and the law: a comparative study*. Nova York: Palgrave McMillan, 2004.

KIRKENDAL, Richard S. (Org.). *The Organization of American Historians: the writing and teaching of American History*. Nova York: Oxford University Press, 2011.

KOOGAN, K. *Lost Imperium: the European Liberation Front (1949-1954). Patterns of prejudice*, vol 36, n.3, 2002.

LAHAV, P. The Eichmann Trial, the Jewish Question and the American-Jewish Inteligence. *B.U.L. Review*, n. 555, 1992.

LIEBES, T.; HERMAN, O.; PINCHEVSKI, A. Eichmann on the Air: Radio and the Making of an Historic Trial. *Historical Journal of Film, Radio and Television*, v. 27, n. 1, 2007, pp. 1-25.

LIPSTADT, D. *History on trial: my day in court with a Holocaust denier*. Nova York: Harper & Collins, 2004.

_____. Denying the Holocaust: the growing assault on truth and memory. Nova York: Plume, 1993.

LOWNDES, J. E. *From the New Deal to the New Right: race and the Southern origins of modern conservatism*. New Haven: Yale University Press, 2008.

MACLEAN, Nancy. *Democracy in chains: the deep history of the radical right's stealth plan for America*. Nova York: Viking/Penguin Random House, 2017.

MANNHEIN, K. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MARRUS, M.R. *A assustadora história do Holocausto*. Rio de Janeiro: Prestígio/Ediouro, 2003.

MCCOMINSKEY, B. *Post-truth rhetoric and composition*. Boulder: Utah State University Press, 2017.

MCINTYRE, L. *Post-truth*. Cambridge: The MIT Press, 2018.

MICHEL, G. Right-wing extremism in the land of free: repression and toleration in USA. In: EATWELL, R. *Western democracies and the new extreme-right challenge*. Nova York: Routledge, 2004, pp. 172-192.

MORAES, L.E.S. Negacionismo: a extrema-direita e a negação da política de extermínio nazista. *Boletim do Tempo Presente*, n.4, 2013

_____. O negacionismo e as disputas da memória: reflexões sobre intelectuais de extrema-direita e negação do Holocausto. In: Encontro de História ANPUH-Rio, 18., 2008, Rio de Janeiro: Anais do XVIII Encontro de História ANPUH-Rio, 2008

_____. O negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o passado. In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio de História, julho/2011.

MULLOY, D.J. *The World of the John Birch Society: conspiracy, conservatism, and the Cold War*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2014. Ed. Digital.

MYLLER, Y, N. Creating Unity through History: The Eichmann Trial as Transition. *Journal of Modern Jewish Studies*, v. 1, n. 2, junho de 2002, pp. 131–149.

NEUSNER, J. *Stranger at home: the Holocaust, the Zionism, and American Judaism*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

NOVICK, P. *That noble dream: the “objectivity” and the american historical profession*. Nova York: Cambridge University Press, 2005 (1988).

_____. *The Holocaust and collective memory*. Londres: Bloomsbury, 2001.

_____. The American national narrative of the Holocaust: there isn't any. *New German Critique*, n. 90, set. de 2003, pp. 27-35.

PERIANO, M. (Org.) *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Nucleo de Antrpologia da Política/UFRJ, 2002.

PETERS, M.A.; RIDER, S.; HYVONEN, M.; BESLEY, T. (Orgs.) *Post-truth, fake News – Viral modernity and Higher Education*. Singapura: Springer, 2018.

POLLAK. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RIGGENBACH, Jeff. *Why American history is not what they say: an introduction to revisionism*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2009

RIOUX, J.P. A Memória Coletiva. In: _.; SIRINELLI, J.F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROSANVALLON, P. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010

ROTHBARD, M.N. *The Betrayal of American Right*. Alburn: Ludwig von Mises Institute, 2007.

SAID, Edward. *As representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

SANFORD, G. *Katyn and the Soviet massacre of 1940 - truth, justice and memory*. Abingdon; Nova Irque: Routledge, 2005.

SCHÄFER, A. R. *Countercultural Conservatives: American Evangelicalism from the postwar revival to the New Cristian Right*. Madison: The University of Winsconsin Press, 2011.

SCHEB II, J.M. *Criminal Law and Procedure*. 7. Ed. Belmont: Wadsworth – Cengage Learning, 2011.

SERENY, G. *O trauma alemão: experiências e reflexões (1938-2000)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

STONE, D. (Org.). *The historiography of the Holocaust*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2004.

ZELIZER, B. (Org.). *Visual Culture and the Holocaust*. Londres: The Athlone Press, 2001

SHERMER, M.; GROBMAN, A. *Denying History: who says the Holocaust never happened, and why do they say it*. Los Angeles; Londres: University of California Press, 2009

SHIRER, W. L. *The rise and fall of the Third Reich: a history of Nazi Germany*. Nova York: Simon and Shuster, 1960.

SIRINELLI, J.F. Os Intelectuais. In: REMOND, R. (Org.) *Por uma História Política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003, Cap. 9, pp. 232-270.

STERN, K. *Holocaust Denial*. Nova York: American Jewish Committee, 1993.

HOGGAN, D. *Der Erzwungene Krieg: die Ursachen und Urheber des 2. Weltkriegs*. Tübingen: Verlag der Deutschen Hochschullehrer- Zeitung, 1961, 893 pp. Resenha de: WEINBERG, G.L.A. *The American Historical Review*, vol. 68, n. 1, out. 1962.

UTTER, G. H.; STOREY, J.W. *The religious right: a reference handbook*. 2. Ed. Santa Bárbara: ABC Clio, 2001.

VIDAL-NAQUET, P. *Os assassinos da memória: “Um Eichmann de Papel” e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papirus, 1988.

TAYLOR, M.; HOLBROOK, D.; CURRIE, P.M. (Orgs.) *Extreme right wing political violence and terrorism*. Londres; Nova York: Bloomsbury, 2013.

WIEVIORKA, A. *The era of the Witness*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

WUTHNOW, R. *Meaning and moral order: explorations in cultural analysis*: Berkeley: University of California Press, 1987.

YABLONKA, H. *The state of Israel vs. Adolf Eichmann*. Nova York: Schocken Books, 2004.

YAKIRA, E. *Post-zionism, post-Holocaust: three essays on denial, forgetting, and the delegitimation of Israel*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

ZESKIND, L. *Blood and politics: the history of the White nationalist movement from margins to mainstream*. Nova York: Farrar, Strauss & Giroux, 2009.